



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

Eliezer da Rocha Gonçalves

De assombros e de sonhos.

**Lugares no Tempo Presente para a convergência e divergência
militar-civil ao discurso de um "Brasil Grande" na Amazônia Paraense
(1970-1974)**

**Belém – Pará
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

Eliezer da Rocha Gonçalves

De assombros e de sonhos.

**Lugares no Tempo Presente para a convergência e divergência
militar-civil ao discurso de um "Brasil Grande" na Amazônia Paraense
(1970-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como requisito para a Obtenção do Título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha.

Área de Concentração: História Social da Amazônia.

Eliezer da Rocha Gonçalves

**De assombros e de sonhos.
Lugares no Tempo Presente para a convergência e divergência
militar-civil ao discurso de um "Brasil Grande" na Amazônia Paraense
(1970-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como requisito para a Obtenção do Título de Mestre em História Social da Amazônia.

Data de defesa: 23 de setembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Petit Peñarrocha
Presidente – PPGHIST/UFPA

Professora Dra. Leila Mourão
(Membro Titular Interno – PPGHIST/UFPA)

Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes
(Membro Titular Externo – PPGLS/UFPA)

**Belém – Pará
2016**

Para Asaph, Luíza e Adam,
este escrito que vocês entenderão amanhã;
e meu amor, que vocês já têm desde sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus por abrir novamente as portas da UFPA em 2014 para cursar esse Mestrado e pela força para concluir este gratificante e duro trabalho. Toda honra a Ele.

Aos meus pais pelo amor e educação, em cada letra deste trabalho há o leve toque da dedicação de vocês.

Aos meus filhos Asaph Adriel, Ana Luíza e Adam Eliel, por entenderem porque papai não podia brincar com vocês.

Ao Pós-Doutor e amigo Pere Petit Peñarrocha, meu orientador na monografia de graduação e nesta dissertação. Novamente, espero ter feito um trabalho que faça jus ao privilégio da sua orientação e amizade.

Às Doutoradas Edilza Fontes e Leila Mourão, pela providencial e necessária “sacudida” na cabeça e nas ideias durante minha Banca de Qualificação e ao CAPES; pela concessão da bolsa sem a qual não teria realizado este trabalho.

Aos familiares e amigos testemunhas dos meus sumiços, insônias e alvoradas de estudo. Ao meu mano Neto, Fuzileiro por dom e psicólogo por natureza, pelo *Abstract*.

Aos professores do DEHIS e PPGHIST, mestres do fazer historiográfico que ecoa na vida, carreira e vivências acadêmicas de cada novo graduado, mestre e doutor: ao Dr. Francivaldo Nunes pelo companheirismo; ao Dr. Rafael Chambouleiron, exemplo de erudição e simplicidade; ao Dr. Dionísio Poey Baró pela oportunidade do estágio docente; ao Dr. José Alves, exemplo de estudioso persistente; ao Dr. Aldrin Moura, exemplo de historiador apaixonado; ao Dr. Oscar De La Torre Cueva (University of North Carolina, Charlotte, EUA) pela maravilhosa disciplina ministrada; à Darlene, da FAHIS; à Lílian, pela competência e simpatia mediando angústias mestradas e desesperos doutorandos.

Aos amigos da Turma de História de 2000, noite, que me acompanharam e torceram por mim, mesmo que a distância: Marcelo, Iza, Jorgina, Marcia Resque, Geraldo, Antônio Carlos (“Deva”), do Mestrado/2014, Elias, Adriano, Elis, Adriane, Marizinha, Moreno; e Doutorado/2014, Marinelma, Luana, José e Jackson, “Uma velha canção rock’in roll” nos uniu “com um pé nas nuvens, outro pé noutro lugar”.

Muito obrigado.

RESUMO

O discurso do “Brasil Grande” que coincidiu com o período do “milagre econômico” e se inseriu na Amazônia paraense entre 1970 e 1974 como a epopeia de uma “grande aventura nacional”, operou nas falas de cima uma experiência com o tempo dada num percurso presentista, percebido nas estratégias e projetos implementados pelo governo militar-civil que corromperam o futuro para adequá-lo a um presente impositivo que procurou bastar-se em si mesmo. Esse foi o sonho. Nas falas e memórias silenciadas de baixo, de experiências passadistas do minifúndio e latifúndio, vivenciadas por migrantes que acorreram à Transamazônica, passaram a experimentar o presentismo do “Brasil Grande” de um futuro já dado. Essa foi a convergência das falas de baixo às falas de cima. Porém, no momento em que as falas de cima impõem um futuro já presente, mas não dado na realidade, adéquam, forçam e persistem nesse presentismo sem nunca alcançar um futuro-passado. Foi o sonho que se tornou assombro. Os silenciados de baixo ao abandonarem o presentismo criando brechas de liberdade no espaço de experiência imposto como presentismo em que percebem um futuro-passado que ainda não se deu e passam a almejar no horizonte de expectativa esse futuro-passado ainda não dado, se desassombram. Assim, através dessas brechas de liberdade, os silenciados se tornaram vozes audíveis e perceptíveis, que passaram a rejeitar as adequações, reforçamentos e persistências presentistas do “Brasil Grande”, abandonaram o espaço de experiência de um futuro-passado não dado, construíram outro espaço de experiência e passaram a buscar em outros horizontes de expectativa outro futuro-passado, outro sonho. Entre falas e silêncios inverteram-se papéis. As falas de cima que não sonham mais, agora assombram; os silenciados assombrados e tornados vozes, agora sonham, e ainda lutam.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar-civil – Amazônia paraense – Discurso – Tempo Presente – Regimes de Historicidade.

ABSTRACT

The discourse upon the “Great Brazil”, which coincided with “economic miracle” period and was inserted in paraense Amazon from 1970 to 1974 as an epopee of a “great national adventure”, acted in top speeches an experience at time through a present-like path, that was perceived in the strategies and projects implemented by military-civil government, which corrupted the future in order to adjust it to an imposed present, that tried to be enough in itself. This was the dream. The silenced lower speeches and memories of latifundium and minifundium past-like experiences experienced by people, who migrated to Transamazônica, they began to experience the present-like of the “Great Brazil” of an already defined future. This was the convergence from lower to top speeches. Nevertheless, in the moment when top speeches imposed an already present future, but that did not exist in the reality, they adjusted, forced, and persisted in that present-like, and never achieved a future-past. It was the dream that became in astonishment. The silenced lower speeches became no more astonished, when they quitted the present-like, and created freedom breaches in the experience spaces imposed as present-like, in which perceived a future-past that not yet happened, and came to aspire this not yet happened future-past in the expectancy horizon. So, through these freedom breaches, the silenced lowers became audible and perceived voices, which came to reject the present-like adjustments, reinforcements and persistence of the “Great Brazil”, they built another experience space and came to seek another future-past, other dream, in others expectancy horizons. Among speeches and silences the roles were inverted. The top speeches, which dream no more, astonish now; the astonished silenced and made voices dream now and still fight.

KEYWORDS: Military-civil dictatorship – Paraense Amazon – Discourse – Present Age – Historicity Regime.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Roteiro da Primeira Missão Econômica do Pará, p. 85.

Tabela 2. Folha de São Paulo, ocorrências do verbete “*carestia*” (1966-1969), p. 112.

Tabela 3. Folha de São Paulo, ocorrências do verbete “*carestia*” (1970-1974), p. 115.

Tabela 4. PIB, Inflação e Dívida Externa (1964-1973), p. 120.

Tabela 5. Dados parciais do naufrágio da lancha “Anamã”, p. 159.

Tabela 6. Bancadas Legislativas Paraenses em 1970, p. 210.

Tabela 7. Evolução da concentração da propriedade no nordeste (1950 a 1960), p. 230.

Tabela 8. Estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1970), p. 247.

Tabela 9. Resoluções da ALEPA (1971 a 1974), p. 251.

Tabela 10. Leis Ordinárias da ALEPA (1971 a 1974), p. 252.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1. A Amazônia dos “Silvas” anônimos, p. 38.
- Imagem 2. A Amazônia vista pela *intelligentsia* no Pará, Brasil e Mundo, p. 38.
- Imagem 3. A Amazônia vista pelos comerciantes e trabalhadores, locais e estrangeiros, p. 39.
- Imagem 4. A Amazônia vista pelos seringueiros, p. 39.
- Imagem 5. A Amazônia dos “homens bons”, 40.
- Imagem 6. A Amazônia vista “universalmente” pela Europa, p. 40.
- Imagem 7 A, B, C – Cordeiro de Farias em três tempos, p. 57.
- Imagem 8. “Embarque de paneiros de farinha [...]” (*Relatório Mecom*), p. 64.
- Imagem 9. “Paisagem social típica” (*Relatório Mecom*), p. 65.
- Imagem 10. “Vista parcial de um seringal de cultivo” (*Relatório Mecom*), p. 69.
- Imagem 11. “Rodovias pioneiras cortam a floresta” (*Relatório Mecom*), p. 71.
- Imagem 12. Mapa da Amazônia Legal (IBGE), p. 82.
- Imagem 13. Projetos de colonização na Amazônia Legal, p. 83.
- Imagem 14. Folha rosto do *Relatório Mecom*, p. 92.
- Imagem 15. O Álbum Operação Amazônia, p. 95.
- Imagem 16. Os “homens bons” e *intelligentsia* paraense, p. 98.
- Imagem 17. O Credo da Amazônia, p. 100.
- Imagem 18. As faces da seca: alistamento nas “frentes de trabalho”, 1969 a 1970, p. 104.
- Imagem 19. As faces da seca: a água de carro pipa entre 1969 e 1970, p. 104.
- Imagem 20. As faces da tecnocracia, assinatura do contrato da Transamazônica, p. 105
- Imagem 21. A Amazônia e a educação real: na “tapiri-escola”, p. 174.
- Imagem 22. A Amazônia real dos colonos no lote-luta, p. 181.
- Imagem 23. A Amazônia em que o lote vai à luta, p. 185.
- Imagem 24. Esquema do conceito de Estratégia Nacional, p. 195.

- Imagem 25. JK: modelo e simbolismo que interessou. A Biografia não, p. 206.
- Imagem 26. A Amazônia do “urbanismo rural” projetado, p. 234.
- Imagem 27. O sonho sonhado e filmado em “tempo real”. p. 237.
- Imagem 28. A Amazônia da propaganda, p. 239.
- Imagem 29. Placa de Altamira, 1970, p. 243.
- Imagem 30. Inauguração da Biblioteca Central da UFPA, 1971, p. 245
- Imagem 31. Texto da Placa de inauguração da Biblioteca central da UFPA, p. 246.
- Imagem 32. Placa de Inauguração da Biblioteca Central da UFPA, 2014, p. 260.
- Imagem 33. A Amazônia das estruturas reais paradas no tempo, p. 279.
- Imagem 34. “Amazônias” e consequências: idas e vindas econômicas e sociais, p. 291.

LISTA DE SIGLAS

ADP	– Ação Democrática Paramentar
AI	– Ato Institucional
ALEPA	– Assembleia Legislativa do Pará
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
<i>Atas Alepa</i>	– Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Pará
BANPARÁ	– Banco do Estado do Pará
BCA	– Banco de Crédito da Amazônia
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPRA	– Companhia Agronômica do Rio Araguaia
CEMCEFA	– Curso de Estado Maior de Comando das Forças Armadas
CFE	– Conselho Federal de Educação
CFN	– Corpo de Fuzileiros Navais
CGI	– Comissão Geral de Investigação
CIBRAZEM	– Companhia Brasileira de Armazenamento
CIP	– Conselho Interministerial de Preços
CM	– Clube Militar
CODI	– Centro de Operação de Defesa Interna
COSANPA	– Companhia de Saneamento do Pará
CSG	– Curso de Segurança
DET	– Delegacia Estadual de Trânsito
DER	– Departamento de Estradas de Rodagem
DL	– Decreto Lei
DOE	– Diário Oficial do Estado
DOI	– Delegacia de Ordem Interna
DOU	– Diário Oficial da União
DOEPA	– Diário Oficial do Estado do Pará
EB	– Exército Brasileiro
EMBRATUR	– Empresa Brasileira de Turismo
EM	– Estado Maior
EMC	– Educação Moral e Cívica
EMFA	– Estado Maior das Forças Armadas
ESG	– Escola Superior de Guerra
FA	– Forças Armadas
FAO	– Food and Agriculture Organization
FEB	– Força Expedicionária Brasileira
GTRU	– Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IAC	– Instituto Agronômico do Norte
IAN	– Instituto Agronômico de Campinas
IBRA	– Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDESP	– Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará
IIHA	– Instituto Internacional para Hileia Amazônica
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEAN	– Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte
IPM	– Inquérito Policial Militar
IOE	– Imprensa Oficial do Estado
MB	– Marinha do Brasil
MECOR	– Ministério Extraordinário dos Organismos Regionais
MINTER	– Ministério do Interior
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro

OSPB	– Organização Social e Política do Brasil
PIN	– Plano de Integração Nacional
PMPa	– Polícia Militar do Estado do Pará
PND	– Plano Nacional de Desenvolvimento (1971)
PSD	– Partido Social Democrata
<i>Relatório Mecom</i>	– Relatório do Ministro Extraordinário para os Organismos Regionais
RIDA	– Reunião para Investimento e Desenvolvimento da Amazônia
S-1	– Seção de Pessoal
S-2	– Seção de Informações
S-3	– Seção de Operações
S-4	– Seção de Logística
SAGRI	– Secretaria de Agricultura
SANBRA	– Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SEGUP	– Secretaria de Segurança Pública
SEDUC	– Secretaria Estadual de Educação
SESP	– Serviço de Saúde Pública
SPVEA	– Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
STF	– Superior Tribunal Federal
SUDAM	– Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS	– Sistema Único de Saúde
UDN	– União Democrática Nacional
UNE	– União Nacional dos Estudantes
UNICEF	– United Nations Children's Fund
USAID	– United States Agency for International Development
USMC	– United State Marines Corps

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	vii
Resumo.....	ix
Abstract.....	xi
Lista de Tabelas.....	xiii
Lista de Imagens.....	xv
Lista de Siglas.....	xvii
Introdução.....	26
Capítulo 1. Sonhar o mesmo sonho: lugares das falas de cima.....	32
1.1. Uma representação pra tencionar.....	32
1.1.1. Nas Amazôniaas.....	32
1.1.2. Nas notícias e falas <i>de lá</i>	41
1.1.3. Nas notícias e falas <i>daqui</i>	49
1.2. Uma representação pra se apropriar.....	54
1.2.1. Pela mnemósine militar.....	54
1.2.2. Num <i>corpus possessionis</i>	78
1.2.3. Pelo surpreendente Médici.....	103
1.3. Uma representação pra criticar.....	106
1.3.1. Nas falas políticas.	106
1.3.2. Nas falas econômicas.	111
1.3.3. Nas falas militares.	126
1.4. Lugares no Tempo Presente às falas de cima.....	129
Capítulo 2. Assombros e sonhos de baixo: lugares dos silenciados.....	134
2.1. Para homens e mulheres.....	134
2.1.1. Imbricados.....	134
2.1.2. Surpreendidos.....	139
2.1.3. Soando vozes.....	142
2.2. Na terra.....	151
2.2.1. Os deslumbres.....	151
2.2.2. Os assombros.....	156
2.2.3. Os arranjos.....	162
2.3. Nas mudanças.....	168
2.3.1. Das experiências.....	168
2.3.2. Das expectativas.....	173
2.3.3. Da resistência.....	176

2.4. Lugares dos silenciados no Tempo Presente.....	187
Capítulo 3. Convergências.....	191
3.1. Convergência militar-civil.....	191
3.1.1. Ao “Brasil Grande”	191
3.1.2. No presentismo.....	227
3.1.3. Ao Sonho.....	237
3.2. Divergência militar-civil.....	265
3.2.1. Nas brechas.....	265
3.2.2. No futurismo.....	272
3.2.3. No Desassombro.....	277
3.3. De assombros e de sonhos.	280
Considerações finais.	292
Referências bibliográficas.	294
Anexos.	316

“Portanto, quer comais, quer bebais ou façais outra
qualquer coisa, fazei tudo para a glória de Deus.”
1ª CORÍNTIOS 10.31 (ARC).

INTRODUÇÃO

De forma literariamente poética, como somente a poesia pode ser, o paranaense Paulo Leminski escreveu nos idos da década de 1970

a noite – enorme
tudo dorme
menos teu nome¹.

Obviamente por se tratar de literatura, esse texto remete a uma dada situação criada que parte de uma realidade possível na cronologia (qualquer tempo), espacialidade (“a noite – enorme”) e na fisiologia humana ou ordem social (“tudo dorme”). Nessa situação inventada como criação literária e poética, após o anoitecer tudo adormeceu, exceto (“menos”) a coisa que é enfatizada pela poesia e que remete ao sentimento por alguém ausente e ao mesmo tempo presente (“teu nome”). O nome não é pronunciado e da pronúncia não necessita. Basta em si mesmo como pensamento e lembrança que não adormece e não para.

É um sentir latejante e reticente. Faz-se cotidiano, temporal, espacial, total, subtraído, pensado, nominado. Sensações e ações que tornados objetos complexos urdidos pela história como construção ou trama narrativa inventada como criação literária a partir do contexto documental oral, cultural e social do passado e presente e que envolve o mais complexo de todos os objetos: o homem. Como lembra François Hartog citando Paul Veyne, “os historiadores contam os acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator”². A complexidade de esse ser emerge da profundidade de seus sentimentos e pensamentos refletidos no que é desejado ou indesejado, perseverante ou passageiro, lembrado ou esquecido, temido ou destemido, e ainda que o ofício de historiador não nos autorize a falar com amor ou ódio³, no fazer historiográfico reflete-se também o que ao homem fez assombrar ou sonhar.

Os homens que se assombraram e sonharam no Brasil e na Amazônia paraense entre os anos 1970 e 1974 não existem mais. Ainda que muitos estejam vivos e gozando de saúde, o conjunto físico e mental de seus corpos, força, opiniões, memórias, saberes, não mudou exatamente pela ação do tempo como ato, mas continua sendo mudado dentro e ao longo do

¹ LEMINSKI, Paulo. **La vie em close**. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 154.

² “Como se escreveu a história na Grécia e em Roma”, in: HARTOG, François (org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

³ TÁCITO apud HARTOG, “História, I, prefácio”, HARTOG, id., p. 209.

tempo como processo histórico abrangente, *ad aeternum*. No entanto, consideradas as inexistências e mudanças, é do Brasil, da Amazônia paraense e dos homens e seus discursos entre os anos 1970 e 1974 que trato nesta dissertação.

Minha indagação principal é: considerando o discurso militar-civil do “Brasil Grande”⁴ no contexto da Amazônia Paraense entre 1970 e 1974, questiono qual o lugar das falas de militares, tecnocratas e políticos – que chamo de as falas de cima – e qual o lugar das falas silenciadas de trabalhadores, migrantes e colonos – que chamo de as falas de baixo – dentro dos “regimes de historicidade”⁵ no Tempo Presente? Como questões secundárias não menos importantes, reflito o discurso do “Brasil Grande” como o conjunto de ações que exerceram profunda influência nacional e local ao longo de meu recorte, permitindo perceber a convergência das falas de cima e de baixo a esse discurso no espaço social e histórico da Amazônia Paraense no Tempo Presente; dessa relação decorre também, como refluxo, a constituição da divergência que dispôs os meios que romperam com esse processo discursivo. Como se deu essa convergência e o refluxo divergente são perguntas que procuro responder em minha narrativa.

No Capítulo 1, *Lugares das falas de cima: sonhar o mesmo sonho*, procuro argumentar a Amazônia enquanto “representação”⁶ construída e reconstruída ao longo de seu processo secular de ocupação e colonização, marcado pelos vários discursos, decisões e ações majoritariamente externas e que geraram tensão, violência, exploração e aceitabilidade orgânica interna, o que me levou a analisar a singularidade do espaço social da Amazônia sugerindo a possibilidade de algumas Amazônias surgidas do conflito entre as falas de cima e os silêncios de baixo que se sobrepuseram ao longo dos “regimes de historicidade”. Essa compreensão se verifica em alguns exemplos “cotidianos ordinários”⁷ dados em periódicos nacionais como os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São e Correio da Manhã e paraenses como Folha do Norte e O Liberal, nos quais as representações das Amazônias vão se sobrepondo e se entrecrocando de acordo com interesses tencionados nacional e regionalmente. Ponto culminante dessas tensões foi o golpe “civil-militar” e a ditadura

⁴ Cf. conceituação de MENEZES, Fernando Dominience. “Aqueles que pensaram o ‘Brasil Grande’: a geopolítica nacional e o ‘Brasil Potência’”, in: _____. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil Grande”**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília: 2007, p. 53. Disponível: <www.repositório.unb.br/bitstream/19482/2510/1/2007_FernandoDominienceMenezes.pdf>. Acesso: 7 jan. 2016.

⁵ HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, pp. 11-13; cf. DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento**. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

⁶ CHARTIER, “O mundo como representação”. **Revista Estudos Avançados**, v. 5, nº 11, jan.-abr., 1991, p. 73.

⁷ CERTEAU, **A invenção do cotidiano**. 3ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 57.

“militar-civil”⁸ que reordenaram o discurso, ação política e interesses econômicos numa base geopolítica e estratégica que tencionou as decisões políticas de acordo com interesses econômicos voltados às questões da industrialização, educação, ciências, pesquisa e de fronteira sob a dogmática da Segurança Nacional. Envolvida nesses cinco aspectos, a Amazônia paraense foi diagnosticada pelo discurso do “vazio demográfico” a partir do qual sua “grandiosidade de floresta” foi constantemente ameaçada pela alegada “internacionalização” externa e sua condição de região de passado atrasado preconceituado internamente como “quadro negro”⁹, o que presumiu a necessidade de “integração” à nação brasileira e fez retomar em ampla medida os discursos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, fazendo surgir a concepção presentista de “Brasil Grande” ao qual o passadismo da Amazônia teria de ser submetido. É nesse sentido que a mnemotécnica militar¹⁰ concebe o Relatório Mecor (1967) e a Operação Amazônia (1967), os discursos que operaram a convergência dos interesses econômicos locais e microrregionais no Pará ao presentismo do “Brasil Grande”.

A ocorrência da seca nordestina entre 1969 e 1970 e as decisões do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, aceleraram esses prognósticos no discurso e na disposição de meios necessários para impor o presentismo do “Brasil Grande” às duas regiões mais complexas economicamente: o Nordeste e a Amazônia Legal. No entanto, as projeções marcadamente econômicas foram submetidas às necessidades estratégicas e emergenciais da Segurança Nacional. Assim, a Amazônia foi eleita; e a mnemotécnica militar elaborou todo um instrumental legal (*corpus legitimus*) ao qual foi criado um dispositivo discursivo (*corpus orationis*) que em conjunto compuseram um *corpus possessionis* para ideologizar, legitimar e efetivar a “integração” da Amazônia ao “Brasil Grande” num cotidiano esquematizado, representado e imposto pela Transamazônica, mas, acima de tudo, controlado (*corpus possessionis*). Ainda que sejam percebidas críticas políticas, econômicas e militares no mesmo nível de mando de todo esse processo, as falas de cima se impuseram no regime de

⁸ FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.º 47, 2004, p. 29-60. Disponível: <http://www.scielo.br/>, Acesso: 7 fev. 2013; PETIT, “O golpe militar-civil e o partido dos militares (ARENA) no Estado do Pará”. **Revista Históriae**. Rio Grande 5 (2), 2014. Disponível: < <http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/4870>, Acesso: 2 ago. 2015; REIS, Daniel Aarão, “A ditadura civil-militar”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012. Disponível: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03>>. Acesso: 23 ago. 2012.

⁹ Cf. fala do coronel-engenheiro João Walter de Andrade, então à frente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, durante a instalação do Conselho Deliberativo desse órgão a 5 de fevereiro de 1968, in: SUDAM. **Operação Amazônia** (Discursos). Belém: Gráfica Globo, 1968, pp. 133-134.

historicidade no Tempo Presente por ser mais seguro e prioritário sonhar o mesmo sonho do “Brasil Grande”.

No Capítulo 2, *Lugares dos silenciados: assombros e sonhos de baixo*, meu esforço parte dos relatos socializados nos trabalhos de Maria Ivonete Coutinho da Silva¹¹ e de Magno Michell Marçal Braga¹², a partir dos quais busco analisar como as falas de sujeitos históricos, homens e mulheres, se imbricaram nas representações e significações na historicidade e no espaço da Amazônia paraense, mesmo que sob o silêncio da narrativa oficial. Isso pode ser percebido a partir do relato dos sujeitos que têm suas memórias e falas contextualizadas em cotidianos que os surpreendem acontecimentalizados pelas transformações na Amazônia urbana a partir do *modus procedenti* com o qual o governo federal “e estadual” surpreendeu, impôs e executou seus interesses na construção das novas realidades àquele momento possíveis a partir da Transamazônica como acontecimentalização, e que levaram às pressões que reelaboram o cotidiano ordinário que ali foi sendo construído. Os relatos disponíveis e por mim acessados dão conta desse cotidiano e da relação dos migrantes e colonos com a terra e como essa relação variou entre deslumbres naquilo que apaixonou, desanimou, fez refletir ou marcou pela dramaticidade, registrando “momentos objetos”¹³.

Entre a Transamazônica representação que ancorou os interesses do discurso ideologizado do tecnicismo militar-civil e a realidade da Rodovia que se tornou o cotidiano ordinário dos migrantes do Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste que se deslocaram para Amazônia paraense, o conflito e a resistência dados no meio social real, coletivo e lógico levaram à construção cultural do lote-luta.

Também há falas que confessaram os momentos de assombro que foram muito além da grandiosidade do meio e revelaram suas percepções diante de doentes e doenças, dos responsáveis e das irresponsabilidades, dos assistentes que desassistiram: casos e descasos que assombraram pelo preconceito, ineficiência, violência e que não foram objetos das propagandas e estatísticas do governo militar-civil. Como falas resgatadas e historicizadas, soam como vozes que denunciam o silêncio baixado sobre a exploração, as arbitrariedades e as mortes peculiares dos óbitos disfarçados no “sumiço” de “fulano” ou do “beltrano” do qual “não se teve mais notícia” e que não poderiam e não constaram no repertório do “Brasil

¹¹ DA SILVA, Maria Ivonete Coutinho. **Mulheres migrantes na Transamazônica**: Construção da Ocupação e do fazer política. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2008.

¹² BRAGA, Magno Michell Marçal. **BR-230, Nordestinos na rota Transamazônica**: a trajetória dos migrantes no Estado do Para (1970-1974). 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2012.

¹³ A partir das concepções de “objetos biográficos” e “objetos de status”, in: BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de psicologia social. 3ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 26.

Grande”; ou ainda, das mortes trágicas tornadas exemplos de coragem e altruísmo patriótico pelo discurso militar-civil.

Então, como entender a fala dos migrantes seduzidos e enganados pelas propagandas governamentais e que após o contato com a realidade da Rodovia tornaram o silêncio num relato orgulhoso da decisão de permanecer nesse espaço até hoje? Como a Transamazônica foi tornada diferente pelo olhar desse migrante a despeito de tantas dificuldades e sofrimentos? Talvez as noções de “latência” e de “só-depois”¹⁴ emprestadas do campo da psicanálise freudiana e relacionadas historiograficamente como instrumentos analíticos úteis para interpretação dos imprevistos da lembrança, nos ajudem a compreender também as falas e as reconstruções da memória desses migrantes diante de tantas situações díspares de deslumbre e assombros, possibilitando entender como as Amazônias foram arranjadas e rearranjadas na nova realidade trazida com a construção da Rodovia – a exemplo de Altamira – e como as Amazônias urbanas e a Transamazônica enquanto Rodovia foram rearranjadas cotidianamente diante das novas realidades desses espaços.

Considerando que a Amazônia paraense foi lida pelos migrantes como única opção para transformar suas realidades individuais e familiares, os relatos nos transmitem falas que dão conta do antes e depois da decisão pela migração e, tão importante quanto, de como se deram os arranjos e rearranjos das realidades de dificuldades, necessidades, carências e realizações comuns dos cotidianos colonos. Por se contextualizarem em espaços de mudanças, suas falas reportaram as experiências comuns do cotidiano colono ao reinterpretar as falas de cima e compará-las com sua realidade ao longo da Rodovia, o que dispôs uma rota de colisão entre as “expectativas futuras”¹⁵ dos colonos e o presentismo do “Brasil Grande”, sinalizando que as mudanças ao longo do cotidiano ordinário estavam relacionadas com as esperanças futuras e o espaço social historicamente transformado e transformando, principalmente, através da escola/educação da pedagogia paulofreireana, da Teologia da Libertação e da cultura colona. A expectativa pelo futuro colono passou a resistir latente ao presentismo militar-civil. O passado de assombros e o cotidiano na Rodovia, vivenciados pelos migrantes e colonos, tencionaram o discurso do “Brasil Grande”, marcando o lugar das falas de baixo no Tempo Presente que gradativamente passam a construir expectativas pelo futuro.

No Capítulo 3, *Convergências*, argumento que o presentismo do discurso do “Brasil Grande” proclamou a “mítica aventura nacional” representada pela ponta de lança da

¹⁴ DOSSE, op. cit., p. 89.

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006.

Operação Amazônia: a construção da rodovia BR-230, Transamazônica, convergindo discursos e práticas executivas, legislativas e econômicas no Pará. Ao mesmo tempo, apresento o poder do passadismo das experiências migrantes que os levam a convergir ao discurso do “Brasil Grande”. Mas também argumento a divergência a partir do cotidiano na Rodovia real que se chocou com o presentismo do “Brasil Grande” idealizado. Esse cotidiano da Rodovia é o espaço da construção histórica e social da cultura do colono que abriu brechas de liberdade que os fez negar o discurso do “Brasil Grande” opondo-lhe a expectativa do futuro: é o desassombro do passadismo migrante que ao longo da falência do “milagre brasileiro” e do grande projeto Transamazônica tornou o assombro em sonho. As brechas de liberdade criadas pelos colonos mudam o espaço de experiência e criam outras expectativas futuras. O lugar no Tempo Presente se inverte entre ambos.

O governo militar-civil tornou-se uma experiência e seu presentismo da década de 1970 ainda assombra. Já o passadismo migrante e o presentismo dos colonos na Rodovia, criaram um horizonte de expectativa que, por mais que ainda não se tenha realizado como “futuro passado”¹⁶, mantém a esperança futura com as resistências e lutas passadas e presentes.

¹⁶ Id., 2006.

Capítulo 1. Lugares das falas de cima: sonhar o mesmo sonho.

1.1. Uma representação pra tencionar...

[...] Adivinhar o quanto ainda se escreverá sobre a Amazônia é o mesmo que tentar dar a medida certa e os contornos de um fascínio, e o fascínio não se mede, é algo que tem ao mesmo tempo o tamanho da realidade e da imaginação.

Joel Silveira, jornalista, 1971¹⁷.

[...] a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria.

François Hartog¹⁸.

No item *Nas Amazôniaas...*, optei por uma narrativa que segue um percurso que resume alguns contextos histórico-sociais da Amazônia e neles pontuar algumas percepções centrais a partir das quais sugiro o termo Amazôniaas no sentido de representações reconstruídas, resignificadas e inseridas nos regimes de historicidade ao longo da ocupação e adequação do espaço amazônico pelos discursos produzidos por visões, mentalidades e interesses diversos e impositivos. Minha intenção nessa discussão parte do entendimento de sua pertinência aos meus argumentos e como forma muito cabível de introduzir algumas das argumentações que desenvolverei ao longo de minha dissertação.

1.1.1 Nas Amazôniaas...

O que une o historiador do Tempo Presente e o historiador do Brasil Colonial, Império ou República se um e outro possuem fontes diferentes, utilizam metodologias e em algum momento divergem e focam lugares, historicidades, discursos, falas e palavras tão diversas? De início podem até estar em extremos opostos no tempo e espaço. Mas não são irreconciliáveis. Ambos intentam um mesmo esforço de fazer emergir do passado suas respectivas relevâncias e pertinências históricas. E ambos partem do mesmo ponto: sua preocupação com o presente.

¹⁷ Revista Manchete, 2 de junho de 1973, n.º 102, p. 72, in: MENEZES, op. cit., p. 124.

¹⁸ HARTOG, op. cit., p. 10.

Os homens dos quinhentos também se preocupavam com o presente deles. Daí que possivelmente uma primeira “operação Amazônia” tenha sido efetivada no século XVI. A esse respeito, conta-se, segundo narrativa do cronista dominicano frei Gaspar de Carvajal¹⁹, que num dia de San Juan Bautista, 14 de junho entre 1540 e 1542, a expedição do conquistador espanhol Francisco Orellana singrava as águas de um “*Río Grande*” localizado em “*La buena tierra y señorío de las Amazonas*”, quando teriam os soldados de Orellana entrado em combate contra uma tribo de mulheres²⁰ descritas como belas, muito altas e brancas, que manejavam o arco atirando flechas com tanta ou maior destreza que muitos homens. Tanto o conquistador Orellana quanto o sacerdote Carvajal teriam denominado essas mulheres de “guerreiras”. Como ambos eram homens do século XVI, essas mulheres foram chamadas – ou confundidas – com a descrição lendária das “Amazons”, as exuberantes mulheres guerreiras da narrativa mitológica grega. Cogita-se que dessa narrativa – que ainda hoje é debatida – tenha surgido o nome do rio desbravado e batizado pelos espanhóis de “Amazons”.

Se a narrativa de Carvajal é verídica ou inverídica não é tão relevante. Passados não poucos séculos de não poucas transformações político-sociais, o *Río Grande* chamado de Amazonas emprestou seu nome a uma das unidades da Federação Brasileira – o Estado do Amazonas. E mesmo que as “Amazons” da mitologia grega – via Orellana e Carvajal – tenham sido ou não a origem do nome do rio e do Estado federativo brasileiro, em certa medida e sem testamento, legaram como herança ao termo Amazônia tal força e tensão de representação, como tensas e fortes são as narrativas míticas clássicas. Nesse sentido, refletindo historiograficamente sobre a Amazônia enquanto representação – termo e espaço – percebe-se o quanto de força há na obviedade de seus potenciais naturais e humanos paralelamente ao quanto de tensão há quando refletimos sobre a nem sempre evidente – mas sempre presente – relação de ordem e de constrangimentos, de usos e apropriações, que ao longo dos mais de quinhentos anos das mais diversas práticas, usaram a Amazônia como representação, mas não se reduziram restritivamente a discursos por “designar três realidades maiores”: das percepções e apreciações dos indivíduos das performances e estilizações simbólicas e da personalização da representação em um indivíduo ou grupo de indivíduos para estabilidade e continuidade social²¹.

¹⁹ ACCURSO, Ricardo. “Las amazonas de Frey Gaspar de Carvajal”. **Revista de Aula de Letras. Humanidades y Enseñanza**. Disponível: <<http://www.auladeletras.net/revista/articulos>>. Acesso: 29 jun. 2016.

²⁰ Provavelmente as *icamiabas*, que dominavam algumas regiões próximas ao Rio Amazonas.

²¹ CHARTIER, “A história hoje: dúvidas, desafios e propostas”. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, nº 13, 1994, pp. 97-1113. Disponível: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index>>. Acesso: 2 fev. 2015.

Como representação, a Amazônia permeará toda documentação disponível por mim acessada e ao considerar que todo documento é “verdadeiro” e “mentiroso” ao mesmo tempo²², ir além de sua aparência para alcançarmos suas condições de produção²³ se constitui um esforço trabalhoso pelo tempo demandado e pelo fluxo de informações nunca moroso para o historiador do Tempo Presente. A especialização metodológica e especificidade do conhecimento redobram o esforço pela necessidade de ser criterioso ao me debruçar sobre a documentação não apenas para identificar quem a produziu, com que interesses, a quem foi direcionada, sobre o que falou ou sobre o que silenciou. Também é criterioso e fundamental ir além das condições de produção para suprir a necessidade de perceber as tensões na Amazônia – ou nas Amazônias? – considerando que o conteúdo histórico, independente do formato do documento não é reduzido ao documento em si por este se relacionar às construções dadas socialmente²⁴ para “ligar a construção discursiva do social e construção social do discurso”²⁵ que constituirão os discursos em meu recorte.

Assim, a expedição de Francisco Orellana através do “Río Grande” possibilitou o reconhecimento do seu curso e extensão e acessou informações empíricas transformadas em dados cartográficos fluviais de fundamental importância para sua navegação, ainda que trouxessem as inerentes imprecisões que em grande medida as técnicas cartográficas mais avançadas em uso no século XVI resguardavam em si. E é esse aspecto que ainda mantém naquele momento a Amazônia na dupla condição de reconhecimento pela exuberância – do gigantismo florestal – e de estranhamento pelo desconhecido – o conteúdo interior –, definida pelo marechal-presidente Castelo Branco como “mistério que as envolve desde o início da colonização”²⁶. Reconhecimento fluvial e ao mesmo tempo desconhecimento de realidades propensas a alimentar a força e a tensão de uma Amazônia miticamente fantástica.

Em fins do século XIX e início do século XX, o *boom* econômico já estudado e comumente conhecido como Ciclo da Borracha, conformou-se em uma poderosa estrutura econômica que alimentou e se fez coincidir com o período da mais bela e vanguardista estética que o capital pudesse financiar, de um romantismo e historicismo nacionalizador e de um futurismo e racionalidade da ciência, sintetizados discursivamente pelos europeus como *Bélle Époque*. O termo e o *status quo* original francês foram importados para a Amazônia

²² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad.: Bernardo Leitão [et. al]. 4ª ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996, p. 548.

²³ Id., 1996.

²⁴ FLAMARION, “Os historiadores e o trabalho com o texto”, in: _____ e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 540.

²⁵ CHARTIER, loc. cit.

²⁶ CASTELO BRANCO, **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit., p. 15.

financiado pela rendosa economia da borracha, e transportou consigo a forte consciência de se viver uma *Belle Époque*, tornada na Amazônia a “época bela” que negou a tensão gerada pelas “riquezas produzidas”²⁷. Dito de outro modo, a força estética organizou e subverteu sob o modelo do belo europeu – que interessava à época – as tensões constrangidas pelas contradições de uma riqueza que se sustentou sobre a estranheza miserável dos seringais e no anonimato de seringueiros explorados econômicos, expropriados de sua condição humana e negados pela “época bela”. Forçosamente, negação tensionada pelo belo como uma Amazônia explorada. Mas cotidianamente mantida no anonimato (Imagem 01).

Ao longo de sua história, a Amazônia foi apropriada pelo popular iletrado e pelo eruditismo letrado que a assumiram e foram assumidos por suas representações. O iletrado “Silva” nordestino que abandonou o “seu” comum e conhecido sertão da caatinga e do cheiro de fome e morte trazido pela seca, se inseriu na desconhecida floresta Amazônica e experimentou a exuberância da “selva” muito além da etimologia do “Silva”²⁸ e com um modo peculiar, procurou acessar suas riquezas. O letrado “homem bom” da propriedade e dos negócios, conhecedor da *polis*, da *urbis*, da *cité* ou da *city*, já adaptado à floresta Amazônica em meio à apoteótica inserção do Theatro da Paiz dos sons e cantos de força romântica e de tensão poética da ópera O Guarani, com seu modo peculiar, procurou manter-se detentor do acesso às riquezas da Amazônia (Imagem 02 e 06).

A concepção de riqueza do “Silva” poderia seguir a escala ampla que ia desde ter três refeições diárias até – quem sabe? – um dia, talvez, se tornar comerciante ou proprietário de terras. Para o “homem bom” a riqueza já era cotidiana e sua escala era irrestrita: devia ser mantida, tornada perene, fosse pelos meios comuns da economia, fosse pelos meios e entremeios da política ou, o que geralmente aconteceu, pela junção de ambos (Imagem 03).

Presentes nessa estrutura social, ambos se desconhecem. O “Silva” desconhece o “homem bom” que vive na cidade, visto apenas como mais um “doutor” de terno, perfumado, usando cartola ou chapéu coco muito caros. Para o “homem bom” o “Silva” não é um nome, nem função (seringueiro) e se reduz a um mero número a mais constante do livro caixa de contabilidade empresarial. Permanecem mutuamente anônimos (Imagens 04 e 05). E, no entanto, há em ambos uma percepção comum: a exuberância da floresta e a necessidade de alterá-la para obtenção ou manutenção de ganhos. Direta ou indiretamente, ganhar através da

²⁷ A obra da professora Nazaré Sarges, **A Belle Époque: produzindo riquezas na Amazônia (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002, já é um clássico no estudo desse período desde sua primeira edição.

²⁸ Nome de origem latina que significa silvícola ou selva.

floresta é a essência da relação tanto do “Silva” quanto do “homem bom” impondo ou seguindo suas peculiaridades e tendo a Amazônia enquanto realidade e representação.

Obviamente, as relações nos seringais se constituíram bem mais complexas que essa curta e sintética exposição. Porém, a Amazônia foi a fonte de riqueza para os que nela se enriqueceram e fonte de ruína e miséria para os que nela se arruinaram ou viveram miseravelmente. Muito além da representação. E é nesse sentido que assumirá outras formas de representação remodeladas ou transformadas de acordo com as construções sociais dadas ao longo do século XX, mas sempre recriando e apropriando-se da “nova” Amazônia que interessava mais, oposta à “antiga” e desconhecida Amazônia que assombrava, como na fala do coronel-engenheiro João Walter de Andrade, então à frente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, durante a instalação do Conselho Deliberativo desse órgão a 5 de fevereiro de 1968, em Belém,

A Amazônia é um mundo a ser descoberto. Não nos compete o pessimismo e o desânimo diante das dificuldades impostas pela selva imensa que Alberto Rangel denominou de “Inferno Verde” e Ferreira de Castro de “Misteriosa e implacável, mundo bárbaro e assombroso que domina e que não é evocada sem um estremecimento de pavor”. [...] para eliminarmos esse quadro negro que mancha a grande nação brasileira, cumpre-nos o dever de lutarmos [...] até estabelecermos na selva uma sociedade economicamente estável, modelada ao mais alto padrão de civilização nacional²⁹.

No discurso do superintendente da SUDAM subexiste uma experiência temporal que ritmou o presente da Amazônia seguindo a ordem de um tempo futurista do século XIX, que marcou pela vigência das teorias que preconizavam leis naturais, imutáveis e impessoais, cabendo ao indivíduo uma ínfima margem de ação. Essa visão acabou por ser substituída por outra experiência temporal, esta presentista, que se tornou mais adequada e cabível aos prospectos e prognósticos da Operação Amazônia das décadas de 1960 e 1970. Entretanto, o “quadro negro” que manchou pode até não ter sido uma referência direta à “África negra”, termo que povoou a mentalidade e o simbolismo europeu neocolonialista³⁰ do século XIX e que se referiu aos espaços do continente africano até então completamente desconhecidos e considerados num estágio extremamente primitivo de evolução segundo as concepções do darwinismo social³¹. Além de classificar, o darwinismo social também justificou a ação colonizadora das nações europeias por considerá-las como modelo de civilização resultante de

²⁹ **Operação Amazônia**, op. cit., pp. 133-134.

³⁰ Cf. CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Porto Alegre: L&PM, 2001, p. 31. (Coleção L&PM Pocket, v. 81. Texto Integral).

³¹ Teoria científica do século XIX que adaptou ao meio social-histórico os elementos da Teoria da Evolução das Espécies, de Charles Darwin.

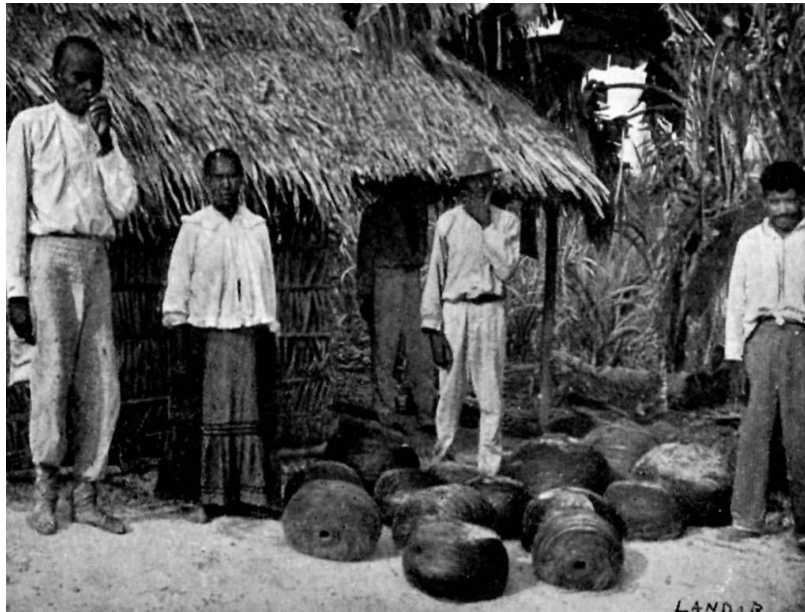
um estágio superior e avançado da evolução, o que lhe atribuiu legitimidade para pretensamente exercer sua ação civilizatória sobre os espaços primitivos e atrasados da África e da Ásia.

Dessa forma, o enunciado “quadro negro” na fala do superintendente da SUDAM conscientemente pode não ter retomado o darwinismo social *lato sensu*; mas inconscientemente evocou um simbolismo dramático e trágico *pari passu* às justificativas neocolonialistas do novecentos, representando implicitamente numa Amazônia a ser legítima e justificavelmente conquistada, colonizada e civilizada. Outra representação, semelhantes ações.

A partir de cada discurso, as Amazônias gradativamente emergiram conforme os interesses diversos foram se constituindo seletivamente segundo o que prognosticaram as coroas colonialistas, os governos provinciais a portuguesesados ou abasileirados, os provinciais governos monarquistas ou republicanos, os ricos exportadores de borracha da castanha, os republicanos coronelistas ou tenentistas, os presidenciais populismos ou os generalíssimos presidencialistas. Se o caráter “fantástico” ou “misterioso” mantinha nesses contextos a Amazônia do passado permanentemente atrasada, tornou-se necessário esvaziá-lo seletivamente desse conteúdo para levar a efeito o avanço da Amazônia segundo cada formato de real e de racionalidade que foram se substituindo e fazendo a substituição das representações das Amazônias. A coexistência de conhecimento e negação fez subexistir a Amazônia enquanto espaço natural de produção da riqueza da borracha sob a Amazônia beneficiada pela borracha como riqueza, formas de conhecer que selecionaram uma época bela de status social, erudição cultural e beleza estética e que ao mesmo tempo ignoraram e negaram as profundas desigualdades refletidas nos excluídos sociais, populares preconceituados e feios, o que silenciou pobreza, miséria e exploração. As Amazônias conviveram nos seus atrasos e avanços, no que conheceu ou negou. De uma ou de outra forma, representações que foram sendo reorganizadas e reconstruídas e que experimentaram passadismos e presentismos, se interpuseram ou se entrechocaram na historicidade, mas estiveram sempre no cotidiano ordinário de homens ordinários³² inumeráveis, comuns e perceptíveis, mas propositalmente ignorados.

³² CERTEAU, loc. cit.

Imagem 1 – A Amazônia dos “Silvas” anônimos. Cabanas dos seringueiros e bolotas de borracha: abandono social e miséria constantes, produzindo a riqueza transitória que passaria por Belém a caminho da América do Norte e Europa.



FONTE: PALITOT, Aleks. “A Amazônia e o ciclo da borracha”, **News Rondônia**. Disponível: <<http://www.newsronondonia.com.br/noticias/amazonia>>. Acesso: 20 abr. 2016.

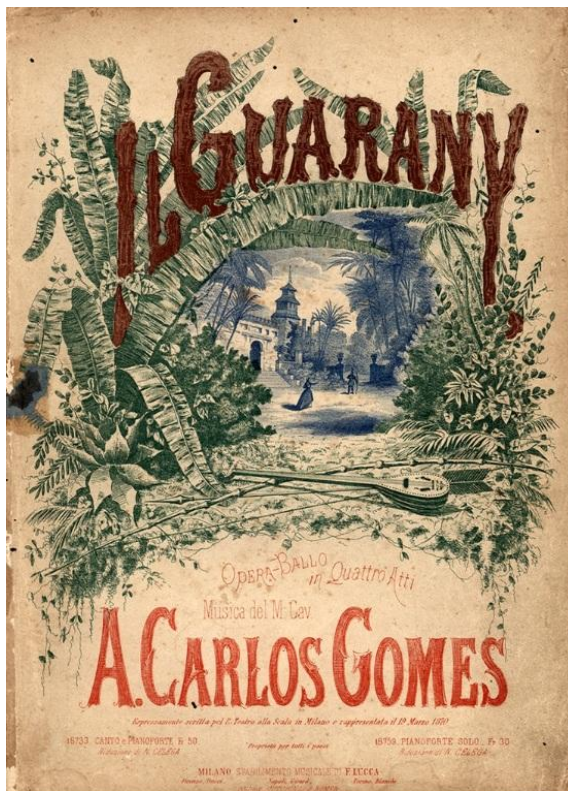


Imagem 2 – A Amazônia vista pela intelligentsia no Pará, Brasil e Mundo. Partituras da ópera *O Guarani*, composição romântica de Carlos Gomes, inspirada no homônimo livro indigenista de José de Alencar. Criaram música, poesia e epopeia amazônicas para a elite econômica e política, perpetuando o desconhecimento dos sons e caminhos da Amazônia real.



ernestonazarethsoanos.com.br

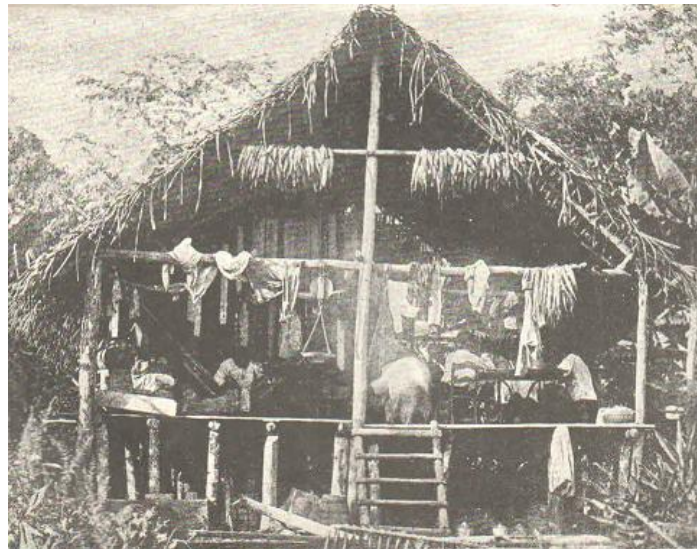
FONTE: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/75/Il_Guarany>. Acesso: 20 abr. 2016.

Imagem 3 – A Amazônia vista pelos comerciantes e trabalhadores (locais e estrangeiros) peças de borracha, exploração e riqueza acumuladas em frente à Estação Ferroviária de Guajará Mirim, Rondônia, década de 1940: objeto comum dos interesses de seringueiros (sobreviver) e seringalistas (lucrar, enriquecer e manter o *status quo* vigente na Amazônia).



Fonte: GOMES, Emmanoel. “O Segundo Ciclo da Borracha e a criação do Território Federal do Guaporé (I Parte)”. **Rondônia em Pauta.** (blog) Disponível: <https://www.google.com.br/search?biw=1024&bih=647&tbm=isch&sa=1&q=ciclo+da+borracha&oq=ciclo+da+borracha&gs_>. Acesso: 20 abr. 2016.

Imagem 4 – A Amazônia vista pelos seringueiros: típica casa de seringueiro, final do século XIX. A imagem circulou o mundo, o seringueiro permaneceu na mesma condição e lugar (sócio-geográfica).



Fonte: RODRIGUES, João Barbosa. A *Heveas* – Informações. Imprensa Nacional, 1900, in: “Tempos áureos?” . **Blog de Paulo Wadt** (blog). Disponível: <http://3.bp.blogspot.com/-zAgvgFE3XSI/UBsrUx3LwtI/AAAAAAAAAKE/1lwnsndrhW/s1600/casa_seringueiro_peq.png>. Acesso: 20 abr. 2016.

Imagem 5 – A Amazônia dos “homens bons”: Bosque Rodrigues Alves, Belém, Pará, 1907: “*Le bonheur en noir et blanc*”, fruto da passagem da riqueza em direção à Europa.



Fonte: **Jardins Históricos Brasileiros** (blog). Disponível: <<http://jardinhistoricosbrasileros.blogspot.com.br/2015/04>>. Acesso: 20 abr. 2016.

Imagem 6 – A Amazônia vista “universalmente” pela Europa: estand da Amazônia na Exposição Universal, Bruxelas, 1910, exhibe peles de animais, ervas, penas de aves, frutos em compota, “garrafadas”, chás: visão universalizada.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas. **O Globo**. Disponível: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/estudo-revela-que-23-milhoes-de-animais-foram-mortos-na-amazonia-20280141>>. Acesso: 20 abr. 2016.

O item *Nas notícias e falas de lá....*, apresenta alguns eventos rotineiros noticiados nas páginas do jornal *Correio da Manhã*, periódico do Rio de Janeiro. Utilizei eventos ocorridos nos anos de 1960 e 1970 para contextualizar aspectos do cotidiano ordinário que me permitiram identificar ações de valorização da atividade agrícola e também do desenvolvimento de técnicas agrícolas, da presença no Brasil de técnicos em agricultura europeus e estudantes de agricultura norte-americanos, de experiências e de incentivo a atividade pesqueira, de ações de arborização urbana, de ações do Projeto Rondon em várias regiões do Brasil e algumas ocorrências noticiadas como atos subversivos. Para relacioná-los em minha argumentação, utilizo algumas falas do Discurso do Rio Amazonas, proferido em 1940, pelo ex-presidente Getúlio Vargas. A pertinência dessa discussão em minha dissertação se justifica pela relação e influência desses eventos em temas do cotidiano ordinário das Amazônias.

1.1.2. Nas notícias e falas de lá....

Num domingo, 17 de janeiro de 1960, nas páginas do jornal carioca *Correio da Manhã*, eventos comuns teriam sido irremediavelmente esquecidos se não houvessem sido tornados registros de um cotidiano quase imperceptível, mas que podem representar: como o roteiro da visita dos jovens agricultores norte-americanos Wayne Niorman e Claire Kenyon, alunos da Juventude Rural (IFYE, sigla em inglês³³) que estagiavam no Brasil cumprindo Intercâmbio Internacional promovido pelo governo dos EUA e coordenado no Brasil pela Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR)³⁴; a pesca dos primeiros “dourados” no Rio Doce, em Minas Gerais, resultado do “peixamento [sic]” técnico realizado em 1956 pela Divisão de Caça e Pesca do então Ministério da Agricultura³⁵; ou a arborização total da cidade de Americana, São Paulo, com seis mil mudas de árvores de sombra fornecidas pela Secretaria de Agricultura do Governo daquele Estado³⁶. Aparentemente, “matutices” com gringos e com coisas interioranas.

Na mesma edição, noticiou o jornal *Correio da Manhã* que o Congresso Nacional dos Servidores Públicos que se realizaria entre os dias 3 e 5 de fevereiro daquele ano – promovido

³³ *International Farm Youth Exchange*.

³⁴ “[Para] promover um maior entendimento entre os jovens agricultores dos Estados Unidos e dos demais países”, in: “Agricultores dos E.U.A. fazem estágio no Brasil”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1960, 1º Caderno, p. 11.

³⁵ “Constituem fonte de riqueza dourados lançados no Rio Doce”, in: *Correio da Manhã*, loc. cit.

³⁶ “Cidade paulista será totalmente arborizada”, id., 1960.

pelo então deputado Lício Hauer³⁷ –, segundo o parecer e denúncia do chefe do Serviço de Relações Públicas do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, senhor Waldemar Gurgel do Amaral, era um movimento com fins políticos, de caráter subversivo e por isso, orientava enfaticamente que os servidores públicos deveriam preservar sua neutralidade e “se abster de comparecer”³⁸ ao Congresso. No alto da página, essa edição noticiava também um “Tumulto no Club dos Sargentos e Suboficiais da Aeronáutica”³⁹. Aparentemente, ocorrências vespertinas preenchendo páginas matutinas e leitores sonolentos.

Na terça-feira, 29 de março de 1960, chegava ao Rio de Janeiro proveniente de Belém, o diretor do Escritório Regional para Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO⁴⁰), René Cachôt, depois de realizar, à serviço daquele órgão, uma visita às cidades paraenses de Santarém e Curuá. Em Santarém havia estado com a equipe de técnicos da FAO presentes na região: dois ingleses especialistas em silvicultura e extração mecânica de madeiras; três holandeses peritos em economia agrícola, veterinária e inventários florestais; e um canadense, técnico em movimentação de serrarias⁴¹. Cariocas e outros gringos, dividindo um cotidiano interiorano com mocorongos paraenses.

Dez anos após essas notícias, num contexto histórico e político diverso, o Projeto Rondon⁴² V mobilizava em janeiro e fevereiro de 1970 cerca de cinco mil estudantes universitários distribuídos em áreas denominadas “de operação” e subdivididas dos vários Estados brasileiros. O objetivo foi levar assistência médica, dentária e sanitária, entre outras assistências as populações que viviam nessas regiões interioranas, consideradas e classificadas pela organização do Projeto Rondon e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), como muito pobres e sem uma infraestrutura básica. As “operações” dividiram-se em:

³⁷ Deputado Federal pelo PTB/GB, cf. **CPDOC/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/>>. Acesso: 18 dez. 2012.

³⁸ “Congresso dos servidores públicos tem caráter puramente subversivo”, *ibid*.

³⁹ *Id.*, 1960.

⁴⁰ Sigla do inglês *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, Organização das Nações unidas para Alimentação e Agricultura, está presente no Brasil desde 1949. seu escritório de representação no Brasil está sediado em Brasília, DF. Anteriormente, localizava-se no Rio de Janeiro, GB, cf. <<http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/pt/>>. Acesso 20 abr. 2016.

⁴¹ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1960, 1º Caderno, p. 13.

⁴² A ideia de levar universitários para conhecer a realidade brasileira surge em 1966, no Rio de Janeiro. Teve a participação de universidades do Estado da Guanabara, Ministério da Educação e Cultural e especialistas em educação. O primeiro Projeto Rondon partiu em 11 de julho de 1967, com uma equipe de 30 universitários e dois professores. Destino: o território federal de Rondônia. Durou 28 dias. Em 1968, expandiu-se para a Amazônia e Mato Grosso, com 648 jovens e maior participação do Governo. Durante suas atividades, o Projeto envolveu mais de 350.000 universitários em todas as regiões do País. Institucionalizado pelo Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968, subordinado ao Ministério do Interior, foi transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta pelo Decreto nº 67.505, de 6 de novembro de 1970, e em 1975, pela Lei Nº 6.310 de 15 de dezembro, quando foi instituída a Fundação Projeto Rondon. Em 1989, o Projeto Rondon foi extinto pela Medida Provisória nº 28/89 convertida posteriormente na Lei 7.732, de 14 de fevereiro de 1989. Disponível: <<http://www.projektorondon.defesa.gov.br/>>. Acesso: 20 mai. 2014.

a) *Operação do Jequitinhonha e Urucuaia*, da qual participaram 518 universitários do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, atuando nas regiões ao longo e no entorno dos rios Jequitinhonha e Urucuaia;

b) *Operação Bandeirante*, que através da parceria entre a Universidade Federal do Paraná e o Projeto Rondon, era realizada ao longo do ano nas áreas menos desenvolvidas do Estado do Paraná e movimentava cerca de 70 universitários paranaenses;

c) *Operação São Francisco*, coordenada pelo Movimento Universitário de Desenvolvimento Social, contou com cerca de 340 universitários da Bahia, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Paraná e alguns universitários de estados do Nordeste;

d) *Operação Bahia*, realizada com a participação de 151 universitários da Guanabara, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia;

e) *Operação Nordeste*, que abrangeu 100 municípios dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com apoio da SUDENE e que contou com um efetivo de 830 universitários de vários estados brasileiros;

f) *Operação Ceará*, movimentou universitários do Ceará (130), Guanabara e Rio de Janeiro (56), Paraná (30) e Santa Catarina (30); foram apelidados de “chapéus de couro” pela população cearense;

g) *Operação Meio-Norte*, ocorrida nas áreas dos estados do Maranhão e Piauí, recebeu 324 universitários que cobriram 83 municípios desses estados;

h) *Operação Mato Grosso*, contou com 673 universitários da Guanabara, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, que atuaram em quase todo o estado mato-grossense em 62 municípios;

i) *Operação Centro-Oeste*, contou com um efetivo de 610 universitários e atuaram em 89 localidades que abrangeram as áreas restantes do estado do Mato Grosso e as regiões ao longo dos rios Araguaia e Tocantins e da rodovia Belém-Brasília no estado de Goiás; e

j) *Operação Amazônia*, reuniu 1.300 universitários de todo o país para atuar em áreas da Amazônia Legal⁴³.

Coisas de interior. Gringos, técnicas agrícolas e piscicultoras, reflorestamento urbano, atos subversivos, política, Santarém e Curuá, mais gringos, universitários; pontos a primeira vista desconectados no tempo e espaço ou num contexto histórico político que em certa medida poderiam decorrer da fala de Getúlio Vargas, proferida em 10 de outubro de

⁴³ “Rondon V começa com 5 mil jovens”, *Correio da Manhã*, 19 jan. 1970, 1º Caderno, p. 15.

1940 no Teatro Amazonas, Manaus, e que nos ajuda a conectar e a compreender um pouco mais

[...] com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. É natural que uma imagem tão forte e dramática da natureza brasileira seduza o povo e as imaginações moças prolongando-se em duradouras ressonâncias pela existência em fora, através dos estudos dos sábios, das impressões dos viajantes e dos artistas, igualmente presos aos seus múltiplos e indizíveis encantamentos⁴⁴.

Obviamente, foi um discurso inflamado, retumbante. Seria mesmo poético, não fosse sua subjetividade ufanista num extremo e o interesse propagandista e político no outro extremo. Mas ainda assim, uma fala interessante, de uma vida interessante, como todas as outras vidas narráveis e que possibilitam insuflar vida às letras que narram a história⁴⁵. Getúlio Vargas ratificou aos seus interlocutores certos deslumbres que assaltaram sentimentos em encantamento, imaginação e sedução *pari passu* a ferocidade, aos perigos e à dramaticidade que tencionam o espaço natural da floresta, tão característico da Amazônia.

Entretanto, o discurso varguista foi mais além. Direcionou a subjetividade discursiva associando o gigantismo da floresta como a parte de um todo, o “grande país”⁴⁶ (“Pátria maior”) representado pela “grandeza da Amazônia” (“simbolizando a grandeza territorial”). Subtrai-se dessa fala referências à evocação de uma natureza nacional (“natureza brasileira”), certa cultura do interior (“vida primitiva”) e o meio natural que caracterizou o meio rural (“sua pitoresca extensão”). O discurso foi proferido em Manaus, capital do Estado do Amazonas no coração da Amazônia. Foi fala de um presidente da República que usou a Amazônia para inserir referencialmente o Brasil. Dito de outro modo: a Amazônia foi personagem principal, acionada pela inspiração de um personagem “mítico” e ilustre, para exaltar a heroicidade da grande personalidade histórica, “a Nação”⁴⁷. E mesmo que Getúlio Vargas tenha sido considerado o grande incentivador da indústria⁴⁸ ao longo das décadas de

⁴⁴ **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit, p. 9.

⁴⁵ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 42.

⁴⁶ Desde 1938, Getúlio Vargas promovia o “espírito de nacionalidade” e a “intervenção estatal na vida nacional”, in: D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011, p. 33. (Série Perfis Parlamentares, v. 62).

⁴⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar histórias**. A Biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. 217 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

⁴⁸ Associado às ações da “democracia econômica”, de “indústria de base”, do “nacionalismo econômico”, a “Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional”, ao “Conselho de Minas e Metalurgia”, a “Companhia Siderúrgica Nacional” e a “Companhia Vale do Rio Doce”, in: D’ARAÚJO, op.cit., pp. 33 e 34.

1940 e 1950, sua fala não excluiu a influência do meio rural historicamente envolvido com a lavoura canavieira, o extrativismo da borracha, a lavoura cafeeira ou a pecuária⁴⁹.

Como o meio agrícola dos norte-americanos Wayne Niorman e Claire Kenyon, vindos de outro “espaço de experiência” para vivenciar três meses de outros cotidianos no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina, ambientes agrícolas semelhantes aos dos EUA. Sua inserção nesses outros espaços sociais e em outras experiências de historicidade possibilitariam novas leituras e percepções sobre a agricultura, razão de ser do intercâmbio da IFYE. Às experiências norte-americanas trazidas de lá, somaram-se as outras experiências sul-americanas levadas daqui. Contudo, a omissão de sua inserção no espaço norte amazônico caracterizou certa proximidade espacial com os EUA e manteve o desconhecimento cultural. Restringindo a abrangência de novos espaços de experiência, sinalizou a pouca importância dada ao espaço norte amazônico como produtor agrícola ou extrativista e ao mesmo tempo manteve na ordem do dia sulista a necessidade de se avançar nas técnicas e na produção agrícola, contando com a juventude agrícola norte-americana e a novidade de experiências.

Mudanças no meio rural também foram importantes. Em 1960 os técnicos de pesca e piscicultores mineiros comemoraram a bem sucedida inserção de um novo espécime de peixe no ambiente fluvial do Rio Doce, novidade e sucesso que geraram um novo cotidiano de experiências e memórias partilhadas pelos que habitaram ou visitaram o entorno do Rio Doce, cotidiano que à distância se assemelhava aos que navegaram, habitaram ou trilharam, respectivamente, as águas, margens ou trilhas ao longo do rio Amazonas, seus afluentes ou território. Esse cotidiano rural permanecia importante nos seus vários aspectos, como a pesca, e contava então com técnicas modernas à época como o “peixamento” [*sic*] do Rio Doce.

Em 2015, atingido pelo derramamento de lama e rejeito de minério liberado pelo rompimento da Barragem do Fundão, município mineiro de Mariana, propriedade da *joint venture* Samarco, empresa associada à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e à empresa anglo-australiana BHP Billiton, o trágico acidente ambiental ocorrido no Rio Doce já é considerado o maior da história do Brasil e vai muito além da degradação ambiental: traumatizou o cotidiano de pelo menos 400 anos de historicidades e pelo menos 56 anos de experiências, lembranças e memórias após o feito do “peixamento” [*sic*] técnico, um sentimento catastrófico expresso na fala de Juliano Reis, pescador profissional e ribeirinho mineiro de 38 anos, lamentando ao observar o lugar que “[...] Tinha uma capoeira, onde

⁴⁹ Como as tentativas de estender direitos sociais aos trabalhadores do campo, id., p. 38.

ficavam as capivaras, bem ali, no encontro do Rio Piranga com o Carmo. A lama destruiu tudo, arrastou e matou os bichos. Não tem como a gente se conformar com o que ocorreu”⁵⁰.

A tragédia ambiental que criou a imagem e realidade de “terra devastada” que modificou o cotidiano do meio rural em torno do Rio Doce ocorreria em decorrência de décadas de acúmulo irresponsável de rejeitos minerais até o ponto crítico em que a Barragem do Fundão se rompeu. Acontecimento que surpreendeu como evento traumático a partir da fratura do meio ambiental, memorial, cultural e social, pressionando os que ainda vivem essa realidade⁵¹ a exemplo do pescador mineiro Juliano Reis.

Já os eventos de calendário classistas, como o Congresso do funcionalismo público federal ou as tumultuadas bebedeiras no Clube de Sargentos, eram rotinas peculiares e cotidianas. Mas que ao ser reexperimentadas como atos subversivos, colaborariam para fissurar gradativamente a vidrúcea política brasileira do início da década de 1960. Relidos consecutivamente como ameaças imediatas à Segurança Nacional e registrados arquivisticamente junto a outros atos semelhantes por órgãos de informações das Forças Armadas e Auxiliares, seriam classificados como transgressões subversivas da ordem e acumulados como argumentos de tensão para outras experiências traumáticas que fraturariam institucionalmente e que se justificaram pela necessidade de reordenar calendários e tempos, rotinas e espaços sociais, impondo nova ordem política e disciplinando o cotidiano social com um “novo tempo” para um “novo Brasil”. Ao longo dessa década no Brasil, política e segurança seriam imbricados em amplos planejamentos e diferentes graus de medidas de força para tornar coesos o controle de decisões e ações políticas, advindas de múltiplas posições populistas, conservadoras e golpistas. Fissuras e fraturas na política que foram sendo construídas e adequadas sem truísmos⁵².

Os ingleses, holandeses e o canadense que representaram a FAO, em Santarém, como especialistas silvicultores, madeireiros, agricultores, veterinários, engenheiros florestais e serralheiros, trouxeram consigo a experiência de técnicas avançadas da Europa e do norte da América para adaptar as peculiaridades de produzir na Amazônia tapajônica à necessária racionalização da extração madeireira, movimentação de serras, mecânica de maquinário agrícola, perícia econômica contábil e comercial e nos inventários materiais e de produção, imbricando suas vivências com as vivências dos santarenos. Diferenças e adaptações. Esses

⁵⁰ LOBATO, Paulo Henrique. **Rio Doce é o retrato da maior tragédia ambiental do Brasil.** Disponível: <<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/22/>>. Acesso 24 jul. 2016.

⁵¹ FICO, Carlos, “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. **Revista Varia Historia.** Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan/jun. 2012, p. 44. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>>. Acesso: 8 dez. 2012.

⁵² Id., 2012, p. 48.

“espaços de experiência” elaborariam os relatórios e estatísticas usados como banco de dados para pesquisas e estudos desenvolvidos pela FAO e que geralmente acabaram por sustentar dados, estatísticas, relatórios e votos apresentados na plenária das Nações Unidas, que são investidos em macros “prognósticos” como momentos conscientes de ação política⁵³.

Os universitários de diferentes regiões do Brasil deslocados para várias áreas de “operação” – inclusive a Amazônia – participaram de um movimento cujo discurso era colaborar para transformar a realidade de áreas pobres e sem infraestrutura. Se no início do Projeto Rondon partiu-se de uma ação cidadã voluntária, no momento em que o Ministério da Educação e Cultura passou a integrar essas ações a resultante foi sua absorção pela estratégia institucional, o que não descredenciou a ação cidadão, mas a investiu de outros simbolismos e significados. Esses jovens universitários não pertenciam aos meios assistidos pelo Projeto, então foram titulados como “doutores médicos”, “doutores enfermeiros”, “doutores dentistas” e “doutores professores”; “doutores da cidade”. Levaram consigo suas vivências profissionais “superiores”; técnica e racionalmente a acertada assistência do Terceiro Grau que colaborou para a gradativa transformação das vivências sem instrução das populações atrasadas e pobres dos interiores do Brasil.

Nesse sentido, levar a assistência dos saberes onde não havia saber ou deslocar o conhecimento para onde não havia conhecimento, não subverteu as ações médicas, clínicas, pediátricas ou odontológicas; nem eliminou a orientação sanitária e profilática que ajudou as populações assistidas na prevenção a doenças sexualmente transmissíveis ou da proliferação de endemias. Mas foram as tentativas de transformar realidades projetadas em realidades práticas que transformaram as tentativas, uma vez que essa composição ritualmente desnudou a existência do “recurso” nas cidades, oposta à “falta de recursos” no meio rural da paixão ou desejo de ver necessidades básicas supridas e que fez a população perceber nas ações dos universitários que supriram algumas dessas necessidades, que o recurso foi trazido ao campo porque existia na cidade e a forma de identificar os “doutores d cidade” ou os “chapéus de couro” cearenses, evocou a medida da compreensão de que esses sujeitos levaram alguma solução e satisfizeram, em última instância, esperanças latentes⁵⁴. Isso sintetizou dois aspectos: primeiro, levar parte da estrutura cotidiana das cidades para alterar parte da realidade pobre da zona rural simbolizou que a solução de muitos dos problemas da zona rural dependia tão somente do deslocamento de recursos da cidade para o campo; segundo, a solução estava na cidade e não no campo.

⁵³ KOSELLECK, op. cit., p. 32.

⁵⁴ NIGEL, Thomas. **A última palavra**. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 121.

Proximidade e desconhecimento, distância e semelhanças, diferença e adaptação, política e segurança, tentativas de transformar e transformação das tentativas, ações que provavelmente desconheciam a fala ufanista de Getúlio Vargas e ainda assim foram assaltadas simultaneamente pelo encantamento ortodoxo imposto pela cultura da cidade à vida no campo – à qual Raymond Williams procurou responder e combater⁵⁵ – e pela realidade das problemáticas críticas no meio rural percebidas desde a visão milimétrica de Euclides da Cunha⁵⁶, o que coloca bem junto à ferocidade, perigos e dramaticidade presentes nesse meio a imaginação que foi seduzida olhando para o passado e sendo empurrada para o futuro desconhecido e novo, muito semelhante ao *Angelus Novus* de Klee e que Walter Benjamin denominou “anjo da história”⁵⁷.

As tensões na cidade e no campo, as experiências com o tempo dentro dos “regimes de historicidade” e o fluxo contínuo do processo da história mais ampla do Brasil emprestaram semelhante dramaticidade que tencionou a sociedade amazônica nos seus “espaços sociais” urbanos e rurais em que a experiência das Amazônias nos “regimes de historicidade” ao longo de seu processo histórico foi *locus* de ações majoritariamente externas que inseriram mitos, visões, teorias, conceitos e projetos que transformaram a Amazônia numa “ilha na história”⁵⁸ tão próxima e ao mesmo tempo uma distante desconhecida por grande parte de sua população e instituições municipais, estaduais e federais: proximidade territorial e institucional e desconhecimento social; semelhanças e riquezas culturais regionais e distância em relação às regiões desenvolvidas; e a adaptação às políticas e projetos externos que visaram desenvolvimento com segurança em que as tentativas de transformar a realidade da Amazônia se tornaram realidades transformadas em tentativas de integração às realidades externas para colonização, industrialização e que contribuíram com outras Amazônias que se mantiveram ao redor da “ilha” Amazônia. As ações externas são bem conhecidas. Sua fala vem de cima. E ainda que sejam conhecidas precisam ser apresentadas para começarmos a localizar seu lugar no Tempo Presente. Começando pelas falas daqui.

⁵⁵ WILLIAMS, Raymond. **A política e as letras**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 306.

⁵⁶ “Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos”, CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 205.

⁵⁷ “Tese 9”, BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. 3ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 226.

⁵⁸ HARTOG, op. cit., p. 59.

No item *Nas notícias e falas daqui...*, passo a argumentar sobre eventos noticiados nos periódicos paraenses *Folha do Norte*⁵⁹ e *O Liberal*⁶⁰, a partir dos quais dou continuidade à linha de argumentação do item anterior fazendo uma ponte entre os eventos nacionais que denominei *notícias de lá* com os eventos regionais que denominei *notícias e falas daqui* para estabelecer a relação que me permite argumentar aspectos da historicidade que farão a transição para o próximo tópico da dissertação.

1.1.3. Nas notícias e falas daqui...

Em Belém, a *Folha do Norte* relatava experiências agrícolas em janeiro de 1970. A manchete “IPEAN quer incrementar a cultura do chá na região”⁶¹ chamava a atenção para um projeto do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN) de implantação da cultura do Chá da Índia na Amazônia. A prática já era comum entre os colonos japoneses do Núcleo do Guamá, Pará. Mas a novidade da experiência do IPEAN era a “IAC-259”, Estação de Registro da rede do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), trazida de uma viagem a São Paulo pelo agrônomo Abner Gurgel Gondim, que visitara as plantações de chá do litoral paulista e suas onze fábricas de beneficiamento.

Além do Chá da Índia, a pimenta do reino era debatida pelo IPEAN em reunião que discutia técnicas para melhorar a qualidade da pimenta⁶². Para tanto, o combate ao “vírus do mosaico do pepino” que ameaçava as plantações, seria iniciado com a vinda de técnicos paulistas para dar orientação aos produtores de Tomé-Açú, Pará. Enquanto isso, na Foz do rio Amazonas continuou a corrida em busca do “ouro negro” através da “Plataforma submarina

⁵⁹ Fundado em 1896 por Enéas Martins e Cipriano Santos, fez oposição ao interventor Antonio Lemos ao sustentar as ideias do Partido Republicano Federal de Lauro Sodré e Paes de Carvalho. Nos anos 1930, sob a direção do jornalista Paulo Maranhão, conviveu socialmente com o “baratismo” e com Magalhães Barata, afilhado de Lauro Sodré. Em 1933 rompeu relações pela censura de Barata que suspendeu a circulação da *Folha do Norte* por quatro dias, devido uma nota criticando a decisão do interventor de punir funcionários públicos. A guerra declarada durou até 1959, ano da morte de Magalhães Barata. A *Folha do Norte* circulou até 1974, quando foi comprado pelo jornalista Rômulo Maiorana.

⁶⁰ Fundado em 1946, durante a “redemocratização” após a deposição de Getúlio Vargas. Era de propriedade de Magalhães Barata, Moura Carvalho, João Camargo, Dionísio Brito de Carvalho, Lameira Bittencourt. Obviamente, defendeu Barata dos ataques da *Folha do Norte*, carimbado como veículo do Partido Social Democrático. Em 1950, seu redator, Paulo Eleutério Filho foi assassinado dentro da redação do jornal. Em 1953, suas oficinas foram incendiadas. Em 1965, Ocyr Proença dirigia o jornal e apoiou o coronel Jarbas Passarinho e o tenente-coronel Alacid da Silva Nunes. Em 1966 foi adquirido pelo jornalista e lojista Rômulo Maiorana que assinava uma coluna no jornal.

⁶¹ 8 jan. 1970, 1º Caderno, p. 11

⁶² “Pimenta volta ao debate”, id., 1970.

Penrod-55”, pertencente a uma empresa norte-americana então contratada e “rigorosamente fiscalizada”⁶³ pela Petrobrás.

Na capital gaúcha, em julho de 1971, a produção da soja era destaque nos debates sobre economia e produção em sessão da Assembleia Legislativa Estadual daquele Estado e estampava as páginas de *O Liberal* em Belém. Elevada pelo deputado gaúcho Adolfo Puggina à posição de “ciclo econômico da produção primária brasileira” destacada na manchete como “Soja gaúcha é igual ao café paulistano”, aquele político postulava que

[...] a soja está para o extremo sul do Brasil, como o trigo e a carne, ou como o açúcar para o nordeste, e o café para o centro-sul, São Paulo e Paraná, especificamente. As culturas de trigo e soja no Rio Grande do Sul deverão totalizar 30% da produção agropastoril do Estado ficando a metade desse percentual para o cultivo da oleaginosa. Por muito tempo, diz Puggina, soja e trigo deverão pontear as produções [...]⁶⁴

Também em julho de 1971, passaria por Belém José Ubirajara Tim, Procurador da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE⁶⁵) e acessor do então Ministro da Agricultura Cirne Lima. Viajando a serviço do Ministério da Agricultura, passou por Belém indo em direção às cidades de Santarém, Bel Terra e Fordlândia entre outras. Em Belém

[...] teve a oportunidade de manifestar seu entusiasmo pelo trabalho que a Delegacia Regional da SUDEPE vem desenvolvendo em Belém dizendo que esta sua observação será levada ao conhecimento da superintendência fazendo-lhe referências elogiosas pelo assessoramento que vem recebendo nesta cidade [...]⁶⁶.

O tom de orgulho e de grandiosidade na fala do parlamentar gaúcho, o trabalho de um jornalista reportando uma fala tornada notícia veiculada em periódicos de circulação nacional e no periódico paraense, operou a transformação que tornou a fala local gaúcha num acontecimento nacional e paraense e que atribuiu lá e aqui superioridade à agricultura gaúcha. As observações “entusiasmadas” do procurador da SUDEPE geraram promessas de que o trabalho dos técnicos paraenses daqui seria levado ao “conhecimento” dos escalões superiores daquele órgão regulador em Brasília.

⁶³ “Petróleo poderá jorrar na Foz do Amazonas”, *Folha do Norte*, 19 jan. 1970, 1º Caderno, p. 8.

⁶⁴ *O Liberal*, 19 jul. 1971, 1º caderno, p. 8.

⁶⁵ Em 1967, com o Decreto-Lei n.º 221, ocorre o divisor de água para a atividade pesqueira no Brasil, ao ser definida como indústria de base com incentivos fiscais e a grande possibilidade de concentrar, modernizar, dinamizar e expandir o setor, participando de uma industrialização pesada, além de ser isentada, até 1972, de impostos sobre importações, produtos industrializados, embarcações de pesca, equipamentos e máquinas, aparelhos e instrumentos de pesca. Ainda no ano de 1967, o Senado Federal aprovou o Decreto n.º 60.401 e com ele o programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro no Brasil (PDP) e também a comissão de pesca. Evidencia-se grande colaboração do Fundo Especial das Nações Unidas (FAO) junto ao desenvolvimento nacional da pesca. Disponível: <<http://www.webartigos.com/>>. Acesso: 20 mai. 2014.

⁶⁶ *O Liberal*, 21 jul. 1971.

Ambas as falas não chamaram a atenção por questões regionalistas nem silenciaram aspectos nacionalistas tão apreciados pelo ufanismo da década de 1970. Foram falas e notícias que geraram expectativas na forma como os enunciados “soja gaúcha” e “sua observação” foram impregnados de “simbolismo consciente”⁶⁷. A “soja gaúcha” enquanto cultura agrícola e técnica de produção, mais a sua localização ao Sul, foram imbricadas de uma superioridade reforçada pela forma como foi assemelhada a um dos produtos agrícolas brasileiros mais importantes pelo histórico conjunto região/cultura/divisas: o café paulista. E numa sociedade brasileira da década de 1970, com instituições fortemente hierarquizadas pelo tecnocracismo, um departamento regional receber a atenção de uma superintendência federal por um trabalho técnico bem realizado, traria não apenas reconhecimento. Atribuiria status. E unia pontos em comuns.

Vem de lá falas de um interesse na agricultura e em medidas que visassem um melhor aproveitamento econômico de recursos naturais: como o “peixamento [*sic*] técnico” do Rio Doce dos mineiros; ou uma melhor ambientação das cidades, como a “arborização total” de Americana pelos paulistas. São testemunhas e um testemunho sob os quais subexiste um interesse que já havia se manifestado entre os órgãos governamentais Federais, Estaduais e na mentalidade da população do Sul, Sudeste, Centro ou Norte muito antes da década de 1970.

A vinda de agricultores norte-americanos ao Brasil e técnicos europeus para conhecer práticas e técnicas agrícolas então em uso nas várias regiões brasileiras ou ensinar técnicas em uso nos seus respectivos países, reforçava certa linha de pensamento e ações que vinculavam agricultura e expansão econômica presente desde a década de 1940, desenvolvida no decorrer dos anos de 1950, ligada às sempre polêmicas questões de reforma agrária da explosiva década de 1960 e que seria um pensamento ainda vivaz ao longo da década de 1970, como percebido na manchete “Plantio de 50 mil hectares de seringueiras nas novas estradas”, veiculada pelo jornal paraense O Liberal de julho de 1971, informando que,

O deputado Gabriel Hermes Filho, juntamente com outros parlamentares da Amazônia Legal, solicitou audiência ao Presidente Médici esta semana, para apresentar um projeto de grande interesse [*sic*] para a região Amazônica. Louvado em estudos elaborados por renomados técnicos, os parlamentares vão solicitar ao presidente da República providências no sentido de que sejam plantadas ao longo das estradas que estão surgindo em nossa região, como a Transamazônica, a Cuiabá-Acre e a Perimetral, cinquenta mil hectares de seringueiras, capazes de, em futuro próximo, promoverem nossa emancipação econômica uma vez que a experiência

⁶⁷ THOMPSON, op. cit., p. 204.

com o plantio da hevea *brasiliensis* em outras partes do Brasil e do mundo alcançou o mais absoluto sucesso⁶⁸.

Contando com a aquiescência do Legislativo paraense, que se pronunciara solicitando ao Executivo e à Secretaria de Agricultura “junto aos órgãos competentes para a formulação de um planejamento de desenvolvimento da heveacultura [também] no Planalto Santareno”⁶⁹, repetiram continuamente solicitações como reprises de si mesmas em enunciados de “projetos de grande interesse”, “estudos elaborados”, “renomados técnicos”, “hectares⁷⁰ de seringueiras”, “futuro próximo”, “emancipação econômica”, veicularam ideias que se intentavam tornar práticas no Pará, por iniciativa de políticos, cientistas e técnicos paraenses, as ideias e ações do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Reproduzia-se assim uma forma de pensar carregada de certo idealismo que fazia ecoar o ranger das porteiras que mantinham a economia do Brasil vinculada à produção agrícola, o que impregnou a associação e comparação política e produtiva da soja gaúcha com o café paulista e sua indefectível carga de interesses econômicos margeados e limitados pelas cercas do latifúndio.

Ideias e lugares, produtos e lugares de produção inseridos numa intriga narrativa histórica que não sofreu nenhuma suspeição crítica, ainda que inscritas num tempo de desconfianças⁷¹. As notícias e falas que vieram lá de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, como lugares e locais de produção, encontraram boa terra por aqui. Tornaram-se ideias-produtos e notícias daqui em decretos, projetos, máquinas, técnicos, sementes, plantações, falas, palavras, sons e silêncios, o que não significou redução a discursos regionalistas, aculturação, exploração ou vitimização uma vez que também existiam interesses aqui.

A inserção das ideias que partiram do centro das decisões incidiu sobre uma região idealizada por decisório externo. Idealmente, uma Amazônia “descolada” do território nacional por não estar integrada, atrasada por não possuir expressividade agrícola ou industrial, que passou a ser “esvaziada” pela inserção dos “espaços vazios” e que decisoramente precisava ser integrada aos interesses do restante do capital nacional e deveria ser ocupada para preencher seu esvaziamento. Como “ilha da história” a Amazônia foi

⁶⁸ **O Liberal**, 11 jul. 1971, 1º Caderno, p. 3.

⁶⁹ “Pronunciamento do deputado estadual Paulo Lisboa”, *Atas Alepa*, 27ª Sessão Ordinária, 12 mai. 1971, p. 341. (arquivo n. 114812)

⁷⁰ O uso da medida hectare dá ideia de organização social dissociando outras propostas e práticas extrativistas de fins do século XIX e início do século XX.

⁷¹ “Os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados. [...] Desde então veio o tempo da desconfiança. Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor”, cf. CERTEAU, loc. cit.

rodeada pela história que nela só percebia semelhanças do que se podia e interessava relacionar ao nacional, criando pontes que ligaram a “Amazônia” e o “índio” a “brasilidade”; ou a “grandeza” (“País grande”) a “Carajás”; ou, ainda, a “castanha” e o “açai” paraenses apropriados como “do Brasil”.

E ao longo do passado e presente de sua ocupação, a Amazônia foi e tem sido relegada ao presente forçosamente puro⁷² da representação comum da floresta ou como região que foi postada para experimentar como expectadora as diferentes e adaptadas montagens espetaculares de sua grandiosidade e potencialidade, sempre numa posição brutal de distância cada vez maior de si mesma⁷³, violentamente tencionada pelas ações mitológicas, visionárias, teorizadas, conceituadas projetadas e vindas de fora. Negaram à sociedade seu protagonismo no espaço e no tempo de sua própria historicidade que, nesse sentido, foi “acelerada”⁷⁴ de tal forma, que o presentismo moderno impôs “espaços de experiência”⁷⁵ inseridos como o novo, o moderno e o transformador; outras experiências, inseriram outros espaços, acionaram outros “horizontes de expectativas”⁷⁶ que ao negarem o passado à Amazônia, permitiram somente o presente priorizado das expectativas/perspectivas externas entrechocando-se com as preteridas perspectivas/expectativas internas. Idealmente mitologizada como na lenda das Amazonas; decisoramente tão estrangeira como Orellana e Carajal. Uma nova “operação” começaria a ser planejada, com outra representação. E uma “nova” Amazônia foi sendo tensionada.

⁷² HARTOG, loc. cit.

⁷³ Id., 2013, p. 77

⁷⁴ Ibid., p. 103.

⁷⁵ KOSELLECK, op. cit.

⁷⁶ Id., 2006.

1. 2. Uma representação pra se apropriar.

Gritar “Alerta” e deixar passar os cães de guerra.
William Shakespeare⁷⁷.

A partir do item *Pela mnemósine militar*, minha argumentação se concentra na análise de algumas das principais fontes primárias do discurso oficial militar-civil no Pará. Procuo analisar a discursividade presente nos documentos intitulados “Relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais” e “Álbum da Operação Amazônia” por ambos trazerem em seu bojo visões e influências da cultura militar e tecnocrática além de operarem a denominação e proclamação da Operação Amazônia.

1.2.1. Pela mnemósine militar.

Na instrução e ação militar o memento é o meio didático de memorização das etapas e processos de uma operação militar. Seguindo os níveis da hierarquia, há mementos de ações de Estado Maior e mementos de ações de frações de tropas, como o memento de patrulha. Ele é ensinado, exercitado, memorizado e cobrado a exaustão para que as ações militares, nos seus mais diversos níveis hierárquicos, sigam corretamente as determinações estratégicas e táticas e para que avaliações e decisões durante as ações se deem de forma clara, enérgica e efetiva. Disso decorre necessariamente que todos os membros de uma operação necessitam saber o que cada um fará por conhecerem as missões uns dos outros.

Antecedendo a execução de qualquer operação, primeiro há a expedição da Ordem Preparatória que conduzirá todas as ações de reconhecimento, avaliação, previsão e planejamento de uma operação, passos geralmente executados por tropas de número reduzido e especializados em operações de reconhecimento que efetuam a “Avaliação Estratégica de Área Operacional”⁷⁸. Nela, o memento prevê que sejam reconhecidas “características da área” (posições relativas, dimensão e forma), aspectos “fisiográficos” (relevo, hidrografia, solo, clima, meteorologia, vegetação, litoral), “aspectos econômicos” (recursos, centros industriais, energia, transportes, sistema de comunicação), “aspectos psicossociais” (população, mão de

⁷⁷ Apud FORSYTH, Frederick, **Os cães de guerra**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

⁷⁸ “Apêndice 2”, in: MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia**. Manual de Campanha C-124-1. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. 3ª edição. [S.I.: s.n.], 2001, p. A-2-1.

obra, saúde pública, situação cultural e religiosa, situação moral e opinião pública), “aspectos políticos” (administração, centros políticos, defesa), “aspectos científico-tecnológicos” (graus de desenvolvimento, pesquisas, capacidade científico-tecnológicas para fins militares, etc.), “aspectos militares” (organização, capacidade operacional, capacidade logística, mobilização). Feito o reconhecimento, os dados obtidos são analisados por um Estado Maior que planeja ações e provê os meios necessários para que um corpo de tropa (em maior número e com mais recursos) seja previsto de acordo com as necessidades para o pleno cumprimento da ação.

Após esse processo preparatório que determina missão, objetivos, estratégias, táticas, meios, prazos e os elementos que executarão a missão, é expedida a Ordem à Patrulha que, dispondo de todos os meios necessários à execução da operação, autoriza e instrumentaliza um corpo de tropa para o cumprimento da missão determinada através da Ordem à Patrulha e que obriga – por força de treinamento e adestramento – o cumprimento de todos os passos do momento de patrulhas. Cumprida a missão, tudo o que ocorreu entre (antes/durante) o planejamento, cumprimento e regresso da missão (durante/após), é descrito no Relatório da Patrulha para checagem, análises e base de dados para futuros estudos de ações. É nesse sentido que a Hipótese de Estratégia “A”

[...] que trata da defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, [...] baseada na Doutrina Gama [...] apresenta duas variantes [...]. A primeira [...] um oponente que possui um poder militar semelhante ou inferior ao nosso [...], procurar-se-á a rápida decisão do conflito, com o emprego de força [a] estratégia a ser privilegiada será a [...] Ofensiva. A segunda [...], agressão por poder militar incontestavelmente superior [...], serão empregadas forças regulares e mobilizadas, preponderando [...] ações não convencionais, em um combate prolongado, evitando-se o engajamento direto com as forças inimigas. A estratégia a ser privilegiada será a da Resistência.⁷⁹

Apesar da menção aos Manuais C-104-1 (de Estratégia) e C-21-75 (de Patrulhas) em suas edições de 2001 e 2004⁸⁰, respectivamente, seu uso não se torna anacrônico devido seu conteúdo doutrinário orientar-se desde a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial – cujos efetivos foram adestrados por militares norte-americanos antes de seguir para a Campanha na Itália – pelos manuais norte-americanos. Essa orientação e doutrina ainda estão presentes – se não no todo, mas em ampla

⁷⁹ MINISTÉRIO DA DEFESA. **Patrulhas**. Caderno de Instrução 21-75-1. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. 1ª ed. [S. I.: s.n.], 2004. p. 1-2.

⁸⁰ Edições as quais tive acesso.

medida – nos manuais e publicações tradicionais das Forças Armadas⁸¹. Dessa cultura militar vieram o marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e o marechal-ministro Oswaldo Cordeiro de Farias. Ambos receberam na juventude uma formação de excelência, mas foi o ensino especializado e direcionado que os inseriu num *habitus* criador da identidade corporativa do *esprits du corps*⁸² que fez pesar o adestramento militar, sugerindo que a orientação e experiência de observação, coleta de dados, análise e planejamento para tomada de decisões, tanto em Castelo Branco quanto em Cordeiro de Farias, obviamente não procedeu necessária ou academicamente das Ciências Humanas. Mesmo que suas biografias já escritas⁸³ e certo senso comum entre brasileiros e o academicismo dos brasilianistas⁸⁴ dediquem a Castelo Branco⁸⁵ certa cultura intelectual e deem a Cordeiro de Farias um alto nível de excelência⁸⁶, ainda assim, a base e a extensão de suas visões poderiam até não derivar diretamente da caserna, mas eram profundamente influenciadas por sua profissão militar comum e experiências militares individuais: de Castelo Branco no Estado Maior e de Cordeiro de Farias nas “trincheiras” tenentistas ou golpistas. De toda forma, dois “letrados”⁸⁷.

Gaúcho de Jaguarão, o marechal Cordeiro de Farias assumiu a chefia do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais (desde agora *Mecor*⁸⁸), cargo

⁸¹ Durante o período de meu serviço militar (1995 a 2000) no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), fui durante dois anos o encarregado da biblioteca, mapoteca e meios audiovisuais da 3ª Seção ou Seção de Operações do Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém (GPTFNBe), onde servia. Minhas responsabilidades incluíam preparar croquis a partir de fotografias aéreas e cartas topográficas para operações em toda a área da Amazônia Legal, digitar textos e dispor meios para os *briefings* do Oficial de Operações ou do Comandante do GPTFNBe ao Estado Maior e aos comandantes de Companhias de Fuzileiros e, também, de manter o registro das mais de 200 publicações da biblioteca do S-3, constando de manuais operativos ostensivos ainda mimeografados ou datilografados, publicações com o selo da BIBLIEX e do CFN e pelo menos uns 20 manuais norte-americanos. Fiz a comparação entre o Livro Básico do Fuzileiro Naval (CFN) e o *Guidesbook of Mariner USMC* (Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos) que dispúnhamos. Entre um e outro as diferenças eram somente o idioma, as bandeiras nacionais e os símbolos das corporações. De resto, possuíam o mesmo conteúdo e até repetiam as mesmas falhas de impressão das ilustrações e esquemas táticos.

⁸² “[...] o sentimento de pertencimento corporativo e respeito à hierarquia foi determinante para a coesão entre os militares em alguns momentos agudos do regime pós-64, o exemplo mais claro foi a sucessão presidencial de Castello Branco, em 1966 e 67, que desagradou parte significativa da corporação, que se resignou diante da prerrogativa de manter a unidade”, in: IORIO, Gustavo Soares, “Cordeiro de Farias e a modernização do território brasileiro por via autoritária. A gênese do Ministério do Interior (1964-1966)”. *Revista TerraBrasilis* (Nova Série), jun. 2015, p. 7. Disponível: <<http://terrabrasilis.revues.org/1638>>. Acesso: 10 abr. 2016.

⁸³ Thomas Skidmore se disse “estarecido com a paciência dos brasileiros em ficar aqui recebendo todas as informações dos estrangeiros, dos ‘gringos’”, SKIDMORE, Thomas, “Entrevista, 30 de Maio de 1988”. *Memória Roda Viva*. Fapesp, Fundação Padre Anchieta. Disponível: <<http://www.rodaviva.fapesp.br/>>. Acesso: 7 abr. 2013.

⁸⁴ Acadêmicos norte-americanos e europeus que estudam o Brasil.

⁸⁵ John W. Foster Dulles, **Castelo Branco**: o caminho para a presidência. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979 e **Castelo Branco** – O presidente reformador. Brasília: UNB, 1983; de Luís Viana Filho, **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

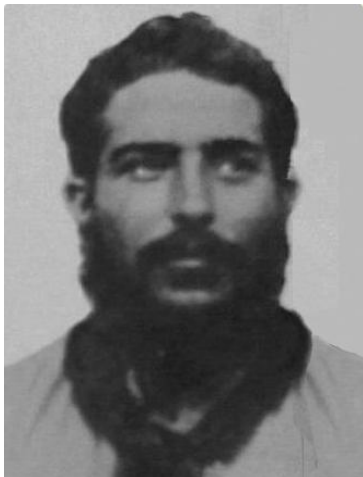
⁸⁶ IORIO, op. cit. passim.

⁸⁷ Idem, p. 7.

⁸⁸ Cargo exercido pelo marechal Cordeiro de Farias (entre 1964 e 1966), João Gonçalves de Souza (entre 1966 e 1967) e os interinos Geraldo de Almeida Pinto e Cícero de Oliveira Sales.

criado pela Lei n.º 4.344, de 21 de Junho de 1964⁸⁹, protótipo do que viria a ser o Ministério do Interior (MINTER)⁹⁰. Recebeu como missão prioritária “[...] identificar para a Amazônia bases para uma reformulação de política de desenvolvimento e de segurança [...]”⁹¹. O sentimento do marechal-ministro ao receber o cargo de *Mecor* foi resgatado por Gustavo Soares Iorio e expresso nas próprias palavras do velho tenentista como um “reencontro com o Brasil da Coluna” no qual ele estabeleceu uma ligação de sentido e destino entre “ser guerrilheiro e ministro” (Imagem 7 A, B e C), o que reforçou em sua individualidade a noção consciente de um “dever cívico”⁹² que envolveu o guerrilheiro, o marechal e o ministro, sempre baseado no soldado Cordeiro de Farias.

Imagem 7 A, B, C – Cordeiro de Farias em três tempos: o soldado da trincheira durante a Coluna Prestes (A), o marechal do Estado Maior em tempos democráticos (B) e o marechal-ministro em tempos de ditadura militar-civil (C): entre o comando e o tecnicismo, a base ainda era o soldado.



Disponível: <http://4.bp.blogspot.com/-3KcX_858_Gk/UJ-ed_U2BbI/AAAAAAAAAeU/xE07>. Acesso: 21 abr. 2016; <http://www.fernandomachado.blog.br/novo/wp-content/uploads/2016/08/>>. Acesso: 21 abr. 2016; <http://www.pe.gov.br/_resources/files/_modules/governadores/governadores>. Acesso: 21 abr. 2016.

Lançando-se a campo, o *Mecor* revisitou a maior parte do Brasil e também a Amazônia, num percurso que em muito lhe assemelhou à sua atuação e participação como militar no Movimento Tenentista (1922-1924), na Coluna Prestes (1925-1928), na

⁸⁹ Cf. **Diário Oficial da União**, de 23 jun. 1964, seção I, p. 5.433; e Coleção de Leis do Brasil, v. 3, 1964, p. 73.

⁹⁰ IORIO, op. cit., passim.

⁹¹ MECOR. **Operação Amazônia**. Relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. [S. I.: s. n.], 1967.

⁹² “Cordeiro de Farias fez parte de uma geração de militares convencida do “papel cívico” da corporação (*i.e.*, legitimação da interferência na política dos detentores das armas) [...]. Esta geração encabeçará o movimento conspiratório que resulta no golpe de 1964. Seus oficiais transcendem as casernas para se fazerem ativos nos embates políticos, ideológicos. [...] e intelectuais no tocante às questões sobre os rumos da modernização brasileira., a bem da verdade, estes oficiais veem a si mesmos como a própria encarnação da modernização [...]”, in: IORIO, op. cit., p. 7 e 8.

conspiração contra o governo do presidente Washington Luís (1928) e nas ações militares de 1930, 1932 e 1935⁹³. Seu depoimento ao CPDOC entre 1976 e 1980 foi organizado e publicado em 1981 por Aspásia Camargo e Válder de Góis com o título “Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias”⁹⁴.

Seu perfil biográfico que oscilou entre soldado-marechal ou marechal-ministro pouco importou pelo vasto *curriculum vitae* na observação, reconhecimento e ação militar, mas redundou na composição do “Relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais”⁹⁵ (desde agora *Relatório Mecor*) que recebeu muito propriamente o título de Operação Amazônia⁹⁶. Isso contextualizou em grande medida a elaboração desse documento sob o comando do soldado-marechal que contou com o assessoramento tecnocrático civil e sua normatização técnica, mas foi pensado *stricto sensu* como um memento operativo militar.

A apresentação do marechal-ministro ao marechal-presidente contou com análises que foram mais orientadas para a realidade e linguagem comum de um teatro de operações⁹⁷ do que de um meio socioeconômico complexo como a Amazônia, cuja teorização e concepção no *Relatório Mecor* se assemelharia, sem anacronismos, ao atual “conceito básico de poder nacional” como um

a) Conjunto integrado dos meios de toda a ordem de que dispõe a nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter os objetivos nacionais.

b) [...] estudado em cinco expressões: política, econômica, científico-tecnológica, psicossocial e militar. Apesar de dividido por expressões, deve ser uno e indivisível.

[...]

c) O poder nacional apresenta-se como uma síntese de vontades e de meios de toda a ordem, destinado a cumprir um papel fundamental na sociedade nacional, de modo a assegurar-lhe sobrevivência, ordem, equilíbrio, coerência e desenvolvimento.

d) No conceito de poder nacional estão contidos dois elementos básicos: a vontade de agir e a capacidade dos meios para atingir os objetivos nacionais⁹⁸.

Do mesmo modo que o “poder nacional” é concebido como uma ação lançada para fazer valer os “objetivos nacionais”, as dificuldades ao longo dessa operação de guerra não foram ignoradas: foram previstas, e para superá-las e vencê-las foram sugeridas ações

⁹³ FARIAS, CORDEIRO DE. CPDOC/FGV. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/>>. Acesso: 18 dez. 2012.

⁹⁴ Id., 2012, p. 8.

⁹⁵ MECOR. **Operação Amazônia**, op. cit.

⁹⁶ O termo aparece na capa e na folha rosto do *Relatório Mecor*.

⁹⁷ “Bases da Estratégia Militar”, in: **Estratégia**, op. cit., p. 3-3/3-4.

⁹⁸ Id., 2001, p. 2-1.

coordenadas de pesquisas, estudos, análises de impactos no ambiente natural e no meio social “a fim de encontrar alternativas de industrialização aceitáveis no quadro econômico regional prevalecente”⁹⁹. É nesse aspecto que aflorou o soldado-marechal sobre o engenheiro militar e o marechal-ministro, ao transformar os resultados do *Relatório Mecor* num literal relatório de operação de reconhecimento, no qual, após mais ou menos 200 laudas datilografadas, o *Mecor* pode não ter citado William Shakespeare gritando alerta para a passagem dos cães de guerra¹⁰⁰, porém, deu à sua apresentação um sentido shakespeariano em duas proposições ou prognósticos apresentados

[...] como primeira tentativa à solução do problema amazônico: a) organizar uma “OPERAÇÃO AMAZÔNICA”, coordenando as atividades a serem [*sic*] desdobradas na área e b) atualizar a legislação de estímulos fiscais com a constituição de zonas francas, estabelecimento de normas disciplinando para a região os favôres concedidos ao Nordeste, autotransferidos segundo o preceito da emenda Constitucional n.º 18 em seu artigo 27.

[...] Não seria apenas um Decreto. A “OPERAÇÃO AMAZÔNICA” pretende conscientizar a comunidade nacional e os investidores privados para a grande tarefa de ocupar e desenvolver o espaço amazônico¹⁰¹. [Grifos do autor].

A disposição do texto, o emprego dos verbos e dos substantivos, o formato esquemático de ações sugeridas, lembram muito o *briefing*¹⁰² que sintetiza e resume as ações antes das missões de patrulha. Na função de “reconhecimento militar” a sugestão ou alerta dado pelo *Mecor* pode ser mais bem percebida e entendida a partir da disposição dos assuntos tratados ao longo do *Relatório Mecor* através de seu “Sumário”

I – PERSPECTIVAS ATUAIS DA AMAZÔNIA.

- 1.1. As grandes sub-áreas.
- 1.2. Quadro econômico vigente.
- 1.3. Recursos naturais.
- 1.4. Quadro sócio-político.
- 1.5. Panorama desfavorável da borracha.

II – FRAGMENTADA AÇÃO DO PODER PÚBLICO.

- 2.1. Descontinuidade dos programas federais.
- 2.2. Experiência das administrações territoriais.
- 2.3. Validade dos estímulos promocionais.
- 2.4. Atividade da administração estadual.

III – PROGRAMAS SETORIAIS ESBOÇADOS, CARENTES DE PRIORIDADE, DE RECURSOS TÉCNICOS E FINANCEIROS.

- 3.1. Setores de infra-estrutura.

⁹⁹ **Operação Amazônia**, op. cit.

¹⁰⁰ FORSYTH, loc. cit.

¹⁰¹ **Operação Amazônia**, id.

¹⁰² BRIEF, sumário, síntese; adj. breve, curto; resumido, conciso, lacônico. In: HOLLANDER, Arnon & SANDERS, Sidney. **The Landmark Dictionary**. English/Portuguese, Portuguese/English. São Paulo: Editora Moderna, 1996, p. 45.

- 3.2. Pesquisa de recursos naturais.
- 3.3. Industrialização e fomento econômico.
- 3.4. Saúde e educação.
- 3.5. Programas e sub-áreas [...] ¹⁰³

Foi como num memento de patrulhas. O *Relatório Mecom* resumiu e descreveu seu conteúdo operativo mais num sentido militar e menos num sentido gerenciador e que, além de apresentar seus objetivos básicos e ações, orientou de forma mecânica e esquemática para a necessidade de transformar o espaço amazônico e inseri-lo na economia nacional de grande porte, constituindo e prevendo ações de alcance político e estratégico. Como iria se referir o ministro João Gonçalves de Souza durante a sessão de abertura oficial dos trabalhos da I Reunião de Investimento e Desenvolvimento da Amazônia (I RIDA), na manhã de 5 de dezembro de 1966, a bordo do navio “Rosa da Fonseca”, quando em sua fala exacerbou o discurso nos termos próprios de uma “guerra de conquista”,

[...] não apenas os Estados do Pará, do Amazonas e do Acre; não apenas os territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, mas também as áreas respectivas dos Estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Há, portanto, um problema de ocupação dessas áreas, de ocupação como se tratasse de uma guerra estrategicamente conduzida ¹⁰⁴.

Como a guerra não se reduz a relatórios, as colocações de François Dosse a partir da Arqueologia do Saber de Michel Foucault, nos permitem perceber que o *Relatório Mecom* se situa entre a “estrutura” e o “acontecimento” ¹⁰⁵ que não se restringiu nem se confinou no meio fluído da língua como discurso. Ele se estabeleceu como “prática discursiva” no interior das “práticas não discursivas”. Primeiro como resultado da influência do marcante percurso pessoal do marechal-ministro Cordeiro de Farias advinda do cotidiano das andanças da Coluna Prestes e de suas viagens como *Mecom*. Segundo por constituir parte das indicações estratégicas tornadas ações políticas implementadas no âmbito da Amazônia, o que excedeu sua “discursividade” ¹⁰⁶ nos termos apresentados por François Dosse que também nos permitem perceber na Operação Amazônia um discurso que articulou “pensar”, “dizer” e “fazer” ¹⁰⁷ que convergiu ações militares e civis, federais e estaduais, executivas e legislativas, acima e abaixo na Amazônia. Fez-se como “acontecimento discursivo” ¹⁰⁸ que veiculou a representação de duas Amazônias distintas: a Amazônia do atraso ainda existente e

¹⁰³ “Sumário”, in: **Operação Amazônia**, op. cit., p. 8.

¹⁰⁴ **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit., p. 80.

¹⁰⁵ DOSSE, op. cit., 2013, p. 160.

¹⁰⁶ Id., 2013, p. 161.

¹⁰⁷ Ibid., 2013, p. 162.

¹⁰⁸ Ibid., 2013.

persistente, não desejado e, por isso, não mais admissível; e a Amazônia do progresso ainda não existente, mas desejado e necessário de ser inserido. A circulação desse discurso nos permite identificar que as experiências passadistas e futuristas entrecrocaram-se no amplo presentismo¹⁰⁹ militar-civil.

A experiência passadista rejeitada foi dissecada ao longo de um texto de vocabulário técnico que distribuiu vinte e sete tabelas estatísticas, dezesseis mapas técnicos e quatro imagens fotográficas. As tabelas e mapas sequenciaram os dados e informações técnicas que caracterizaram em si o tecnocracismo vigente na ditadura militar-civil e identificaram os vícios do atraso no espaço Amazônico que ainda “hibernava”¹¹⁰, em oposição aos exemplos históricos das virtudes da *magistra vitae* do desenvolvimento do Sul, Sudeste e Centro-Oeste (“estabelecer melhores bases para receber a cooperação externa e de outras regiões do país”)¹¹¹.

As fotografias inseridas como discurso no *Relatório Mecom* foram investidas na função de representar a Amazônia à apreciação do Presidente da República e de sua equipe ministerial, técnica e política. Nesse sentido, não é de grande importância o fato de se tratar de um marechal-presidente, de tecnocratas ou políticos profissionais de situação num regime ditatorial. Poderiam mesmo se tratar de representantes institucionais e técnicos num regime democrático. Isso não remediaria o fato de que ao final da década de 1960 e mesmo durante a década de 1970, havia um amplo desconhecimento da realidade amazônica por parte das autoridades federais, estaduais e mesmo municipais. O sentido dessas fotografias levou em conta que por mais que a TV, a fotografia ou os impressos divulgassem notícias e imagens amplamente, sua circulação ainda era realizada de forma precária e lenta. As notícias demoravam. E muito. Isso investiu o *Relatório Mecom* também na função de resumir a Amazônia para informar operacionalmente o governo do marechal-presidente Castelo Branco. Esse era o objetivo principal dos textos, tabelas, números e análises. E às quatro fotografias incluídas entre as tabelas e quadros técnicos, para além do pensar, dizer e fazer restou a função de fazer ver “a” Amazônia.

Como a cultura visual resiste em meio à discursividade no sentido de exigir uma análise mais própria para revalorizar a percepção que se abre para a interpretação histórica,

¹⁰⁹ HARTOG, op. cit., 2013, p. 139.

¹¹⁰ **Operação Amazônia**, op. cit.

¹¹¹ Id., 1967, p. 7.

segundo Paulo Knauss¹¹² e admitindo que ela possua as especificidades que caracterizam visualmente as transformações na história como “objetos visuais inseparáveis de seu contexto”¹¹³, as fotografias do *Relatório Mecor* passaram por um processo de produção, reprodução e veiculação. Os créditos dessa produção não foram registrados no *Relatório Mecor*. Porém, alguém fotografou, escolheu enquadramentos e dispôs o resultado desse processo de produção nas páginas do *Relatório Mecor* e, ainda que não possa determinar que tenha seguido um roteiro objetivo para sua produção, o resultado discursivo foi um “enquadramento”¹¹⁴ que selecionou imagens-recortes da Amazônia a ser inseridas na discursividade do documento texto para salientá-las para além da representação, constituindo-as como “a” realidade “da” Amazônia. A decisão pela reprodução de cada uma das quatro fotografias que seguiram esse delineamento de ações para veicular documento e imagens-recortes criou um discurso para aqueles que não veriam todo esse processo produtivo e sim a culminância material objetiva: texto-imagem-documento, cujo significado não é tomado como um dado, mas como construção cultural¹¹⁵.

Esse processo foi teorizado por J. B. Grize no conceito de “esquemática” que consiste numa “lógica natural” de interação entre locutor e interlocutor do discurso¹¹⁶ e que foi retomada por J-M. Adam que sintetizou a “esquemática” sempre como operação e resultado ao mesmo tempo, presente na representação discursiva e como uma coconstrução em que toda representação é esquemática¹¹⁷. Assim sendo, cada uma das fotografias recebeu um enunciado que ao mesmo tempo denominou, estereotipou e qualificou a Amazônia como

Embarque de paneiros de farinha, em um barracão [...]

Paisagem social típica [...]

Vista parcial de um seringal de cultivo [...]

Rodovias pioneiras cortam a floresta¹¹⁸.

¹¹² KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens”. *Revista Arte e cultura visual*. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006. <Disponível: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/>>. Acesso: 10 de fev. 2016.

¹¹³ KNAUSS, loc. cit.

¹¹⁴ “O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descritivo”, MENEZES, op. cit., p. 28.

¹¹⁵ KNAUSS, op. cit., p. 100.

¹¹⁶ CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique (orgs.). *Dicionário de Análise do Discurso*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 211.

¹¹⁷ Id., 2006, p. 212.

¹¹⁸ “Anexos”, *Operação Amazônia*, op. cit., passim.

Segundo o professor M. Gerard Petit¹¹⁹, o sentido de “denominar” está implicado na definição do linguista Georges Kleiber de instituir uma associação referencial que se faria durável entre objeto e signo¹²⁰, considerando ainda, que esse referencial codifica a possibilidade de ser assimilado e memorizado¹²¹. Cada uma dessas fotografias, selecionadas previamente, associaram imagem ao texto como referenciais que no *Relatório Mecor* foram dispostas para assimilar e memorizar, adquirindo o *status* de “signos” que estereotiparam os sentidos mais diretos de fixar, cristalizar e pré-conceber¹²². Para a professora da Universidade de Tel Aviv, Ruth Amossy, a compreensão é distendida sobre o estereótipo (estereotipia¹²³) como uma ideia convencionada associada a uma palavra¹²⁴. As fotografias associadas aos textos criaram signos, convenções e associações que reputaram (des) qualificando. A Amazônia foi convencionada como um objeto associado às descrições do “embarque de paneiros de farinha em um barracão”, da “paisagem social típica”, da “vista parcial de um seringal de cultivo” e das “rodovias pioneiras [que] cortam a floresta”. Objetos e enunciados marcaram um *topoi*, lugar-comum que reuniu em si os elementos espalhados em meio à selva como seu interdiscurso e que reunidos e construídos no *Relatório Mecor* atribuíram ao discurso a naturalidade que omitindo e ocultou as singularidades culturais pré-concebidas sob a evidência da natureza e que nesses termos permaneceu desconhecida¹²⁵.

Considerando a Imagem 8 sob o enunciado do “embarque de paneiros de farinha em um barracão”, a imagem os retrata como homens vestidos em roupas simples, com chapéus de palha na cabeça, toscas proteções contra o sol e a mata; andam em meio à enchente ou vazante com o pé no chão e uma forte gravidade rústica; a carga pesa, contorce o corpo, esconde o rosto, descaracteriza o individual, como se um só indivíduo fosse sendo repetido a medida em que se deslocava; a mata e o rio agigantam o meio e reduzem ainda mais os indivíduos.

A qualidade original das fotografias¹²⁶ reproduzidas graficamente nas páginas do *Relatório Mecor*, atribuíram uma aparência amadora e desleixada. O que se assimila da Imagem 8 é a visão de sujeitos submetidos a um ambiente em que roupas, chapéus e corpos

¹¹⁹ Professor do Département des Sciences Du Langage, Paris X, Nanterre La Defense.

¹²⁰ GERARD apud KLEIBER, in: CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, op. cit., pp. 150-151.

¹²¹ Id., 2006.

¹²² Ibid., 2006, p. 213.

¹²³ Loc. cit.

¹²⁴ Acompanha os argumentos contrários a “identidade-tipo” do filósofo da linguagem Hilary Putnam (1926-2016), Ibid.

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Não o meu arquivo PDF e sim a cópia digitalizada do *Relatório Mecor* e disponibilizada para download na página eletrônica da SUDAM. Tive acesso ao documento original arquivado na Biblioteca da SUDAM, mas a qualidade das imagens originais não está muito distante do resultado da cópia digitalizada.

traduzem um mínimo de civilização e de humanidade, na qual o pé no chão choca em certa medida por caminharem sem um resguardo ou proteção, o que me fez lembrar muito os *daguerreótipos* com as imagens dos escravos de fins do novecentos no Brasil Império, metidos em ternos ou vestidos rodados maltrapilhos e de pés agressivamente descalços. Sem rostos, sem nomes, diminuídos pelo gigantismo da floresta, ocultos pelo trabalho de carregar e pelo produto carregado (os paneiros de farinha), inexistente a identidade e subexiste o genérico popular de ribeirinho ou o erudito/poético amazônida.

Imagem 8 - “Embarque de paneiros de farinha, em um barracão”.



Fonte: **Operação Amazônia**, op. cit., p. 188.

REFERENCIAIS QUE CODIFICAM

SIGNOS	ASSIMILAM	MEMORIZAM
Carregadores	Carregam peso	Homens rústicos
Paneiros de farinha	Omitem os sujeitos	Negam identidade/individual
Rio e floresta	Rusticidade	Domínio da natureza

Estereótipo: A floresta domina o homem e o homem se submete.

Genéricos: “homem pobre do campo”; o “ribeirinho”; o “amazônida”.

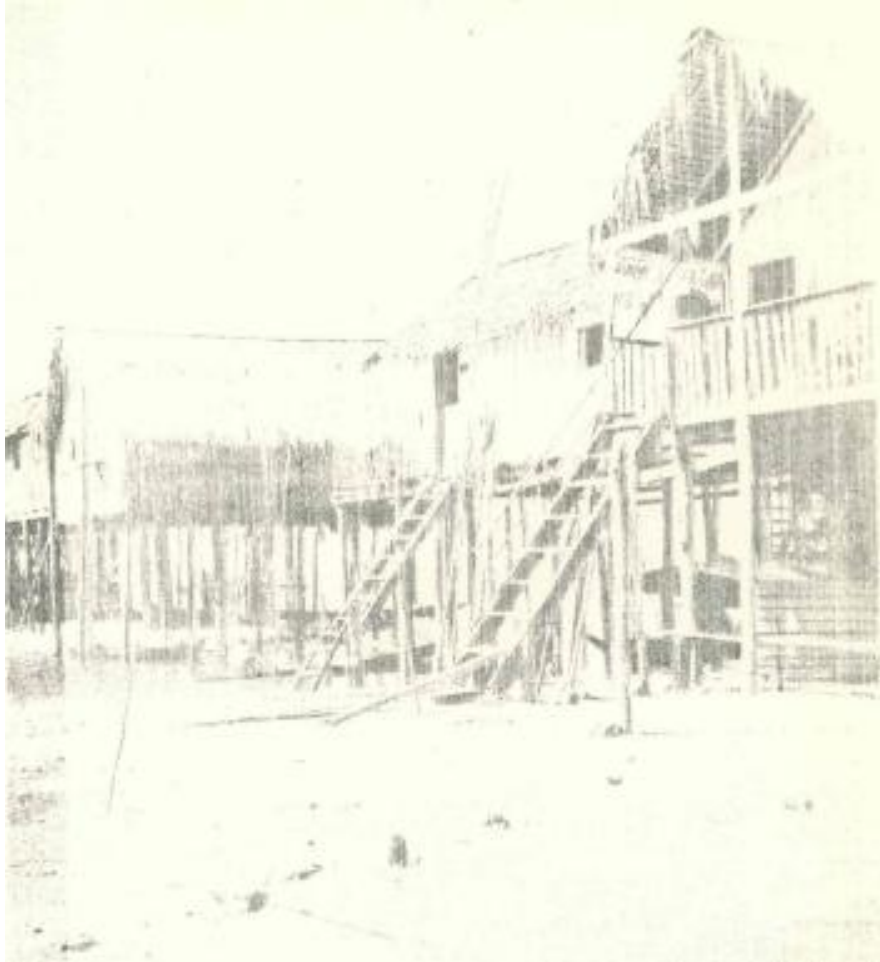
Exclui: todos os que são da Amazônia, mas não são “do campo”.

Mudança: O homem precisa dominar e submeter à floresta.

A Imagem 9, sob o enunciado “paisagem social típica”, retrata a imagem de casas na beira do rio com altos esteios para enfrentar períodos de cheia e de seca, sustentando assoalhos de madeira e telhados de palha; as paredes são marcadas pela ação do clima e com a

estrutura levemente inclinada; cada um desses elementos captados na fotografia transmite a sensação de decadência.

Imagem 9 – “Paisagem social típica”



Fonte: **Operação Amazônia**, op. cit., p. 189.

REFERENCIAIS QUE CODIFICAM

SIGNOS

Casas com materiais da região
Estruturas adaptadas à região
Localizada à beira do rio

ASSIMILAM

Mesclada à floresta
Submetida às intempéries
Rusticidade, precariedade

MEMORIZAM

Nega conforto e dignidade
Nega segurança/civilidade
Pobreza, miséria

Estereótipo: casa sem conforto, improvisada, frágil e insegura.

Genérico: a “casa do ribeirinho”.

Exclui: população e zona urbana.

Mudança: industrialização e urbanização.

Como habitações que traduzem a rusticidade que atrasa, improvisa e empobrece, os materiais usados nessas construções, retirados da própria região, não diferenciam as casas em relação ao meio. Ao contrário, as estruturas não naturais se fundem ao meio natural conotando

miséria. Nesses aspectos, os indivíduos da Imagem 8 se mesclam com as casas da Imagem 9 e se fundem uns nos outros como significação. Ambos, habitantes e habitações são engolidos pela imagem da floresta numa extensão e confirmação das análises expostas ao longo do discurso textual prioritariamente econômico que partiu de dois enunciados básicos: a predominância do setor primário na Amazônia e processo industrial ainda inicial¹²⁷.

Os centros urbanos denominados no *Relatório Mecom* de “maiores” não são representados em imagem e são citados como dado acessório no entorno da análise macroeconômica da Amazônia, como ocorre no caso de Belém, Manaus e o porto de Santana na região de Macapá, no então Território Federal do Amapá¹²⁸. O porto interessa. Não a cidade, esvaziada pelo texto. Sobre esse aspecto, os dados arrolados por Pere Petit para a população rural e urbana do Estado do Pará entre 1950 e 1991 pontuou que na década de 1970 havia no Pará uma população rural de 1.145.052 habitantes que superou a população urbana de 1.021.966 habitantes¹²⁹ por apenas 123.086 habitantes.

Mas esses dados quase semelhantes são desprezados pelo *Relatório Mecom*, que problematiza o entorno dos centros urbanos sob perspectivas econômicas de suprimento de energia termo e hidroelétrica, posição portuária privilegiada à entrada do rio Amazonas e a preferência pelo uso da via rodoviária¹³⁰ apesar de seus altos custos operacionais em detrimento da via hidroviária, de menor custo, mas cujos valores não são citados devido o envolvimento do documento na análise que trata dos demais portos e embarcadores amazônicos, qualificados como sem “estrutura organizada” mesmo por se tratar de cidades com tradição portuária fluvial como “Santarém, Óbidos, Breves, Almerim, Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná, Parintins, Abaetetuba, Cameté e Tucuruí”¹³¹. Desconsiderando propositalmente a via fluvial, a polêmica Rodovia Xavantina-Cachimbo¹³² iniciada em 1965 é citada e elevada à condição de “único ponto de infraestrutura” e cujo trabalho de abertura permanecia em atividade somente com recursos do *Mecom* sem prioridades orçamentárias,

¹²⁷ “1.2. Quadro Econômico Vigente”, in: **Operação Amazônia**, op. cit., p. 15.

¹²⁸ Id., 1967, p. 11.

¹²⁹ “Tabela 5”, in: PETIT, Pere. **Chão de Promessas**. Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 89.

¹³⁰ **Operação Amazônia**, loc. cit.

¹³¹ “3.1. Setores de Infra-Estrutura”, in: **Operação Amazônia**, op. cit. p. 77.

¹³² Tratou-se da polêmica Rodovia BR-080, Xavantina-Cachimbo, projeto estabelecido pelo Plano de Integração Nacional, deveria atingir a fronteira com a Colômbia, com uma extensão total de 3.250km. Porém, essa última parte foi abandonada; sua extensão alcançou apenas 228,3km. Foi denunciada pelo indigenista Orlando Vila-Boas que o traçado original da Rodovia contornava o Parque Nacional do Xingú, teria sido modificado, adentrando 80 km no território do Parque, **O Globo**, 8 mar. 1971. Disponível: <<https://pib.socioambiental.org>>. Acesso: 11 mar. 2016.

com recursos insuficientes e sem o auxílio do então Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER)¹³³.

O *Relatório Mecor* apontou que o processo industrial subexistente na Amazônia estava no seu “início”, apesar de que o Censo Industrial de 1960 arrolou 1.208 estabelecimentos industriais no Pará, representando cerca de 70% do total de indústrias presentes na Amazônia¹³⁴. Ainda assim, o aspecto social referido no texto do *Relatório Mecor* é representado na Imagem 2 com o enunciado “paisagem social típica”. Porém, a permanência da vinculação da indústria aos produtos naturais da região¹³⁵ apontadas pelo *Relatório Mecor* pode decorrer da média da capitação de investimentos aprovados para o ano de 1967 ter sido maior no setor primário (Cr\$ 86.617,9¹³⁶) em relação ao setor secundário (Cr\$ 71.189,0), ainda que nos anos de 1964 e 1965 os investimentos no setor secundário no Pará ter sido de Cr\$ 40.568,2 e Cr\$ 38.496,5, respectivamente, somando juntos Cr\$ 79.064,7, sendo que a média para esses três anos (1964, 1965 e 1967) girou em torno de Cr\$ 50.084,56. Em 1966 os investimentos captados pelo setor secundário foram maiores (Cr\$ 64.776,4) que o setor primário (Cr\$ 36.496,5) ou o setor terciário (Cr\$ 35.768,1).

Esses dados no mínimo se chocam mais com a análise do *Relatório Mecor* sobre a importância econômica da indústria na Amazônia, diagnosticada com um baixo grau de mecanização que por sua vez teria absorvido um baixo número de empregos diretos se comparado ao maior número de empregos indiretos. A análise resultante sobre os benefícios da indústria foram considerados “modestos” com base nessas observações¹³⁷ que em certa altura o *Relatório Mecor* afirmou que se repetiria na “[...] Amazônia a experiência da SUDENE [...]”¹³⁸ e que, em outras palavras, foi tendencioso na apresentação dos dados tanto dos transportes quanto da indústria no Pará para reforçar seu discurso.

Na Imagem 10 sob o enunciado “vista parcial de um seringal de cultivo”, a visão de uma área de plantação de seringueiras foi representada discursivamente como uma oposição à floresta natural e à produção extrativista. Nela se veem espécimes plantados de forma racional, que sugeriam a proposta da produção organizada que atenderia ao mercado externo mais amplo nacional e internacional e distenderia para além da discursividade a linha de pensamento estratégica do capital de que “aproveitamento agrícola pecuário” e “extrativismo

¹³³ **Operação Amazônia**, op. cit. p. 12.

¹³⁴ PETIT, op. cit., p. 92.

¹³⁵ “1.2. Quadro Econômico Vigente”, in: **Operação Amazônia**, 1967, p. 15.

¹³⁶ Valores em milhares de cruzeiros, cf. PETIT, op. cit., p. 93.

¹³⁷ **Operação Amazônia**, loc. cit.

¹³⁸ “3.3. Industrialização e Fomento Econômico”, id., 1967, p. 91.

orientado deverão oferecer perspectivas mais efetivas para a diversificação econômica”¹³⁹. Ao mesmo tempo, o *Mecor* classificou a economia gomífera tradicional como “um grande impasse”¹⁴⁰ que só poderia ser superado com a “valorização da área”¹⁴¹, que em outras palavras significou valorizar a Amazônia como área de plantio da seringueira, o que ainda esbarrava em duas problemáticas: o aproveitamento econômico da borracha ainda regido por uma legislação oriunda da década de 1940 e o conjunto da produção externa que concorria nacional e internacionalmente com a borracha paraense.

Imagem 10 – “Vista parcial de um seringal de cultivo”.



Fonte: **Operação Amazônia**, op. cit., p. 193.

REFERENCIAIS QUE CODIFICAM

<i>SIGNO</i>	<i>ASSIMILA</i>	<i>MEMORIZA</i>
Seringueira	Vegetal	Natural
Numeração	Racional	Método
Cultivo	Produção	Técnica

Estereótipo: borracha de produção natural inviável.

Genérico: “seringueira”, “borracha”.

Exclui: outras possibilidades de cultura agrícola e formas de produção.

Mudança: do natural para o racional.

¹³⁹ “1.2. Quadro Econômico Vigente”, id., 1967, p. 18.

¹⁴⁰ “1.5. Panorama Desfavorável da Borracha”, ibid., p. 30.

¹⁴¹ Id., 1967.

Somente a exemplo do Brasil, a produção de borracha de cultivo da Bahia e a produção de borracha sintética no Conjunto Petroquímico Presidente Vargas e da Companhia Pernambucana de Borracha (COPERBO) constituíam os dois polos de forte concorrência nacional. Nessa relação concorrencial, a produção gomífera dos municípios baianos de Una e Ituberá foram midiaticizados em artigo publicado estrategicamente em 1º de maio 1966 na Folha de São Paulo: organizados racionalmente, em plantações provenientes de mudas obtidas por meio de avançado hibridismo técnico, com instalações que possibilitavam ao seringueiro comodidade no trabalho e proximidade ao conforto da luz elétrica, cinema, lojas, armazéns e escolas com educação gratuita para seus filhos, detalhamentos intencionais que procuraram convencer que a produção baiana era mais segura para captar investimentos por garantir excelentes margens de segurança, rentabilidade e, ainda, com o interesseiro “selo” da extensão social (era “1º de maio”). Aos aspectos racionais, positivos e progressistas da estrutura baiana, a mesma matéria comparou e opôs a produção da Amazônia, descrita como usuária de métodos “rudimentares” e descrevendo que “os seringueiros em sua maioria não conhece, [sic] o dinheiro não circula”¹⁴², argumentos que procuravam apresentar uma Amazônia tão rústica e atrasada que o desconhecimento real do sistema monetário não permitiria, p. ex., a circulação do capital, denunciando proposital e nacionalmente aos trabalhadores em “seu dia” a exploração e péssimas condições do trabalho na Amazônia.

Para se capitalizar e reestruturar economicamente a Amazônia, o *Relatório Mecor* referendando o governo militar-civil, defendeu a intenção ser “desejável transferir parte dos encargos ainda atribuídos a União para o setor privado”, tornado um dos objetivos para a criação do Banco de Crédito da Amazônia S/A¹⁴³. A solução dada pelo *Relatório Mecor* fez um grande giro retórico para em seguida recair em certa circularidade da prática econômica tradicional: investimento via bancos estatais e incentivos fiscais reduzindo impostos. Persistiu então a medida que representou mais significativamente essa prática econômica tradicional e que ficou a cargo da proposta de uma Estocagem de Reserva de Borracha “para correção de distorções no fornecimento e preço se houver”¹⁴⁴ considerada seriamente como medida “indispensável”¹⁴⁵ e tornada Lei através do Decreto n.º 57.846 de 18 de fevereiro de 1966, que instituiu o Estoque de Reservas de Borrachas Vegetais e deu outras providências¹⁴⁶. As

¹⁴² “Iniciado o cultivo racional da seringueira no sul da Bahia”, **Folha de São Paulo**, 1º mai. 1966. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso a 18 jul. 2015.

¹⁴³ **Operação Amazônia**, op. cit., p. 31.

¹⁴⁴ Id., 1967, pp. 31 e 32.

¹⁴⁵ Ibid., p. 36.

¹⁴⁶ Instituiu uma estocagem de 12.500 toneladas de borracha peso-bruto, atribuindo a Comissão de Financiamento da Produção a responsabilidade de adquirir/comprar essa produção via recursos financeiros do

medidas propostas marcaram mais pelo vocabulário técnico e pela retórica justificadora e legitimadora de um controle centralizado no governo federal do que pelas “novas” propostas de “velhas” ações.

No quadro intitulado “Amazônia – Taxas de Expansão dos Ramos da Produção Agro-Pecuária nos Estados e Territórios, 1947/1963”, os dados arrolados para os estados do Acre, Amazonas, Pará e dos então Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, são classificados como “tão heterogêneos” em virtude do reconhecimento das diversidades econômicas de cada uma dessas regiões. Contrariamente, ao invés de propor ações federais locais que solucionassem os problemas econômicos de cada região e atendessem as necessidades peculiares de cada área, a indicação do *Relatório Mecor* concordou e acompanhou o “Plano Global” da SPEVEA, de que uma “política nacional de desenvolvimento” de “sentido diretivo”¹⁴⁷ para utilizar os recursos supondo ser “indispensável modificar a estrutura econômica da região”¹⁴⁸. Essa proposta fundamentou a operacionalidade preferencialmente regional que na essência seguiu certa prática de viés imperialista do capitalismo que criou outro espaço para seu proveito próprio¹⁴⁹. Nesses aspectos, na Imagem 10 da “vista parcial de um seringal de cultivo”, a numeração “1519” é emblemática. Marcada na seringueira de cultivo como mera forma de controle do número de pés plantados, investiu-se de uma simbologia que refletiu a lógica técnica de alteração do espaço natural e o tornou racionalmente organizado para cumprir e atender as determinações do tecnicismo e capitalismo através de ações federais e estaduais globais e regionalizantes para a Amazônia. À “vista parcial de um seringal de cultivo” são associadas as “rodovias pioneiras [que] cortam a floresta”, representada pela Imagem 11.

Clareiras, estrada e vias de acesso, o ponto chave da representação inseriu a ação que partiu do espaço de experiência para os horizontes prescritos nos prognósticos do *Relatório Mecor* de romper, vencer e controlar a floresta. E para que o cálculo desses prognósticos se tornasse real, foi necessário um controle premeditado pela força da lei para ser efetivado sobre a floresta, a exemplo do que expressou o Decreto n.º 60.296, de 3 de março de 1967, Artigo 5º, alínea IV, letra “b”, “manter o ritmo de crescimento do extrativismo abaixo do ritmo de

Banco de Crédito da Amazônia S.A., e estipulando os preços de custo calculados pela Comissão Executiva da Defesa da Borracha, operações financeiras que seriam instruídas pelo Banco Central da República do Brasil, de acordo com a necessidade, in: BRASIL. Decreto n.º 57.846, de 18 de Fevereiro de 1966. Institui o Estoque de Reservas Vegetais e dá outras providências. **Coleção de Leis do Brasil**. 1966. v. 2, p. 504. Disponível: <www2.camara.leg.br>. Acesso: 12 jan. 2016.

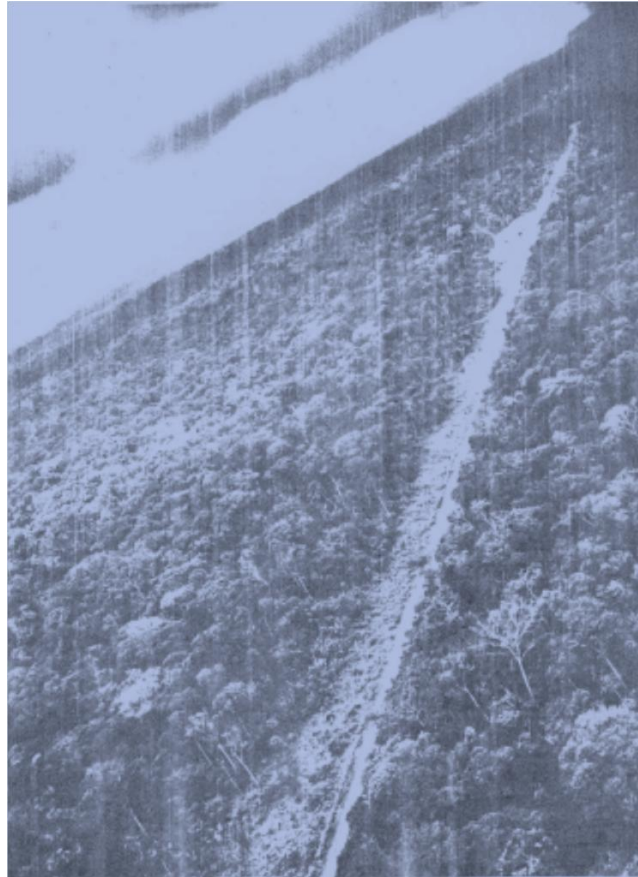
¹⁴⁷ “1.2. Quadro Econômico Vigente”, in: **Operação Amazônia**, 1967, p. 18.

¹⁴⁸ Id., 1967.

¹⁴⁹ DE OLIVEIRA apud PETIT, op. cit., p. 278.

crescimento da economia a fim de reduzir a sua importância na região [...]”¹⁵⁰. Em síntese: vencer a floresta através de instrumentos de controle econômico.

Imagem 11 - “Rodovias pioneiras cortam a floresta”.



Fonte: **Operação Amazônia**, op. cit., p. 194.

REFERENCIAIS QUE CODIFICAM

SIGNOS	ASSIMILAM	MEMORIZAM
Plano aéreo	Espaço	Grandeza da floresta
Ângulo escalonado	Global	Localização
Rodovia	Direção	Progresso
Cortam	Rompimento	Fim do atraso início do avanço

Estereótipo: “floresta inabitada”, “espaço vazio”.

Genérico: A “mata”; a “selva”.

Exclui: a população que já habitava esse espaço.

Mudança: A natureza rendida ao progresso, modernidade.

¹⁵⁰ BRASIL. Decreto n.º 60.296, de 3 de março de 1967, aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia para o quinquênio 1967, 1971, e dá outras providências, in: **Coleção de Leis do Brasil**. 1967. v. 2, p. 349. Disponível: <www2.camara.leg.br>. Acesso: 12 jan. 2016.

Isso é percebido implicitamente na linha de rodovia que cortou o plano aéreo da Imagem 11, propositalmente escalonado para atribuir uma dimensão espacial que referenciou a floresta num ângulo mais agudo¹⁵¹ em relação à linha do horizonte e a esfericidade do planeta e num ângulo menos agudo que vai se abrindo (quase a 90°) em relação à linha da rodovia. Horizonte e esfericidade foram os referenciais que localizaram a floresta e que subverteu o desconhecido, tornado conhecido pela abertura da linha da rodovia usada como instrumento racional, progressivo, tecnológico e científico. Como enunciado no discurso do general-presidente Médici em comemoração ao segundo aniversário de sua administração: “[...] levantam, sistematicamente, o grande véu que até agora encobria de forma quase impenetrável, os mistérios do Vale Amazônico”. Sob a ótica do *Mecor*, do *Relatório Mecor* e do regime militar-civil, o “vazio” passaria a ser “preenchido”.

Por acompanhar relações mais heurísticas direcionadas à Amazônia, as questões sobre o espaço no *Relatório Mecor* inseriram as fronteiras como alvo de ocupação e prioridade para a Segurança Nacional. Definidas como isoladas, abertas, extensas e ligadas às relações internacionais e a política externa do governo, as questões envolvendo as fronteiras foram direcionadas à área de atuação da Divisão da América Meridional do Ministério das Relações Exteriores com a intenção de estabelecer uma “interligação rodo-fluvial com os demais países” limítrofes com o Brasil para intensificar a densidade demográfica, o comércio, a circulação de produtos brasileiros e a integração¹⁵²:

a) *Ligação Brasil-Colômbia*, através da BR-307 (Cruzeiro do Sul-Benjamin Constant);

b) *Ligação Brasil-Perú*, através da BR-29 Brasília-Acre¹⁵³ (Porto Velho-Rio Branco e Rio Branco-Cruzeiro do Sul);

c) *Ligação Amazônia-Bolívia*, através do território peruano, seguindo a rota Porto Velho-Rio Branco-Brasília-Cobija (Bolívia)-Porto Heath (Bolívia)-Porto Maldonato (Peru)-Arcos e Luzes;

d) *Ligação Brasil-Venezuela*, o governo venezuelano construía a rodovia até a cidade de Santa Helena, e projetava-se um prolongamento com a também “planejada” BR-

¹⁵¹ Os ângulos agudos apresentam medida menor que 90° e maior que 0°.

¹⁵² “4.1. Desenvolvimento e Programas dos Países Fronteiriços”, in: **Operação Amazônia**, op. cit., pp. 106-107.

¹⁵³ Hoje é a BR-364, que através da Lei 8.733, de 25 de novembro de 1993 passou a se chamar “Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Disponível: <<http://www.notibras.com/site/br>>. Acesso: 12 jul. 2015.

174¹⁵⁴ (Manaus-Boa Vista-Fronteira), seguida da BR-401 Boa Vista-Georgetown, BR-156¹⁵⁵ Macapá-Calçoene-Cayena (Guiana Francesa).

Havia interesses de um lado e de outro da fronteira. Projetos também. Daí que o objetivo defendido pelo *Relatório Mecom* foi investir e intensificar o trânsito na rodovia BR-29, Brasília-Acre e nos rios Madeira e Amazonas, possibilitados pelo entendimento diplomático com a Bolívia, a Colômbia e o Perú. Os financiamentos do BID, BIRD, Fundo Especial das Nações Unidas e USAID também foram considerados como possibilidades reais¹⁵⁶. Enquanto prognósticos, as reflexões do *Mecom* se direcionaram no sentido de calcular possibilidades para geração de meios infraestruturais de desenvolvimento para a Amazônia¹⁵⁷ que, num sentido mais simbólico, aqui podemos associar questões de fronteiras ao discurso do general-presidente Médici em comemoração ao “31 de março” de 1973, no qual afirmaria que para superar suas dificuldades, o Brasil precisava “promover o desenvolvimento em dimensões mundiais”¹⁵⁸. Mas a solução da prática mediceana de 1973 ainda era possibilidade implícita para o *Mecom* em 1966 e no *Relatório Mecom* de 1967, apesar de ter sido direcionada à Amazônia (e não ao Nordeste, p. ex.) através de medidas que focaram a concepção de uma malha rodoviária que repetiu o discurso do governo Juscelino Kubitschek e o modelo de ações da primeira intervenção na Amazônia através da Rodovia Belém-Brasília e que conjugou “política de colonização” e “política da rodovia” que

[...] se baseou no reforço às rodovias já existentes e no aprimoramento da ligação entre áreas de fronteira, bem como entre os núcleos povoados. Mas destacou-se especialmente pelo traçado de rodovias de penetração na floresta. E este último aspecto da política rodoviária [...], na medida em que ele implica numa política audaciosa de ocupação da área¹⁵⁹.

O resultado da tentativa de copiar as audaciosas medidas assumidas a partir da “política rodoviária” de Juscelino Kubitschek, não foram tão exitosas para o governo militar-civil como foram para o presidente mineiro. As únicas rodovias concluídas no período militar-

¹⁵⁴ Apesar de iniciada no governo militar-civil, só foi concluída em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso.

¹⁵⁵ Apesar de iniciada antes do período ditatorial militar-civil, sua construção ainda não foi concluída. Dos seus 600 km, cerca de 160 ainda não estão asfaltados, cf. MARTINS, Carmentilla das Chagas. “Reconfigurações na sociodinâmica da cidade de Oiapoque no quadro da cooperação fronteiriça França Brasil”. **38º Encontro Anual da Anpocs**. Grupo de Trabalho 09 – De cidade à cidade no Brasil: tempos e espaços. Disponível: <<http://www.anpocs.org/portal/index>>. Acesso: 12 de jul. 2016.

¹⁵⁶ **Operação Amazônia**, op. cit., p. 108.

¹⁵⁷ Id., 1967, p. 109.

¹⁵⁸ MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Tarefa de todos nós**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1971, p. 82.

¹⁵⁹ CARDOSO, F. H., e MÜLLER, G. “IX. A ação do Governo: a Transamazônica e a política rodoviária”. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 132-141. Disponível: <<http://books.scielo.org>>. Acesso: 12 jul. 2016.

civil foram a BR-29 (hoje BR-364, concluída em 1993, no governo do presidente Itamar Franco) e a BR-174 (concluída em 1998, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso). As outras Rodovias, que deveriam ter constituído a malha rodoviária infraestrutural para o desenvolvimento da Amazônia, foram deixadas incompletas e permanentemente envoltas nas polêmicas que questionaram sua racionalidade, planejamento e responsabilidade, como a Rodovia BR-174, que se configurou num espaço de tensão e conflito entre trabalhadores, colonos, o Exército Brasileiro, a Força Aérea Brasileira, o PARASAR¹⁶⁰ e a etnia indígena *waimiris-atroaris*, resultando no massacre e extermínio sistemático desse grupo indígena relatado pelo padre Silvano Sabatini no livro *Massacre*, publicado em 1998 pela Edições Loyola¹⁶¹. Entre prognósticos audaciosos e obras polêmicas, foram nesses termos que as questões da ocupação do espaço amazônico e da Segurança nas fronteiras começaram a ser pontuadas. Partiram dos problemas e possibilidades econômicas com um pano de fundo estratégico baseado no entendimento da falência do extrativismo na Amazônia, a associação da marginalidade com o desemprego e condições de moradia nos centros urbanos, a ineficiência e os sucessivos escândalos de corrupção na Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e a necessidade de integrar a Amazônia à “comunidade nacional”¹⁶².

Porém, o mote do *Relatório do Mecor* foi a doutrina da Segurança Nacional¹⁶³. Todo o cerne de suas análises, sugestões e propostas de ação em relação à Amazônia consideraram esse espaço, acima de tudo, como área de interesse da Segurança Nacional, sugerindo a “prudente observação”¹⁶⁴ dos acontecimentos registrados nos países limítrofes: o processo de independência na Guiana Inglesa; a guerrilha na Venezuela; o comércio com a Colômbia, através do Rio Amazonas; a pouca habitada Amazônia Equatoriana; o Peru, país que possuía a maior atividade na área de selva e mantinha contatos com os tecnocratas brasileiros e a SUDENE; a Bolívia, de áreas de fronteira pouco povoadas, marginalizadas e dependentes da fronteira brasileira; e as Guianas Francesa e Holandesa devido o longo histórico de questões de Fronteira com o Brasil. Em torno da Segurança, da quase fobia¹⁶⁵ de internacionalização da

¹⁶⁰ Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS) da Força Aérea Brasileira. A sigla *PARASAR* vem de “para” (paraquedistas) e “SAR” (abreviatura inglesa para *Search and Rescue*, “busca e salvamento”).

¹⁶¹ JOSÉ, Geraldo, “A construção da BR 174”. *Geraldo José – História, Filosofia e Geopolítica* (blog). Manaus: Geraldo José. Disponível: <<http://geraldojose.blogspot.com.br/>>. Acesso: 12 jul. 2016.

¹⁶² “4.2. Tensões e Povoamento nas Regiões Próximas a Fronteira”, in: *Operação Amazônia*, op. cit., pp. 110-113.

¹⁶³ Id., 1967, p. 113.

¹⁶⁴ Ibid., p. 114.

¹⁶⁵ Ainda que tenha usado certo tom ironia, nos anos 1940, 1950 e 1960, essa questão foi seriamente debatida, a exemplo de pronunciamento do deputado federal emedebista pelo Amazonas, Bernardo Cabral, que transcrevo

Amazônia e do resguardo das fronteiras do Brasil, havia a possibilidade de comércio agrícola, pecuário e industrial¹⁶⁶.

O *Relatório Mecor* cita ainda os esforços do representante do Brasil na UNESCO, professor Paulo Estevão de Berredos Carneiro, de organizar o Instituto Internacional para Hileia Amazônica, (IIHA) idealizado para promover o desenvolvimento e integração entre os países com fronteiras amazônicas. Apresentado e aceito tanto no Brasil (1945) quanto na Inglaterra, (Londres, 1946), foi defendido na assembleia da UNESCO no mesmo ano¹⁶⁷. Entre as propostas do IIHA, destacaram-se a criação de centros de pesquisas, bibliotecas, herbários, laboratórios e jardins botânicos para experiências práticas, expedições científicas à selva para catalogar espécimes vegetais de valor econômico e científico, bem como os espécimes da fauna; incentivar a educação com a fundação de centros educacionais de ensino básico e técnico, de pesquisa em linguística e para a promoção da cultura popular, entre outras propostas. No entanto, apesar da grande aceitação política e científica no Brasil e no exterior, da sua aprovação na Assembleia da UNESCO e das primeiras assembleias em Iquitos, Peru, com a presença de países com fronteira amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) e de representantes europeus da França, Holanda e Inglaterra, sua existência e principalmente seu regimento interno passou a ser questionado por políticos e militares com relação a artigos de conteúdo dúbio¹⁶⁸. Parlamentares brasileiros, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e o Itamarati passaram a ver o Instituto como um instrumento de internacionalização da Amazônia¹⁶⁹. A contramedida do governo brasileiro foi o Decreto n.º

um trecho a seguir: “Tivemos nada menos que cinco investidas: primeira, a campanha de esterilização de mulheres na área Amazônica; segunda, denúncia quanto a terras compradas por cidadãos norte-americanos; terceira, comércio de exportação de cabeças de cadáveres humanos com implicação de um professor universitário; quarta, aumento do surto de contrabando de minérios por estrangeiros; quinta e última, projeto do “Hudson Institute” acerca da construção do chamado Lago Amazônico”, cf. NUNES, Paulo Henrique Faria, “O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moinho combatido por um quixotesco Brasil”. **Revista Estudos Jurídicos**. Ano 2, n. 1, 2009, pp. 159-185. Disponível: <www.revista.universo.edu.br/>. Acesso: 12 jul. 2016.

¹⁶⁶ **Operação Amazônia**, op. cit., pp. 116-126.

¹⁶⁷ “5.1. Antecedentes da Hileia Amazônica”, in: id. 1967, pp. 126.

¹⁶⁸ “No intuito de proporcionar maior autonomia ao IIHA, o mesmo teria personalidade jurídica própria. Assim, poderia praticar atos jurídicos conforme o direito interno de cada país onde viesse a atuar, tais como “adquirir, possuir e alienar bens, celebrar contratos e contrair obrigações, receber cotas e donativos, movimentar fundos, criar e gerir centros científicos e outros serviços e, em geral, executar qualquer ato legal necessário às suas finalidades e funções” (art. II, b). A exemplo das demais organizações internacionais, a realização de suas atividades no território de qualquer Estado-membro deveria ser precedida de consulta e consentimento expresso do mesmo; conclui-se que haveria a assinatura de um acordo de sede que definiria os direitos e deveres do instituto e do Estado que o receberia”, cf. NUNES, op. cit., p. 171.

¹⁶⁹ Sobre a área de abrangência do IIHA, o Estatuto de Iquito prescrevia: “Aux fins de la présente Convention, la région de l’Hylea amazonienne est considérée comme comprenant les grandes zones forestières a) du bassin de l’Amazone, s’étendant des Andes à l’Atlantique ; b) de la partie du bassin de l’Orinoco située sur la rive droite du fleuve ; c) des Guyanes britannique, française et hollandaise ; d) du cours inférieur du Tocantins et de la région côtière de l’État de Pará, et e) de la partie nord-ouest de l’État de Maranhão”, cf. Id., 2009, p. 170.

31.572 de 29 de Outubro de 1952, criando o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).

Além do Instituto para a Hileia Amazônica, outros empreendimentos autodenominados de científicos também foram classificados pelo *Relatório Mecom* como de intenções dúbias: a instalação em várias áreas da Amazônia dos Centros Tropicais de Pesquisa e Treinamento (com seu centro administrativo sediado em Porto Rico e conselho administrativo ligado à Academia Nacional de Ciências de Washington, EUA), a Reunião Internacional sobre Problemas de Agricultura dos Trópicos Úmidos da América Latina (organizado em 1966 em Lima, Peru, pela Universidade Agrária, a Universidade da Selva e o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, com a colaboração da Organização das Nações Unidas para a Alimentação, FAO)¹⁷⁰.

O teor implícito no enunciado “cortam a floresta”, sobre a Imagem 4, se investiu de um forte simbolismo: cortar o atraso econômico, a miséria da região, o abandono geográfico, o vazio populacional. Foram evocações discursivas explicitadas pelas análises, reflexões e propostas do *Relatório Mecom* para transformar o espaço amazônico. E todo esse discurso culminou no enunciado que abriu o tópico “6.1. Operação Amazônia”, por resumir explicitamente o objetivo do *Relatório Mecom*,

Os problemas de segurança na Amazônia confundem-se, sobretudo, com o desenvolvimento e povoamento orientado. Não é possível por conseguinte, tratar e planejar a segurança da área, sem atentar para as alternativas de progresso material e social. [...] Não bastará atuar nas áreas mais críticas. O problema impõe uma visão conjunta, global para todo o delineamento de providências a investimentos a realizar¹⁷¹.

O fato de o discurso possuir caráter oficial, desenvolvido com uma linguagem burocrática, tecnicista, mecânica e esquemática, tal discursividade não o excluiu como produto cultural específico. Ao contrário. Foi inserido contextualmente como produção cultural resultante do comportamento de sujeitos agentes produtores e produtos da estrutura condicionante social que remeteria ao *esprit du corps* e ao “dever cívico” especificamente a serviço das estratégias e táticas do governo militar-civil durante o governo Castelo Branco e transcendendo esse período. A dedicação com a qual o *Mecom* Oswaldo Cordeiro de Farias apresentou seu relatório mesclou o soldado-marechal ao marechal-ministro ao chamar enfaticamente a atenção do governo para

¹⁷⁰ “5.1. Antecedentes da Hiléia Amazônica”, in: **Operação Amazônia**, op. cit., pp. 135-136.

¹⁷¹ “VI – Soluções a Considerar. 6. 1. Operação Amazônia”. Id. 1967, p. 138.

[...] organizar uma “OPERAÇÃO AMAZÔNIA coordenando as atividades [...]. A “OPERAÇÃO AMAZÔNICA” é o primeiro encaminhamento [...] deverá ter prioridade absoluta nos programas governamentais [...]. Não seria apenas um decreto. A “OPERAÇÃO AMAZÔNICA” pretende conscientizar a comunidade nacional e os investidores privados para a grande tarefa de ocupar e desenvolver o espaço amazônico. [...] A “OPERAÇÃO AMAZÔNICA” passaria dos relatórios a uma ação eficiente [...]”¹⁷². [Grifos do autor].

Como produção cultural, a Operação Amazônia passou por uma gestação convencionalizada a partir da mentalidade e entendimento entre os militares da exclusividade por dote e por desempenho do “dever cívico”. É representada no *Relatório Mecor* desde o seu título, como enunciado e enunciador da proposta diretiva principal para uma Operação Amazônia, o que a situou entre as tensões internas do “espaço de experiência” vivenciado tradicionalmente pelos militares – sem excluir os civis – e que agiu como mantenedora da tradição das intervenções militares ao longo da História do Brasil. Como profissional da estratégia, o marechal-presidente era o soldado da cultura militar, do gabinete do Estado Maior; já o marechal-ministro era o soldado da cultura da trincheira, da tática em campo, do teatro de operações. Hierarquicamente distintos – um acima e outro abaixo –, mas ainda assim com “espaços de experiência” comuns que se complementaram enquanto cultura militar.

Os civis que os apoiam estão no mesmo espaço porque apesar de não experimentar a cultura da trincheira ou do gabinete de Estado Maior, fizeram sua opção por querer estar na trincheira ou obedecer às ordens do Estado maior, como o civil Otávio Correa, que se juntou aos tenentes durante a Revolta dos Dezoito do Forte, em 5 de julho de 1922, e acabou morto com um tiro no coração; ou Carlos Lacerda, que durante o golpe de 1964, optou por se entrincheirar no Palácio Guanabara, aguardando os movimentos dos golpistas e decidido a lutar ao lado dos militares com barricadas de caminhões de lixo e seis minutos de tiro¹⁷³. Responderia por telefone ao apelo do marechal-golpista Castelo Branco para abandonar o Palácio da Guanabara com a frase: “Cada um, General, cumpre o seu dever como pode. E os civis também sabem morrer. Felicidades!”¹⁷⁴. Discurso rodrigueano¹⁷⁵ e dramaticidade novelista mexicana, mas foi a opção do civil porque para ambos, militares e civis, a cultura da trincheira e o “querer estar” na trincheira foram espaços saturados da realidade de experiências completas por já estarem no passado¹⁷⁶, o que bastou para que o horizonte de expectativa fosse aguardado na esperança, medo, desejo, vontade e angústia, sistematicamente

¹⁷² Id. 1967, pp. 138-139.

¹⁷³ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 78.

¹⁷⁴ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 339.

¹⁷⁵ Lembra o repórter Amado Ribeiro e o Delegado Cunha, da peça O beijo no asfalto, de Nelson Rodrigues.

¹⁷⁶ KOSELLECK, op. cit., p. 310.

projetados sobre a Amazônia pelo “ainda-não”¹⁷⁷, e que os fez requerer para si participação sistemática e o angustiante protagonismo pleno na Amazônia, uma vez que o reconhecimento da Amazônia havia sido concluído e o passadismo já se debatia, exigindo do governo militar-civil o controle de um efetivo presentismo¹⁷⁸.

No item *Num corpus possessionis*, minha análise se concentra sobre a documentação que foi gerada na sua maioria a partir do *Relatório Mecom*. Constam de uma longa série de decretos e leis promulgados entre 1966 e 1974 e que compuseram pragmaticamente um *corpus legitimus*, um corpo jurídico que disciplinou de forma legal as ações econômicas, colonizadoras e políticas para a Amazônia. Esse *corpus legitimus* foi aliado a uma série de discursos que envolveram presidentes, governadores, ministros, militares e civis reunidos objetivamente num *corpus orationis*, um “corpo discursivo” para evocar o patriotismo e o nacionalismo que transformariam a Amazônia. Argumento que a reunião desse *corpus legitimus* e do *corpus orationis*, legislação e discursos, compuseram um *corpus possessionis*, um poder de fato sobre algo ou coisa enquanto *práxis* que intentou exercer um controle total sobre a Amazônia.

1.2.2. Num corpus possessionis¹⁷⁹.

A partir do reconhecimento realizado através do *Relatório do Mecom*, as ordens operativas foram sendo constituídas e expedidas. Em termos mais marciais que pragmáticos, a Operação Amazônia deve ser entendida como intrinsecamente ligada ao extenso conjunto de medidas estabelecidas modelarmente a partir das ações que foram desenvolvidas anteriormente pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE¹⁸⁰, no contexto mais amplo e politicamente conturbado da década de 1960. Uma “experiência vitoriosa”, segundo discurso do marechal-presidente Castelo Branco¹⁸¹, ainda que criticada pelos comerciantes e industriais nordestinos¹⁸². De forma mais precisa, o

¹⁷⁷ Id. 2006, p. 311.

¹⁷⁸ HARTOG, loc. cit.

¹⁷⁹ Do latim, “poder de fato sobre a coisa”.

¹⁸⁰ Criada em 1959.

¹⁸¹ **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit., p. 40.

¹⁸² **Revista Veja**, 17 jun. 1970, p. 37. Disponível: <<https://acervo.veja.abril.com.br/>>. Acesso: 15 jul. 2015.

ano de 1966 principiou o estabelecimento dos objetivos, metas e ações através de Leis e Decretos do Governo Federal para colocar em prática um modelo de desenvolvimento para a Amazônia através de medidas embasadas em incentivos fiscais capitados a partir de descontos entre 50 e 100% no Imposto de Renda devido por empresas desde que esses recursos fossem investidos em empreendimentos na Amazônia, tanto que o *Relatório Mecom* e o conjunto de medidas legais decretadas a partir de 1966 foram moldando os contornos legais e políticos da Operação Amazônia do discurso à *práxis*, num alcance pensado de forma muito ampla e complexa: exploração de recursos minerais localizados no subsolo, beneficiamento racional do potencial vegetal e animal, incentivo às atividades agropecuárias e industriais, investimento em infraestrutura para facilitar o transporte, exportação, importação e a efetiva participação da Amazônia na economia do país. O estabelecimento das estratégias e táticas a ser empregadas foi ordenado num extenso, detalhado e às vezes confuso *corpus legitimus*¹⁸³ que legalmente fundamentou:

a) A Lei nº 5.122, de 28 de Setembro de 1966, dispôs sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA), para instrumentalizar com financiamentos projetos e iniciativas estatais e privadas no âmbito da Amazônia Legal;

b) A Lei 4.505, regulamentada pelo Decreto-Lei 59.428/66, promulgou o Estatuto da Terra que, entre outras metas, apoiou oficialmente as empresas rurais, que seriam vistas como uma forma legítima, ordenada e experiente de explorar a terra.

c) A Lei nº 5.173, de 27 de Outubro de 1966 em conjunto com as alterações promulgadas em 7 de Dezembro de 1967, descreveu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para gerenciar técnica e instrumentalmente a aprovação de projetos e iniciativas econômicas no âmbito da Amazônia Legal;

d) A Lei nº 5.174, de 27 de Outubro de 1966, dispôs sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica, para atrair empresas, investidores e projetos econômicos para a Amazônia Legal;

¹⁸³ Do latim, “corpo legítimo, conforme a lei”.

e) O Decreto-Lei nº 55, de 18 de Novembro de 1966, definiu a política nacional de turismo e criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, para gerenciar e incentivar projetos de turismo, incluindo a região da Amazônia Legal;

f) O Decreto 60.079, de 16 de Janeiro de 1967, aprovou a Regulamentação do Plano Geral de Valorização da Amazônia, para sistematizar ações de desenvolvimento da Amazônia Legal;

g) A Lei nº 5.227, de 18 de Janeiro de 1967, dispôs sobre a política econômica da borracha, regulando sua execução, tentativa de reestruturar produção da borracha na Amazônia Legal;

h) O Decreto-Lei nº 164, de 14 de Fevereiro de 1967, modificou a legislação da Política Nacional da Borracha, tentativa de reestruturar produção da borracha na Amazônia Legal;

i) O Decreto-Lei nº 228, de 28 de Fevereiro de 1967, alterou a Lei nº 3.173, de 6 de Junho de 1967, que regulou a Zona Franca de Manaus, para desenvolver a indústria a partir da cidade de Manaus;

j) O Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, estabeleceu incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental;

k) O Decreto nº 61.244, de 28 de Agosto de 1967, regulou o Decreto-Lei nº 288, de 28 de Fevereiro de 1967 e alterou a Lei nº 3.173, de 6 de Junho de 1957, criando a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para gerenciar e instrumentalizar atividades econômicas na área de abrangência da Zona Franca de Manaus;

l) O Decreto nº 61.330, de 11 de Setembro de 1967, instituiu o Grupo de Trabalho para a integração da Amazônia;

m) O Decreto-Lei nº 62.006, de 29 de Dezembro de 1967, dispôs sobre os incentivos previstos no Decreto-Lei nº 55, de 18 de Novembro de 1966;

n) O Decreto-Lei nº 62.235, de 7 de fevereiro de 1968, alterou os dispositivos do Decreto nº 60.079, de 16 de Janeiro de 1967, que aprovou o Regulamento Geral para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

o) O Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que criou o Programa de Integração Nacional e alterou a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais;

p) Decreto-lei Nº 1.164, de 1º de Abril de 1971, declarou indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal;

q) Decreto-Lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972, que elevou a dotação do Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971; e

r) O Decreto nº 73.630, de 13 de Fevereiro de 1974, estabeleceu o Estatuto Básico da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para regular as ações da SUDAM.

A ação institucionalmente legal estabeleceu e delimitou a Amazônia como abrangendo a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, além dos antigos Territórios Federais – hoje Estados – do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado do Mato Grosso, ao norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás, ao norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º¹⁸⁴. Dados físicos e coordenadas geográficas são precisos na delimitação e determinação do espaço que se decidiu política e conceitualmente chamar Amazônia Legal. O estabelecimento do artigo 2º do Decreto n.º 60.079, que aprovou o “Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia” trouxe o detalhe de que os responsáveis pela definição de paralelos, meridianos e nomenclaturas de “estado” e “território”, delimitadores e nomeadores do espaço desconheciam as especificidades de cada microrregião da Amazônia. A representação da Amazônia Legal presente na Imagem 12 pode apresentar precisão topográfica, exatidão gráfica do espaço distribuído no território físico, escala métrica correta, distribuição exata de graus e do azimute, respeitando as variações na declinação magnética, mas esvazia nessa representação as diversas complexidades presentes no espaço social ou a diversidade de identidades e de culturas. Cumpre sua imposição uma vez que a nomeação seguiu os usos do tecnicismo militar-civil que decidiu política e geograficamente¹⁸⁵.

Refletindo sobre a relação entre território e identidade enquanto concepções mais complexas que graus, escalas ou linhas imaginárias, Milton Santos e Bertha B. Becker observaram que

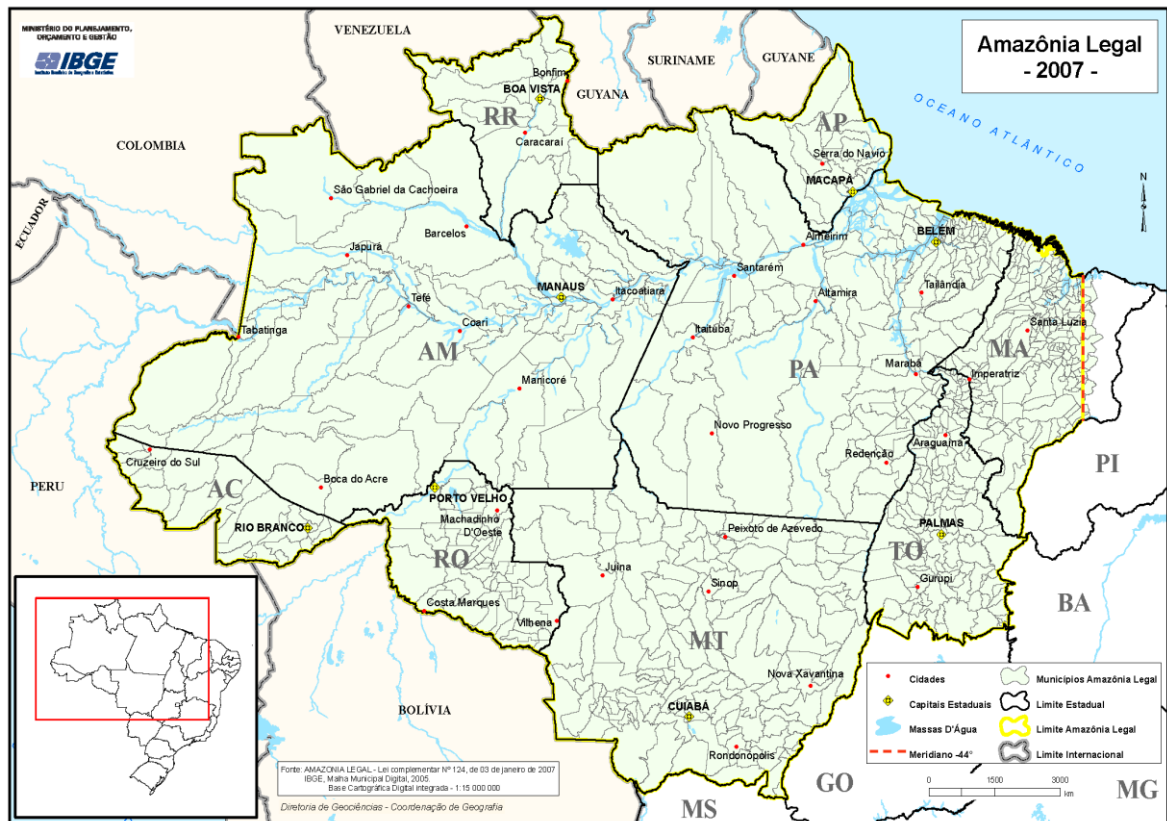
[...] território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em sí. O Território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do

¹⁸⁴ BRASIL. Decreto n.º 60.079, de 16 de janeiro de 1967. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso: 4 out. 2015.

¹⁸⁵ Para exemplificar as classificações oficiais pelo Estado, Pierre Bourdieu cita um trecho de Kafka: “Quem quer que seja pode qualificar-se de “grande” se isso lhe agrada, mas na matéria em questão são os usos do tribunal que decidem”, in: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 147. (Coleção Memória e Sociedade).

trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida¹⁸⁶. [Grifo do autor].

Imagem 12 – A Amazônia Legal física das coordenadas precisas da geografia e política.

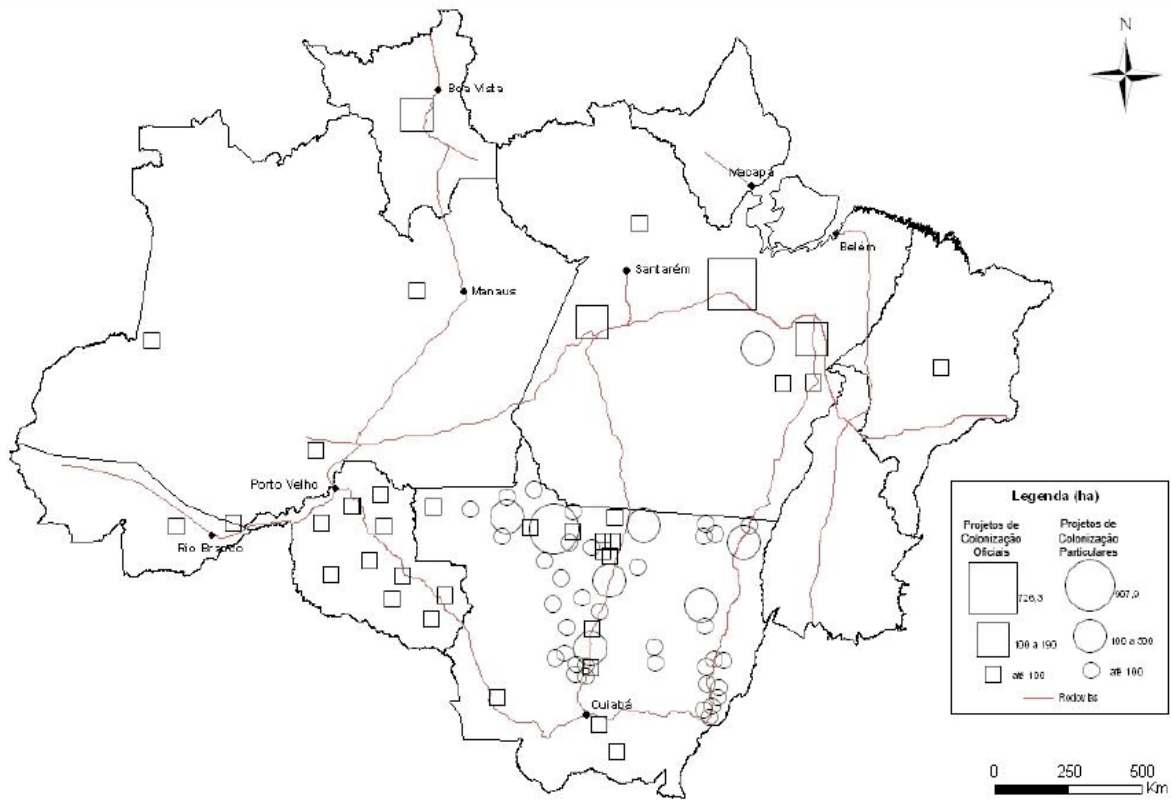


Fonte: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Amazônia Legal**. Malha municipal. [S. I.]. IBGE. 2007. Escala: 1:15 000 000. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/Mapa%20da%20Amaznia%20Legal%20IBGE.png>>. Acesso: 29 jul. 2016.

Em detrimento do reconhecimento dessas identidades ou dos sujeitos na Amazônia, o ano de 1966 marcou a guinada nas ações federais nacionais e locais para a Amazônia. Principalmente nos aspectos econômicos que influiriam nas complexas questões sociais, como os modelos de colonização que seriam implementados a partir do início da década de 1970 na Amazônia Legal, cujos resultados podem ser verificados no mapa citado por Eduardo Margarit em seu artigo de 2013 em que há a indicação dos projetos de colonização por iniciativa oficial e por iniciativa particular entre 1970 e 1974, abrangendo a área da rodovia BR-163, Cuibá-Santarém, verificando-se o mesmo padrão de ações empregadas na Transamazônica (Imagem 13).

¹⁸⁶ SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. **Territórios, territórios** - Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Lamparina, 2007, p. 14.

Imagem 13 – Projetos de colonização na Amazônia Legal durante o regime militar-civil.



Fonte: BECKER (1990) e INCRA (1992) in: MORENO (207) apud MARGARIT, Eduardo. “O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar”. *Revista Geografia em Questão*. v. 6, n. 1. 2013, pp. 12-31. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6634>>. Acesso: 29 jul. 2016.

A despeito da divisão política da Amazônia Legal ou do reconhecimento da diversidade cultural e complexidades socioeconômicas, o *Mecor* Cordeiro de Farias já se encontrava percorrendo o território amazônico para compor o *Relatório* que o “Discurso do Amapá” evocaria como marco simbólico em 1º de setembro de 1966 na cidade de Macapá, quando o marechal-presidente Castelo Branco lutou discursivamente pelo senso comum¹⁸⁷ ao lançar a Operação Amazônia,

[...] estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada. Aliás, aos que acompanham a ação do Governo tornou-se tão evidente o propósito de impulsionar-se com segurança e determinação o progresso da região que, para envolver as várias medidas a serem adotada, já criaram até a expressão “Operação Amazônia”. [...] É com real satisfação que, ao falar neste progressista Território do Amapá, posso anunciar o início da chamada “Operação Amazônia”. [...] e nos dá uma antevisão do futuro da Amazônia, cada vez mais brasileira e cada vez mais motivo de orgulho para a nacionalidade¹⁸⁸. [Grifos do autor].

¹⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, op. cit., p. 146.

¹⁸⁸ *Operação Amazônia* (Discursos), op. cit., pp. 16-17.

O tom da fala do marechal-presidente procurou transmitir segurança e determinação no anúncio da decisão de direcionar a Amazônia ao progresso. O “poder simbólico” de sua fala daria origem a uma primeira ação três meses após o lançamento da Operação Amazônia, com a realização da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia, I RIDA, ocorrida entre 3 e 11 de Dezembro de 1966 e promovida pelo *Mecor* através da SUDAM. Iniciou em Manaus num acontecimento suntuoso que reuniu governo, tecnocratas, políticos, militares e principalmente empresários da região Norte, do Sul e Sudeste do Brasil. Incluiu uma viagem ao longo do Rio Amazonas a bordo do Navio “Rosa da Fonseca”, onde foram proferidas palestras por técnicos da SUDAM e do BASA sobre as opções, vantagens e os melhores investimentos disponíveis ao capital na Amazônia. O objetivo era incentivar investimentos privados na Amazônia, prioritariamente na indústria, seguindo o modelo já experimentado – e muito criticado – no Nordeste pela SUDENE.

A I RIDA ensejaria a Primeira Missão Econômica do Pará (I MEP), uma viagem que seguiu o roteiro básico Belém (PA), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), e que visitou quatorze cidades brasileiras entre os dias 23 de fevereiro e 19 de março de 1967. A comitiva foi composta por dez representantes do governo estadual entre militares, intelectuais e técnicos do Instituto de Desenvolvimento Social do Pará (IDESP)¹⁸⁹; treze empresários entre diretores de empresas industriais e comerciais e de entidades de classe (a exemplo do Centro Industrial do Pará)¹⁹⁰; e convidados do Governo do Estado, entre os quais o prefeito de Belém, o superintendente da SUDAM, técnicos do BASA e membros da imprensa paraense (Folha do Norte) e imprensa nacional (O Cruzeiro)¹⁹¹. O objetivo básico da I MEP no roteiro Belém-Porto Alegre-Rio de Janeiro foi de expor ao empresariado brasileiro as oportunidades de investimentos na Amazônia paraense (Tabela 1).

¹⁸⁹ Dr. Oswaldo Sampaio Melo (Chefe Do Gabinete Civil), general Antonio Linhares de Paiva (Representante do Estado na Guanabara), capitão Francisco Machado (Ajudante de Ordens), Dr. Adriano Menezes (Secretário Geral Do IDESP), Dr. Amilcar Alves Tupiassu, Dr. Joaquim Rodrigues Porto, Dr. José Maria Sanata Santos, Dr. Niomar Viégas, Dr. Raymundo Albuquerque, Dr. Ronald da Costa Borraio (Técnico Do IDESP), in: SUDAM. **Álbum Operação Amazônia**. Volume I. [s. n.], out. 1967, p. 48.

¹⁹⁰ Dr. Armando Soares (Indústria de Artefatos de Borracha, Presidente do Centro das Indústrias do Pará), Sr. Benjamin Marques (Cervejaria Paraense S/A – CERPASA), Sr. Claudomiro Pereira da Silva (Jaú Indústria e Comércio S/A), Sr. Joaquim Nogueira (Fábrica Perseverança), Sr. José de Melo Matos (NAVENORTE), Sr. Manuel Câmara (São Bernardo Industrial), Dr. Michel H. Haber (Sabino Oliveira Indústria e Comércio e GELAR), Sr. Nelson Souza (Óleos do Pará S/A – OLPARA), Sr. Omar Simões (Tecejuta e Pedro Carneiro S/A Indústria e Comércio), Dr. Rui Castro (Vidros Industrial do Pará S/A – VIP), Sr. Vinicius Bahury De Oliveira (Amazônia Metalúrgica S/A – AMETAL), Dr. Aldebaro Klautau Filho (Centro das Indústrias do Pará), Sr. Vitoriano Murrieta (Centro das Indústrias do Pará), in: SUDAM. **Álbum Operação Amazônia**, loc. cit.

¹⁹¹ Dr. Leônidas Miranda (Superintendente da SUDAM), Sr. Luiz Osiris da Silva (técnico do BASA), Sr. Luiz Carlos Amaral (Confederação Nacional da Indústria), Dr. Eudiracy Silva (Prefeito Municipal de Belém), Sr. Aldo Lisboa (técnico do BASA), Sr. José Reymão (Imprensa, “Folha do Norte”), Sr. Raimundo Favacho (Imprensa, “Folha do Norte”), Sr. Orlando Aguiar Rocha (Imprensa, “O Cruzeiro”), in: Id., 1967.

Tabela 1 - Roteiro da Primeira Missão Econômica do Pará
 Fevereiro a março de 1967. Roteiro: Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro.
 Chefe: Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, Governador do Estado do Pará.

SAÍDA		DESTINO	CHEGADA	
DIA	HORA		DIA	HORA
23/02	16:00	BRASÍLIA	27/02	21:00
28/02	08:00	BELO HORIZONTE	28/02	22:00
01/03	23:00	SÃO PAULO	02/03	11:00
05/03	08:00	CURITIBA	05/03	18:00
07/03	07:00	PORTO ALEGRE	08/03	02:00
09/03	09:00	NOVO HAMBURGO	09/03	10:00
09/03	16:00	PORTO ALEGRE	09/03	17:00
10/03	08:00	CAXIAS DO SUL	10/03	10:00
10/03	14:00	FLORES DA CUNHA (*)	10/03	15:30
10/03	16:00	BENTO GONÇALVES (*)	10/03	17:30
10/03	20:00	PORTO ALEGRE	10/03	21:30
11/03	08:30	FLORIANÓPOLIS	11/03	09:30
11/03	12:00	BLUMENAU	11/03	17:00
12/03	06:00	JOINVILE	12/03	10:00
12/03	17:00	CURITIBA	12/03	21:00
14/03	-	RIO DE JANEIRO	-	-
19/03	00:15	BELÉM	19/03	04:10

(*) Cidades visitadas extraprograma, para atender às solicitações das respectivas autoridades e entidades de classe. Fonte: SUDAM. **Álbum Operação Amazônia**. Volume I. [s. n.], out. 1967, pp. 48-49.

No entanto, cobrir o eixo Norte-Sul-Sudeste, ao mesmo tempo em que buscou investidores, significativamente reconheceu certa dependência tecnológica e econômica em relação aos Estados do Sul e Sudeste, sensação reforçada pela inclusão das cidades de Flores da Cunha e Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul. Em cada cidade visitada, os técnicos da SUDAM e do BASA proferiam palestras sobre a infraestrutura, aspectos sociais, economia, recursos naturais, agricultura, pecuária, indústria e incentivos fiscais (as leis Federal n.º 5.174 e Estadual n.º 3.817), acompanhados pela imprensa local, como o jornal carioca *A Tribuna da Imprensa*¹⁹².

Em fevereiro de 1968, a II MEP percorreria os Estados da Guanabara e São Paulo, voltando às cidades de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Tanto a I RIDA quanto a I e II MEP foram ações incentivadas pelo governo federal e estadual com o apoio do empresariado paraense. Os resultados em investimentos privados foram poucos.

A Amazônia ainda teria de esperar outras etapas da montagem da Operação Amazônia. Também a partir de 1966, legislação e discursos foram assumindo novos contornos e formatos definitivos.

¹⁹² “Alacid mostra a Operação Amazônia para os gaúchos”, **A Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 11-12 mar. 1967, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

Um conjunto de ações legisladoras e discursivas tornadas oficiais foi reunido em quatro publicações principais. Na legislação, O Novo Sistema de Ação do Governo Federal para a Amazônia – Legislação Básica Volume I¹⁹³ (1967); e Operação Amazônia – Legislação Básica n.º 2¹⁹⁴ (1968), sistematicamente arrolaram as Leis e Decretos que fundamentaram as ações da Operação Amazônia como legítimas e formando no seu conjunto um *corpus legitimus*. No discurso, além do *Relatório Mercor* (1967), a reunião de um conjunto de pronunciamentos de ex-presidentes, governadores, ministros, políticos e militares publicados na obra Operação Amazônia (Discursos) de 1968¹⁹⁵ constituíram um *corpus orationis*¹⁹⁶ que evocou as falas de “homens ilustres” para defender a necessidade das transformações propostas como ações emergenciais para a Amazônia.

A legislação decretada e reunida no *corpus legitimus* e os discursos evocados e reunidos no *corpus orationis* formaram um *corpus possessionis* instrumental de exercício de poder cuja principal intenção e objetivo foi tornar efetivo seu controle pleno¹⁹⁷ sobre a Amazônia por se apropriar do que a partir dali seria considerado legítimo fazer e do que também a partir dali seria permitido falar sobre a região. Na prática, o fazer legal e o falar permitido determinaram os espaços, mediaram e distenderam o tempo e intentaram padronizar o cotidiano da Amazônia modelando e disciplinando suas representações através do *corpus possessionis* que foi disseminado principalmente nos manuais publicados e veiculados pela SUDAM. E como esses manuais formavam a base legal para a apresentação dos projetos de aquisição de financiamento, deveriam pelo menos seguir os exemplos dados em “[...] palavras que espelham o pensamento de quantos acreditam no destino grandioso do Brasil e na nova filosofia política do Governo Federal consubstanciada na Operação Amazônia”¹⁹⁸. Apesar de a publicação das opiniões e dos discursos contidos no opúsculo Operação Amazônia (Discursos) datarem de 1968, esse documento inicia fazendo um recuo temporal cronológico ao dia 10 de Outubro de 1940 e delimitando o espaço simbólico da cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para acionar a força discursiva e simbólica do chamado “Discurso do Rio Amazonas”

¹⁹³ SUDAM. **Legislação Básica/Volume I**. Rio de Janeiro: Editôra Spencer, 1967.

¹⁹⁴ MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Operação Amazônia**. Legislação Básica N.º 2. Belém: SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.

¹⁹⁵ Homônima da **Operação Amazônia**, op. cit., que intitulou o *Relatório do MECOR* de 1967, a **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit., foi uma coletânea de discursos publicada em 1968.

¹⁹⁶ Corpo discursivo.

¹⁹⁷ Otávio Guilherme Velho associaria esse controle total ao processo de colonização como uma “onipotência pode aproximar-se perigosamente da impotência”, in: VELHO, Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981, p. 155.

¹⁹⁸ **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit, p. 5.

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de Novembro não podia esquecer-vos, pois sois a terra do futuro, o vale da promessa da vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no campo econômico da Nação, como fator de prosperidade e energia criadora vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. [...] transformar a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada¹⁹⁹.

A fala de Getúlio Vargas foi pinçada num formato propositalmente tornado profético em 1968 e tonificado por um implícito centralismo político. Por isso, não se deve perder de vista que se a fala é de 1940 e sua republicação é de 1968, com intencionalidade e seletividade discursiva claras e objetivas. Saudou a figura do presidente Getúlio Vargas enquanto exemplo de ações de liderança ou líder de grandes decisões. Delimitou também seu governo como um “saudoso tempo”. Num primeiro enunciado o “Discurso do Rio Amazonas” não se deu propriamente no Rio Amazonas. Foi apoteoticamente proferido no Teatro Amazonas em Manaus. Como segundo enunciado, o texto que apresenta e introduz seletivamente o “Discurso do Rio Amazonas” no contexto de 1968 condiciona e insere a fala de Vargas como a primeira manifestação oficial do Governo Federal sobre o “vazio demográfico”. Torna-o uma “semente mística da Operação Amazônia”²⁰⁰. Um terceiro enunciado associou o discurso de Vargas à ação “tornada realidade pela visão patriótica do extinto²⁰¹ presidente Marechal Humberto Castelo Branco”: a Operação Amazônia²⁰².

Foram exercícios que evocaram implicitamente certo centralismo político em torno da *persona* heroicizada em Getúlio Vargas. Centralismo também implícito em cada sujeito situado nos níveis do governo, da estrutura tecnocrata, das instituições políticas, da intelectualidade, da estrutura militar e do meio empresarial. Não pelos sujeitos em si, mas pelo que eles representaram no contexto macro da ditadura militar-civil, como o governo central que decidiu; a tecnocracia racional e lógica que calculou; a política de apoio e de oposição controlada; a intelectualidade que monopolizou “a” cultura e “o” saber; o militarismo repressivo que policiou, torturou e matou; e o capital que oportunamente foi sendo expandido: autoritários, como somente uma ditadura os poderia tornar. Indo além de Getúlio Vargas, nos cinco pronunciamentos do marechal-presidente Castelo Branco e nos

¹⁹⁹ Id., 1968, p. 10.

²⁰⁰ Ibid., p. 6.

²⁰¹ O marechal-presidente Castelo Branco faleceu a 18 de julho de 1967, quando se dirigia a Fortaleza retornando de uma viagem à fazenda de uma parente, a escritora Raquel de Queirós, quando o pequeno avião que o transportava colidiu, na localidade de Mondubim (distrito de Fortaleza), com um caça a jato da base aérea da cidade. O acidente causou a morte do ex-presidente e de seus acompanhantes, in: BRANCO, CASTELO. **Arquivo CPDOC/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acesso: 25 fev. 2016.

²⁰² **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit., p. 7.

onze discursos dos sujeitos ativos na aplicação do *corpus possessionis* das transformações prognosticadas pela Operação Amazônia, cada nível da estrutura militar-civil representado na fala dos sujeitos fez sua profissão de fé na centralidade da política, da técnica, da ciência, da “revolução” e da economia em torno do Estado militar-civil. Do marechal-presidente, seguiram-se suas cinco falas:

1. No Discurso do Amapá, em 1º de setembro de 1966, no qual lançou a Operação Amazônia, proferindo desde a cidade de Macapá, a clara origem do protagonismo das transformações que viriam a ser aplicadas na Amazônia através do Governo Federal (“que preside tal evolução”²⁰³) pela ação e dinamismo, sinceridade e probidade de sua administração (“revolucionária no Brasil”²⁰⁴).

2. No Discurso de Roraima, em 20 de setembro de 1966, na cidade de Boa Vista, capital do então Território Federal de Roraima, o anúncio da criação do Banco da Amazônia S. A. (BASA, em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia, BCA) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, em substituição a SPVEA, de “história tão discutida e duvidosa”²⁰⁵, “cujas origens e causas nada adiantaria aqui analisarmos”²⁰⁶), delimitou os instrumentos técnico-financeiros segundo “novos moldes” institucionais planejados, organizados e aplicados através da Operação Amazônia para tornar válida sua riqueza (a “redenção da Amazônia, cuja riqueza deixará de ser fábula para se tornar alguma coisa de palpável”²⁰⁷).

3. No Discurso de Rondônia, em 1º de dezembro de 1966, na cidade de Porto Velho, anunciou que em cinco anos o Brasil já iria elevar a produção de cobre de cinco para cinquenta por cento do cobre necessário ao seu consumo, já prognosticando os resultados dessas ações (“substituímos, assim, uma política em que, mais ou menos cegos, entregávamos ao acaso a descoberta de nossas minas”²⁰⁸).

4. No Discurso do Acre, em 2 de dezembro de 1966, em Rio Branco, capital do Estado do Acre, anunciou incentivos à produção da borracha e solicitou ao empresariado diversificar a produção (“para não deixar tôda a economia de vastas áreas exclusivamente dependente de um produto único”²⁰⁹).

²⁰³ Id., 1968, p. 16.

²⁰⁴ Ibid., p. 15.

²⁰⁵ Ibid., p. 22.

²⁰⁶ Ibid., p. 23.

²⁰⁷ Ibid., pp. 21-22.

²⁰⁸ “Perspectivas”, in: *ibid.*, p. 27.

²⁰⁹ “Diversificação”, in: *ibid.*, p. 33.

5. E no Discurso do Amazonas, em 3 de dezembro de 1966, proferido no Teatro Amazonas em Manaus, durante a solenidade de abertura da I RIDA, essa reunião seria interpretada pelo marechal-presidente como uma conversa com o capital personificado no empresariado do Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste (“um diálogo franco com o empresariado nacional”), assumidos por seu governo como opção (“mola mestra do modelo de desenvolvimento que preferimos”) política e economicamente segura (sem “compulsão totalitária” nem “arregimentação socialista”²¹⁰).

Depois da declaração oficial do início da Operação Amazônia pelo executivo federal, foi dada sequência a uma série de manifestações de apoio sistemático através da I RIDA e das ações institucionais de instalação da SUDAM e que ocasionaram o conjunto de falas que compõe o *corpus orationis* da Operação Amazônia.

6. O discurso do general Edmundo de Macedo Soares da Silva, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, proferido no Teatro Amazonas em Manaus, na solenidade de abertura da I RIDA, em 3 de dezembro de 1966, analisou o desenvolvimento nacional, internacional e vaticinou na Amazônia a era do desenvolvimento cepalino (“estamos cômicos de que chegamos à era do desenvolvimento regional” ligado ao desenvolvimento “auto-propulsado” cepalino”²¹¹).

7. O discurso do governador do Amazonas, Arthur Cesar Ferreira Reis, em jantar oferecido pelo Estado do Amazonas às autoridades, políticos, militares e investidores participantes da I RIDA, em 3 de dezembro de 1966, no Ideal Clube de Manaus, dividiu o Brasil em uma área de prosperidade representada pelo Sudeste; uma segunda área já em desenvolvimento – “graças à SUDENE” – representada pelo Nordeste; e uma terceira área, a mais atrasada, representada pela Amazônia (“constituímos o terceiro mundo do Brasil”²¹²). Pediu a união entre empresariado e intelectualidade, seu apoio à Operação Amazônia (“iniciativa privada e a ciência, a pesquisa e a tecnologia brasileira”²¹³) e os investimentos do capital privado, destinado ao lucro (“que assegurem ao capital o rendimento a que ele tem direito e para que realmente existe”²¹⁴).

²¹⁰ Ibid., p. 41.

²¹¹ Ibid., p. 49-50.

²¹² Ibid., p. 56.

²¹³ Ibid., p. 57.

²¹⁴ O governador do Amazonas, Arthur Cesar Ferreira Reis encerrou seu discurso com as palavras: “Homens de Empresa do Sul do Brasil. Em nome do Amazonas, como parte da Amazônia, a nossa saudação, a nossa palavra de agradecimento”, *ibid.*

8. O discurso do prefeito de Manaus, Paulo Nery, em almoço oferecido pelo município amazonense às autoridades, políticos, militares e investidores participantes da I RIDA, em 4 de dezembro de 1966, no parque 10 de novembro em Manaus, analisou a produção agrícola juteira negativamente (“forma disfarçada de um novo extrativismo”) e enunciou como vias redentoras da Amazônia o “novo modelo econômico” (“industrialização, agricultura e pecuária”²¹⁵) como consequências inerentes à Operação Amazônia enquanto instrumento “revolucionário” (“filha da Revolução de 31 de março”²¹⁶).

9. O discurso do superintendente da SUDAM, general Mário de Barros Cavalcante, durante a instalação oficial da SUDAN na noite de 30 de novembro de 1966 na sede da extinta SPVEA, em Belém, associou o êxito da Operação Amazônia dependendo exclusivamente dos dirigentes e empresários do Pará (“homens da região” associados às “pessoas responsáveis pela direção”²¹⁷) e de seus principais instrumentos: a SUDAM e o BASA.

10. O discurso do superintendente da SUDAM, general Mário de Barros Cavalcante, durante a sessão de abertura oficial dos trabalhos da I RIDA, em 5 de dezembro de 1966, a bordo do navio “Rosa Fonseca”, afirmou que “os povos que nada sofreram não possuem história para contar, nem cânticos guerreiros pra entoar”²¹⁸, por isso convocou “o particular para a grande cruzada. Fazemos uma revolução. Fazemos a revolução”²¹⁹.

11. O discurso do ministro João Gonçalves de Souza, durante a sessão de abertura oficial dos trabalhos da I RIDA, na manhã de 5 de dezembro de 1966, a bordo do navio “Rosa da Fonseca”, ancorou a região do Nordeste com a região Amazônica (“duas áreas que se completam [...], duas economias que se completam”²²⁰). Para o ministro, o Governo Federal precisaria criar condições reais para uma colonização real (“homem do Sul, o homem que vem do Rio Grande, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo, de Minas Gerais”²²¹), associando o termo “homem da Amazônia” à “iniciativa privada” ou “homens de empresa” que deveriam ser financiados pela SUDAM e BASA²²² e que repetia a fala do general Mário de Barros Cavalcante de 30 de novembro de 1966.

²¹⁵ Ibid., p. 64.

²¹⁶ A última parte do discurso do prefeito de Manaus, Paulo Nery, é direcionada especificamente aos “Senhores industriais do Sul”, *ibid.*, p. 65.

²¹⁷ Ibid., p. 70.

²¹⁸ Ibid., p. 73.

²¹⁹ Ibid., p. 76.

²²⁰ Ibid., p. 81.

²²¹ Ibid., p. 82.

²²² Ibid., p. 83.

12. O discurso do governador do Pará Alacid da Silva Nunes na sessão de encerramento da I RIDA, em 11 de dezembro de 1966, no auditório da Faculdade de Medicina em Belém, afirmou que o subdesenvolvimento da Amazônia deveria ser combatido (“a luta contra o subdesenvolvimento não pode ter apenas dimensões internacionais”²²³).

13. O discurso do ministro do Interior Afonso Augusto de Albuquerque Lima, na solenidade de posse do coronel engenheiro João Walter de Andrade, como superintendente da SUDAM, a 31 de março de 1967, em Belém, definiu a SUDAM como “[...] liderança da ação federal na Amazônia, que será o elemento catalizador primordial de sua transformação e progresso”²²⁴.

14. O discurso de posse do coronel engenheiro João Walter de Andrade, como superintendente da SUDAM, a 31 de março de 1967, em Belém, pontuou que a integração da Amazônia ao restante do Brasil era uma tarefa “compreensível e viável, em virtude do complexo de instrumentos legais colocados a serviço do Desenvolvimento da Amazônia”²²⁵.

15. O discurso do ministro do interior Afonso Augusto de Albuquerque Lima, durante a instalação do Conselho Deliberativo da SUDAM, a 5 de Fevereiro de 1968, em Belém, definiria que “os caminhos da valorização amazônica e de sua definitiva recuperação já estão traçados com segurança”²²⁶, ditados “pela consciência nacional, [...] sem sonhos de grandeza, nem ideias irrealizáveis”²²⁷.

16. E o discurso do coronel engenheiro João Walter de Andrade, superintendente da SUDAM, durante a instalação do Conselho Deliberativo da SUDAM, a 5 de Fevereiro de 1968, em Belém, afirmou que “a mística que envolve hoje o povo amazônida na [...] recuperação de suas áreas, preconizada pelo Governo Federal, [...] merecendo apoio [...] de todos os altos escalões da administração central”²²⁸, justificou-se na crença de que “A Amazônia é um mundo ainda a ser descoberto”²²⁹. Cada uma das falas presentes na publicação Operação Amazônia (Discursos) se associaram ao *Relatório Mecor* ao evocar a centralidade na condução e nas decisões.

²²³ Ibid., p. 94.

²²⁴ “Objetivo Nacional Permanente”, *ibid.*, p. 98.

²²⁵ **Operação Amazônia** (Discursos), *ibid.*, p. 105.

²²⁶ *Id.*, 1968, p. 112.

²²⁷ *Ibid.*, p. 113.

²²⁸ O discurso do coronel engenheiro João Walter de Andrade, superintendente da SUDAM, foi dividido expositivamente em: “Intercâmbio”; “Energia”; “Rodovias”; “Aeroportos”; “Portos”; “Saneamento”; “Habitação”; “Telecomunicações”; “Educação”; “Recursos minerais”; “Recursos naturais renováveis”; “Papel celulose”; “Castanha do Pará”; “Projeto Dendê”; “Contribuição da União”; “Incentivos Fiscais”; “Escritórios Regionais”; “Participação das Forças”; “Colônias militares”; “Ação imediata” e “Cooperação Estrangeira”, *ibid.*, p. 119.

²²⁹ **Operação Amazônia** (Discursos), *ibid.*, p. 133.

As palavras do discurso evocaram imagens. Isso está presente desde a folha rosto do *Relatório Mecor*, como percebemos em sua representação na Imagem 14.

Imagem 14 – Folha Rosto do *Relatório Mecor*, 1967, marca o centro das ideias e decisões plantadas pela “semente mística” varguista.



Fonte: “Folha rosto”, in: MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS. **Operação Amazônia**. Relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. [S. I.: s.n.],1967. Disponível: <www.sudam.org.br/>. Acesso: 15 out. 2015.

Nela, veem-se claramente num mapa estilizado da Amazônia Legal, três linhas equidistantes e escalonadas entre si, que partem do centro desse mapa em direção ao Norte com suas respectivas legendas: Brasília/Acre, Xavantina/Cachimbo e Brasília/Belém, respectivamente as rodovias BR-174, a BR-080, e a BR-010. Um desenho esférico, marca no centro a localização geográfica de Brasília atribuindo a ideia de “sol” ou de uma estrela

estilizada que irradia os trajetos formados por cada uma das linhas que representaram a política rodoviária das BR-174, a BR-080, e a BR-010.

A documentação que institucionalmente legislou os objetivos, as regras e discursivamente impôs a importância e a necessidade da Operação Amazônia, gestou também cada uma das formas de condução que deveriam ser assumidos por políticos, militares e empresários, fazendo-os orbitar em torno dessa discursividade central de decisões e mando. Nesse sentido, permaneceram na base de cada uma dessas posturas, os dois aspectos delineadores do planejamento de meios e ações práticas federais ou estaduais: desenvolvimento econômico e Segurança Nacional. Nesse estado de coisas também foi delineada a elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento, I PQD, de 1968 a 1972, que em síntese, retomou antigos discursos associados e irradiados em conjunto com os “novos discursos”. O início de sua elaboração se deu ainda na vigência da SPVEA como um Plano de Ação. Por conta da criação e implantação da SUDAM, o cerne do Plano de Ação foi imbricado no “novo” I PQD da “nova” SUDAM.

Em sua tese de doutoramento pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Gilberto de Souza Marques pontua no I PQD uma intenção de controle do PIB para elevá-lo acima da média nacional e alterar a estrutura econômica para dar destaque ao setor industrial e agropecuário como meios de se alcançar o autodesenvolvimento; essas ações visavam ainda estimular o emprego, a exportação, a substituição de importações, criar infraestrutura, fazer o levantamento de recursos naturais e a ocupação de áreas consideradas prioritárias por meio da colonização²³⁰.

Contraditoriamente, todos os aspectos desse horizonte nascedouro e criador de uma expectativa, não se originaram nos espaços em que se davam as vivências e experiências sociais da Amazônia uma vez que elas chegam tarde para os indivíduos e nunca estão à mão para o uso dos governos²³¹ e, portanto, não foram vividos ou sentidos in loco pelos ideologizadores dos discursos e ações da Operação Amazônia. O I PQD tratou de emprego, produção, abastecimento como tópicos economicistas e desenvolvimentistas impostos a Amazônia. Os setores técnicos e governamentais que o elaboraram não conheciam as tensões cotidianas em torno do emprego, desemprego ou subemprego; não vivenciaram as singularidades estruturais e produtivas primárias, secundárias ou terciárias; não haviam

²³⁰ MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em Agricultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível: <www.ufrj.org.br/repositorio_teses>. Acesso: 13 jul. 2015.

²³¹ Conde Reinhard (1820) apud KOSELECK, op. cit., p. 310.

experimentado as situações reais e conflituosas do abastecimento ou desabastecimento. Obviamente não pretendo reduzir essas questões a uma sensibilidade ou empiria pura. Porém, o que sintetiza o I PQD é a redução de complexidades e singularidades da Amazônia a uma mecânica, operacional e esquemática, delineadas na Operação Amazônia e reproduzidas no I PQD, cuja estruturação se configurou num *lócus* muito distantes do espaço focado pelas realidades a ser superadas.

Nesse sentido, uma vez que o objetivo estava espacialmente muito distante do vértice de irradiação do discurso, o que foi projetado foi distendido a partir da estratégica militar que conceituou e delimitou o espaço da Amazônia nos termos de um teatro de operações no qual a floresta, o vazio demográfico e o desnível econômico-estrutural em relação ao Sul e Sudeste do Brasil foram identificados como os inimigos que deveriam ser submetidos, neutralizados e vencidos.

Todavia, essa idealização mecanicista embebida de tal forma das esperanças futuras para a Amazônia, não considerou os efeitos colaterais da Operação Amazônia (ideal) sobre a Amazônia (real). Ver a Amazônia através desse prisma desenvolvimentista do governo militar-civil incidiu diretamente sobre setores específicos da população paraense. Isso distorceu a realidade amazônica *a posteriori* do *corpus legitimus* institucional prescrito a partir de 1966. Ocorre que essas distorções foram se estruturando como pré-concepção externa ao espaço de experiência: a de uma única expectativa de futuro para a Amazônia construída idealmente e generalizada pela sua imposição ao espaço tão diverso da Amazônia Legal e experimentada de forma incompleta²³² por não ser um futuro passado. Além de externos ao espaço de experiência, estavam muito distante do contexto e cotidiano ordinário da Amazônia.

Entretanto, gestou-se certa visão romantizada em torno da Amazônia que coincidiu passado e futuro e incluiu as medidas anunciadas pelo marechal-presidente Castelo Branco, constituindo um horizonte de expectativa inserido na Amazônia e idealizado como presente puro, unilateral²³³ que o *corpus possessionis* intentou controlar na experiência, na expectativa, no passado e futuro, mensurando-as cronologicamente. Nesse sentido, desde Castelo Branco, passando por Médici e culminando em Geisel, não se cogitaram múltiplos infinitos momentos temporais. Cogitou-se um só. Romantismo, idealismo e unilateralismo que foram assumidos pelo tenente-coronel-governador Alacid da Silva Nunes, no exercício do Executivo Paraense,

²³² “Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais”, in: KOSELLECK, loc. cit.

²³³ “O que importa aqui é mostrar que a presença do passado é diferente da presença do futuro”, id., 2006, p. 311.

A integração da Amazônia no esquema desenvolvimentista do País, vai, pouco a pouco, sendo feita através de uma conjugação de esforços que envolve os Podêres Civil e Militar. O esforço e o patriotismo de todos aqueles que amam sua terra e querem vê-la forte e pujante, despertando para a era do progresso não ficam, felizmente, sem o decidido apoio e o incentivo realista dos amazônidas dignos desse nome²³⁴.

As efusivas palavras do tenente-coronel-governador, cuja autoria é comprovada por uma reprodução *facsimile* de sua assinatura de próprio punho, ladeiam o brasão d'armas do Pará sob o qual são arrolados os nomes de todos os secretários de Estado paraenses, na composição oficial que abre a edição do *Álbum Operação Amazônia* publicado pela SUDAM em conjunto com o Governo do Estado do Pará em outubro de 1967 e que trouxe como mote as palavras de A. Humboldt: “O vale do Amazonas em futuro não muito remoto será um centro de civilização e o celeiro do mundo”²³⁵. No mesmo ano, o general Mourão Filho, quando ainda presidente do Superior Tribunal Militar, discordou.

Imagem 15 – O *Álbum Operação Amazônia*.



Fonte: “Capa”, in: SUDAM. *Álbum Operação Amazônia*. v. 1. [S. I.: s. n.]. out. 1967. Disponível: <<http://www.sudam.org.br>>. Acesso: 15 out. 2015.

Na seção “Mensagem da Amazônia”, o editor do *Álbum* dirigiu-se “ao homem de empresa brasileiro”, convidando-o a ser assessorado pela SUDAM e pelo BASA para escolher

²³⁴ “Mensagem do Governador Alacid da Silva Nunes”, in: *Álbum Operação Amazônia*, op. cit., p. 4.

²³⁵ “Capa”, id., 1967.

entre empreendimentos industriais, agrícolas ou pecuários e “investir na Amazônia” para o “desbravamento da Planície Verde”, colaborando para “integrá-la definitivamente no patrimônio ativo nacional”²³⁶. O termo “homem de empresa” sempre evocado nas falas políticas e econômicas repetiu e sintetizou o *corpus orationis*. Nesse sentido, o Álbum Operação Amazônia trouxe a apresentação de várias empresas classificadas como indústrias, a exemplo da Companhia Paraense de Embalagens, Victor C. Portela S/A, Sabino Oliveira S/A, Construções da Amazônia – CONAMA S/A e Companhia Paraense de Máquinas – CIMAQ²³⁷. Cada apresentação foi composta com fotografias de seus parques industriais e oficinas para enquadrar o discurso dos textos com dados históricos, prospectos sobre produção e prognósticos da expansão de suas instalações e ampliação da produção, corroborados por dados e informações da aprovação de incentivos pela SUDAM, o que conotava *status* mais político que econômico. Propositamente, notícias industrializadoras de uma Amazônia presentificada na manchete “Máquinas do progresso [que] chegam para a ampliação da CIBRASA”²³⁸ fortaleceram o discurso da participação do empresariado paraense na Operação Amazônia e passou a associar o tenente-coronel governador paraense à iniciativa privada

O governador do Estado, Coronel Alacid Nunes, prestigiou com sua presença, na manhã da última quarta-feira da operação de desembarque e início da remoção para Capanema do [ilegível] maior de peças que formarão a ampliação da fábrica de cimento que o poderoso grupo ao qual integra a Cimentos do Brasil S/A. CIBRASA mantém naquele [sic] município²³⁹.

Na mesma reportagem seguiram-se detalhes do momento exato do desembarque das peças do navio e sua saída do porto, anotações da presença dos diretores e gerentes que orientavam a complicada operação de desembarque do maquinário proveniente da Tchecoslováquia, como parte do programa que ampliou o parque industrial da CIBRASA em dez mil metros quadrados. Como se tratou de uma operação da iniciativa privada, a presença do tenente-coronel Alacid da Silva Nunes no porto, como observador da operação de desembarque, chamou a atenção da imprensa e somente os acontecimentos dos meses seguintes explicariam o fato. Ao longo do ano de 1970 e nos meses que antecederam a transmissão do executivo estadual para o governador eleito Fernando José de Leão Guilhon em 1971, a Folha do Norte noticiou vários possíveis convites ou propostas feitas *ao* ou *pelo*

²³⁶ “Mensagem da Amazônia”, in: *ibid.*, p. 5.

²³⁷ *Ibid.*, *passim*.

²³⁸ **Folha do Norte**, 8 jan. 1970, 1º Caderno, p. 14.

²³⁹ *Id.*, 1970.

tenente-coronel governador paraense, levando dois repórteres da Folha do Norte a fazer uma aposta em torno de seu futuro político ou administrativo. De um lado, um repórter crédulo, dizendo-se muito bem informado, afirmava que Alacid assumiria o Ministério dos Transportes. No lado oposto, um repórter incrédulo duvidava de qualquer prognóstico nacional para o ex-governador. Como não se chegou a um denominador comum, apostaram uma caixa de uísque, com direito a documento escrito e testemunhas²⁴⁰. Entre março de 1970 e agosto de 1971, haveria o transcurso de outros fatos e mudanças administrativas e políticas no Pará. Mas com relação ao ex-governador, um ano e oito meses após o desembarque do maquinário tcheco para a CIBRASA, em agosto de 1971, Alacid Nunes assumiu o cargo de diretor da Cimento do Brasil S.A., CIBRASA, atuando desde o Maranhão até o Acre²⁴¹. Permaneceu nesse cargo pelo menos até 1974, quando seria eleito o deputado federal mais votado no Pará²⁴².

Acredito que o repórter incrédulo tenha saboreado prazerosamente o uísque ganho na aposta e o tenente-coronel diretor Alacid da Silva Nunes tenha utilizado de forma racional, industrial e patriótica o maquinário tcheco da CIBRASA, seguindo as orientações que referendou no Álbum Operação Amazônia. Além de demonstrar o grande potencial econômico agrícola, pecuário e industrial para convencer investidores nacionais e internacionais que a Amazônia paraense era “bom negócio”, nada como a *práxis* e opinião dos “homens bons” do Pará, testificadas no Álbum Operação Amazônia: a crença real do patriciado e da intelligentsia paraense na Operação Amazônia (Imagem 16),

- a) No governo: tenente-coronel-governador Alacid da Silva Nunes; Dr. Alírio César de Oliveira, Diretor Geral do DER-PA;
- b) No ministério federal: coronel-ministro Jarbas Gonçalves Passarinho;
- c) No meio técnico: coronel-engenheiro João Walter de Andrade (superintendente da SUDAM); Irawaldie Rocha (Diretor Financeiro da CELPA); Fernando Gama de Miranda (Assessor Técnico do BASA);
- d) Na política: professor Renato Franco (vice-governador do Estado e presidente da Assembleia Legislativa do Pará);
- e) Na intelectualidade: professor Aldebaro Klautau (catedrático em Direito da UFPA); Rodrigues Pinagé (Poeta, Academia Paraense de Letras); Ernesto Cruz (presidente do

²⁴⁰ “Informe FN. Aposta”, **Folha do Norte**, 19 mar. 1971, 1º Caderno, p. 3.

²⁴¹ Id., 8 ago. 1971, 1º Caderno, p. 6.

²⁴² NUNES, ALACID. Arquivo CPDOC/FGV. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario>>. Acesso: 18 dez. 2012.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará); Waldemar Henrique (Diretor do Departamento Cultural do Teatro da Paz);

f) Entre os militares: general de divisão Isaac Nahon (Comandante Militar da Amazônia e 8ª Região Militar);

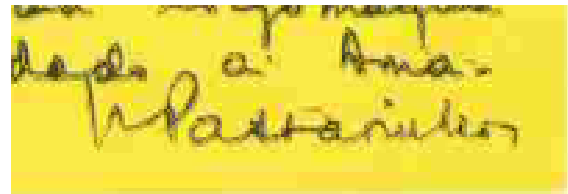
g) No empresariado: Isaac Benayon Sabbá; Nelson Souza; Isaac Jacob Benzency, entre outros; e

h) Nas empresas: Vitor C. Portella S/A; Sabino Oliveira Indústria S/A; Força e Luz do Pará S/A; Construções da Amazônia S/A; Óleos do Pará S/A; C. M. Rocha Ltda; entre outras.

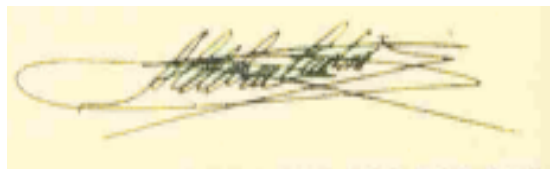
Imagens 16 A, B, C, D, E, e F – Os “homens bons” e intelligentsia paraense no apoio à Operação Amazônia



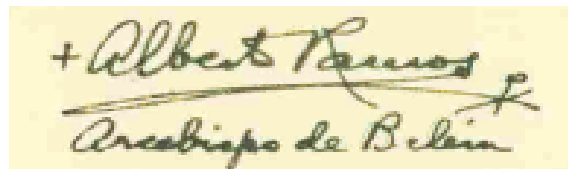
A) Tenente-coronel-governador
Alacid da Silva Nunes



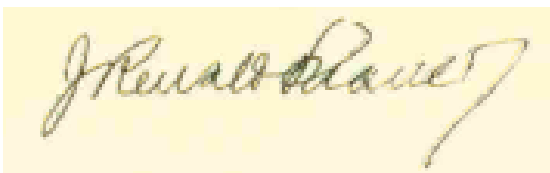
B) Coronel-ministro
Jarbas Gonçalves Passarinho



C) Catedrático de Direito da UFPA
Dr. Aldebaro Klautau



D) Arcebispo de Belém
D. Alberto Galdêncio Ramos



E) Vice-governador e
Presidente da ALEPA
Deputado João Renato Franco



F) Diretor do Departamento Cultural do
Teatro da Paz
Maestro Waldemar Henrique

Fonte: SUDAM. **Álbum Operação Amazônia**. v. 1. [S. I.: s. n.]. out., 1967, passim. Disponível: <<http://www.sudam.org.br>>. Acesso: 15 out. 2015.

Cada um desses setores e sujeitos subscreveu o discurso da Operação Amazônia assumindo-o como única via de desenvolvimento para a Amazônia. Nas *facsimiles* que reproduzem cinco textos manuscritos e sete assinaturas de próprio punho, como no caso dos textos do coronel-ministro Jarbas Passarinho, do ministro João Gonçalves, do governador do

Estado do Acre Jorge Kalume, do maestro e professor Waldemar Henrique e do engenheiro Manuel Pinto da Silva, há um esforço e ênfase profundos por concordar e assumir a Operação Amazônia. Não foi um esforço enfático pela obrigatoriedade ou por impositividade de opinar ou de subescrever, mas por encontrar a melhor forma de sintetizar e confirmar opiniões de maneira direta e segura, sem dubiedades.

Com atitude e postura o Álbum Operação Amazônia foi produzido e publicado pela SUDAM e pelo Governo do Estado do Pará. Entretanto, como construção cultural foi criado e construído por múltiplas mãos, mentes e setores e uma ideia central e convergente: a representação de uma Amazônia paraense economicamente promissora. Nesse sentido, o Álbum Operação Amazônia foi construído num “campo intelectual” e que apesar de ser uma obra coletiva, guardou a relação com seus criadores, ou como explica Pierre Bourdieu

[...] es preciso percibir y plantear que la relación que un creador sostiene con su obra y, por ello, la obra misma, se encuentran afectadas por El sistema de las relaciones sociales en las cuales se realiza la creación como acto de comunicación [...], el campo intelectual, a la manera de un campo magnético, constituye un sistema de líneas de fuerza: esto es, los agentes que forman parte de él pueden describirse como fuerzas que, al surgir, se oponen y se agregan, confiriéndole su estructura específica en un momento dado del tiempo.²⁴³

Além das opiniões e testemunhos do patriciado e da intelligentsia, a manifestação religiosa no Álbum Operação Amazônia foi bem pouco ortodoxa e em grande medida curiosa.

A pouca ortodoxia advém da participação de dom Alberto Galdêncio Ramos, arcebispo metropolitano de Belém, que subescreveu uma mensagem em que pergunta retoricamente “Por que a Amazônia não se desenvolveu?”.

O próprio arcebispo responde argumentando que a expulsão dos Jesuítas da Amazônia teria sido a razão da estagnação do desenvolvimento natural das tribos indígenas²⁴⁴ antes sob a tutela jesuítica. Sua participação é encerrada com enunciado político: “Sim, a Amazônia é Brasil”²⁴⁵.

O aspecto curioso foi a autoria do “Credo da Amazônia”²⁴⁶, assinada simplesmente como “editor” e sem qualquer outra referência tanto de autoria quanto de identidade, mas trata-se do mesmo autor que assinou a “Mensagem da Amazônia” aos “Homens de emprêsas”.

²⁴³ BOURDIEU, “Campo intelectual y proyecto creador”, in: _____. **Campo de poder, campo intelectual.** Itinerario de un concepto. Tucuman, Capital Federal: Editorial Montessor, 2002.

²⁴⁴ RAMOS, D. Alberto Galdêncio. “Por que a Amazônia não se desenvolveu?”, in: **Álbum da Operação Amazônia**, op. cit., p. 10.

²⁴⁵ Id., 1967.

²⁴⁶ Ibid., p. 28.

Imagem 17 – Religiosamente pouco ortodoxo. Discursiva e politicamente explícito. Expressão de crença e de certeza nas transformações na Amazônia.



Fonte: SUDAM. **Álbum Operação Amazônia**. v. 1. [S. I.: s. n.]. out., 1967, p. 28. Disponível: <<http://www.sudam.org.br>>. Acesso: 15 out. 2015.

Obviamente, a única referência religiosa é enunciada na primeira linha do texto, com o “primeiro credo” (“Creio em Deus”). As três linhas seguintes são enunciados explícitos que refletem o “segundo credo”, da crença no País enfatizado pela unidade e soberania (“Creio na unidade e soberania do meu País”), sendo que a “unidade” é assumida pelo enunciador como reflexo explícito de pertencimento ao País e implícito da tão almejada integração da Amazônia ao restante do país; já a “soberania” é a referência empregada pelo enunciador para assumir sua submissão concordante ao Estado. No terceiro “credo” o enunciado da “renovação de valores” (“Creio na renovação dos valores”) está diretamente associado ao quarto “credo”, do “progresso” (“Creio no progresso da Amazônia”), como enunciados de ênfase e de aceitação da Operação Amazônia como a ação política e econômica – e “divina”? – que implicaria nas transformações necessárias para que a Amazônia alcançasse o tão

desejado progresso e desenvolvimento regional. Muito distante da manifestação religiosa tão característica da Amazônia paraense, o Credo da Amazônia em si, foi criado entre

[...] os produtos oferecidos pelo campo político [...] instrumentos de percepção e de expressão do mundo social [...] a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos²⁴⁷.

Produziu-se um “credo político”, em meio a um “campo de poder”²⁴⁸ e como resultante de funções e posição determinadas pelo “campo político”²⁴⁹. Discursivamente explícito e curioso, mas profundamente original e significativo, o Credo da Amazônia expressou bem menos a crença religiosa e bem mais a certeza racional de grandes, profundas e definitivas transformações pelas quais a Amazônia já estava passando. Como a palavra portuguesa “credo” vem do latim com o sentido de “creio”, no Credo da Amazônia esse “crer” presentificou a certeza reforçada pela ausência do “amém”. Originado no hebraico e aramaico bíblico do Antigo Testamento, “amém”²⁵⁰ significa simplesmente “assim seja” ou “verdadeiramente”. Nas orações judaicas do Antigo Testamento ou cristãs do Novo Testamento, o “amém” vem ao final da oração como uma confirmação ou reafirmação de que as palavras da adoração ou do clamor das súplicas e petições durante a oração ou na profissão do credo serão ouvidas e atendidas. No entanto, no Credo da Amazônia a ausência do “amém” se justificou pela certeza de que o “progresso da Amazônia” não necessitava de confirmação. Já estava dado.

A década de 1960 estava no seu final e a ditadura militar-civil buscava sua legitimação através da massificação midiática. A despeito dos discursos resgatados, evocados e inflamados, ainda que o *corpus possessionis* tenha sido montado e disponibilizado para uso, mesmo que a movimentação de sujeitos no “campo intelectual” e no “campo de poder” tenha se agitado e apesar – ainda – da proclamação da Operação Amazônia em Macapá (1966), todos esses elementos seriam por sua vez inseridos num discurso mais amplo, abrangente e contundente. O ano de 1970 estava no seu início. Eleições nos estados, conflitos internos na ARENA e no MDB, observadores internacionais e tecnocratas nacionais começaram a perceber o crescimento do PIB brasileiro. Enquanto isso, entre fins de 1969 e durante o ano de 1970, uma terrível seca assolaria o espaço e a população nordestina. Nesse contexto as

²⁴⁷ BOURDIEU, op. cit., p. 165.

²⁴⁸ No sentido do “seio do campo do poder, isto é, em relação aos padrões da indústria e do comércio”, cf. id., p. 153.

²⁴⁹ BOURDIEU, **Campo de poder, campo intelectual**, op. cit., p. 99.

²⁵⁰ ‘AMEN (אָמֵן), em verdade, verdadeiramente, amém, assim seja.

grandes transformações na Amazônia, teriam seu início de uma forma surpreendente. Não na Amazônia Legal, mas no sertão Pernambucano, onde o surpreendente Médici entrou em cena.

O item *Pelo surpreendente Médici* funciona como transição entre o conjunto de medidas e ações que se constituíram e desenvolveram no transcurso da década de 1960 e as medidas e ações federais e estaduais que se desenvolverão ao longo da primeira metade da década de 1970 e que estarão mais diretamente ligadas à Operação Amazônia. O termo surpreendente se justifica apenas pelo modo como o general-presidente surpreendeu a sociedade brasileira com as medidas mais impactantes até então decididas em relação à Amazônia.

1.2.3. Pelo surpreendente Médici.

Em junho de 1970, o general-presidente Médici confessaria épica e emotivamente,

Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim ver a seca de 70, e vi o sofrimento e a miséria de sempre. [...] Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, [...] Vi a paisagem árida [...] vi a desolação. [...] Ao fim desta viagem de que volto ainda mai determina a cumprir minha missão [...] pensando no povo, particularmente no povo nordestino²⁵¹.

Como um cronista literário romântico ou dramático, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici usou essas palavras em seu discurso de encerramento da reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), realizada na cidade do Recife, Pernambuco, em 6 de Junho de 1970. Sua “visão do nordeste” (“vi todo o drama do nordeste”²⁵²) foi noticiada à nação brasileira através da mídia (“proclamar à Nação inteira” e a “todos os brasileiros”) para despertar a “consciência nacional” ao esforço para solucionar o problema do Nordeste. Testemunho e discurso emocionado, o general-presidente Médici justificou as ações sobre a Amazônia como um meio de solucionar os flagelos gerados pela seca nordestina. Foram a “pompa e circunstância”: a “pompa”, dos grandes projetos que a partir do Plano de Integração Nacional (PIN) teriam a BR-230 Transamazônica e a BR-160 Cuibá-Santarém como carros chefes. A

²⁵¹ Pronunciamento do Presidente Médici, Recife, 6 de Junho de 1970. In: MÉDICI, Emílio Garrastazu. **A verdadeira Paz**. Brasília; Departamento de Imprensa, 1973, p. 70-71.

²⁵² “A viagem até a verdade”, **Revista Veja**, 10 jun. 1970. Disponível: <<https://acervo.veja.abril.com.br/>>. Acesso: 16 jul. 2015.

“circunstância”, dos “espaços vazios” da Amazônia, prontos a ser preenchidos pelo excedente populacional que no nordeste padecia os flagelos da pobreza, miséria e fome advindos da seca²⁵³. Mas em nenhum momento o discurso emocionado do general-presidente citou os problemas da “concentração fundiária e a desigualdade no acesso e na distribuição de terras”²⁵⁴. Não se falou, por exemplo, que na região semiárida onde a seca é mais intensa, havia se desenvolvido uma produção mista de pecuária e agricultura de baixíssimo rendimento que opunha a agricultura de subsistência do trabalhador rural versus a pecuária dos donos da terra: o mais importante para o trabalhador era a agricultura, porque representava subsistência; para o proprietário das terras mais importante era a pecuária, que representava lucro²⁵⁵.

Nas fazendas era comum a combinação da cultura do algodão mocó e a criação de animais, com a cruel diferença que a renda da pecuária era toda absorvida pelo dono das terras e o algodão era dividido igualmente entre proprietário das terras e trabalhador rural²⁵⁶. O problema principal: era da lavoura que o trabalhador retirava sua alimentação. Isso não interessava ao dono das terras. Celso Furtado havia constatado essa realidade em 1959²⁵⁷.

Onze anos depois, em 1970, a situação permanecia a mesma: seca, morte de animais, lavouras destruídas, miséria, pobreza, fome, frentes de trabalho com salários de Cr\$ 2,00 por dia²⁵⁸ (Imagens 18 e 19). Falou-se da seca, mas não se falou das cercas²⁵⁹. Falou-se da Transamazônica como “veredas da salvação”²⁶⁰ (Imagem 20). No entanto, não se falou sobre quem salvaria as populações e o meio ambiente da Amazônia. Nesse sentido, não foram localizados no discurso do general-presidente qualquer conhecimento com relação às populações que já vivem na Amazônia. Falou-se apenas em “espaço vazio”. Não se falou de ribeirinhos, nem paraenses ou amazonenses. Não se falou de latifúndio. Nem no nordeste nem na Amazônia. E mesmo que a Amazônia fosse entendida como uma rota de salvação para os flagelados do Nordeste, a representação também passou a ser criticada.

²⁵³ SANTOS, Kerley Diane Silva dos. Camponeses e capitalistas nos descaminhos da Amazônia: A legislação agrária promulgada para a Amazônia durante o regime militar e o quadro fundiário paraense. **Revista Crítica do Direito**. v. 57. n. 3. 2014. Disponível: <<https://sites.google.com/a/criticadodireito.com.br/revista-critica-do-direito/todas-as-edicoes/numero-3---volume-57/>>. Acesso: 7 jun. 2016.

²⁵⁴ FEARNSTIDE, Philip. “Mudança ambiental e desmatamento na Amazônia brasileira”. **INPA**. Departamento de Ecologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, AM, pp. 1-40, 1987, p. 7-25. Disponível: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/LISTAS%20POR%20ASSUNTO-L.htm>. Acesso: 18 jul. 2016.

²⁵⁵ “A viagem até a verdade”, op. cit.

²⁵⁶ **Revista Veja**, 17 jun. 1970, p. 37. Disponível: <<https://acervo.veja.abril.com.br/>>. Acesso: 15 jul. 2015.

²⁵⁷ **Revista Veja**, loc. cit.

²⁵⁸ Essa situação havia irritado o general-presidente Médici, cf. *ibid*.

²⁵⁹ SANTOS, **Camponeses e capitalistas nos descaminhos da Amazônia**: A legislação agrária promulgada para a Amazônia durante o regime militar e o quadro fundiário paraense, loc. cit.

²⁶⁰ **Revista Veja**, 17 jun. 1970, op. cit., p. 36.

Imagem 18 – As faces da seca: alistamento nas “frentes de trabalho” entre 1969 e 1970, para ganhar Cz\$ 2,00 (dois cruzeiros) por dia. O presidente da SUDENE diria: “É mais do que o suficiente”.



Fonte: DANTAS, Joaquim. “A seca em Pernambuco”. **Blog do Arretadinho** (blog). Disponível: <<http://blogdoarretadinho.blogspot.com.br/2012/12/a-seca-em-pernambuco.html>>. Acesso: 22 abr. 2016.

Imagem 19 – As faces da seca: abastecimento de água através de carro pipa entre 1969 e 1970. A (des) assistência do governo para ajudar o povo do Nordeste em tempo de seca.



Fonte: DANTAS, Joaquim. “A seca em Pernambuco”. **Blog do Arretadinho** (blog). Disponível: <<http://blogdoarretadinho.blogspot.com.br/2012/12/a-seca-em-pernambuco.html>>. Acesso: 22 abr. 2016.

Imagem 20 – Faces da tecnocracia. Assinatura do contrato de construção da Transamazônica. Em primeiro plano, os ministros da Fazenda Delfim Neto e dos Transportes Mário Andreazza.



Fonte: **O Globo**, 6 ago. 1970. Disponível: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/>>. Acesso: 18 jul. 2016.

1. 3. Uma representação pra criticar.

A única pinga que queremos é o arroz e feijão. E também o sal, que quase não há.

Trabalhador pernambucano, 1970.²⁶¹

No item *Nas falas políticas* apresento alguns eventos noticiados em periódicos nacionais e estaduais que são anômalos por apresentarem um discurso que não evocou o que no início da década de 1970 foi quase senso comum de integração, progresso e futuro: o delineamento do discurso do “Brasil Grande”.

1.3.1. Nas falas políticas.

Havia um discurso muito bem consolidado de crescimento econômico alavancando o Brasil. A propaganda oficial do governo do general-presidente Médici e da mídia privada que apoiava o regime agia efusivamente no sentido de massificar esse discurso. O objetivo era mostrar que as ações desenvolvidas pelo governo a nível federal e estadual estavam levando o Brasil para uma posição junto aos países chamados de primeiro mundo pela terminologia então em voga internacionalmente. Essa evocação a um novo Brasil esbarrava em detalhes que não se coadunavam com esse discurso. Isso se percebe de forma relativamente sutil tanto nas ações desenvolvidas pela Operação Amazônia quanto no cotidiano mais geral no Pará e nos outros estados da federação. Considerando o meu recorte, entre as notícias veiculadas pela mídia impressa representada pela Folha do Norte e O Liberal a que tivemos acesso via sessão de microfilmagem do CENTUR em Belém, Pará, termos como economia, alta de preços, carestia, baixos salários, são temas recorrentes que não coadunam com os discursos da propaganda oficial. Há também algumas críticas, dúvidas e incertezas políticas, jornalísticas e militares polemicamente veiculadas na mídia. Foram algumas anomalias discursivas que lançaram questionamentos pertinentes em meio a um discurso impertinente de um “Brasil Grande” que a propaganda oficial insistia em tornar maior do que realmente não era.

²⁶¹ Resposta dada ao presidente Médici quando visitava a frente de trabalho próximo ao município de Independência, no sertão de Pernambuco, durante a seca de 1970. O general-presidente tentara quebrar o gelo de sua presença entre os operários que almoçavam sentados no chão, perguntando: “E não vai uma pinguinha de vez em quando?”, “O diálogo do presidente com os flagelados”, LIMA, Haroldo. **Folha de São Paulo**, 6 jun. 1970.

O contato com o discurso da Integração da Amazônia a partir das narrativas oficiais ou dos periódicos da década de 1960 e 1970 pode causar a impressão de um discurso uníssono de “integração”, “progresso” ou “futuro”. Essa é uma falsa impressão. As decisões tomadas pelo general-presidente Médici que envolveram a colonização e integração da Amazônia ao restante do Brasil e que partiram da ideia básica de escoar parte da população nordestina retirando-os das áreas atingidas pela seca e deslocando-os para a Amazônia, foram assumidas para resolver a questão da ocupação do “vazio demográfico”, dos flagelo da seca nordestina e da Segurança Nacional, focado principalmente nas áreas de fronteiras da Amazônia. Mas o formato dado à justificativa para solucionar tantos problemas justificou também críticas e certa resistência. Nesse sentido, o general-presidente Médici ainda se encontrava no Estado de Pernambuco em junho de 1970 para visitar as frentes de trabalho em meio à seca daquele ano. Encontrou entre os membros do legislativo pernambucano os deputados arenistas Felipe Coelho, Vital Novaes e Edson Cantarelli²⁶² entre outros, como representantes de diversas áreas do nordeste que entendiam o êxodo dos trabalhadores rurais em direção aos centros urbanos nordestinos, às cidades do Sul ou a outras regiões como “o problema de maior gravidade para o estado” simplesmente porque para esses deputados latifundiários e pecuaristas pernambucanos, a migração significava “um golpe terrível para a agricultura” e se as populações do sertão recebessem a ajuda necessária “o homem desistirá da emigração”²⁶³. Haviam até mesmo elaborado um “memorial de apelo” junto à SUDENE para aumentar o valor de Cr\$ 2,00 pagos como diária aos flagelados que trabalhavam nas frentes de trabalho²⁶⁴. Sobre esse valor, o então presidente da SUDENE em exercício Antonio Pereira Pinto afirmou: “Êste salário é mais do que o suficiente e não há necessidade alguma de pensar-se em alterá-lo”²⁶⁵. Desde esse momento nem tudo seria integração no discurso da integração nacional. No dia 22 de julho de 1971, o jornal paraense O Liberal trouxe a matéria intitulada “Govêrno paulista voltado para o Sul”,

O meu governo encara o soerguimento do chamado “vazio econômico” – o litoral sul – como um desafio ao qual não fugirá, disse recentemente o governador Laudo Natel, ao anunciar a deslocação do Govêrno do Estado para aquela região, quando será implantada uma operação de todos os setores da administração, tendo como objetivo seu soerguimento sócio-econômico [...]”²⁶⁶.

²⁶² Os referidos deputados pernambucanos eram membros da mesa diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco, ALEPE, cf. **Diário Oficial de Pernambuco**, 6 jun. 1970, 2ª Secção, p. 35. Disponível: <<http://www.alepe.pe.gov.br/do/>>. Acesso: 17 jul. 2016.

²⁶³ “O que mais se teme é o êxodo dos agricultores”, PATROCÍNIO, José do. **Folha de São Paulo**, 6 de jun. 1970. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso: 17 jul. 2015.

²⁶⁴ Id., 1970.

²⁶⁵ **Revista Veja**, 17 jun. 1970, loc. cit.

²⁶⁶ **O Liberal**, 22 jul. 1971, 1º Caderno, p. 8.

O uso da expressão “vazio econômico” não é totalmente econômica num sentido político²⁶⁷ nem é totalmente política num sentido econômico. Refletiu o que já começava a ocorrer no restante do Brasil. Treze dias antes, 9 de Julho, o mesmo jornal O Liberal noticiava o aumento de 11,84% no custo de vida durante o primeiro semestre daquele ano na cidade gaúcha de Porto Alegre. Argumentava-se que itens como alimentação haviam subido 4,91%, seguidos pelos itens saúde e higiene pessoal (3,97%), vestuário (2,6%), energia e combustível (2,5%), conforme dados divulgados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas da Faculdade Federal de Economia do Rio Grande do Sul²⁶⁸. Ainda que esses índices tenham sido menores que as porcentagens de períodos iguais nos anos de 1969 (12,98%) e 1970 (13,10%) representaram uma estatística que fora acompanhada ao longo de 1969, 1970 e 1971, cuja média tendia a oscilar para cima. E mesmo que tenha representado um significativo aumento do custo de vida, não chegou a se tornar um “vazio econômico” porque essa região paulistana já estava “cheia de política”. Assim, entre a distensão crítica, o aumento do custo de vida dos gaúchos ao Sul e a inflação na economia e na crítica política paulista no Sudeste, a vida dos nordestinos vinha sendo marcada desde 1970 não exatamente pela inflação, mas pela ausência das chuvas, o que tencionou o cotidiano do Nordeste e trouxe de volta a seca, já percebida em 4 de fevereiro de 1970 num jornal do Recife que noticiou: “Calamidade em Venturosa. O açude está seco”²⁶⁹. E foi a seca de 1970 que teve papel fundamental nas decisões políticas daquele início de década e que confirmou a fala do ministro João Gonçalves de Souza quatro anos antes, na abertura oficial dos trabalhos da I RIDA na manhã de 5 de dezembro de 1966, de que Nordeste e Amazônia seriam “duas áreas que se completam [...], duas economias que se completam”²⁷⁰. Isso se refletiu, primeiro, no financiamento inicial para a realização da Operação Amazônia, que retirou recursos da SUDENE e gerou descontentamentos e críticas que caracterizaram certa resistência a essa decisão e abriu a polêmica de *praxe* no debate e na resistência política. Exemplos desse debate são encontrados nas falas dos respectivos governadores de Pernambuco e da Paraíba, Nilo Coelho²⁷¹ e João Agripino²⁷². De forma aberta, as colocações pernambucanas e paraibanas se dão nos seguintes termos,

²⁶⁷ Laudo Natel foi economista e seu governo em São Paulo foi marcado por um forte tecnicismo e investimentos do Estado que, entre 1971 e 1973, de 1,8 milhões passaram para 6 bilhões de cruzeiros, num aumento superior a 300%. Também foi marcado pelo fortalecimento do aparelho repressivo paulista, cf. NATEL, LAUDO. **Arquivo CPDOC/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/natel-laudo>>, Acesso: 17 jul. 2015.

²⁶⁸ **O Liberal**, 9 jul. 1971, 1º Caderno, p. 2.

²⁶⁹ **Revista Veja**, 17 jun. 1970, op. cit., p. 36.

²⁷⁰ **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit., p. 81.

²⁷¹ NILO DE SOUZA COELHO. **Galeria de Governadores**. GOVERNO DE PERNAMBUCO. Disponível: <<http://www.pe.gov.br/governo/galeria-de-governadores/nilo-de-souza-coelho/>>, Acesso 17 jul. 2015.

Os que sofrem são sempre os mais lembrados. E desejamos ser lembrados porque sofremos nesta hora. Ninguém é contra a integração da Amazônia. Ninguém neste país pode contestar a conquista da Amazônia, mas não com o preço da destruição de um movimento desenvolvimentista, que convocou o empresariado para uma arrancada nova, para a construção do novo Nordeste²⁷³.

O jogo de palavras é usado pra impactar e convencer. Nos enunciados empregados pelo governador pernambucano Nilo Coelho, “sofrimento”, “lembrança” e “novidade”, recorrem aos aspectos históricos e políticos²⁷⁴ bastante comuns do Nordeste para enfatizar o aspecto econômico que gerara sua crítica. Sofrimento e lembrança são mesclados nesse discurso. Segundo o enunciador, subentende-se que o sofrimento leva a uma percepção da causa do sofrimento e da vitimização daquele que sofre. A lembrança decorre do sofrimento e do sofredor (“os que sofrem são sempre os mais lembrados”). A alusão é explícita: a seca (sofrimento) e o flagelado (sofredor, vítima). A questão da novidade que construirá um “novo Nordeste” constitui o aspecto econômico diretamente ligado aos incentivos financeiros da SUDENE. E essa novidade em construção ou já construída é contestável. Em reportagem da Revista Veja de 17 de junho a respeito da seca nordestina daquele ano de 1970, as estimativas ministeriais sobre a existência de mais de um milhão de flagelados famintos foram desacreditadas por serem vistas como exagero. Porém, na mesma reportagem,

[...] estimativa não exagerada, feita por um técnico do Ministério da Fazenda, [...] permite a avaliação dos efeitos da atual seca: o Produto Interno Bruto, que, previa-se, aumentaria em 10% em 1970, não terá, por causa dela, mais que 8,5% de aumento²⁷⁵.

Em um texto crítico, as ações prioritárias da SUDENE para industrializar o Nordeste foram denominadas de “pecado original” por ignorarem o semiárido nordestino e sua tradicional estrutura ainda baseada no latifúndio, na pecuária e na exploração de uma mão de obra fustigada por essa estrutura socioeconômica e também pelo flagelo climático da seca. A

²⁷² Foi um dos articuladores da organização da ARENA junto com o marechal Castelo Branco que sugeriu o nome do político paraibano para ser seu vice-presidente. A sugestão foi vetada pelo general Costa e Silva. Foi o responsável pela redação da Emenda constitucional que prorrogou o mandato de Castelo Branco para 15 de março de 1967 e que se tornou a Emenda Constitucional n.º 9, cf. AGRIPINO, JOÃO. **Arquivo CPDOC/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agripino-joao>>. Acesso 15 jul. 2013.

²⁷³ MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo & CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 56.

²⁷⁴ “[...] referentes à população ativa, avaliar situação de dependência da gente que trabalha no campo, já que em termos de generalização, pouca diferença existe entre a miséria do proletariado rural e a do parceiro e a do pequeno proprietário. Não há, pois, que estranhar os votos do cabresto”, cf. “Indicações sobre a estrutura e o processo do ‘coronelismo’”, in: LEAL, **Coronelismo, enxada e voto**, 3 ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 56.

²⁷⁵ **Revista Veja**, 17 jun. 1970, loc. cit.

fala do presidente da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) na semana anterior a reportagem de 17 de junho, confirmaria esse diagnóstico,

Não adianta instalar indústria numa região que não tem mercado para consumir o que elas produzirão. Fatalmente estas indústrias terminarão produzindo para a região Sul e, se não tiverem condições de competição, terminarão fechando melancolicamente²⁷⁶.

A fala do governador da Paraíba João Agripino é mais contundente pela sua representatividade como político arenista no “campo do poder” e pela força de seu enunciado denunciando que

A Transamazônica não tem projeto. Além do paralelo 10 não tem sequer fotografia aérea até agora levantada, nem estudo de topografia. Diz-se que cortará terras de grande fertilidade e com isso se deslocará a população do Nordeste para áreas mais úmidas e de boa produtividade. É possível que estas terras existam, mas onde estão, não sabemos ainda, pois não há estudos topográfico²⁷⁷.

A crítica de ambos os governadores nordestinos é politicamente contundente. Não haveria condições de construir um “novo Nordeste” usando os instrumentos que perpetuaram (e perpetuam) o “velho Nordeste”, principalmente com uma queda na estimativa do PIB de 10 para 8,5%. Além do fato de a construção da Transamazônica não ter sido prevista sem nenhum projeto ou projeção técnica antes de 1969, e apesar de os 500 engenheiros de todo o Brasil que participaram da 9ª Reunião dos Administradores de Rodovias, ocorrida no Teatro da Paz em Belém, Pará, no dia 9 de outubro de 1967, tenham assinado a “Declaração da Amazônia”, sob a premissa de que a “Integração da Amazônia só [seria possível] com rodovias”²⁷⁸. As críticas paraibanas e pernambucanas não foram necessariamente originais. Tanto o governo do marechal-presidente Castelo Branco quanto seu ministro da Fazenda, Roberto Campos, foram criticados pelo ministro do Planejamento Hélio Beltrão que ao assumir a pasta em 1967, achou que o maior erro de Roberto Campos foi não ter procurado apoio popular para o seu Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), pois

Um plano [...] prevê êste ou aquêle comportamento em Economia. Mas a Economia não é apenas uma entidade de razão. Ela é gente que consome, gente que produz, que investe, que vive de salário. [...] apesar de serem lúcidas, corajosas e eruditas, as explicações de Roberto Campos não anulavam a oposição que empresário e assalariados faziam à política econômico-financeira do Governo Castelo Branco. [...] Não basta explicar. É preciso que o povo tenha a política do Governo na cabeça e no coração²⁷⁹.

²⁷⁶ Id., 1970, p. 38.

²⁷⁷ MORAIS, GONTIJO & CAMPOS, loc. cit.

²⁷⁸ **Correio da Manhã**, 10 out. 1967, 1º Caderno, p. 11.

²⁷⁹ **Revista Veja**, 18 set. 1968, p. 26. Disponível: <<https://acervo.veja.abril.com.br/>>. Acesso: 15 jul. 2015.

Talvez, ter o PAEG “na cabeça e no coração”, como desejou o ministro Hélio Beltrão, tenha sido um pouco difícil para os bancários baianos e gaúchos, químicos cariocas e metalúrgicos paulistas, que acumularam entre 1964 e 1974, perdas salariais de 35, 45, 32, 20 e 34%. Mas as falas políticas questionaram verbas, recursos, SUDENE e a SUDAM. Não questionaram seca, fome, flagelados, desemprego, subemprego; ou salários, custo de vida e “carestia” cotidianos *lá e aqui*.

No item *Nas falas econômicas* procuro argumentar alguns outros elementos anômalos ao discurso do “milagre econômico” a partir da ocorrência do termo “carestia” no jornal Folha de São Paulo²⁸⁰, bem como outras notícias de relevância econômica. A escolha do termo “carestia” é funcional pela exiguidade de análise das ocorrências. Também faço uso de acontecimentos pertinentes noticiados nos jornais paraenses Folha do Norte e O Liberal para situar algumas disparidades entre o discurso do “milagre econômico” e o cotidiano econômico no Pará registrado nos periódicos.

1.3.2. Nas falas econômicas.

Fazendo uma pesquisa em alguns jornais sobre o verbete “carestia”, foram arrolados alguns dados pertinentes à minha argumentação. A escolha desse verbete é funcional no sentido de que as ocorrências arroladas são pertinentes ao que exponho em relação às falas econômicas de cada período aqui representados, possuem uma forte significação e quantitativamente permitem contestar o discurso oficial de uma era econômica áurea. O termo “inflação” poderia ter sido usado também pela pertinência e representação, mas não me permitiria dar conta do quantitativo em tempo hábil da escrita de minha dissertação.

Selecionei o jornal Folha de São Paulo²⁸¹ e dividi a pesquisa em dois períodos: um entre 1966 e 1969; outro entre 1970 e 1974. No primeiro período o ano de 1966 justifica-se pelas primeiras ações federais de caráter nacional e estadual efetivamente relacionadas à

²⁸⁰ Para todas as referências à Folha de São Paulo a partir desse item, considerar o endereço eletrônico: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 fev. 2015.

²⁸¹ A escolha do periódico Folha de São Paulo justifica-se por sua proximidade ideológica com o regime militar-civil no Brasil, o que dá aos dados que destoam e criticam o discurso orgânico no governo Médici e Geisel um tom incommum.

Operação Amazônia; o ano de 1969 é pertinente porque marca o início do governo do general-presidente Médici. No segundo período, o ano de 1970 é marcante pelo amplo uso do discurso do “milagre econômico” e pelo início da construção da Rodovia Transamazônica, enquanto o ano de 1974 é pertinente pelo enfraquecimento do discurso do “milagre econômico” e da redução de investimentos e ações efetivas da Operação Amazônia. Em ambos os períodos, dividi as ocorrências do termo “carestia” de acordo com seu uso nos discursos/notícias como instrumento político (*iP*), como instrumento econômico (*iE*) e como base de crítica (*bC*). Entre os anos de 1966 e 1969, foram arrolados os dados constantes da Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Folha de São Paulo, ocorrências do verbete “carestia” entre 1966-1969.

1966			1967			1968			1969		
06			02			11 (<i>n/03i</i>)			03		
<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>	<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>	<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>	<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>
2	2	1	-	2	-	5	3	3	1	2	-

Total de ocorrências: 22, 19_n e 3_i; 8_{iP}; 6_{iE}; 4_{bC}.

LEGENDAS: *n* (ocorrências nacionais); *i* (ocorrências internacionais); *iP* (instrumento político); *iE* (instrumento econômico); *bC* (base crítica).

Ao longo da década de 1960 e nos primeiros anos da década de 1970, havia uma distinção cotidiana que em certa medida empregava o termo “carestia” num sentido usual mais simples e acessível que o emprego do termo “inflação” visto como mais técnico e complexo. Há inclusive uma discussão mais teórica entre os economistas acerca da existência da “carestia” enquanto fenômeno verificável ou quantificável, discussão essa a qual não abordaremos. Meu objetivo aqui é apontar essas ocorrências em sua “singularidade” e “representatividade”²⁸², o que é perceptível em algumas das notícias que acessei e nas quais o uso do termo “carestia” substitui aquilo que eu ou muitos dos sujeitos envolvidos nas notícias arroladas hoje denominariam de inflação. Assim, entre 1966 e 1969 há 22 ocorrências. Quantitativamente aparenta ser um número reduzido. Mas possuem uma significativa representação e entram transversalmente anômalos nos acontecimentos²⁸³ do período a que se referem.

Entre as seis ocorrências do termo “carestia” ao longo do ano de 1966, duas se referem à organização de marchas no Rio de Janeiro muito semelhantes às conhecidas

²⁸² THOMPSON, op. cit., p. 179.

²⁸³ FARGE, Arlete. **Lugares para a História**. São Paulo: Autêntica, 2011, p. 75. (Coleção História e Historiografia).

Marchas com Deus e pela Família do agitado período anterior ao golpe civil-militar. Mas em algum momento após a instalação definitiva da ditadura militar-civil, essas marchas não foram mais em defesa do cristianismo ou da família cristã, mas contra o aumento de preços que trouxe a redução do poder real de compra dos salários, como verificado na manchete “Nova marcha contra a carestia no Rio”, em junho de 1966²⁸⁴, entre outras tentativas de manifestações contra a alta dos preços que não se realizaram²⁸⁵.

A questão do “custo de vida”²⁸⁶ e mais precisamente de “estabilizar o custo de vida”²⁸⁷ em virtude da “carestia” já se encontrava num tal patamar de gravidade, que três meses antes da “Marcha contra a carestia”, em março, o comerciante e proprietário da “Mercearia Dendê” localizada na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, havia sido detido a pedido dos seus próprios fregueses por ter aumentado o preço do quilo do sal para Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros). O comerciante fora recolhido ao “Galpão da Quinta da Boa Vista”²⁸⁸.

Segundo reflexão de Carlos Fico, as bandeiras de luta secundaristas e universitárias antes do AI-5 giraram em torno do preço do bandejão e da reforma na educação (informação verbal)²⁸⁹; e a elas foram incluídas outras bandeiras, como a resistência contra a internacionalização da Amazônia, a esterilização das mulheres e a entrega do porto de Manaus a exploração estrangeira²⁹⁰ e, entre estas, em junho de 1967 a União Nacional dos Estudantes (UNE) também apoiaria a luta contra a “carestia”²⁹¹. As estatísticas técnicas veiculadas periodicamente relacionavam o aumento do custo de vida ao aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade como o feijão, o arroz ou a carne sem fazer referência ao termo inflação²⁹². Em junho de 1967, à manchete “Custo de vida na GB sobe 3,5 em Maio”²⁹³ também seguiu-se a indefectível tabela comparativa de preços dos gêneros de primeira necessidade associados, ainda, à notícia e à crítica de que “aumentados os salários porque a vida encarecera, começam a surgir os novos aumentos”²⁹⁴ em virtude da “carestia”.

²⁸⁴ **Folha de São Paulo**, 1º jun. 1966, 1º Caderno, p. 35.

²⁸⁵ “A marcha”, id., 3 mai. 1966, 1º Caderno, p. 4.

²⁸⁶ Ibid., 2 mai. 1966, 1º Caderno, p. 4.

²⁸⁷ Ibid., 1º mai. 1966, 1º Caderno, p. 17.

²⁸⁸ Na Delegacia de Crimes Contra a Saúde, o comerciante não identificado foi qualificado para ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, cf. “Comerciante aumenta preço e é detido”, id., 27 mar. 1966, 1º Caderno, p. 56.

²⁸⁹ Informação fornecida por FICO, Carlos, em aula da Disciplina “**1964: 50 anos do Golpe**”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 19 mar. 2014. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=p5oRTYRixFw>>. Acesso: 4 jan. 2015.

²⁹⁰ **Correio da Manhã**, 3 jun. 1967, 1º Caderno, p. 7.

²⁹¹ “Agitação começou na Praça da Sé”, **Folha de São Paulo**, 2 mai. 1968, 1º Caderno, p. 3.

²⁹² “Carestia”, **Folha de São Paulo**, 2 jan. 1967, Caderno Ilustrado, p. 12.

²⁹³ Dado da Fundação Getúlio Vargas, acrescentando que o aumento do custo de vida entre janeiro e maio fora de 15,5%, id., 6 jun 1967, 1º Caderno, p. 14.

²⁹⁴ “Carestia”, **Folha de São Paulo**, loc. cit.

Até 1967, as ocorrências limitaram-se aos aspectos econômicos mais perceptíveis no dia a dia, sem um uso instrumental-político, sendo a única exceção entre 1966 e 1967 a análise crítica e política sobre a prática da política educacional adotada pelo marechal-presidente Castelo Branco²⁹⁵ e o então ministro da Educação Flavio Suplicy de Lacerda²⁹⁶. Em contrapartida, no ano de 1968 essas relações sofrem uma considerável mudança. O número de 11 ocorrências do termo “carestia” somente para 1968, supera as 8 ocorrências de 1966 e 1967, quantitativa e representativamente. Também em 1968, pelo menos 3 questões que envolviam a economia externa são pinçadas midiaticamente em parte pelo impacto na América Latina dos eventos a partir de maio na França, em parte pelo choque entre os eventos internos contrários à ditadura militar-civil e as ações que encaminharam o recrudescimento do regime no Brasil.

Essas mudanças já podem ser percebidas, representativamente, a partir de janeiro de 1968, na fala do então ministro do Planejamento Hélio Beltrão²⁹⁷ que associaria a “carestia” restritivamente às ações de “exploradores”²⁹⁸ e não propriamente à economia, atribuindo uma conotação menos econômica e mais política à sua afirmação. Contrariando sua fala, a questão da “carestia” continuaria estampando notícias²⁹⁹, em textos de propagandas de supermercados (“visite-o ainda hoje, para ver como se combate a carestia [...] como se faz economia”³⁰⁰), nas manifestações estudantis (“agitação começou na Praça da Sé”³⁰¹), nas estatísticas técnicas (“mais 2,5% de carestia”³⁰²) ou nas medidas do ministro da Fazenda para controlar a alta dos preços (“Delfim vai expor em SP novo esquema de preços de gêneros”³⁰³).

A forma de o governo enfrentar a “carestia” usou estrategicamente as notícias veiculadas pela mídia. Se entre 1966 e 1967 não há ocorrências do termo “carestia” para fatos internacionais, em 1968 são registradas 3 ocorrências e todas usadas como instrumental-

²⁹⁵ “Educação na mensagem”, **Folha de São Paulo**, 3 mar. 1966, Caderno Ilustrado, p. 12.

²⁹⁶ Como ministro, suspendeu o funcionamento da UNB por ocasião dos protestos de 1965, realizou o censo escolar; criou o Estatuto do Magistério que facultou a adoção do regime de tempo integral e a implantação de cursos de pós-graduação, o salário-educação e realizou o I Encontro Nacional de Secretários de Educação e Cultura e a Semana Nacional do Excepcional, cf. LACERDA, FLAVIO SUP LIC Y. **Arquivo CPDO/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lacerda-flavio-suplicy-de>>. Acesso: 19 jun. 2015.

²⁹⁷ No dia 13 de dezembro de 1968, na sessão do Conselho de Segurança Nacional, foi um dos signatários do Ato Institucional n.º 5, que recrudescer o regime militar-civil, cf. BELTRÃO, HÉLIO. **Arquivo CPDOC/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-marcos-pena-beltrao>>. Acesso a 19 jun. 2015.

²⁹⁸ “Beltrão diz que carestia é obra de exploradores”, *id.*, 13 jan. 1968, 1ª página.

²⁹⁹ “Carestia”, *ibid.*, 14 jan. 1968, 1º caderno, p. 10.

³⁰⁰ “Nunca mais suas esposas pedirão aumento de mesada com o Pão de Açúcar na cidade”, *ibid.*, 16 abr. 1968, 1º Caderno, p. 9.

³⁰¹ “Agitação começou na Praça da Sé”, **Folha de São Paulo**, 2 mai. 1968, 1º caderno, p. 3.

³⁰² *Id.*, 8 mai 1968, 1º Caderno, p. 10.

³⁰³ *Ibid.*, 10 mai 1968, 1º Caderno, p. 17.

político. A primeira ocorrência se refere à manchete “Custo de vida na Espanha mais elevado”³⁰⁴, e associa o Conselho de Trabalhadores de Madri à ditadura franquista, ambos negociando medidas para controlar o aumento do custo de vida que já ultrapassara os 2,5% apesar do congelamento de salários e um austero plano de estabilização econômica. Aqui, o uso instrumental-político do termo “carestia” é associado à representação classista de trabalhadores e à ditadura franquista, como incapazes de solucionar a “carestia” na Espanha. A segunda e a terceira ocorrências são relacionadas ao contexto francês após as manifestações de maio de 1968 e a Greve dos 100 mil da Fábrica Renault em Flins. As manchetes “Corrida ao ouro e ameaça de crise social na França”³⁰⁵ e “Europa teme o renascimento da crise monetária”³⁰⁶, noticiaram os grandes temores dos trabalhadores franceses depois das manifestações de maio e das greves: arrocho, desemprego, congelamento de salários e carestia. O uso instrumental-político de ambas as notícias associou e justificou a carestia na França e uma possível crise monetária internacional como decorrentes não da crise econômica generalizada na Europa, mas dos eventos de maio de 68 e da greve dos 100 mil. Assim, no período que compreende os anos 1970 à 1974, foram arrolados os dados constantes da Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Folha de São Paulo, ocorrência do verbete “carestia” (1970-1974).

1970			1971			1972			1973			1974		
8 (5 <i>n</i> /3 <i>i</i>)			9 (2 <i>n</i> /7 <i>i</i>)			12 (5 <i>n</i> /7 <i>i</i>)			13 (8 <i>n</i> /5 <i>i</i>)			18 (11 <i>n</i> /7 <i>i</i>)		
<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>	<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>	<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>	<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>	<i>iP</i>	<i>iE</i>	<i>bC</i>
2	1	-	-	2	-	1	2	-	7	-	-	4	4	3
Total de ocorrências: 60, 31<i>n</i> e 29<i>i</i>; 14<i>iP</i>; 9<i>iE</i>; 3<i>bC</i>.														
LEGENDAS: <i>n</i> (ocorrências nacionais); <i>i</i> (ocorrências internacionais); <i>iP</i> (instrumento político); <i>iE</i> (instrumento econômico); <i>bC</i> (base crítica).														

Encontrei algumas semelhanças nas ocorrências entre 1970 e 1974 que o aproximam em representatividade ao período do ano de 1968, principalmente no uso instrumental-político. Entre as 60 ocorrências do período de 1970 a 1974, 31 se referem a questões nacionais e 29 a questões internacionais. No Brasil, o termo “carestia” foi usado 14 vezes como instrumental-político, 9 vezes como instrumental-econômico e 3 vezes como base crítica. Há 5 ocorrências que foram contabilizadas mas sem tratamento analítico por se

³⁰⁴ Ibid., 14 jun. 1968, 1º Caderno, p. 2.

³⁰⁵ Ibid., 5 jun. 1968, 1ª página.

³⁰⁶ Ibid., 6 jun. de 1968, 1ª página.

referirem a textos literários, livros publicados e um questão de vestibular³⁰⁷. O uso instrumental-político do termo foi expandido de 8 para 14 (+/- 80%); o uso instrumental-crítico foi de 6 para 9 (+/- 50%); e a base-crítica retraiu de 4 para 3 (+/- 25%) comparando ambos os períodos (1966 a 1969 com os anos 1970 a 1974).

Desde janeiro de 1970, a coluna Notas Econômicas, assinada pelo jornalista e economista Joelmir Beting³⁰⁸, apresentou detalhes interessantes ao comparar a distribuição proporcional da taxa de inflação nos preços dos alimentos incidida na renda entre classes denominadas “ricos”, “médios” e “operários”. No dia 6, ao lado da manchete “Brasil pode exportar US\$ 2,5 bilhões em 1970”, a coluna de Beting analisava que apesar de “Os caprichos do clima” de uma estiagem se estender por 18 meses, a pior estiagem em 80 anos até então, as safras não haviam sido destruídas e a expansão agrícola crescera 8%, a mais alta taxa da década de 1960, segundo dados da FGV, que também calculara uma expansão industrial de 9%. Esse crescimento foi acompanhado da “carestia” que,

[...] conseguiu carregar os preços pra cima nas asas diáfanas da especulação: os alimentos experimentaram preços 30% maiores. Estourando as amarras da inflação. Se a expansão econômica chegou aos surpreendentes 8,5% estimados pela Fundação Getúlio Vargas (8% da agricultura e 9% da indústria), a inflação contentou-se com menos [...] corrigida em meados do ano para 18%. [...] Como o rico desvia cerca de 10% dos ganhos para a cobertura da alimentação da família, o classe média uns 50% e os operários 80%, o aumento de 30% nos preços dos alimentos foi uma carga muito pesada [...]. O ministro da Fazenda diz que o tabelamento não resolve [...]³⁰⁹.

E o que resolveria essa situação? A fala de Beting não procurou tratar de soluções. Agiu no sentido de justificar a alta nos preços dos alimentos associando a “carestia” à ação de “especuladores” de notícia em notícia e de acontecimento em acontecimento³¹⁰, como já fizera em dezembro de 1968 o ministro do Planejamento Hélio Beltrão que associara “carestia” aos “exploradores”. Contudo, admitindo-se que a “carestia” foi causada pela especulação, a comparação proporcional das consequências dessa “carestia” entre classes no Brasil, principalmente entre a classe denominada de “operários”, depõe contra a intenção de Beting pela alta desproporcionalidade entre “rico” e “operários”. Depõe também contra o discurso do crescimento econômico por representar negativamente bem mais que a alusão

³⁰⁷ “O veneno mata águias e gaviões”, *ibid.*, 19 nov. 1970, *Ilustrada*, p. 1; “Nordeste em pauta”, *ibid.*, 22 dez. 1970, 1º Caderno, p. 23; “Faleceu Hamilton Prado”, *ibid.*, 2 jan. 1972, 1º Caderno, p. 14; “a morte de Hamilton Prado”, *ibid.*, 4 jan. 1972, 1º Caderno, p. 4.

³⁰⁸ A fala de Joelmir Beting representa também pelo seu apoio ao regime militar-civil e sua participação numa publicação coletiva intitulada *Brasil: Realidade e Desenvolvimento*, publicado em 1970 pela BIBLIEX e direcionada para ser texto de apoio nas universidades à disciplina Estudos de Problemas Brasileiros e também ao público mais amplo, cf. MENEZES, *op. cit.*, p. 87.

³⁰⁹ “Os caprichos do clima”, BETING, Joelmir. **Folha de São Paulo**, 6 jan. 1970

³¹⁰ FARGE, *op. cit.*, p. 73.

justificadora aos especuladores, além do fato de que o aumento dos preços possuía nome e identidade: “carestia”, algo que os “operários” entenderiam na comparação dos dados de Beting como suas próprias perdas salariais, reconhecendo estatísticas e perdas como uma “feiura imoral”³¹¹. Já os “especuladores” de Beting permaneceram para os “operários” como os “exploradores” de Hélio Beltrão: incógnitos.

Nas ocorrências do termo “carestia” em notícias sobre a França (“O combate à inflação não detém carestia na França”)³¹², Inglaterra (“Serão distribuídas mil toneladas de açúcar”)³¹³ e Polônia (“Carestia provoca rebelião na Polônia”)³¹⁴, o discurso sutilmente mantém o contexto de crise econômica europeia longe das milagrosas terras brasileiras. A revolta ocorrida na Polônia e destacada em primeira página, foi negativizada primeiro na política (como causa = regime comunista polonês) e depois na economia (como consequência = “carestia”). Mas há outra sutileza. A revolta ocorreu devido a uma decisão do Comitê Central do Partido Comunista polonês de aumentar o preço dos gêneros de primeira necessidade. A associação do comunismo com a carestia na Polônia deriva dessa sutileza. E no Brasil, o governo militar-civil combatia o comunismo. Tanto que, para o político de carreira Carvalho Pinto, em campanha política para as eleições estaduais de 1970, o poder econômico ainda agia nas eleições e a “carestia” faria os eleitores buscarem refúgio entre os candidatos da ARENA³¹⁵. Surpreendentemente, o arenista Carvalho Pinto não explicou que a estrutura política e econômica no Brasil era sustentada pelo governo militar-civil e não por sistema ou estrutura comunista. Apesar de no mês de agosto o governo francês confirmar a alta desenfreada dos preços de 0,5 por cento em junho, causando uma alta de 3,2 por cento desde janeiro daquele ano³¹⁶ (acumulada de oito meses), fazendo uma rápida comparação com o Brasil em janeiro de 1970, quando a inflação acumulada em meados de 1969 fora calculada e corrigida pela FGV em 18%, 14, 8% a mais que os 3,2% acumulados em agosto na França.

O contexto brasileiro do início da década de 1970 era politicamente movimentado para que o julgamento da população diferenciasse os problemas econômicos da Europa ou os problemas políticos e econômicos do Leste Europeu, construindo discursivamente o Brasil como um país de economia e democracia segura³¹⁷. Isso se refletiu na atitude do general-presidente Médici que reconheceu a escalada econômica inflacionária mundial, mas que esta

³¹¹ Aqui inverto o sentido da “beleza moral” vista na Revolução Francesa pelos próprios revolucionários, cf. FARGE, op. cit., p. 96.

³¹² Ibid., 2 ago. 1970, 1º Caderno, p. 7;

³¹³ Ibid., 20 out. 1970, 1º Caderno, p. 16.

³¹⁴ Ibid., 17 dez. 1970, 1ª Página.

³¹⁵ “Poder econômico ainda age nas eleições afirma CP”, *ibid.*, 13 nov. 1970, *Ilustrada*, p. 3.

³¹⁶ Ibid., 2 ago. 1970.

³¹⁷ FARGE, op. cit., p. 89.

não atingiria o Brasil e não interromperia “o atual ritmo de crescimento da economia” e isso porque no Brasil já se consolidava “progressivamente a estabilidade monetária”³¹⁸. Isso permite que possamos perceber claramente que, desde 1971, as ações econômicas do governo militar-civil simultaneamente reduziram impostos pagos pela indústria e promoveram a contenção dos salários. Esse descompasso impediu os salários de acompanhar os preços dos produtos – principalmente da sexta básica – cada vez mais caros, como podemos constatar no Jornal Folha de São Paulo que trouxe num mesmo dia as manchetes “Médici assina redução de imposto de Lubrificantes” e “Gasolina mais cara 12,99% desde hoje”³¹⁹. A meta do governo Médici de “valorização do homem”³²⁰ foi apresentada ao Conselho Monetário Nacional com base no interesse da “segurança econômica”³²¹ da família brasileira, com a ressalva de

[...] que, na comunidade brasileira, se verificam progressos sensíveis do domínio do processo inflacionário e na contenção gradual do custo de vida, [...]. Cumpre-nos para isso, no entanto, continuar, com o mais decidido empenho, a luta contra a carestia, com a consciência que a inflação, fenômeno social da responsabilidade de todos, não pode ser contida mediante esforço apenas do governo [...]³²².

Chama a atenção o enunciado “progressos sensíveis”, que associado às ações de contenção do “processo inflacionário”, sustentou o discurso que tentou desviar a responsabilidade da “carestia” para a população. Isso deu continuidade às ações do governo militar-civil de barrar processo inflacionário e a “carestia” contendo os salários³²³. Uma vez que o governo alegava estar cumprindo seu papel de resguardar a “segurança econômica” das famílias brasileiras, deixava subentendido que nessas ações já combatia a “carestia”. O enunciado “responsabilidade de todos” subentendia que ou a população não estava combatendo a “carestia” ou esse combate não estava sendo realizado com a devida responsabilidade, perspectivas apoiadas por dois editoriais da Folha de São Paulo com os títulos “Custo de vida e economia” e “Vitória da sociedade”³²⁴, apoio mantido ainda em 1974 sob o título “A responsabilidade do consumidor”³²⁵. Esse discurso escondia a fórmula cruel aplicada pelo governo militar-civil sobre os trabalhadores brasileiros de

³¹⁸ **Folha de São Paulo**, 18 abr. 1973, p. 3.

³¹⁹ *Id.*, 30 abr. 1971, 1º caderno, p. 11.

³²⁰ *Ibid.*

³²¹ *Ibid.*

³²² *Ibid.*

³²³ TEIXEIRA & TOTINI, **História Econômica e Administrativa do Brasil**. [S. l.: s. n.], p.223.

³²⁴ Respectivamente, *ibid.*, 27 out. 1973, 1º Caderno, p. 8, e 30 out. 1973, 1º Caderno, p. 7.

³²⁵ *Ibid.*, 20 jan. 1974, 1º Caderno, p. 4.

[...] “arrocho salarial”, segundo o governo, [...] um poderoso estímulo às exportações. Com os baixos salários, os produtos nacionais tornavam-se mais baratos e mais competitivos no mercado externo, o que contribuía para o crescimento das exportações, principalmente de produtos manufaturados³²⁶.

Se em abril de 1973 o general-presidente Médici contraditoriamente estabelecia como meta do governo “valorizar o homem” e ao mesmo tempo tentava atribuir a responsabilidade pela “carestia” à população, em junho afirmaria que o custo de vida não ultrapassaria os 12%³²⁷. Só que isso não ocorreria. Seja pela alta do preço dos alimentos, de 43,2% ainda em janeiro de 1973, seja pela alta do preço das matérias-primas alcançaria picos de 74,2% em janeiro de 1974³²⁸, dados da economia externa que pressionariam o crescimento da despesa pública (37,4% em 1973)³²⁹, entre outros fatores.

Os eventos internacionais que entre 1971 e 1974 foram marcados pela representatividade do termo “carestia” em seus contextos políticos e econômicos que envolveram a Argentina (7)³³⁰, Colômbia (2)³³¹, Chile (2)³³², El Salvador (1)³³³, EUA (2)³³⁴, França (1)³³⁵, Europa Oriental (1)³³⁶, Índia (1)³³⁷, Itália (2)³³⁸, México (3)³³⁹, Rússia (1)³⁴⁰ e Uruguai (1)³⁴¹ e foram enfatizadas pela instabilidade política e econômica, pelos embates entre governos de direita e organizações classistas de esquerda, pela probabilidade de golpes da direita ou revoluções de esquerda. Cada um desses contextos foram exemplos de tudo o

³²⁶ TEIXEIRA & TOTINI, id., [200?].

³²⁷ “O custo de vida ficara dentro do limite de 12%”, **Folha de São Paulo**, 9 jun. 1973, 1º Caderno, p. 15.

³²⁸ MACARINI, José Pedro. “A política econômica do governo Médici: 1970-1973”. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 15 n. 3, pp. 53-92, set.-dez., 2005, p. 78. Disponível: <www.scielo.br/pdf/neco/>. Acesso: 23 fev. 2015.

³²⁹ Id., 2005, p. 84.

³³⁰ “Argentina procura conter inflação”, **Folha de São Paulo**, 9 mar. de 1971, 1º Caderno, p. 17, “Córdoba quer criar nova CGT”, id., 20 mai. 1971, 1º Caderno, p. 2; “Lanusse aponta os rumos da argentina”, ibid., 9 jul. 1971, 1º Caderno, p. 2; “CGT ameaça na Argentina”, ibid., 5 fev. 1972, 1º Caderno, p. 2; “Lanusse reprime o projeto esquerdista”, ibid., 30 abr. 1972, 1º Caderno, p. 8; “Alvarado define oposição”, ibid., 20 jul. 1972, 1ª Página; “O isolamento da esquerda”, ibid., 14 ago. 1974, 1º Caderno, p. 7.

³³¹ “Colômbia: inflação e tema da eleição”, ibid., 21 mar. 1974, 1º Caderno, p. 8; “A agitação social cresce na Colômbia”, ibid., 3 dez. 1974, 1º Caderno, p. 8.

³³² “Chile: carestia é tema político”, ibid., 17 dez. 1971, 1º Caderno, p. 10; “Novos atos na oposição contra Allende”, ibid., 23 out. 1972, 1º Caderno, p. 3.

³³³ “El Salvador rompe união dos produtores de café”, ibid., 11 fev. 1971, 1º Caderno, p. 21.

³³⁴ “Aprovado oleoduto através do Alaska”, ibid., 4 ago. 1973, 1º Caderno, p. 13; “EUA: inflação atrasa a pesquisa energética”, ibid., 19 nov. 1974, 1º Caderno, p. 24.

³³⁵ “A greve geral dos franceses”, ibid., 7 dez. 1973, 1º Caderno, p. 2.

³³⁶ “Natal na Europa Oriental”, ibid., 24 dez. 1971, 1º Caderno, p. 2.

³³⁷ “Mais esperança e água para indianos de Bihar”, ibid., 27 set. 1971, 1º Caderno, p. 3.

³³⁸ “As greves voltam a Itália”, ibid., 3 mar. 1972, 1º Caderno, p. 5; “Sindicatos ameaçam greve na Itália”, ibid., 5 fev. 1974, 1º Caderno, p. 2.

³³⁹ “Custo de vida causa uma crise no México”, ibid., 20 mar. 1973, 1º Caderno, p. 2; “Presidente do México critica ricos”, ibid., 31 jul. 1973, 1º Caderno, p. 30; “Inflação a 20% assusta mexicanos”, ibid., 22 dez. 1973, 1º Caderno, p. 5.

³⁴⁰ “O trigo é escasso na Rússia”, ibid., 10 ago. 1972, 1º Caderno, p. 2.

³⁴¹ “60 mil vão a greve no Uruguai”, ibid., 9 abr. 1972, 1º Caderno, p. 5.

que alegadamente o autodenominado “movimento de 64” afastou do Brasil, segundo o discurso militar-civil. Fato é que se tratavam de contextos que já testemunhavam os “sintomas da nova crise monetária internacional”³⁴² percebida desde 1971. À expansão econômica ente 1960 e 1970, seguiu-se a redução de investimentos, elevação dos juros e alta dos preços que já direcionava a economia mundial para uma dura recessão econômica que foi agravada pela decisão do cartel de produtores e exportadores de petróleo (conhecida como OPEP) de aumentar o preço do barril do petróleo de US\$ 2,8 para US\$ 9,46³⁴³, o chamado primeiro choque do petróleo.

Tabela 4 – PIB, Inflação e Dívida Externa (1964-1973).

Ano	Crescimento PIB (%)	INFLAÇÃO (%)	Dívida Externa US\$ (bilhões)
1964	3	87,8	3,9
1965	2	55,4	4,8
1966	7	39,5	5,2
1967	4	28,8	3,3
1968	10	27,8	3,8
1969	10	20,3	4,4
1970	10	18,2	5,3
1971	11	17,3	6,6
1972	12	17,4	9,5
1973	14	20,5	12,6

Fonte: Adaptado de PRADO; EARP, op. cit., p. 223 e ALVES, in: FERREIRA, Rafael Leite: O “Milagre Brasileiro” (‘1969-1973): A “Legitimação pela Eficácia”, apud BRAGA, op. cit., p. 80.

No dia 21 de junho de 1974, as manchetes “A Petrobrás procura economizar gasolina” e “URSS quer vender turbinas para Itaipú”³⁴⁴ sinalizavam aspectos negativamente complexos na economia brasileira, já percebidos em maio daquele ano na coluna Notas Econômicas. No texto “O prato da carestia”, segundo pesquisa e cálculos da Fundação Getúlio Vargas que tomara por base o comportamento dos preços da Guanabara, os dados da inflação apresentados apontaram no item alimentação um acréscimo de 24% entre janeiro e abril

[...] isso corresponde a um índice anual de 72%. [...] Explicando: se para o rico um índice de alimentação de 50% arranha menos de uma quinta parte de seu folgado faturamento, para o pobre esse mesmo índice de 50% agride brutalmente quatro quintos de seu minguado orçamento. Moral da história: de janeiro a abril, a inflação foi de 16% para o rico e de pelo menos 60% para o pobre³⁴⁵.

³⁴² Ibid., 30 abr. 1971, 1º Caderno, p. 11.

³⁴³ TEIXEIRA & TOTINI, op. cit, p. 224.

³⁴⁴ **Folha de São Paulo**, 21 jun. 1974, p. 11.

³⁴⁵ Ibid., “O prato da carestia”, BETING, Joelmir, 18 mai. 1974, p. 17.

Além das várias tentativas do governo de explicar a “carestia” ou dos discursos midiáticos de apoio ao governo Médici na tentativa de transferir para a população civil a responsabilidade pela “carestia”, o MDB passou a atuar de forma mais combativa utilizando o crescimento e descontrole da “carestia” como instrumental-político. No Congresso em Brasília, a controlada e oposicionista bancada do MDB criou em outubro de 1973 o “Plantão da Carestia”, que consistia numa atitude simples: a população escreveria para os deputados do MDB em Brasília relatando os casos de “carestia” em suas cidades, bairros, comunidades, etc., e os deputados usariam todos os dias a tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar esses casos de “carestia”³⁴⁶. Esse plantão político emedebista em janeiro de 1974 permanecia ativo³⁴⁷. Em Goiânia, Goiás, a escalada da “carestia” também era usada como instrumental-político no primeiro comício da candidatura simbólica à presidência da república do então deputado federal Ulisses Guimarães³⁴⁸.

Em junho de 1971, no Pará, o engenheiro-governador Fernando José de Leão Guilhon ainda estava por fazer três meses de administração, quando identificou problemas no pagamento de salário do funcionalismo estadual. Desde a década de 1950, através de Lei votada pela Assembleia Estadual e sancionada pelo marechal Alexandre Zacarias de Assunção, Governador do Pará entre 1951 e 1956³⁴⁹, ficou estabelecido que nenhum funcionário estadual receberia proventos inferiores ao salário mínimo, fixando prazo de um ano para que o Governo do Estado se adequasse à nova lei.

O problema não estava na Lei, mas sim no fato de que durante seu governo (entre 1966-1971), o tenente-coronel governador Alacid Nunes não havia concedido aumento de acordo com o último reajuste do salário mínimo – cujo valor para fevereiro de 1971 correspondia a Cr\$ 187,20 (cento e oitenta e sete cruzeiros e vinte centavos)³⁵⁰. Como o Governo Federal havia concedido novo reajuste a 1º de maio, o funcionalismo estadual no Pará havia perdido pelo menos dois aumentos salariais, ficando com um salário defasado pela inflação e pelo governo Alacid Nunes.

Em Belém, na edição de 11 de junho de 1971 do jornal O Liberal, encontramos a “Mensagem e decreto do aumento mostram déficit de 700 mil mensais”, na qual o engenheiro-governador Fernando José de Leão Guilhon apresentou o resultado de três meses

³⁴⁶ “MDB esta criando o plantão da carestia”, *ibid.*, 13 out. 1973, 1º Caderno, p. 6.

³⁴⁷ “Rodízio contra a carestia”, *ibid.*, 20 jan. de 1974, 1º Caderno, p. 3.

³⁴⁸ “Na praça de Goiânia o primeiro comício”, *ibid.*, 7 nov. 1973, 1º Caderno, p. 3.

³⁴⁹ ASSUNÇÃO, ALEXANDRE ZACARIAS DE. **Arquivo CPDOC/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso: 18 dez. 2012.

³⁵⁰ Cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Administração e Finanças. Economia e legislação. Disponível: <<http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>>. Acesso: em 23 mar. 2013.

de estudos de sua equipe econômica, encarregada de encontrar uma solução viável que permitisse conceder aumento ao funcionalismo civil e militar no Estado do Pará. No item 2.3 da referida mensagem, Fernando Guilhon afirmou,

Após todos os estudos realizados chegamos, porém, a decepcionante conclusão de apenas ser possível, agora, conceder aos servidores estaduais um abono provisório da ordem de vinte por cento (20%) sôbre os vencimentos, salários, soldos e proventos de inatividade, medida essa que pelo menos elimina uma defasagem dos dois salários mínimos ultimamente decretados pelo Governo da União³⁵¹.

A medida visava diminuir a defasagem entre os valores determinados pelo Governo Federal e os valores pagos pelo Governo Estadual. Para estudar todos os elementos legais da lei de pagamento do funcionalismo, fora chamado o Secretário de Justiça, Dr. Joaquim Lemos Gomes de Souza, que estudou a proposta do governador Fernando Guilhon de conceder o aumento para o funcionalismo através de um simples decreto, sem a necessidade dos trâmites burocráticos no Legislativo.

Se a lei permitisse essa ação, o aumento seria concedido imediatamente, começando dos cargos mais baixos para os cargos mais altos. Porém, o governador já estava impaciente para conceder o aumento salarial para seu funcionalismo³⁵², atitude que fica bem explícita através do discurso do deputado João Maria Chaves, líder do MDB na Assembleia Legislativa, declarando em primeira mão que o governador esteve irredutível a respeito do valor do aumento que seria concedido ao funcionalismo, Cr\$ 180,00 (cento e oitenta cruzeiros) para o menor salário, e o cumprimento da lei que concedia aumento de 130% sobre o salário mínimo para as professoras titulares³⁵³. No seu discurso, o líder da oposição na Assembleia Legislativa isentou o engenheiro-governador de qualquer culpa em relação ao atraso do decreto para o aumento dos salários do funcionalismo estadual, qualificando-o como dotado de um “espírito de justiça, dignidade e solidariedade humana”, citando um fato por ele presenciado durante o show de Sargentelli e suas mulatas em Belém, quando

[...] o Chefe do Executivo vendo o derrame de uísque, declarou – “quanta gente não está se ressentindo da falta de água neste momento e o nosso [ilegível] DAE está sem condições de atende-los”. [...] e só um homem da estirpe do nosso Governador, na alegria de uma festa, transferiria seu pensamento para a pobreza e a miséria [...]³⁵⁴

Essas declarações deixaram a bancada da ARENA, segundo o colunista do Informe FN, com “uma ciumada insopitável” e “com a cara no chão, mordendo-se de raiva, mas sem

³⁵¹ **O Liberal**, 11 jul. 1971, 1º Caderno, p. 2

³⁵² **Folha do Norte**, 5 jun. 1971, 1º Caderno, p. 3.

³⁵³ *Id.*, 12 jun. 1971, 1º caderno, p. 4.

³⁵⁴ *Ibid.*, 1971.

poder tugar nem mugir”³⁵⁵, por serem apresentadas exatamente pelo líder da bancada do MDB. Evidentemente, nenhum representante da ARENA apartou o discurso do deputado José Maria Chaves.

Para sustentar o pagamento do funcionalismo, foram necessárias medidas mais enérgicas, pois o reajuste elevaria em mais de 50% o orçamento estadual. Então o governador, através de decreto, determinara um corte de 40% em todas as despesas do Estado, inclusive nas subvenções e auxílios, reduzidos por um corte de 30%, uma vez que da arrecadação projetada de Cr\$ 248.805.556,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, oitocentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis cruzeiros), teria no ano seguinte uma redução de Cr\$ 99.522.222,40 (noventa e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta centavos)³⁵⁶. Procurou-se realizar o máximo de esforço para conceder o reajuste a que o funcionalismo tinha direito e cumprir com os aumentos até então estabelecidos pelo governo federal. Também no mês de julho, a capital paraense discutia e criticava o preço do pão e da carne. Ambos eram vendidos livremente nos estabelecimentos comerciais dos bairros e mercados de Belém. Com relação ao preço do pão, a ação do governo se deu via decreto,

O Governador Fernando Guilhaon assinou ontem o decreto que fixa novo preço para o pão na capital e no interior que passará a custar, aqui em Belém, 1,60 enquanto no interior o quilo será de 1,70, isto é, dez centavos mais que na capital. O decreto do Governador traz vários considerando, justificando o aumento do preço do pão, entre os quais o de que o preço da farinha de trigo foi reajustado pela SUNAB. [...] no início do corrente mês, o salário mínimo regional foi elevado na base de 28%, o que veio onerar ainda mais o custo de produção do artigo que a decisão da SUNAB contida no radiograma circular a 357 SE DG, autoriza a elevação do pão francês até 19,73% [...] ³⁵⁷.

Isso se verifica em algumas ações do governo do Estado do Pará através do engenheiro-governador Fernando José de Leão Guilhaon. Noticiadas pela mídia, não poderiam ser entendidas como ações de resistência, confronto ou de pressão política. As ações do governo/governador foram políticas em virtude de sua posição executiva. Contudo são ações/decisões que destoam do comemorado e ufaneado crescimento econômico que o Brasil vivia nesse contexto como: a alta do pão, o aumento do custo de vida, a questão do preço da carne, ora em Belém, ora em outras capitais brasileiras consideradas dentro do eixo desenvolvido economicamente. O decreto é abrangente. Foi muito além do “pão massa grossa” ou do “pão massa-fina” que se comprava em padarias ou nas “mercearias” da cidade.

³⁵⁵ Ibid., 13 jun. 1971, 1º Caderno, p. 3.

³⁵⁶ Ibid., 14 jan. 1972, 1º Caderno, p. 3.

³⁵⁷ Ibid., 10 jul. 1971, 1º Caderno, p. 2.

Incluía o “pão francês”, “pão de sal”, fabricado com farinha de trigo “pura”, em formato “alongado” ou em “bisnaga”, com “cortes” ou “pestanas” que por esse decreto foram fixados seus preços, os quais não puderam ultrapassar as especificações da variação de pesos e valores: “50 gramas Cr\$ 0,10”, “50 gramas Cr\$ 0,10”, “100 gramas Cr\$ 0,19”, “250 gramas Cr\$ 0,45”, “500 gramas Cr\$ 0,80” e “1 000 gramas Cr\$ 1,60”.

No artigo “Aumento da carne provoca novas críticas ao Govêrno”, que noticiou alguns debates ocorridos na ALEPA durante a Sessão Ordinária do dia 19 de julho de 1971, o deputado José Maria Chaves, líder do MDB, criticou o aumento do preço da “carne verde” como superior aos demais aumentos ocorridos naquele mês em Belém,

Depois de várias considerações críticas, discordando da posição assumida pelo Govêrno, o líder do MDB declarou que “Guilhon vai ter que aceitar êsse aumento dado por outro. Não conseguiu estabilizar o preço e nem baixar, como prometera, apesar de haver reduzido em 50% o ICM, para a importação do gado de Goiás”³⁵⁸.

Em nota publicada a partir do Rio de Janeiro pela Agência Jornal do Brasil (AJB) e reproduzida no jornal *O Liberal*, noticiava a reunião do Conselho Interministerial de Preços (CIP) para

[...] formalização do nôvo reajustamento do preço do café para o consumidor. Segundo fonte ligada ao Conselho, o café passará a ser vendido no varejo a quatro cruzeiros e vinte centavos por quilo. O preço atual do produto para o consumidor é de três cruzeiros e trinta centavos por quilo. O aumento entrará em vigor a primeiro de agosto, quando também passará a vigorar outro reajustamento – o das tarifas dos aviões comerciais³⁵⁹.

Na primeira página do jornal *O Liberal* de 22 de julho de 1971, a manchete “Emergência para a Amazônia”³⁶⁰ trazia notícias de um “expediente” enviado pelo então presidente do Banco da Amazônia S/A (BASA), Jorge Babot de Miranda, ao então Ministro do Interior, general José Costa Cavalcanti, solicitando ao Governo Federal

[...] em têrmos explícitos reivindicações urgentes que precisam ser acolhidas pelos poderes centrais, em benefício da região amazônica, ante a ameaça que paira sôbre a área, de uma das mais sérias crises econômicas dos últimos tempos³⁶¹.

Na mesma linha de entendimento de uma região à beira de uma crise econômica, os deputados da ALEPA que se utilizaram de termos como “situação de penúrio” e “soerguimento socioeconômico da Amazônia [...] é da mais alta relevância”, as bancadas da

³⁵⁸ *O Liberal*, 20 jul. 1971, 1º Caderno, p. 3.

³⁵⁹ *Id.*, 21 jul. 1971, 1º Caderno, p. 2.

³⁶⁰ *Ibid.*, 22 jul. 1971, 1º Caderno, 1ª página.

³⁶¹ *Ibid.*, 1º Caderno, p. 2.

ARENA e do MDB, através do líder emedebista, José Maria Chaves e do deputado arenista Oswaldo Melo, propuseram na Sessão Ordinária de 6 de julho de 1971 “votos de congratulações” e de “votos de apoio” ao general-presidente Médici pela promulgação do Decreto-Lei nº. 1.179, correspondente ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste³⁶². Em 1974, a taxa de inflação já alcançara a marca de 34%³⁶³. E continuaria a subir, pois, em 1976 seria alçada aos 46% com um PIB abaixo de 6%³⁶⁴. Entre as muitas respostas dadas pelo governo para controlar a “carestia”, havia o projeto do governo de “estocar produtos básicos”³⁶⁵. E ainda assim, era necessário colocar a Operação Amazônia em andamento para integrar a Amazônia ao restante do país que, em 1970, ainda vivia o “milagre econômico”. O modelo escolhido pelo general-presidente Médici foi criticado por políticos e foi indagado com relação à necessidade e validade econômicas. Foram as falas vindas dos civis. Mas houve também questionamentos de seus pares militares.

No item *Nas falas militares*, apresento as falas dos generais Juarez Távora, Rodrigo Otávio, Albuquerque Lima e Mourão Filho, militares que, entre muitos outros, criticaram em maior ou menor grau algumas das ações do governo militar-civil, principalmente as ações voltadas para a Amazônia.

1.3.3. Nas falas militares.

Aparentemente, os uniformes, insígnias, e outros símbolos atribuem aos militares uma coesa união. Essa é uma falsa impressão. Nos meses anteriores ao golpe de 1964, para manter um padrão mínimo de coesão entre a oficialidade do Exército, o marechal-golpista Castelo Branco redigiu um documento confidencial intitulado Lealdade ao Exército: o LeEx. Esse texto foi distribuído reservadamente entre a oficialidade do Exército, como profissão de fé no sucesso do golpe somente através da união entre os militares³⁶⁶. Contraditoriamente o

³⁶² Ibid., 7 jul. 1971, 1º Caderno, p. 3.

³⁶³ TEIXEIRA & TOTINI, op. cit., p. 226.

³⁶⁴ Id., [200?].

³⁶⁵ **Folha de São Paulo**, 9 mai. 1974, 1º Caderno, p. 21.

³⁶⁶ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. “Documento Leex (Lealdade ao Exército)”. **Grupo de Estudos sobre a Ditadura**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/documentos_lista.php>. Acesso: 11 jul. 2015.

LeEx em si foi elaborado para harmonizar divergências e lutas internas entre golpistas e legalistas no Exército³⁶⁷. E nesse intento falharam, ainda que tenha ocorrido o golpe.

Exercer o comando de uma Organização Militar é a última grande exigência curricular para que o oficial superior alcance a patente de oficial general, apesar de também envolver certa dose de política acima da antiguidade no serviço, o que acaba levando a situação da maioria dos oficiais a não alcançarem a patente de oficial general na ativa. E muitos oficiais generais do Exército haviam servido em Belém ou em Manaus. Entraram em contato com a região e com a realidade da Amazônia. E é nesses aspectos que se enquadraram os generais Juarez Távora e Rodrigo Otávio³⁶⁸. Ambos conheciam as Amazônias: sua política e seus problemas mais diretos e reais. Conheciam também os trâmites do poder em Brasília, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. O general-ministro do Interior Afonso Augusto de Albuquerque Lima não servira na Amazônia, mas era engenheiro militar, como Távora e Rodrigo Otávio, o que aproximou suas opiniões num sentido técnico de “capital intelectual específico”³⁶⁹. São deles as três falas que criticaram algumas das ações direcionadas à Amazônia. As falas são firmes, traço característico da profissão militar, costume da “voz de comando” e do conhecimento de causa, firmeza que não quebrou a “sagrada” hierarquia, e dessa forma, os três oficiais generais mais analisaram que criticaram. Manifestaram suas opiniões sobre a Operação Amazônia e a construção da Transamazônica baseados em suas próprias experiências na região e na experiência comum como engenheiros militares. Na fala do marechal Juarez Távora, persistiu o engenheiro, ex-deputado federal e ex-ministro da Viação para quem não havia dúvidas

[...] de que a rodovia constitui empreendimento da mais alta importância para a conquista definitiva da Amazônia. Ele só mantém algumas dúvidas quanto à urgência e prioridade da obra, e quanto aos seus resultados positivos num projeto de colonização da região. “Isso, de modo construtivo, já o disse ao ministro dos Transportes, Sr. Mario Andreazza”³⁷⁰.

³⁶⁷ CASTELO BRANCO, HUMBERTO DE ALENCAR. **Arquivo CPDOC/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/>>. Acesso: 21 ago. 2015.

³⁶⁸ Em 1964 comandou a 8ª RM, em Belém. Em 1968 assumiu o Comando Militar da Amazônia e a 10ª RM, ambos em Manaus. Em 1973 tornou-se ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Foi favorável ao retorno ao estado de direito. Em 1977, defendeu a revogação parcial do Ato Institucional n.º 5, para devolver aos juízes as garantias constitucionais. Solicitou a instauração de processo penal contra os responsáveis por torturas no inquérito policial militar que envolveu o ex-deputado Marco Antônio Tavares Coelho, mas o pedido foi rejeitado, cf. OTÁVIO, RODRIGO (1). **Arquivo CPDC/FGV**. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/>>. Acesso: 17 jul. 2015.

³⁶⁹ BOURDIEU, “Algumas propriedades de lós campos”, op. cit., 2002, p. 121.

³⁷⁰ “Juarez Távora analisa a conquista da Amazônia”, **Folha de São Paulo**, 11 nov. 1973, p. 4. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso: 17 jul. 2015.

Távora era cearense, engenheiro militar de formação, participou dos levantes tenentistas, da Coluna Prestes, da Revolução de 1930, foi ministro da Agricultura, deputado federal (GB) e ministro da Viação. Conheceu o território nacional como poucos e experimentara a cultura da trincheira e a cultura do Estado Maior. Esteve na Amazônia em companhia do general Rodrigo Otávio e do general-ministro da Agricultura Albuquerque Lima no final do ano de 1973, quando a construção e a ocupação ao longo da Transamazônica já estavam em andamento. O questionamento de Távora da urgência, prioridade e validade é tanto técnico quanto político, ao qual é seguido pela fala do general Rodrigo Otávio, cuja opinião era que

Só a Transamazônica [...] não resolverá os problemas. É preciso tomar medidas suplementares que visem a redividir aquele território. [...] a ameaça à soberania nacional não está afastada no que diz respeito a Amazônia, sempre cobiçada internacionalmente e em constante conflito como a maior floresta do mundo. Precisamos encontrar uma vocação econômica para a Amazônia [...] ³⁷¹.

A proposta de “redividir aquele território” pareceu transparecer um entendimento da grande variedade do relevo da planície Amazônica, variedade essa que a estrutura de uma rodovia não poderia suprir. Mas seu enunciado não avançou muito além dos aspectos da agrimensura ou do discurso da Segurança Nacional, ainda que ambos estivessem falando em 1973. Pelo fato de não ter servido na Amazônia e devido sua condição de ministro da Agricultura, a fala do general Albuquerque Lima se investe de um caráter mais político, principalmente pelo fato de ser proferida diante de um auditório reunido pelo Instituto de Engenharia de São Paulo durante o I Seminário do Desenvolvimento Nacional, ocorrido na capital paulista em setembro de 1967. Ainda que inicie sua fala afirmando que a ocupação da Amazônia deve ser realizada como “um problema de engenharia”, o tom é de alerta, pois, a “[...] Amazônia brasileira já sofre um acelerado processo de agressão. Há poderosos interesses e pressões internacionais que incidem sobre a Amazônia [...] diante das débeis resistências que podemos apresentar” ³⁷².

Numa lida rápida do primeiro enunciado da fala do general-ministro pareceu haver uma referência à questão ambiental. Porém, no segundo enunciado, o “processo de agressão” disse respeito às pretensas ações internacionais que estariam ameaçando a Segurança Nacional. Essa percepção se reforça pela colocação do último enunciado das “débeis resistências que podemos oferecer”.

³⁷¹ “Rodrigo Otávio reafirma: necessários o V Exército e uma pasta para a Amazônia”, **Folha de São Paulo**, 11 nov. 1973, p. 4. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso: 17 jul. 2015.

³⁷² “Ministro: Amazônia já sofre processo de forte agressão”, **Correio da Manhã**, 27 set. 1967, 1º Caderno, p. 2.

As três falas seguiram uma cronologia inversa, com diferença de seis anos entre as duas primeiras e a terceira. Partiram de militares com formações técnicas comuns, experiências militares diversas, mas muito próximos devido a formação na engenharia militar. É muito forte e presente sua participação na estrutura institucional cujos simbolismos, ritualismos e bastidores políticos eles dividiram como se fosse numa “trincheira” comum. Estudantes e conhecedores dos manuais que prescreviam a Segurança Nacional, não só acreditavam como disseminaram os discursos de ameaça externa e interna, internacionalização e necessidade de defender as fronteiras do Brasil. Contudo, a bagagem técnica que permitiu analisar terreno, floresta, rios, as realidades do espaço da Amazônia (inclusive e em certa medida o general Albuquerque Lima) e que são perceptíveis em suas falas, vão ao sentido de que a Operação Amazônia e a construção da Transamazônica poderiam ser válidas se fossem detidamente pensadas e planejadas seguindo todos os passos da mnemósine da engenharia militar. Exatamente o que não foi o caso da Transamazônica. Engenharias e tecnicismos a parte, o que chama mais a atenção na análise técnica dos generais-engenheiros Juarez Távora, Rodrigo Otávio e Albuquerque Lima, foi o silêncio em relação aos caboclos, índios, migrantes, colonos ou quaisquer um dos habitantes da Amazônia. Em nenhum momento esses sujeitos ou qualquer parcela de população humana são citados em suas avaliações técnicas.

Mas antes da fala dos engenheiros houve uma primeira fala militar. A fala do general Mourão Filho, quando exercia o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. Já em agosto de 1967, Mourão Filho foi direta e totalmente contrário à Operação Amazônia “[...] a terra da Amazônia é imprópria para a agricultura [...] dizer que a Amazônia é o celeiro do mundo é uma asneira”³⁷³. Nada incomum para um general que se considerou em matéria de política como uma “vaca fardada”³⁷⁴. Os três oficiais gerais racionais, técnicos e experientes foram superados desde o começo em suas análises. O menos estratégico entre os militares, menos técnico entre os não técnicos, menos sensato entre os nem tão sensatos assim e o menos polido entre os sem polidez estava surpreendentemente com a razão. Por um motivo ou outro. E pelos motivos óbvios, as falas políticas, econômicas e militares não foram silenciadas porque vieram de cima. E por vir de cima foram simplesmente ignoradas. Mas ainda havia as falas silenciadas de baixo.

³⁷³ “Mourão condena a revolução e o presidencialismo”, id., 25 ago. 1967, 1º Caderno, p. 8.

³⁷⁴ GAPARI, op. cit., p. 140.

1.4. Lugares no Tempo Presente às falas de cima.

Getúlio Dorneles Vargas foi ao Amazonas e Emílio Garrastazu Médici foi a Pernambuco. Duas viagens catárticas em que afirmaram, respectivamente, “Vim para ver e observar, de perto”; e “Vim para ver [...] a seca de 70, e vi [...] a miséria de sempre”. A história não se repetiu. Na verdade, os sujeitos Getúlio e Emílio se fizeram discursos: Vargas e Médici. Em suas relações com o tempo, Vargas tornou o futuro da Amazônia um presente em si mesmo e Médici evocou o passado como um presente que é pra si mesmo seu próprio horizonte³⁷⁵. Vargas falou em 1940 e trinta anos depois Médici falou em 1970; um forte, distendido e poderoso presentismo³⁷⁶.

As Amazônias que se sobrepuseram como representações³⁷⁷ ao longo do regime de historicidade mais comum passadista puderam ser verificadas em alguns exemplos de ideias e lugares, produtos e locais de produção³⁷⁸ em cotidianos de experiências múltiplas e singulares percebidas como experiências no tempo. É óbvio que nenhum dos sujeitos em meu recorte se perceberam como inseridos em passadismos, presentismos ou futurismos. No entanto, suas experiências podem ser percebidas heurísticamente pelo historiador e diagnosticadas na historicidade inserida no Tempo Presente.

Na Amazônia, espaços foram sendo constituídos por seus sujeitos através das relações estabelecidas em experiências vividas e, a partir delas, representações foram construindo as Amazônias: a Amazônia do “Silva” silenciado pelas tensões impostas no seringal enquanto consequência de campos de poder não é a mesma Amazônia do “homem bom” silenciado pelo capital cultural europeu e tornado enunciador da *Belle Époque*. São Amazônias diferentes que representaram as experiências passadistas do “Silva” vivenciadas em seu cotidiano ordinário e sentidas nas relações interfamiliares ou interproletárias que comungaram das mesmas tensões na Amazônia ou das vivências semelhantes a exemplo do nordeste e suas tensões internas à Caatinga, à seca e ao latifúndio; um passadismo de exploração do Nordeste, aparentemente migrado com o “Silva”, “peão cabra da peste” tornado “seringueiro boçal” na Amazônia das longas horas de suor e calor riscando as seringueiras, dos rápidos minutos mastigando a carne ou peixe salgado com “cuí de farinha”, do ardor da cachaça no quente da fogueira preparando a “bolota”, do cheiro forte do

³⁷⁵ HARTOG, op. cit.

³⁷⁶ Id., 2006.

³⁷⁷ CHARTIER, “O mundo como representação”, 1991.

³⁷⁸ CERTEAU, op. cit.

“porronca” embalando o sono na rede ou os calafrios da malária que ia, mas que logo voltava; tantas sensações e experiências para ganhar um salário que não via e não tocava. Mas sentia. Experiências bem diferentes do “homem bom” enlevado pelas variações tonais da ópera O Guarani, estetizado pelas linhas arquitetônicas da Igreja de Santo Alexandre (século XVII) ou do Theatro da Paiz (século XIX), contemplativo diante do quadro Fundação da Cidade de Belém (c. 1908) de Theodoro Braga ou na sua opção política Lemista ou Laurista; experiências e sensações do passadismo de um “homem bom” produto do campo intelectual e qualificado ao ingresso nos campos de poder, ancorados em outra representação de Amazônia. Ora, o Ladislau Monteiro, tornado Antonio Baena³⁷⁹, facilmente teria escrito muitas laudas de precioso papel para falar sobre o naturalista inglês Henry Walter Bates; mas dificilmente teria ido tão longe quanto o próprio Henry Bates e escrito sobre seu homônimo “Antonio” algo próximo do sintético “índio rapazola”³⁸⁰.

No Sul e Sudeste houve o enunciado de ideias, produtos e locais de produção para agricultura, pecuária, indústria, comércio e ampla circulação de capital, evidenciados na veiculação de notícias paulistas, gaúchas e cariocas nos periódicos paraenses, dada sua rotineira importância pelos jornalistas, redatores, observadores e analistas. Em Altamira, Santarém, Manaus e Belém também houve o enunciado de ideias que também se constituíram locais de produção para agricultura, pecuária, indústria e comércio que intentaram ampliar a circulação de capital. Porém, como a constituição dos espaços sociais foi muito diversa, no Sul e Sudeste múltiplos sujeitos se deslocaram progressivamente entre múltiplos espaços sociais e aqueles que não possuíam adquiriram algum capital social e cultural. Isso lhes permitiu o contato com a representação de uma das Amazônias: a da floresta distante, da selva desconhecida, da sociedade rústica e da economia atrasada. Entretanto, o atraso que a Amazônia representou no Sul e Sudeste se constituiu em espaço de experiência de sujeitos inseridos em outra realidade das Amazônias, esta, a da floresta das distâncias vencidas a pé ou a remo, em que a selva é conhecida nos mínimos caminhos de um meio ao qual a sociedade se adaptou e, de acordo com suas necessidades mais básicas, adaptou o meio.

Entre Sul, Sudeste e as Amazônias, o atraso pode ser relativizado no sentido de que há espaços sociais diferentes, há *habitus*³⁸¹ adequados às realidades sociais nas quais foram

³⁷⁹ BAENA, Antonio Landislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Universidade Federal do Pará, 1969. (Coleção Amazônica José Veríssimo).

³⁸⁰ BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1979, p. 53.

³⁸¹ “[...] sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações [...] habitus é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical,

constituídos e adequando sujeitos a essas realidades. Contudo, ainda, em outra das Amazônias, os campos de poder e campos de intelectualidade que tradicionalmente se mantiveram, definiriam a Amazônia como rústica, estagnada e atrasada, resultado do passado presentificado nas opiniões de intelectuais, políticos e jornalistas, sempre a espera das “novas novidades”³⁸² advindas do Sul e Sudeste. Obviamente, os que não estão inseridos nesses campos de poder ou de intelectualidade, são os rústicos, estagnados e atrasados, comparativamente, muito aquém do capital social e intelectual do Sul, Sudeste e de algumas das Amazônias. Dessa forma, Sul e Sudeste se tornam avançados e progressistas e a Amazônia atrasada e retrógrada, tencionada pelo seu passadismo.

O golpe civil-militar e a ditadura militar-civil³⁸³ reordenaram discursos e ação política na trama histórica³⁸⁴ operando sua adequação aos interesses econômicos. Nesse sentido, a base ideológica que foi construída desde as primeiras décadas do século XX a partir das preocupações geopolíticas mais próximas da Grande Guerra e da estratégia militar mais próxima da Segunda Guerra Mundial, tornaram ambas utilizáveis para distender e tencionar decisões políticas de acordo com interesses econômicos, voltando-se às questões da economia (majoritariamente capitalista e prioritariamente industrial), educação (para formação de mão de obra), ciências (para racionalizar espaço, tempo e práticas), pesquisa (do economicamente viável) e de fronteiras (Segurança Nacional). Constituiu-se um campo de poder³⁸⁵ frequentado por um número reduzidíssimo de sujeitos portadores do capital social, cultural e econômico que lhes deu acesso a esse espaço restrito para impor restrições.

A Amazônia foi evolvida nesses cinco aspectos sob os estereótipos da “grandiosidade da floresta” que atrasou economicamente, do “vazio demográfico” necessário de ser preenchido e da “ameaça estrangeira” debatida por parlamentares e que levou intelectuais e militares a elaborarem a dogmática doutrina da Segurança Nacional que se consolidou como discurso nacional retomando o discurso nacionalista integrador de Getúlio Vargas e das políticas de aceleração desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, exemplificadas na “política das rodovias”. O envolvimento maior pela doutrina de Segurança

BOURDIEU apud SETTON, Maria da Graça Jacintho. “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”. *Revista Brasileira de Educação*. n 20, mai.-ago./2002. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso: 12 jul. 2016.

³⁸² Título do livro de Michael Lewis em que biografou Jim Clark, considerado o principal deflagrador da revolução da internet e fundador das empresas *Netscape*, *Silicon Graphics* e *a Healthon* que, num período de avanços na tecnologia, em que as “novidades” geradoras de lucro faziam circular o capital da informática a partir do Vale do Silício, EUA, Jim Clark buscava a “nova” novidade geradora de maior fluxo de lucro e de capital.

³⁸³ Cf. FICO, 2004, op. cit.; PETIT, 2014, op. cit.; REIS, 2012, op. cit.

³⁸⁴ RICOEUR, *La función narrativa y el tiempo*, 1992.

³⁸⁵ BOURDIEU, 2002, op. cit., p. 121.

Nacional dogmatizada nas ações do regime militar-civil, permitiu o surgimento da concepção presentista de “Brasil Grande”³⁸⁶ ao qual o passadismo de atraso da Amazônia foi submetido ao processo de transformação conceituado como “a grande aventura nacional”³⁸⁷. É nesse sentido que a mnemotécnica militar³⁸⁸ concebeu no *Relatório Mecor* e na Operação Amazônia a discursividade que convergiu também os interesses econômicos locais e microrregionais no Pará ao presentismo do “Brasil Grande”.

A ocorrência da seca nordestina de 1969 e 1970 e as decisões do general-presidente Médici, aceleraram os prognósticos³⁸⁹ tecnicistas do discurso e da disposição dos meios necessários para impor o presentismo do “Brasil Grande” às duas regiões então economicamente mais complexas: o Nordeste e a Amazônia Legal. Apesar da grande quantidade de estudos e prognósticos de fala acadêmica com relação ao Nordeste, o *Relatório Mecor* e a ordem operativa da Operação Amazônia falou mais alto porque falou num tom menos acadêmico e mais militar. No entanto, os prognósticos econômicos foram submetidos às prioridades determinadas pela doutrina da Segurança Nacional, identificadas pela mnemotécnica militar. A Segurança e a mnemotécnica militar elegeram a Amazônia como a área de aplicação do instrumental discursivo (*corpus orationis*) e legal (*corpus legitimus*) sintetizado no *corpus possessionis*³⁹⁰ para ideologizar, legitimar e, acima de tudo, exercer controle efetivo sobre a “integração” da Amazônia ao “Brasil Grande” seguindo o modelo da “grande aventura nacional” num cotidiano imposto pela Transamazônica.

Ainda que tenham ocorrido críticas políticas, econômicas e militares a todo esse processo, e ainda que o cotidiano econômico em meu recorte destoe do amplo discurso do “milagre econômico”, desde os campos de poder, a partir dos capitais culturais, intelectuais, sociais e econômicos, as falas de cima subverteram passado e futuro e se impuseram usando a força do presentismo insuflado e hipertrofiado para bastar-se a si mesmo como regime de historicidade predominante no Tempo Presente no Brasil e na Amazônia Paraense. Num espaço de expectativa insuflado pelo presentismo, um amplo horizonte de expectativa foi distendendo e – contrariamente ao que teorizou Reinhart Koselleck – foi “tocado” pelo discurso do prognóstico militar-civil de que sonhar o mesmo sonho do “Brasil Grande” foi prioritário por ser considerado seguro e foi considerado seguro por ser prioritário. E o que foi selecionado e excluído pelo presentismo do “Brasil Grande” também pode ser conhecido pelo

³⁸⁶ MENEZES, 2007, op. cit.

³⁸⁷ Id., 2007.

³⁸⁸ GONÇALVES, “Uma representação pra se apropriar”, 2016, op. cit.

³⁸⁹ KOSELLECK, op. cit.

³⁹⁰ Id., 2006.

seu silenciamento e exclusão, pois, ainda que sua fala suspire de baixo, pode e precisa ser também tornada voz para identificarmos seu lugar na História do Tempo Presente.

Capítulo 2. Assombros e sonhos de baixo: lugares dos silenciados.

2. 1. Em homens e mulheres...

Um aspecto importante da história feita pelo povo é o que as pessoas comuns lembram-se dos grandes fatos, em contraste com o que seus superiores acham que devem lembrar, ou o que historiadores podem provar que aconteceu [...].

HOBBSAWM, 1990.

No item *Imbricados* procuro argumentar como alguns termos relacionados à Amazônia transmitem uma forte carga de representação e também de estereótipos. Também introduzo minhas fontes de relatos de migrantes e colonos de que faço uso ao longo de minha dissertação.

2.1.1. Imbricados.

Ao escutarmos a fala ou acessarmos a palavra Amazônia, enquanto referencial, a primeira coisa que muito invariavelmente logo nos vem à mente é a imagem da “floresta”. A partir desse termo, as associações a “rio”, “verde”, “frutas”, “animais”, “igarapés”, fluem numa sequência que varia de numerosa a incontável. Isso pode acontecer com um bom número de pessoas que residam em cidades no Pará e Amazonas como Belém, Santarém, Oriximiná ou Tabatinga. Se for morador de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Londres ou Berlin, independente de sua origem, cada indivíduo poderá até fazer muitas associações. Entretanto, à imagem da “floresta”, seguida da imagem do “rio”, são as primeiras associações à palavra Amazônia que possivelmente se farão presentes à mente, independente de ser alguém que conheça a Amazônia, que esteja envolvida com questões ambientais ou, ainda, em nenhuma dessas duas situações.

No referencial Transamazônica, o poder da representação imbricado – se não inerente, mas certamente imanente – trazia às pessoas da minha geração³⁹¹ a conexão “atoleiro”, do qual fluía um corolário de associações negativas como “lama”, “descaso”, “abandono” ou “irresponsabilidade”. Seguia-se assim, a rota da famosa síntese de uma

³⁹¹ Nasci em Belém, Pará, a 18 de Janeiro de 1975.

“estrada que vai do nada para lugar nenhum”. É como se entre as cidade paraibana de Cabedelo e a cidade amazonense de Lábrea não existisse mais nada além de “lama” e “atoleiros” num longo trecho de 4.223 km de extensão³⁹².

Por outro prisma, no referencial Transamazônica, seu poder da representação ao longo de décadas imbricou para minha geração as conexões “obras faraônicas” e “militares”, invariavelmente devido o que me foi ensinado nas aulas de história e geografia das Escolas Estaduais Amazonas de Figueiredo e José Veríssimo na década de 1980, ou ainda, nas aulas de sociologia e filosofia no Colégio Estadual Paes de Carvalho, na década de 1990. Dessa forma, “lama”, “descaso”, “abandono”, “irresponsabilidade”, “obras faraônicas” e “militares” estabeleceram associações com apenas uma pequena partes do refluxo de significação do referencial Transamazônica: a representação da rodovia que não saiu do papel ou da Rodovia-discurso que se sobrepôs a outras falas, palavras e sentidos. Homens e mulheres imbricados nas representações e significações dos discursos mais bem entendidos a partir do conceito foucaultiano de “arquivo” resgatado por Alfredo Wagner e citado por Gustavo Soares Iorio, em que o

[...] *Arquivo* como genealogia, consiste num registro variado de formulações, argumentos, noções operacionais, impressões, metáforas e figuras de retórica, que se acham ‘arquivados’, de maneira inconsciente, na [sic] representações de diferentes explicadores, comentadores regionais e intérpretes, que os reproduzem acriticamente, num automatismo de linguagem, de acordo com um léxico singular que é acionado a cada vez que se fala de ou sobre a Amazônia. (Almeida, 2008: 11). As escolas efetivamente consagram tradições do conhecimento, compartilhadas pelos grupos sociais em suas diferentes relações³⁹³. [Grifo do autor].

Em certa medida, entre o conjunto formado por projeto, decisões e ações do governo do general-presidente Médici em torno do discurso da Transamazônica e a ação das várias empreiteiras licitadas para as obras que construíram materialmente a Rodovia, houve um interstício muito curto, algo em torno de dois ou três anos, ainda cabível de ser melhor estudado, dada a distância temporal que pode produzir a possibilidade da compreensão³⁹⁴. Também há interstícios, em alguns casos mais curtos ainda, que agem como intervalos estanques localizados entre os objetivos da Operação Amazônia e os interesses imbricados entre o governo, entre empreiteiras, acima, abaixo, no início e no fim do projeto. Entre esses interstícios, no intervalo menos representado e mais silenciado, a interdiscursividade foi urdida pelas representações e significações enunciadas pela Operação Amazônia, localizadas

³⁹² Que atravessa sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

³⁹³ IORIO, op. cit., p. 8.

³⁹⁴ GADAMER apud DOSSE, op. cit., p. 114.

no espaço da Transamazônica e configuradas na Rodovia. A relação dialógica³⁹⁵ dada nesse interstício social e espacial só muito recentemente se fez ouvir pela latente³⁹⁶ polifonia³⁹⁷ de seus mais diretos interlocutores: os migrantes e colonos.

Silenciados ontem, ainda envoltos em certa penumbra hoje, suas falas gradativamente estão sendo ouvidas. As palavras antes apagadas, já se inscrevem. Sua carga de percepções singulares e opiniões individuais não devem ser entendidas como aspectos que individualizam o contexto histórico-social. Ao contrário, ampliam a possibilidade de entendimento e coletivizam ao superar em grande medida o arbítrio que não lhes cedeu oportunidade de ser voz como migrantes. Nesse sentido, o arbítrio militar-civil decidiu, efetivou e individualizou o corte histórico para impor uma ordem política, econômica, social e cultural, como via unilateral. Na contrapartida denegaram dificuldades, complexidades e diversidades históricas e sociais que não interessava ouvir por não se encaixarem no modelo histórico oficial e, por isso, foram diluídas na unidade maior que interessava: o Brasil do Futuro.

As narrativas não se constituem: são construídas e permeadas pelos interesses de quem as constrói e as tornam “interessadas”. E o projeto militar-civil construiu sua narrativa selecionando documentos, falas e palavras. Simultaneamente, ignorou documentação, silenciou falas e apagou palavras anômalas. Homens e mulheres foram imbricados no silêncio imposto pela narrativa oficial. No entanto, seguindo as valiosas orientações dos historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, o documento sempre será o portador de um discurso que não é “transparente” e por isso apresenta na sua “forma” o ponto essencial sobre o qual se debruça o historiador, num esforço cuidadoso e sério que objetiva a atenção teórica no trato com documentos e seu conteúdo³⁹⁸, sendo enfatizado por esses autores que “o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social”³⁹⁹.

Nesse sentido, meu esforço utiliza uma série de entrevistas já publicadas academicamente em quatro fontes principais, compreendendo os riscos de não ter procedido pessoalmente tais entrevistas e do perigo de repetir o já posto. Em contrapartida, são fontes pertinentes, disponíveis e necessárias para a argumentação do meu trabalho. Necessárias e enriquecedoras pelo que transmitem.

³⁹⁵ No sentido da Análise Crítica do Discurso anglosaxã.

³⁹⁶ DOSSE, op. cit., p. 112.

³⁹⁷ Cf. BAKTIN (1979) e DUCROT (1995) apud SOUZA, Lilian Teixeira de. **Análise do Discurso**. Guia de Estudo. Curso de Extensão e Aperfeiçoamento. Universidade Cândido Mendes-UCAM/Prominas, Belo Horizonte: Editora Prominas, [201?], p. 45.

³⁹⁸ CARDOSO & VAINFAS, **Domínios da história**: Ensaios de Teoria e Metodologia, 1997, p. 539.

³⁹⁹ Id., 1997, p. 540.

Faço uso de dois textos de autoria de Magno Michell Marçal Braga: um artigo socializado nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, em julho de 2011⁴⁰⁰, e do mesmo autor, sua Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco em 2012⁴⁰¹.

Também utilizo dois textos de Maria Ivonete Coutinho da Silva. O primeiro, sua tese de doutoramento defendida em 2008 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA⁴⁰². O segundo, publicado como artigo em 2015 e que recorta parte de sua tese⁴⁰³. Em ambos os textos, a narrativa é construída com base nos relatos de migrantes da Transamazônica no período de 1970 a 1990.

Diferente do artigo e dissertação de Magno Michell Marçal Braga, que apresentam uma série de relatos de migrantes para análise e narrativa histórica profissional, tanto o artigo quanto a tese de doutoramento de Maria Ivonete Coutinho da Silva apresentam textos cujo pano de fundo histórico é percorrido ao longo da narrativa de viés teoricamente fundamentado nas ciências sociais com ênfase na antropologia, em que os relatos transcritos a partir de entrevistas, conversas, confidências e observações, colhidas através de pesquisa de campo *in loco* na Transamazônica, expõem dados riquíssimos que cumprem seus objetivos como tese de doutoramento e artigo, conforme ao que se propôs aquela autora.

Nesse sentido, utilizei alguns dos relatos de migrantes transcritos por Magno Michell Marçal Braga e Maria Ivonete Coutinho da Silva, filtrando-os através da análise do discurso para uso historiográfico em minha narrativa.

Procurei tratar esses relatos de migrantes sob a perspectiva de “emergências novas” e “acontecimentos” em que a “alteração”⁴⁰⁴ a partir das classes populares nos permitam contatar não o que já sabemos, mas o que podemos acessar de diferente e improvável⁴⁰⁵. Entretanto, não se trata de discorrer singularidades que pulverizem o texto em individualidades, mas compor uma narrativa de sentido histórico que nos apresente outro (s) viés (es) que quebre (m) linearidades ou continuidades, uma vez que

⁴⁰⁰ BRAGA, Magno Michell Marçal. “BR 230: Nordestinos na rota Transamazônica (1970-1974)”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

⁴⁰¹ BRAGA, Magno Michell Marçal. **BR-230, Nordestinos na rota Transamazônica: a trajetória dos migrantes no Estado do Para (1970-1974)**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2012.

⁴⁰² SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica: Construção da Ocupação e do fazer política**. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2008.

⁴⁰³ SILVA, Maria Ivonete Coutinho da, “Altamira e a invenção da Transamazônica”. **Revista Educamazônia**. Educação Sociedade e Meio Ambiente. v. 15, n. 2. jul.-dez./2015, pp. 87-106.

⁴⁰⁴ Cf. proposta de FARGE, op. cit., p. 63-64.

⁴⁰⁵ Id., 2012.

[...] o mundo tal qual o conhecemos, não é esta figura simples, em suma, em que todos os acontecimentos se apagaram para que se acusem pouco a pouco traços essenciais, o sentido final, o valor primeiro e derradeiro. É, ao contrário, uma miríade de acontecimentos encavalados⁴⁰⁶.

Acessar esses relatos de migrantes como “acontecimentos encavalados”, conforme propõe Arlette Farge a partir das provocações de Michel Foucault, se justificou pelas possibilidades de compreensão que um olhar mais atento às falas e palavras que compõem os relatos orais pode fazer emergir, em meio a sua carga de pessoalidade e individualidade, elementos do ser falante “decorrido” de sua interação com seus familiares e com o poder, permitindo-me interrogá-los em sua fala e contexto de produção mais próximo, em suas – possíveis – submissões ou provocações ao poder⁴⁰⁷. São falas e palavras nas quais “sempre existe uma história sob a história que faz parte dessa história”⁴⁰⁸.

Não pretendo retomar a totalidade desses relatos pelos motivos óbvios. Por isso, propositalmente procurei me afastar das análises de ambos os autores, tendo o cuidado de manter contato com os contextos de produção de cada relato, tanto pelos depoentes quanto pela pesquisa em si. Tratarei então apenas daquilo que auxilia a argumentação de minha dissertação, consciente de que se por um lado isso me permite certa comodidade dada a facilidade da existência dessa massa testemunhal já recolhida a partir da História Oral e já socializada, por outro lado não lhe esvazia as profundas dificuldades da tarefa de tornar novo o que já é conhecido.

No item *Surpreendidos* argumento a forma ou o *modus procedenti* de como o governo federal iniciou as obras da Transamazônica em seu impacto sobre o município paraense de Altamira, primeiro espaço urbano que sofreu alterações após o início do projeto e também precisou se adequar às consequências dessas mudanças.

2.1.2. **Surpreendidos.**

A Transamazônica, coluna vertebral da Operação Amazônica, emergiu das falas e palavras de forma surpreendente. Não se trata de um termo usado como artifício ou

⁴⁰⁶ FOUCAULT apud FARGE, op. cit., p. 65.

⁴⁰⁷ FARGE, loc. cit.

⁴⁰⁸ Id., 2011, p. 81.

trivialidade retórica ou textual. Acima ou abaixo do discurso oficial, na culta erudição ou no pitoresco popular, a imagem dos rios, das matas e da imensidão da Amazônia, causam perplexidades para os que a veem pela primeira vez ou para os que já a viram diversas vezes ao cruzar seus rios, trilhas ou céus, no exato momento em que este texto é escrito ou lido. Transformar a floresta Amazônica e integrá-la ao restante do Brasil através de uma rodovia levou o general-presidente Médici a tomar uma decisão de forma inadvertida, culminada no Decreto-Lei n.º 1.106, de 16 de Junho de 1970, que criou o Plano de Integração Nacional (PIN)⁴⁰⁹. Podemos classificá-lo como “de surpresa” ou “inadvertido”. No entanto, o “inadvertido” foi embasado na “já estabelecida” Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, que possibilitava no seu

Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sôbre as seguintes matérias:

- I - segurança nacional;
- II - finanças públicas, inclusive normas tributárias; e
- III - criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

§ 1º Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido por aprovado⁴¹⁰.

Amparado pela lei, a decisão “inadvertida” de construir uma rodovia que transformaria o Nordeste e a Amazônia, seguiu esse *modus procedenti*⁴¹¹: surpreendeu localmente a Cidade de Altamira, regionalmente o Pará e nacionalmente o Brasil. É essa sensação de surpresa que permeia o relato da altamirense Maria Niza Moreira⁴¹²

⁴⁰⁹ Fernando Dominience Menezes narra que depois de uma viagem ao Nordeste em que testemunhou os impactos da seca sobre a população, no retorno de Recife em direção ao Rio de Janeiro, é que o presidente Médici “imaginou a Transamazônica” e, chegando a Brasília, transformou essa imaginação no Decreto-Lei nº 1106 de 16 de Junho de 1970 que criaria o Plano de Integração Nacional. Em Setembro a Transamazônica começou a ser construída, in: MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro:** ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil Grande”. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília: 2007, p. 55. Disponível: <www.repositorio.unb.br/bitstream/19482/2510/1/2007_FernandoDominienceMenezes.pdf>. Acesso: 7 jan. 2016.

⁴¹⁰ SANTOS, Kerlley Diane Silva dos. “Camponeses e capitalistas nos descaminhos da Amazônia: A legislação agrária promulgada para a Amazônia durante o regime militar e o quadro fundiário paraense”. Disponível em: <https://sites.google.com/a/criticadodireito.com.br/revista-critica-do-direito/todas-as-edicoes/numero-3-volume-57/camponeses-e-capitalistas-nos-descaminhos-da-amazonia-aleislacao-agraria-promulgada-para-a-amazonia-durante-o-regime-militar-e-o-quadro-fundiario-paraense>, acessado a 7 de Junho de 2016, às 19h 28m.

⁴¹¹ Modo de agir, de proceder.

⁴¹² Maria Niza Moreira Leite é funcionaria do Incra há 22 anos. Pertence à família Moreira e é natural de Altamira. Quando criança testemunhou o período da colonização e os momentos iniciais da construção da Rodovia Transamazônica, o que causou um profundo impacto na população de Altamira, principalmente, crianças e idosos. Acompanhou diversas vicissitudes, históricas e sociais pelas quais passou este município dando seu relato em 2007, já com 50 anos de idade, cf. SILVA, 2008, p. 42.

Ninguém nos avisou, as escolas não disseram nada, não tinha canal de televisão em Altamira e a única estação de rádio que funcionava também não informou a população, fomos pegos de surpresa, tínhamos medo de sair às ruas, por causa do movimento de pessoas e de máquinas, era um barulho infernal. Não podíamos mais brincar nas ruas, nem banhar no rio livremente, tinha muita gente estranha na cidade⁴¹³.

Desinformação, escassez de meios de comunicação funcionais e eficientes, a quebra do ritmo de vida dos moradores e a desestruturação dos escassos recursos do município. Dados explícitos de um relato fazendo a percepção de uma criança aflorar a memória da adulta: surpresa transformada em perplexidade, medo e ressentimento. Ontem e hoje, resumidos e denunciados pela adulta no enunciado “ninguém nos avisou”, não excluiu a queixa infantil da criança a quem “as escolas não disseram nada”, nem eliminou o persistente incômodo do “barulho infernal”. Criança e adulta, perplexa pela surpresa (“fomos pegos de surpresa”) que perpassou denúncia e queixa retratadas para além de ver os que chegaram ou de qualquer cobrança de explicações sobre a presença desses estranhos que descaracterizaram seu espaço causando medo (“tínhamos medo de sair às ruas”). Na junção da adulta de hoje à criança de quarenta e seis anos atrás dada com a expressão “ninguém nos avisou, as escolas não disseram nada”, destaca-se o ressentimento menos pelo que ela testemunhou e mais pelo que não foi dito: as explicações que não vieram do poder público de Altamira, os “conhecidos” cujo dever/função era preparar a população de Altamira para as mudanças e minimizar os impactos das transformações que estavam por ocorrer. Isso nos leva a inferir que o poder público aparentemente desconhecia os fatos desse setembro de 1970 e que obviamente mudariam os rumos de Altamira a partir de então.

Porém, a maior de todas as surpresas foi reservada pelas fontes e pela história a nós. Quarenta e seis anos depois, a surpresa da menina se une à perplexidade da adulta para nos revelar sua condição de excluída junto com a população e o poder público municipal de Altamira. As dúvidas nascidas naquele setembro – que já se foi – teimam e negam à exclusão o significado de integração. Nesse sentido, a fala de Maria Niza Monteiro teima mais que os fatos⁴¹⁴: se a fala oficial inicia a Transamazônica como instrumento de integração a fala da menina na memória da adulta – como sujeito social e histórico completo – proporciona que a história se desloque para fora dessa versão oficial de “verdade” da integração⁴¹⁵, desalojando entrevistada, população e poder público de Altamira de um cotidiano invisível e realocando-

⁴¹³ “Entrevista 4”, id., 2007.

⁴¹⁴ RANCIÈRE apud FARGE, op. cit., 2011, p. 81.

⁴¹⁵ Id., 2011, p. 79.

os num cotidiano visível e “ordinário”⁴¹⁶, para inverter a perspectiva de observação. Homens e mulheres surpreendidos pela Transamazônica e por um cotidiano ordinário. Tendo isso em vista concomitantemente à documentação produzida durante a ditadura e algumas falas testemunhais a que tivemos acesso, podemos perceber que a história construída pelo discurso militar-civil desconsiderou os fatos singulares, comuns, cotidianos, ordinários, subvalorizados muito abaixo da linha de seu discurso e engolidos pelo relato histórico tornado oficial. Isso fica claro na surpresa expressa pela migrante do km 90 da Transamazônica, Neiva Ribeiro, que afirmaria décadas depois: “Eu pensei que nunca ninguém ia se interessar por isso, e achei até que tinha esquecido de tudo que nós vivenciamos [...], parece que a gente quis esquecer, até mesmo para ter força e enfrentar as dificuldades que foram muitas”⁴¹⁷.

Essa fala revela algo pontual. Exemplifica o sujeito ordinário do relato antes de ele ser relatado (“pensei que nunca ninguém ia se interessar por isso”); e cada relato migrante representa uma “fatia de vida”⁴¹⁸, como se fossem “grãos dos dias”⁴¹⁹ perdidos entre números estatísticos, relatórios institucionais e dados omitidos pela propaganda oficial; sujeitos tão diluídos em meio a Transamazônica do discurso quanto o barro avermelhado da Rodovia diluído pela água das chuvas de inverno e que impedia a locomoção dos colonos; ou ainda, do barro tornado nuvem de poeira calcificada pelo sol no verão, cegando os olhos. Retirar a lama e enxergar para além da poeira para identificar os “homens ordinários” a quem Michel de Certeau dedicou seus estudos, é o papel desempenhado pela pesquisa profissional em história e em ciências sociais para fazer soar vozes em meio ao silêncio e inscrever suas falas nos lugares onde só havia borrões apagados.

No item *Soando vozes* apresento alguns relatos de migrantes que causam impacto pelo testemunho e por demonstrar como as falas de sujeitos histórico-sociais foram selecionadas e outras foram silenciadas até o momento em que ambas puderam ser ouvidas na sua totalidade ou pela primeira vez para, em conjunto, ser inseridas e inserirem o contexto social em meio ao discurso oficial.

⁴¹⁶ CERTEAU, op. cit., 1998, p. 57.

⁴¹⁷ SILVA, 2008, op. cit., p. 10.

⁴¹⁸ FARGE, op. cit., p. 60.

⁴¹⁹ FOUCAULT apud FARGE, 2011, op. cit., p. 72.

2.1.3. Soando vozes...

Levando-se em conta que a fala no discurso histórico não é meramente ilustrativa, mas deve problematizar o familiar e o hostil em relação aquele que fala⁴²⁰, optei pelo uso de alguns trechos da entrevista do trabalhador identificado como Seu Edson⁴²¹, socializados por Magno Michell Marçal Braga em seu artigo “BR 230: Nordestinos na Rota Transamazônica (1970-1974)” de 2011 e em sua dissertação de mestrado “BR-230, Nordestinos na Rota Transamazônica: A trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974)” defendida em 2012. Em ambos os textos, os relatos socializados revelam tensões vividas tanto nos locais de origem dos migrantes, na Amazônia e nos acampamentos das Empresas contratadas para a construção da Transamazônica. O entrevistado, Seu Edson, pernambucano, trabalhador contratado como motorista pela Construtora Rabelo, empreiteira selecionada em processo de licitação e envolvida na construção da Transamazônica em 1971, foi entrevistado por Magno Michell Marçal Braga no ano de 2010 na cidade de Petrolina, Pernambuco. Ao ser questionado sobre o motivo de sua migração para a Amazônia, respondeu

Porque geralmente essas empresas novas pagavam melhor do que aqui. Aqui agente estava acostumado... E lá era mais vantagem... Hora extra, uma coisa... Eu nunca gostei de ficar parado, eu gostava de andar... Eu tinha muita vontade de conhecer o Belém, o pessoal falava de Belém⁴²².

Três falas explícitas saltam desse trecho da entrevista. Primeiro, a defesa de um interesse econômico pessoal. Segundo, uma prática individual. Terceiro, um desejo a ser satisfeito. Na defesa do interesse econômico, as comparações entre um local que pagava a menos – ao qual o entrevistado conhecia (“estava acostumado”) e outro local que pagava a mais e com outras vantagens – ainda que num local desconhecido –, transparece um interesse mais sutil. Ele não buscava fonte de sobrevivência, não era a clássica questão de vida ou de morte do retirante. Como pontua Magno Michell Marçal Braga, ele não estava fugindo da seca⁴²³. Seu Edson não poderia ser comparado, p. ex., com um Fabiano de Vidas Secas⁴²⁴, que do início ao fim dessa obra é continuamente um retirante, um fugitivo da seca, representando milhares de “Fabianos” reais. A atitude de Seu Edson se baseou num raciocínio mais

⁴²⁰ FARGE, “Da Fala”, id., pp. 59-65.

⁴²¹ BRAGA, 2012, op. cit., p. 105

⁴²² Id., p. 9.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 23ª ed. São Paulo: Martins, 1969. O personagem Fabiano possui sérias dificuldades em se expressar e opta pela sujeição quando em desvantagem, a exemplo de sua demissão após reclamar com o patrão erros no ordenado; mas também opta pela sujeição quando em vantagem, a exemplo da oportunidade de se vingar do personagem Soldado Amarelo por uma prisão injusta.

depurado e fundamentado, articulado com suas experiências: a percepção de que as empresas mais “novas”, contratando trabalhadores para a Transamazônica não possuíam experiência no trato com trabalhadores como ele próprio e ofereciam vantagens que Seu Edson não encontrara nem em Pernambuco – sua terra natal – nem no Maranhão – onde esteve entre 1961 e 1966, antes de migrar para a Amazônia. Já o fato de não gostar de ficar “parado” sugere que em sua experiência como trabalhador, mesmo obtendo vantagens em algum local de trabalho, preferia sempre se deslocar seguindo suas próprias convicções ou percepções. O desejo de conhecer a distante capital do Pará (“o Belém”) não parece ser aleatório e pode decorrer do que ele já ouvira falar a respeito tanto da capital Belém, quanto do Estado do Pará, sugerindo que seu desconhecimento da Região Norte e talvez da Amazônia não fosse total. Faltava-lhe apenas estar na Amazônia, para onde outros trabalhadores nordestinos e maranhenses já haviam migrado antes. Segue a entrevista,

Entrevistador: - Mas o senhor acha que valia a pena sair do Nordeste para ir trabalhar lá?... Se o senhor pudesse fazer de novo, o senhor iria trocar o Nordeste pelo trabalho na construção?...

Seu Edson: - Se eu tivesse... Se eu não fosse velho eu iria, não tem nem comparação...

Entrevistador: - O senhor iria?...

Seu Edson: - A possibilidade de quem vive naquela região toda lá... A Transamazônica, aquela região lá... É diferente.

Entrevistador: - Para pior ou para melhor?

Seu Edson: - Para melhor. Depende de se adaptar ao clima. Se, se adaptar, você ta feito!... Se ganha dinheiro lá. Lá é fácil de ganhar dinheiro. Agora, tem esse problema de saúde. Eu não me dei bem porque fiquei doente.

Entrevistador: - Qual foi o problema então, que o senhor teve?

Seu Edson: - Malária.⁴²⁵

Ainda que a idade tenha avançado e a doença o tenha enfraquecido, a experiência de décadas anteriores ainda permite ao entrevistado fazer julgamentos mais conjunturais. A pergunta feita pelo entrevistador é dirigida para as atividades da construção civil ou da agrimensura. No entanto a resposta de Seu Edson é mais abrangente, emblemática, mantém certa sutileza em seu raciocínio: a Amazônia é uma região diferente porque permite muitas outras formas de sobreviver (“a possibilidade de quem vive naquela região toda lá”), de trabalhar (“não tem nem comparação”) ou de “ganhar dinheiro” (“Lá é fácil”). São situações

⁴²⁵ BRAGA, 2011, op. cit., p. 11.

estanques e ao mesmo tempo interligadas, tanto que as possibilidades as tornam incomparáveis em relação a Pernambuco ou ao Maranhão. A reticência no texto nos permite inferir que Seu Edson fez um esforço mental. Buscou uma ideia para qualificar ou classificar a Amazônia. E quando a encontra, essa ideia se conforma na qualidade-síntese “é diferente”.

A despeito da malária e de nela reconhecer seu fracasso (“eu não me dei bem porque fiquei doente”), o que Seu Edson registrou experimentalmente como memorial não foram os atoleiros, a chuva, a poeira ou as dificuldades. Foram as possibilidades de transformar a riqueza da floresta em algum tipo de vantagem econômica (terras, salário, comércio) sem recorrer a “corridas do ouro” ou a busca por “eldorados”, mas com uso da inteligência e trabalhando. Nesse ponto da entrevista, surge a comparação entre local de origem – no caso de Seu Edson, sua passagem pelo Maranhão – e o local de destino, o Pará, relação que é muito recorrente nos relatos. Seu Edson relembra sua estada no Maranhão entre 1961 e 1966,

[...] Lá foi muito difícil... Lá só tinha dois tipos de transporte: avião e barco, o mesmo tipo de barco... Foi bastante difícil, era muita gente, demorava demais! No começo foi bastante transtorno⁴²⁶.

A questão da dificuldade de transportes, do incômodo do tempo perdido em deslocamento e da quantidade de trabalhadores usuários desses escassos meios é eleito o ponto negativo em relação ao Maranhão. E ainda que não detalhe outros aspectos quando dessa estada em território maranhense, o fato de haver “bastante transtorno” parecia não eliminar o que ainda lhe era vantajoso até então. Como o relato não especifica os motivos exatos de o entrevistado migrar para a Amazônia, a partir de seu tempo de permanência no Maranhão (de 1961 a 1966) podemos inferir que relacionando todas as dificuldades de *praxe* de possuir família, das questões econômicas e trabalhistas, esse silêncio é revelador: de que muito mais a tipologia das vantagens e bem menos as desvantagens reveladas (e não reveladas) o seguraram por cinco anos em território maranhense, o que reforça a argumentação e inferência de comparar o Maranhão às vantagens (“sem comparação”) existentes na Amazônia. Contudo, na fala de Seu Edson há certa medida de esclarecimento com a qual percebeu vantagens sem alienar-se ou excluir-se do que lhe era desvantajoso. Na sua fala sobre seu tempo na Amazônia, explica por que decidiu sair da Construtora Rebelo, fazendo emergir a forte tensão gerada pelas condições de trabalho e da relação empresas/trabalhadores,

⁴²⁶ Id., 2011, p. 10.

Entrevistador: - E porque o senhor decidiu sair da empresa?

Seu Edson: - Por causa de pagamento. A empresa não tava cumprindo o que agente achava que tinha direito. Na época de pagamento, dizia que não tinha pagamento. A gente falava com o vigia e ele dizia que amanhã... Eu acabava trabalhando por minha conta.

Entrevistador: - E os direitos trabalhistas, eles davam tudo a todo mundo? Como era lá?

Seu Edson - Pagava a ninguém, como eu acabei de dizer. O fundo de garantia, a maioria das pessoas recebia quando a pessoa tinha um certo conhecimento com o dinheiro. Porque o fundo de garantia a pessoa só recebia quando tava na justiça. E a maioria, quase 80%, não recebia. E lá era aquele pessoal que se chama de peão, não liga pra nada. Trabalhava, ganhava o dinheiro... Sem instrução, não sabiam das coisas.

Entrevistador: - A empresa então deixava de pagar?...

Seu Edson - É. Ela deixava de pagar um direito trabalhista...

A forma como conhecimento da Lei Trabalhista em vigor e condição dos trabalhadores na Transamazônica são inseridos no depoimento de Seu Edson, articula não apenas questões sérias como falta de pagamento e depósito do Fundo de Garantia. Distingue também o entrevistado Seu Edson como possuidor de certo conhecimento (“com o dinheiro”) e “aqueles” que são chamados de “peão”, que trabalhavam, ganhavam dinheiro, mas não usufruíam seus direitos trabalhistas por falta de educação formal (“sem instrução”), desconhecimento (“com o dinheiro”) e por descaso (“não ligavam pra nada”). Essa forma de ver o “peão” sem conhecimento/instrução ou com atitude de descaso é um traço do relato que se assemelha à forma de ver de migrantes sulistas em relação a migrantes nordestinos identificados pela pesquisa de Maria Ivonete Coutinho da Silva e em seus trabalhos de 2008 e 2015.

Esses são detalhes que não circularam nos relatos oficiais. Aliado às questões trabalhistas, o tratamento dado aos trabalhadores, que eram fiscalizados sob controle de policiamento pago pelas empresas (“contrataram um policiamento para tomar conta do acampamento, para evitar um confronto”), as condições de alimentação (“seis meses sem comer carne, só conserva” porque “lá a gente não tinha outra opção, ou comia ou passava fome”) e certos tratamentos dados pelos engenheiros (“pegou uma panela lá cheia de jabá e jogou no meio da rua [...] peão não podia comer [...] aquilo ia adoecer o peão que comesse”), são as informações que circularam *in loco*, percebidas por migrantes e trabalhadores como Seu Edson, desconhecidos da mídia de então e ainda pouco conhecidos da sociedade hoje. Se concedermos a essa fala certa medida de precisão empírica, temos aqui percepções que permitiram ao entrevistado fazer uma análise comparativa e também emitir um diagnóstico

sombrio: o recebimento do FGTS era feito somente via Justiça Trabalhista; a maioria dos trabalhadores – segundo o relato, 80% – eram lesados em pelo menos um direito trabalhista e os chamados “peões” não recebiam seus direitos por falta de instrução, desconhecimento do próprio salário e descaso.

Segundo Magno Michell Marçal Braga, analisando os processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho, em Belém, cerca de 90% dos processos desse período envolveram questões do não pagamento do FGTS⁴²⁷. Contudo, o relato de Seu Edson também deixa transparecer certa neutralidade e distância em relação aos outros trabalhadores pela forma de citá-los/tratá-los (“a maioria das pessoas” e “aquele pessoal”) e pela forma como explicita sua saída da Construtora Rabelo,

Entrevistador: - E no caso do senhor, como foi que aconteceu?

Seu Edson: - Eu sai da empresa, passei 75 dias sem eles quererem me pagar, aí eu fui na justiça de Santarém. Aí negocieei, me pagaram o fundo de garantia. Só depositaram depois que eu fui na justiça⁴²⁸.

Ocorrida após setenta e cinco dias sem pagamento, Seu Edson afirmou que sobreviveu por meios próprios (“trabalhando por minha conta”), sem outros detalhes, e que só recebeu seus direitos trabalhistas por intermediação da Justiça do Trabalho de Santarém, através da qual negociou com a Construtora Rabelo o pagamento de seu FGTS. Questionado sobre os trabalhadores e sua organização para resistir ao descumprimento por parte da Construtora Rabelo do pagamento devido de salários, direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho, o entrevistado pontua os momentos em que os trabalhadores agiam,

É,... Quando atrasava pagamento... é, não trabalhava, porque não pagava a gente,... vai pagar hoje, aí não pagava, aí eles levavam as máquinas... A gente dizia: Ou vai pagar ou nós vai passar por cima com as máquinas. Depois aparecia alguém para dizer que ia pagar...⁴²⁹.

No relato, Seu Edson afirma: “aí não pagava, aí eles levavam as máquinas”. Depois da reticência, retifica: “a gente dizia: ou vai pagar ou nós vai passar por cima com as máquinas”. Há uma fronteira discursiva que vacila. Nas afirmações a respeito da Amazônia, dos meios de subsistir, das possibilidades de se estabilizar economicamente, do caráter dos “peões” e na forma que explicita sua saída da empresa e negociação individual via justiça, o entrevistado transparece segurança com respostas diretas e firmes. Porém, ao tratar das formas

⁴²⁷ Id., 2011, p. 12.

⁴²⁸ BRAGA, op. cit., 2011, id. p. 13.

⁴²⁹ Id., 2011.

de resistência dos trabalhadores ou de sua participação nessa resistência, as reticências aumentam. Em seu relato dos atrasos constantes no pagamento, emerge também a percepção e posição assumida pelos trabalhadores: sentiram-se lesados e denunciaram a quebra do contrato de trabalho cruzando os braços e se negando a trabalhar. Até aqui o entrevistado se coloca na mesma posição dos trabalhadores: “não trabalhava porque não pagava a gente”. O ato de não trabalhar enquanto forma de posicionamento contra os atrasos de pagamento é um detalhe que já havia sido referido pelo entrevistado, além do fato que ele se coloca como um dos lesados. Porém, quando o relato se desdobra na reação dos trabalhadores, o entrevistado mantém certa distância. O ato de levar as máquinas nesse primeiro momento é ratificado por um distante “eles”. Mas na sentença seguinte do relato isso muda pelas retificações “a gente dizia” e “nós vai passar”, como autoinclusões relatadas *au passant*, de forma muito rápida, se apropriando de um lugar nessa resistência daqueles que levaram as máquinas e ameaçaram de usá-las contra a estrutura da própria Construtora Rebelo. As implicações dessas inferências são mais complexas e profundas. Muitos dos migrantes preferem manter seus nomes no anonimato⁴³⁰, dado importante que demonstra o quanto a emotividade de muitas dessas memórias ainda estão vivas. O relato de Seu Edson se insere na condição de revelador das condições de trabalho em vigor na Transamazônica, bem diferente do que era expresso nas propagandas oficiais. Soa uma voz que revela o desrespeito a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a exposição dos trabalhadores a condições humilhantes de trabalho, vida e sobrevivência, ao mesmo tempo apresenta uma análise conjuntural do espaço amazônico.

Diferente de outros relatos, estes apropriados pela propaganda, ainda que tenham sido dados em meio a tragédias que se tornaram notícias locais e nacionais, como o naufrágio de uma embarcação que trazia colonos do Paraná para a Transamazônica, fato ocorrido no Estreito de Breves, Pará, que causou a morte de oito adultos e doze crianças e foi tornado propaganda para enaltecer a “coragem dos brasileiros” em artigo assinado por David Nasser e publicado na revista O Cruzeiro, chamou a atenção do Brasil. No entanto, a forte comoção gerada pelos mortos de tragédia foi remodelada num formato de epopeia, romantizada pela decisão dos sobreviventes de se manterem firmes no objetivo de colonizar a Amazônia⁴³¹: nacionalismo que se apropriou do fato para exemplificar e fato investido de nacionalismo que exemplificou o que deveria ser seguido. Nesse novo formato dado à realidade, mortos e

⁴³⁰ Muitos dos migrantes solicitaram que seus nomes verdadeiros fossem substituídos por nomes fictícios para lhes preservar as identidades, cf. “Nota 4”, in: SOUZA, César Martins de. “Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica”. **Revista Contemporânea** – Dossiê 1962-2014: 50 anos depois a cultura autoritária em questão. v. 1, n. 5, 2014, p. 2. Disponível: <<http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/>>. Acesso: 2 jul. 2016.

⁴³¹ **Revista O Cruzeiro**, n. 36, de 8 de Setembro de 1971, pp. 20-21, MENEZES, op. cit., 2007, p. 124

sobreviventes à tragédia foram heroicamente identificados, com seus estampando artigos e notícias de revista e jornais de circulação nacional. Deles se falou; a eles se associaram palavras ufanizadas; deles o discurso oficial contou o que era importante de se contar, discursivamente historiando a heroicidade apropriada ao momento. Para os indivíduos coletivizados pela “Grande Nação” passou a haver um lugar no discurso, o que não implicava em lugar para sua fala, suas palavras ou sua história.

Mortos e sobreviventes permaneceriam citados, mas silenciados e desconhecidos. Até o momento em que a história realizasse o reencontro dos silenciados com suas vozes e dos anônimos com suas identidades. Nesse sentido, Magno Michell Marçal Braga resgata e socializa a voz da migrante identificada como “Dona Alvina” e que se trata de Alvina Ribeiro Oliveira que junto com seu esposo Justino Ribeiro Oliveira e os filhos Maria Aparecida (12), Sebastião (10), Maria de Lourdes (8), Vera Lúcia (7), Regina (4), Marlene (2) e uma criança de dois meses, viajava para a Transamazônica embarcada na lancha “Anamã”, cedida ao INCRA para transportar 87 colonos paranaenses para áreas de colonização. Na noite do domingo 4 de junho de 1971, por volta das 22 horas e 30 minutos, a lancha atravessava o rio Tajapurú, ao longo do Estreito de Breves, quando um incêndio iniciado na sala de máquinas se alastrou pela lancha, causando desespero entre os passageiros que começaram a se lançar à água. A maioria não sabia nadar. De 87 passageiros, apenas 46 sobreviveram. Da família de Dona Alvina, salvaram-se seu Justino e o menino Sebastião. Seis filhos morreram afogados. O relato de Dona Alvina é dramático, sequelado, e tragicamente vívido, lembrando que

[...] na estrada e morreu seis filho [sic] meu. Tava vindo de barco, um barco era quase um... um... como é que chama?... tinha dois andares pra cima o barco, então pra cima de Breve [...] minhas menina [sic] era tudo uma meninazinha branquinha, tudo de cabelo cumprido né? Naquele tempo num usava cortar cabelo né? Então o povo pedia e depois eu me arrependi cento e uma vez depois que eu num dei [...] quando nós chegemo [sic] pra cima de Breve, na Amazônia, quando foi onze hora da noite, o barco pegou fogo. Era umas onze pra doze horas assim, o barco pegou fogo. E aí foi aquela gritaiada [sic], foi aquela coisera [sic] toda... e gente caindo dentro d'água, outros morreu [sic] queimado [...] escapou da minha família eu, o meu esposo e um filho de nove anos... e as cinco menina morreram e o menino... uma menina já com treze anos, mais velha, morreu tudo afogado. E o menininho com dois meses, eu sortei [sic] ele dentro d'água, foi por minhas mãos sabe? Eu sinto isso muito e sinto... graças a Deus que eu num fiquei foi doida, mas eu fiquei com minha cabeça, eu sabia lê, num sei mais nem fazer meu nome [...]⁴³².

A fala oficial do presidente do INCRA, engenheiro José Francisco Cavalcanti, a despeito dos pêsames de praxe, destacaria que tanto o INCRA quanto o Governo reconheciam como “um ato de autêntica bravura e estoicismo, por parte de todos os que viajavam e

⁴³² BRAGA, op. cit., 2012, p. 124

conseguiram salvar-se”⁴³³. Mesmo tendo reconhecido o apoio dado pelo INCRA aos sobreviventes da “Anamã”, o agricultor paraense Antenor de Oliveira Novaes procurou a redação do jornal paraense O Liberal implorando

Pelo amor de Deus, me ajudem a menina Vera Lúcia, oito anos, morena, de cabelos negros e olhos verdes como o do pai, está desaparecida e seu corpinho não foi encontrado [...] ouviu, emocionado, o boato de que uma menina teria sido encontrada numa ilha [...] já sofri tanto que não dá mais pra esperar nada de bom da vida⁴³⁴.

Em nenhum momento esses relatos dos sobreviventes referenciam ou representam a “coragem dos brasileiros” evocados no artigo de David Nasser publicado na revista O Cruzeiro. O naufrágio da “Anamã” como evento (*èvènement*) traumático foi cruelmente pervertido pela mídia, pelo INCRA e pelo governo militar-civil, transformado num evento de “coragem” que foi esvaziado de sua condição trágica, retirando da acontecimentalidade (*èvènementielle*) sua contingência⁴³⁵.

A eliminação de contingências era uma das razões de ser do planejamento que envolveu a Operação Amazônia e que nem sempre foi alcançada. Mas no caso do discurso do “Brasil Grande”, ignorar ou tornar uma ação desvantajosa e indesejada em oportunamente vantajosa foi uma constante no trato com situações que fugiam ao controle, como foi o caso do relato de Seu Edson, de Dona Alvina ou de Seu Antenor.

Submetidos a condições insalubres de trabalho ou a situações que simplesmente ignoraram a legislação trabalhista, as contingências das experiências relatadas na fala de Seu Edson exemplificam que centenas de outros trabalhadores lesados foram simplesmente ignoradas pela discursividade do “Brasil grande”. O relato de Dona Alvina, parafraseando a leitura de François Furet de que “a Revolução carrega o Terror como a nuvem carrega a tempestade”⁴³⁶, foi invertida pela mídia que tornou a tempestade num sinal de bom tempo por transformar tragédia em representação de coragem. O pedido desesperado de Seu Antenor de Oliveira Novaes foi usado pelo jornal O Liberal para criar uma manchete chamativa (“Se alguém salvou minha filha devolva-ma [sic] pelo amor de Deus!”) e inserir as medidas do INCRA: fornecimento de “comida, assistência médica, condução e breve adiantando [sic]

⁴³³ “Presidente do INCRA orienta a assistência aos sobreviventes”, **O Liberal**, 8 jul. 1971, 1º Caderno, p. 8.

⁴³⁴ “Se alguém salvou minha filha devolva-ma [sic] pelo amor de Deus!”, **O Liberal**, 21 jul. 1971, 1º Caderno, p. 10.

⁴³⁵ DOSSE, op. cit., 2013, pp. 11-12.

⁴³⁶ Id., 2013, p. 11.

salários e indenizando material perdido”⁴³⁷, numa demonstração clara do auxílio dado aos sobreviventes da “Anamã”.

Os homens e mulheres, sujeitos inseridos em meio às ações da Operação Amazônia passaram a viver imbricados no sonho da certeza de realização de uma “nova vida”, nas surpresas das transformações trazidas pelo “Brasil Grande” e nos assombros pelas contingências inesperadas. Assumiram lugares em que suas vozes foram mais que silenciadas: ignoradas ou invertidas, foram vozes usadas pelos interlocutores oficiais para manter (pela omissão) ou reforçar (pela inversão) o discurso de um “Brasil Grande” em meio a uma terra que também possuiu seu lugar.

⁴³⁷ Id., **O Liberal**, 21 jul. 1971, 1º Caderno, p. 10.

2.2. Lugares da terra...

“[...] do sertão nordestino para a imensidão de matas verdes: água em abundância e uma terra muito vermelha. Era tudo diferente, uma beleza que chegava a assustar!”

Maria das Neves, migrante de 1972⁴³⁸.

No item *Nos deslumbres*, a partir dos relatos analiso as reações dos migrantes diante da diversidade de ambiente e clima, bem como das dificuldades por eles vivenciadas nos acampamentos provisórios e após a instalação definitiva nos lotes, argumentando a partir dos conceitos de “passadismo” e “presentismo” de François Hartog.

2.2.1. Nos deslumbres.

Chegar ao Pará causou reações coletivamente impactantes e individualmente diversas aos migrantes. No entanto, o primeiro contato desses migrantes com a Transamazônica e que chamo aqui de deslumbramento possuiu um padrão: o quase êxtase diante da região propriamente dita e que fez oscilar os sentimentos diante da grandiosidade da floresta Amazônica, diminuiu casas, veículos, homens ou qualquer traço de civilização. Mesmo a Transamazônica não passava de um longo risco vermelho quase em linha reta em meio à densidade da floresta. Detalhes que não passaram despercebidos ao olhar da mineira de Belo Horizonte Neiva Oliveira da Luz⁴³⁹ em 1971,

Quando eu cheguei tinha chovido muito, e estava tudo enlameado, uma lama vermelha, impressionante! [...] E eu vi aquele aeroporto assim de barro, e vi aquelas pessoas descendo [...] Aquele aviãozinho assim. [...] Mas eu achei muito bonito o lugar. Foi assim paixão à primeira vista: aquela mata, aquela terra vermelha. Estava cheia de barro. Eu fiquei esperando o que ia acontecer.

O olhar deslumbrado tornou a primeira visão da lama vermelha num detalhe marcante e memorável (“impressionante”), minimizando e transmutando a estrutura do

⁴³⁸ Maria das Neves Morais de Azevedo, chegou a Altamira no dia 11 de novembro de 1972, proveniente de Jardim do Seridó, Rio Grande do Norte. Era solteira, tinha dezesseis anos e seus pais, pequenos proprietários de terras no Nordeste, migraram para a Transamazônica. Como cursava a oitava série primária e devido a escassez de professores na região, foi logo contratada pela Secretaria de Educação para ensinar no travessão da gleba 15 onde sua família foi assentada. É também ex-freira da Congregação Franciscana, foi uma das primeiras freiras consagradas na Prelazia do Xingu, em 1979. Cf. SILVA, op. cit., p. 126.

⁴³⁹ Chegou à Transamazônica em Dezembro de 1971, vinda de Belo Horizonte pelo projeto de colonização oficial, “Entrevista 2005”, SILVA, op. cit., 2008, p. 124.

aeroporto (“vi aquele aeroporto assim de barro”) e o tamanho do avião que transportara os migrantes (“aquele aviãozinho assim”) nessa manhã chuvosa de 13 de dezembro de 1971. Ao primeiro olhar, aeroporto e avião se mesclaram à grandiosidade da floresta verde e ao barro vermelho. O impacto desse deslumbre aflorou a emotividade do momento e levou a uma declaração também emotiva (“foi assim paixão à primeira vista”), mas momentânea, que duraria o tempo de espera pelo que viria a seguir (“fiquei esperando o que ia acontecer”).

Para a migrante mineira Neiva Oliveira da Luz a acontecimentalidade⁴⁴⁰ desse 13 de dezembro em 1971 e na Transamazônica abriu-se aos possíveis que se desenrolariam por longos quarenta e quatro anos, pois, a terra que a deslumbrou em paixão também poderia fazê-la desanimar. Entre paixão e desânimo, nas reações à chegada na Transamazônica, o choque do primeiro contato para muitos foi impactante a ponto de fazer grande número de migrantes desistirem da colonização e retornarem aos seus respectivos locais de origem. O estranhamento diverso em relação a ambiente, clima, estrutura de colonização, cultura, sociedade, alimentação, entre outros, foram alguns dos aspectos que causaram centenas de desistências.

Outros, porém, se adaptaram e em seus relatos entramos em contato com elementos comuns entre os migrantes: a chegada a uma região desconhecida, a chuva, o frio, o calor, seus riscos; as dificuldades na luta pela sobrevivência; a evocação dos filhos pequenos trazidos para um lugar desconhecido, sua dependência e futuro; os migrantes que chegaram juntos, os que ficaram e os que se foram; as longas distâncias e a falta de estrutura básica de acomodação e instalação dessas famílias, deficiências na alimentação, saúde e educação.

Esses aspectos chamam a atenção para os relatos dos migrantes. Os sofrimentos e sacrifícios de ontem são avaliados hoje como etapas vencidas para se alcançar uma vida melhor, um quadro semelhante nas experiências dos milhares que se instalaram definitivamente ou que só passaram algum tempo na Transamazônica. Constituiu-se como memória modelada e remodelada ao longo de décadas de transformações. Contudo, ainda que não possamos “apreender a plena verdade num turbilhão de mil atos emaranhados”⁴⁴¹, em cada relato há vestígios, indícios de um presente passado que se deu a cada dia, conformado num cotidiano ordinário que pressionou, oprimiu, que prendeu intimamente a partir do interior⁴⁴².

⁴⁴⁰ DOSSE, op. cit., 2013, p. 6

⁴⁴¹ DUBY apud DOSSE, id., 2013, p. 181.

⁴⁴² CERTEAU, 1996:31, apud DURAN, Marília Claret Geraes. “Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau”. **Revista Diálogo Educacional**. v. 7, n. 22, Curitiba, set-dez, 2007, p. 118. Disponível: www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO>. Acesso: 12 nov. 2014.

Como foi o caso de Zita Pifs e sua família de doze pessoas que planejaram e organizaram a migração do Rio Grande do Sul para a Transamazônica, onde passaram a ocupar seu lote de 100 hc localizado no travessão do km 156. No Sul, venderam tudo o que possuíam para adquirir algum capital econômico e num caminhão três quartos fizeram uma viagem planejada em três etapas: na primeira veio o material para construir as casas; nas etapas subsequentes vieram as pessoas. Assim, Zita Pifs⁴⁴³ relatou que em sua chegada à Transamazônica,

O choque foi quando eu cheguei a Transamazônica com meus dois filhos pequenos, minha mãe, meu irmão com 16 anos. Eu choro quando me lembro disso (choro). Numa sexta feira de muita chuva, nós tivemos de entrar a pé por 10 km. Quando eu botei os pés naquela casinha com assoalho de tábuas, eu desandei num choro desesperado, e disse que nunca mais iria voltar atrás a pé. Não passou 8 dias, eu voltei pra buscar arroz pra comer⁴⁴⁴.

O auge do relato é a casa onde a partir daquele momento ela residiria (“casinha com assoalho de tábuas”). Começando pela chegada que demarcou o ponto inicial (“numa sexta-feira”), no qual o estranhamento em relação ao ambiente e ao clima (“muita chuva”) se desdobra na extensão até o lote (“por 10 km”) e na forma como se percorreu essa extensão (“nós tivemos de entrar a pé”). Ao entrar na casa recém-construída se deu um contato mínimo, simples, sutil (“quando eu botei os pés”) que funcionou como catálise da chegada e estranhamento ativada ao entrar nessa “casinha com assoalho de tábuas”, tornada objeto de deslumbre⁴⁴⁵ diante da Transamazônica que nesse momento deixou de ser plano e se tornou fato.

O contato sutil (“quando eu botei os pés”) é o ponto culminante do relato por ser o momento que desestruturou temporariamente todo o processo de decisão, planejamento, negociação, gerenciamento e perspectivas materiais que a levaram até ali: o antes e depois. Desfeita a sustentação psicológica, tornou esse exato momento num registro pessoal vivaz e presente sempre (que) revivido (“eu choro quando lembro disso”). A emotividade gerou promessas (“nunca mais iria voltar atrás a pé”) que as novas necessidades de sobrevivência não deixarão ser cumpridas (“voltei pra buscar arroz pra comer”).

⁴⁴³ Zita Pifs, “Entrevista 2006”, SILVA, 2008, p. 137

⁴⁴⁴ Id., 2008.

⁴⁴⁵ Ecléa Bosi cita Violette Morin, ao diferenciar “objetos biográficos” que envelhecem com o dono, opostos aos “objetos de status” que passam com a moda. O uso do enunciado “casinha com assoalho de tábuas” como objeto de deslumbre justifica-se porque é o registro da chegada e Zita Pifs a Transamazônica, marcando um rompimento dramático na sensação de continuidade entre o planejamento para chegar a Transamazônica, antes, e toda a adaptação necessária ao meio depois, v. _____. **O Tempo Vivo da Memória**, op. cit, 2003, pp. 26-27.

O planejamento prévio preparou a migrante para chegar à Transamazônica como projeto. Mas não eliminou as realidades da Transamazônica enquanto fato. Como detalha Maria Ivonete Coutinho da Silva, a entrevistada possuía um “considerável capital intelectual” que lhe deu destaque nos espaços sociais não preenchidos pela precariedade e falta de estruturas mínimas em saúde e educação⁴⁴⁶. Principalmente como pioneira da educação. Nesses espaços, Zita Pifs alcançou respeito, reconhecimento e exerceu liderança, ainda que a terra tenha imprimido um princípio de deslumbre dramático.

Outra fala, outro deslumbre. As falas que emergem das experiências registradas na memória como exemplos que atestam as dificuldades vividas e sentidas individualmente, testemunham relações que de acordo com cada situação são distribuídas numa gradação que poderia ir rapidamente da paixão ao desânimo. Foi o caso da mineira Neiva Oliveira da Luz, que na mesma entrevista em que relatou seu deslumbramento apaixonado pela grandiosidade da Amazônia, logo em seguida demonstrou um olhar desanimado diante da nova realidade em que

Cada um [migrante ou família] foi determinado pra onde ia. Parece que sabia para onde ir, mas eu não sabia para onde eu ia, eu não tinha um telegrama do meu marido, não tinha nada. Quando eu olhei assim, me deu aquele... não foi medo! Foi um desânimo, meu Deus do céu! Será que eu vou começar aqui do nada?⁴⁴⁷

Não foi fraqueza de espírito nem contradição que geraram falas tão imediatamente díspares de paixão e desânimo no curto transcurso entre o desembarque de um avião e o embarque em um caminhão. Entre a grandiosidade da Amazônia e a realidade da Transamazônica coexistiram esperança e desesperança, luta e capitulação, persistência e desistência. Dessa forma, os migrantes como Neiva Oliveira Luz, recém-chegados naquela manhã chuvosa de 13 de Dezembro de 1971, vivenciaram também a terra do deslumbre que desanimava.

Mesmo nos locais planejados e aprioristicamente estruturados para dar a assistência e suporte necessários – na verdade, devidos – aos migrantes recentemente chegados ou aos colonos já instalados e produzindo, a forma de tratar situações sérias e de alto risco eram marcadas pela ausência dos recursos mínimos. Sobre esse aspecto a gaúcha Modesta Lima Silveira, migrante de 1971 junto com onze filhos, relatou que no acampamento onde foram provisoriamente instalados

⁴⁴⁶ SILVA, op. cit., 2008, p. 138.

⁴⁴⁷ “Entrevista 2005”, id., 2008, p. 124

As crianças pegaram sarampo. Parecia uma epidemia. Deu até em três dos meus. Morreram várias crianças. Somente numa barraca morreram sete crianças em dois dias. Os meus também adoeceram, mas eu amornava água e lavava com pano. Eu sei que morreram muitas crianças principalmente dos nordestinos que não sabiam cuidar. Daí eles levavam pra enterrar em Altamira⁴⁴⁸. [Grifo meu].

Três aspectos neste relato são pertinentes pela seriedade. Primeiro, a quantidade de pessoas atingidas pelo sarampo (“somente numa barraca morreram sete crianças”) e como que esse surto (“parecia uma epidemia”) se espalhou com tanta rapidez (“morreram sete crianças em dois dias”); e ainda que o sarampo não fosse uma doença incomum, considerada como uma das “doenças da infância” (a exemplo da catapora ou da papeira), a violência desse dado de sete crianças mortas em apenas uma barraca, nos permite perceber que a entrevistada talvez não tenha contabilizado ou não recorde a ocorrência de outras mortes. Entretanto, essa fala me leva ao esforço de tentar inferir quantas outras barracas havia e quantas outras mortes ocorreram, considerando que era ainda o ano de 1971, no qual houve um grande número de migrantes instalados precariamente nos alojamentos provisórios, outros já estavam definitivamente instalados em locais determinados pelo INCRA e, ainda, havia um grande fluxo de migrantes que já se encontravam se deslocando para a Transamazônica.

Segundo, a diferença cultural gritante salta desse relato pelo formato que a entrevistada dá a sua fala, de como cuidou de três de seus filhos que contraíram o sarampo (“eu amornava água e lavava com pano”) contraposto ao desconhecimento dos nordestinos no trato dos doentes (“não sabiam cuidar”) que em certa medida ocasionou um maior número de mortes exatamente entre as famílias nordestinas (“morreram muitas crianças principalmente dos nordestinos”); ainda que Maria Ivonete Coutinho da Silva enfatize sua percepção de resignação e certo humor⁴⁴⁹ na entrevista de Modesta Lima Silveira, a organização da fala e a escolha/uso das palavras pela entrevistada deixa transparecer os aspectos que a colocam num termo e deslocam os nordestinos a outro termo – pelo uso do conectivo *até* (que grifei no texto) – sem necessariamente representar a relação antropológica eu *versus* o outro, mas deixando muito claras diferença e estranhamento, clarificados até mesmo na forma como explica o contágio do sarampo por seus filhos (“deu até em três dos meus”).

Terceiro, a precariedade de recursos e a improvisação no tratamento aos doentes (“eu amornava água e lavava com pano”) potencializa as dificuldades vividas nesse acampamento de migrantes sem ser funcionalmente justificativa para a ineficácia ou ausência dos órgãos

⁴⁴⁸ A gaúcha Modesta Lima Silveira, 77 anos, veio de Santa Maria, RS, trazendo só o necessário pra começar a vida e onze filhos. Veio pelo projeto de colonização oficial e chegou em Altamira, Pará, no dia 1º de novembro de 1971. Passaram dois meses no acampamento do João Pezinho, “Entrevista 2005”, *ibid.*, 2008, p. 130.

⁴⁴⁹ *Id.*, 2008, p. 129.

oficiais responsáveis pelo deslocamento e assentamento dos migrantes na Transamazônica, gerando tal quantidade de mortes em tão curto espaço de tempo. Do deslumbre a Transamazônica passou a assustar.

No item *Nos assombros*, os relatos apontam para a violência que marcou o meio da Rodovia e da cidade de Altamira e para o descaso dos órgãos responsáveis pela colonização da Amazônia com relação às dificuldades dos colonos. Esses testemunhos são importantes porque descrevem uma realidade muito diferente da propaganda e das estatísticas governamentais e me permitem inseri-las nos regimes de historicidade passadistas e presentistas.

2.2.2. Nos assombros.

Entre as transformações que marcaram o espaço urbano do município de Altamira em decorrência da construção da Transamazônica, o crescimento da violência gerou protestos, conflitos e mortes. Trabalhadores da rodovia, população altamirense, migrantes de passagem pelo centro urbano, todos reclamavam de alguma forma pela violência generalizada no município. Em virtude de a maioria dos trabalhadores da rodovia ser originária de vários estados brasileiros, a quase totalidade desses operários estava longe da terra natal e da família. Além disso, devido a distância, o isolamento, a falta de higiene e saneamento básico, a péssima alimentação e o alto consumo de bebidas alcoólicas nos acampamentos das construtoras eram situações associadas à quase inexistência de assistência médica ou de remédios, o que gerou uma grande número de óbitos nos acampamentos das empresas⁴⁵⁰ e principalmente fora deles⁴⁵¹ envolvendo desde picadas de “pium”⁴⁵² até doenças como a leishmaniose e malária. Um grande número desses óbitos foi testemunhado pelos próprios trabalhadores. É assinalado por Maria Ivonete Coutinho da Silva que muitos trabalhadores em estado grave eram direcionados para internação hospitalar em Altamira. E enquanto a Revista

⁴⁵⁰ “[...] passada a febre, voltava pro mato. Morreu muita gente”, “Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo, Pará”, cf. BRAGA, op. cit., 2012, p. 107.

⁴⁵¹ “Se fosse morrer não morria no acampamento”. “Entrevista realizada em julho de 2010 na cidade de Petrolina, PE”, cf. BRAGA, Id. 2012.

⁴⁵² Insetos dípteros pertencentes à família Simuliidae. Embora sejam parentes dos “borrachudos” do litoral do país, possuem um tamanho reduzido, mas suas ferradas causavam coceiras, feridas purulentas, inchaços e febre. Somente as fêmeas são hematófagas, a maioria dos migrantes relata o desconforto e os malefícios causados por esse inseto. Disponível: <<https://impressoesamazonicas.wordpress.com/>>. Acesso: 17 abr. 2016.

Manchete noticiava a fácil e irreal adaptação dos migrantes ao clima das áreas de colonização⁴⁵³, o contra argumento real era testemunhado por “Seu Francisco”, que

Ali tinha uma epidemia meu fio, que só você vendo. De rato, pulga, o diabo do inferno tinha lá... todo mundo que vinha [...] passava em João Pezinho, ficava lá, ali eu fazia nojo. Eu tinha uma menina nova, quase que morre com tanta ferida nas pernas dos bichos, as pulgas, o diabo, o pium, a moléstia, tudo tinha. Parecia um hospital, quase a gente não dormia com tanta gente chorando... pium meu filho... a malária, até os macacos tremia [sic]...⁴⁵⁴.

Se o trabalhador recebesse alta, ao voltar ao acampamento era demitido. Se continuasse doente ou se estivesse “muito doente” no acampamento, era mandado para Belém e, segundo o relato do trabalhador pernambucano identificado por Magno Michell Marçal Braga como “Seu Edson”, simplesmente “acabou-se, não se tinha mais notícia”⁴⁵⁵. A Transamazônica se configurou numa terra de doenças e doentes que assombrou e assombram pelo descaso e desassistência com os quais foram ignorados trabalhadores, migrantes, colonos e a população dos núcleos urbanos no entorno da rodovia.

É nesse sentido que a preocupação dos agentes funerários de Altamira⁴⁵⁶ com possíveis novas demandas obituárias se materializou em consequência da inexistência de uma assistência médica mínima e também com o aumento do número de acidentes automobilísticos e de trabalho. Essa nova e inesperada demanda lotou o hospital local do SESP (Serviço de Saúde Pública) – bisavô do nosso não menos deficitário SUS (Sistema Único de Saúde) – por possuir recursos muito escassos para tratar ao mesmo tempo a população de Altamira, os trabalhadores da Transamazônica, os migrantes que chegavam a todo o momento e os colonos já fixados nos lotes de terras⁴⁵⁷.

Associados às questões de saúde, a proliferação de prostíbulo, os casos de bebedeira e as brigas decorrentes do uso excessivo do álcool abalaram certas estruturas sociais e tornaram a violência parte do cotidiano na Transamazônica, principalmente em Altamira,

[...] a violência que antes era uma raridade se tornou cotidiana. Pessoas que atiravam nas ruas e bebedeiras. Os barzinhos nem davam conta de vender tanta bebida. E a instalação de prostíbulo contribuiu para aumentar as brigas e conseqüentemente as mortes. O cemitério da cidade ficou cheio de covas desconhecidas, as pessoas que morriam na Transamazônica eram enterradas em Altamira porque não havia cemitério na estrada [...]⁴⁵⁸.

⁴⁵³ Revista Manchete, especial Amazônia. 02/1973, p. 81, in: BRAGA, op.cit., 2012. p. 124.

⁴⁵⁴ Id., 2012, p. 123.

⁴⁵⁵ BRAGA, Idem.

⁴⁵⁶ “Uma loja de Altamira, ‘Mundo dos Tecidos’, se preocupou em encomendar bastante pano para cobrir caixão, pois também faltava”, “Entrevista 1”, SILVA, op. cit. 2008, p. 96

⁴⁵⁷ Segundo Maria Niza, o SESP contava com apenas “dois clínicos gerais”, cf. SILVA, “Entrevista 2”, id., 2008, p. 95 e “Entrevista 2007”, 2012, p. 42.

⁴⁵⁸ “Entrevista 3, julho/2007”, id., 2012, op. cit., p. 96.

Além dessa violência ativa, a qual se deu fala e voz sempre generalizando a depreciação aos sujeitos envolvidos na construção da rodovia, o relato também impressiona por revelar o espaço da Transamazônica como criador de movimento e julgamento⁴⁵⁹ isentados no discurso da propaganda oficial e, ainda assim, possíveis de ser percebidos no “desrespeito”, “abandono” e “esquecimento” configurados como violência passiva delimitada pelo cemitério municipal de Altamira, no qual registros e interesses oficiais, de forma não menos violenta, silenciaram histórias individuais e apagaram com singular descaso cada personalidade. Em covas de terra tão vermelha quanto o barro da rodovia, sepulturas cobriram com a indigência incógnita corpos e experiências de pessoas não identificadas e corpos e experiências de pessoas com nomes que as identificavam sem, no entanto, ter qualquer significância para os moradores de Altamira ou para outros trabalhadores da rodovia⁴⁶⁰. Foram pessoas ignoradas e relegadas ao silêncio pelas instituições públicas ou privadas, tanto em vida quanto na morte. Ignoradas também pela população de Altamira sob tratamentos como os “Ceará”, os “Pernambuco”, os “Arigó”, os “Mineiro”, os “Paulista”, os “Carioca”, os “Gaúcho”, coletivos que generalizaram com certo descaso cotidiano as identidades e personalidades. Foram tantos, entre tantos outros, que mesmo os trabalhadores da rotina e da convivência na construção da rodovia não eram capazes de contabilizar quantos chegaram, foram embora ou simplesmente desapareceram, vistos e tratados simplesmente como “aquele pessoal” do relato do pernambucano Seu Edson (Tópico 2.1.3. Soando vozes..., p. 134) ou caracterizando o que era “dos nordestinos” segundo o relato da gaúcha dona Modesta Lima Silveira (Tópico 2.2.1. Nos deslumbres, p. 143). Visto sob várias perspectivas: incapacidade, desinteresse, descaso, um assombroso cotidiano que impediu vivos de lembrar os nomes de vivos ou de mortos. Assombros de uma terra de covas sem nomes e nomes sem pessoa.

Esses dados contradizem e subvertem a imagem construída pelo discurso da propaganda oficial ou da propaganda gratuita da mídia nacional, a exemplo da reportagem da Revista Manchete intitulada “Os heróis da Transamazônica”⁴⁶¹, discorrida em doze páginas das quais nove são dedicadas às fotografias que junto com o texto de legendas grandiloquentes, constroem uma unidade narrativa⁴⁶². Em nenhuma das imagens aparecem os feridos ou suas feridas, os mortos ou suas covas. A eles não se dedicou nenhum boletim médico, um *réquiem* ou obituário. Permanecem anônimos e indigentes desconhecidos sem direito a legenda, heroísmo ou a simples identidade.

⁴⁵⁹ FARGE, op. cit., 89.

⁴⁶⁰ “Entrevista 3”, julho de 2007, *ibid.*, p.

⁴⁶¹ Revista Manchete, 9 jan. 1971, nº 977, in: MENEZES, op. cit., 2008.

⁴⁶² COSTA apud MENEZES, *id.*, 2008, p. 112.

Alguns nomes foram veiculados. Dados arrolados como números assombrosos quando à estatística fria são sobrepostas identidades e pessoalidades, denunciando cidadanias negadas e humanidades esvaziadas. Outros nomes “anônimos”, apagados e silenciados pelo discurso oficial e por suas estatísticas cruas presentes nos dados oficiais de instituições como INCRA, SUDAM e Ministério da Agricultura para a região da Transamazônica, são as perdas irreparáveis contabilizadas pelos migrantes. Se em algum momento os dados oficiais informaram sobre doenças, doentes ou óbitos, o fizeram de forma a limitar seus efeitos negativos. Ao invés de objetivamente informar o trágico, subjetivamente enfatizaram o heroico para reforçar “o mito da grande aventura nacional”⁴⁶³ na Transamazônica, como os dados publicados no jornal paraense *O Liberal*, de 8 de julho de 1971, referentes ao naufrágio da lancha “Anamã” no rio Tajapurú, ao longo do Estreito de Breves, quando transportava migrantes paraenses para áreas de colonização na Transamazônica. Dos 87 passageiros, apenas 46 sobreviveram.

TABELA 05 – Dados parciais (*) referentes ao naufrágio da lancha “Anamã”, rio Tajapurú, Estreito de Breves, Pará, 4 de julho de 1971.

Migrante/Total de perdas	Perda Familiar/Idade
Antônia Ferreira Novaes. (8 familiares)	Esposo Antonio Laurêncio e sete filhos
Rita Maria Batista, 30 anos. (5 familiares)	Esposo Antonio Batista (30) e os filhos Eduardo (9), Ana Lúcia (5), Edivaldo (3) e Lucia Guiomar (com meses de idade).
José Francisco da Silva. (6 familiares)	Esposa Maria Sebastiana da Silva (38) e os filhos Judith (12), Aparecida (11), Manoel Francisco (9), Antonio Francisco (6) e Ozano Francisco (meses).
Adolfo Santos, 33 anos. (3 familiares)	Esposa Maria de Góes (32) e os filhos Maria Aparecida (12) e José Carlos (6).
Justino Ribeiro Oliveira (6 familiares)	Os filhos Maria Aparecida (12), Maria de Lourdes (8), Vera Lúcia (7), Regina (4), Marlene (2) e uma criança de dois meses (sem nome)
João Vitruvi da Silva, 29 anos. (5 familiares)	Os filhos Maria (7), Irene (6), Aparecida (4), Terezinha (2) e Jaime (1).
Total: 33 pessoas, sendo 4 adultos e 29 crianças.	

* Dados arrolados a partir de reportagem “Eis o drama particular de cada um sobrevivente”, veiculada no jornal paraense **O Liberal**, Quinta-feira, 8 jul. 1971, 1º Caderno, p. 8.

⁴⁶³ id., 2008, p. 125.

Esse é o ponto principal no relato da paranaense Ana Bernardes da Silva⁴⁶⁴ que chegou à Rodovia em 1972. Seu filho mais velho morreu intoxicado com agrotóxico enquanto trabalhava no lote,

Ele estava trabalhando na plantação de pimenta, pulverizando, daí ele passou mal e como não tinha assistência médica mais perto, trouxemos ele para Altamira, mas antes de chegar no km 46 ele morreu. Essa é uma dor que eu nunca esqueço. Todas as dificuldades que já passei na Transamazônica não chegam nem perto do sofrimento de perder meu filho. Naquela época era tudo difícil, não tinha estrada, muita chuva e lama, tudo distante⁴⁶⁵.

A perda relatada é a dor recorrente e vívida que não interessaram ao discurso oficial: nem pela dor pessoal, nem pela vivacidade relatada, muito menos pelo contexto envolvido. Levando-se em conta a Transamazônica como o grande projeto de ocupação e integração tão propagado pelos meios oficiais e midiáticos e seguindo a lógica da implantação de agrovilas em uma região originalmente de floresta virgem, obviamente que a assistência médica mínima necessária nesses locais deveria contemplar os casos mais comuns a uma região de floresta tropical sob intensa ação de atividade agrícola e pecuária. Entre eles, casos de intoxicação por agrotóxicos utilizados na agricultura (“ele estava trabalhando na plantação de pimenta, pulverizando”). Deveria. Mas isso não ocorreu neste e em muitos outros casos. Carência e escassez de profissionais de saúde, precariedade de aparelhamento médico-hospitalar, desabastecimento de medicamentos (“ele passou mal e como não tinha assistência médica mais perto, trouxemos ele para Altamira”); dificuldade de deslocamento pela distância ou intransitabilidade em virtude dos atoleiros (“não tinha estrada, muita chuva e lama, tudo distante”). Todos esses aspectos emergem do relato de Ana Bernardes da Silva a partir de sua dor (“era tudo difícil”). Outros poderiam ser incluídos e nenhum deles era visualizado ou citado em folhetos, filmes, reportagens, artigos ou palestras, ainda que se conformassem na realidade vivenciada ao longo da Transamazônica pelos colonos ali fixados. Uma realidade vivida pela entrevistada (“todas as dificuldades que já passei na Transamazônica”), já passada (“naquela época”), cuja dor pela perda maior (“sofrimento de perder meu filho”) é presentificada naquilo que não se pode esquecer (“é uma dor que eu nunca esqueço”).

Esse estado de coisas consolidou uma intensa pressão psicológica, embrutecimento e desvalorização pela vida humana que gerou mais violência, levando o senso comum altamirense a associar trabalhadores da rodovia a nordestinos ou sulistas. Em ambos os casos,

⁴⁶⁴ Ana Bernardes da Silva veio com o marido e cinco filhos do Paraná para a Transamazônica em 1972, através do projeto de colonização dirigida, cf. SILVA, op. cit., p. 145.

⁴⁶⁵ Id., 2008.

estrangeiros que não faziam parte de Altamira ou do Pará. Nesse sentido, já em 1971 ocorreram sérios atritos entre a população de Altamira, trabalhadores das empresas que construía a Transamazônica e a Polícia Militar do Pará (PMPa). Em notícia publicada no jornal paraense *O Liberal*, a manchete “População entra em choque com policiais: Altamira”⁴⁶⁶, informava sobre os choques entre altamirenses e o destacamento local da Polícia Militar. O conflito se originou pela “afluência constante de nordestinos que trabalham nas firmas construtoras da rodovia Transamazônica”⁴⁶⁷. Percebe-se claramente que a violência é diretamente associada e atribuída aos “nordestinos”. Além do conflito que opôs altamirenses, trabalhadores da Transamazônica e a Polícia Militar do Pará, a violência não ocorria somente na cidade. Ocorria também nos acampamentos das construtoras, conforme o relato do engenheiro Dalvâneo,

Teve gente que trabalhou comigo, que matou gente, teve gente que tocou fogo em avião, teve gente que ficou doido... pirou! Ficava isolado lá. E muito homem junto e a diversão era tomar cachaça, entendesse? E, se num tomasse cachaça ficava doido lá... aí, sempre tem umas pessoas mais exaltadas. Teve um que matou outro camarada lá, colega de trabalho, discutiram, aí meteram a faca e morreu, teve um que pirou que eu tive que trazer ele aqui [Recife, PE] sedado!⁴⁶⁸

No caso do conflito na cidade de Altamira, a morte de um estudante causada instantaneamente por um tiro na cabeça, levou o adjunto do promotor, Assayd Curi, que assumira a Promotoria Pública da Comarca local, a solicitar ao secretário de Segurança Pública do Pará, major Vinicius Melo, reforço para o destacamento de polícia local. Além disso, o promotor se deslocou a Belém, trazendo um relatório completo da situação para ser entregue ao então governador paraense, engenheiro Fernando José de Leão Guilhon, que classificou o problema da violência em Altamira como “cada vez mais tensa”⁴⁶⁹.

Leve-se em conta que em virtude do *status* de Área de Segurança Nacional atribuído a Altamira, o prefeito não era eleito e sim nomeado pelo governador do Estado. Essa nomeação de caráter majoritariamente político, estaria a cargo do então Ministro da Educação Jarbas Passarinho enquanto liderança política local que havia exercido forte influência na escolha do nome de Guilhon para o Governo do Estado. Porém, segundo o deputado Ubaldo Correa, que teria escutado do próprio coronel-ministro Jarbas Passarinho, essa nomeação já estava sob a responsabilidade do engenheiro-governador Fernando Guilhon⁴⁷⁰. Assombro pela

⁴⁶⁶ *O Liberal*, 4 jul. 1971, 1º Caderno, p. 7.

⁴⁶⁷ *Id.*, 1971.

⁴⁶⁸ BRAGA, op. cit., 2012, p. 107.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, 2012.

⁴⁷⁰ *O Liberal*, 14 jul. 1971, 1º Caderno, p. 2.

ineficiência municipal, estadual e federal em solucionar questões de segurança básica numa terra considerada área de Segurança Nacional. Aos migrantes fixados na Transamazônica e tornados colonos, restou rearranjar o pouco de estrutura que lhes foi ofertada para construir em meio a esse espaço inóspito um lugar mais sociável.

No item *Nos arranjos*, apresento os relatos de superação de migrantes e colonos diante das próprias dificuldades e os problemas surgidos ao longo da colonização na Amazônia. A tônica dos relatos gira em torno do alto nível de dificuldades vivenciadas e, proporcionalmente, o orgulho pela superação dessas dificuldades.

2.2.3. Nos arranjos.

Constituída Área de Segurança Nacional⁴⁷¹ como parte da estratégia militar para enfrentar ameaças internas e externas, surpreendentemente Altamira foi invadida rápida e facilmente: máquinas, operadores, engenheiros, arquitetos, administradores, burocratas, técnicos, mecânicos, carpinteiros, pedreiros, serventes e cozinheiros. Seguindo o rastro dessa “gente estranha”⁴⁷², viriam ainda milhares de migrantes de todo os “brasis”: nordeste, sul, sudeste, centro-oeste, de cidades do Pará e do Amazonas e de cidades e vilas nos Territórios Federais⁴⁷³.

Invadida pela Transamazônica, a ponta de lança da Operação Amazônia, Altamira foi engolida em meio ao intenso fluxo na “arrancada histórica para conquista e colonização deste gigantesco mundo verde”⁴⁷⁴. Transformada em uma verdadeira “Babel” de materiais e pessoas empregados para “integrar” a Amazônia ao restante do Brasil, o “montão de gente que ia chegando”⁴⁷⁵, e transformando simultaneamente espaço e população de Altamira,

⁴⁷¹ Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967, Definiu os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social entre outras providências. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso: 26 abr. 2013.

⁴⁷² Segundo definição da entrevistada Maria Niza.

⁴⁷³ A Constituição de 1969 considerava os Territórios Federais como entes federativos, porém a Constituição de 1988 suprimiu o status de ente federativo e outorgou essa qualidade aos Municípios. Os Territórios existentes antes da atual Constituição foram extintos ou reincorporados, conforme os artigos 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos; e 15. Fica extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, sendo sua área reincorporada ao Estado de Pernambuco. Disponível: <<http://lfg.jusbrasil.com.br/>>. Acesso: 16 jun. 2013.

⁴⁷⁴ Alberto Cury, locutor oficial da Agência Nacional no filme **A Transamazônica**, op. cit., 1970.

⁴⁷⁵ Maria Niza, “Entrevista 1”, SILVA, op. cit., 2012, p. 95.

[...] Faltava tudo: gás, até os alimentos que eram de fácil acesso e baratos. Ficou difícil e subiram os preços. Até o pessoal da funerária enlouqueceu, pois, não conseguia atender a demanda de caixões. Uma loja de Altamira, “Mundo dos Tecidos”, se preocupou em encomendar bastante pano para cobrir caixão, pois também faltava⁴⁷⁶.

A relação entre a falta de alimentos, aumento dos preços e fluxo de trabalhadores/migrantes é um dado claro referenciado pelo relato. Numa primeira leitura, a preocupação dos agentes funerários talvez transpareça como exagero. Contudo, há aspectos mais interessantes a detalhar. Primeiro, antes da Transamazônica, as dificuldades (e incertezas) de serem alcançados pelo abastecimento dos mais variados gêneros (alimentícios ou não) que precariamente acabavam chegando, gerou certo “isolamento” e um desenvolvimento inconstante de altos e baixos, avanços e recuos em Altamira. Segundo, a dificuldade e escassez de gêneros alimentícios eram supridas em parte pelos “produtos de quintal”, os “produtos da roça” e as “especiarias” da caça e da pesca que trocados entre vizinhos ou presenteados, não possuíam um valor comercial exato⁴⁷⁷.

Ambos os aspectos mudaram. E rápido. Após o início da construção da Transamazônica, as transformações que geraram a repentina demanda de consumo que acompanhou os contingentes de trabalhadores e migrantes resumiu-se num “vendia-se tudo”⁴⁷⁸ que implicou no compra-se, aluga-se, comercializa-se tudo. Casas foram tornadas comércio. Compartimentos domésticos, quartos e qualquer pequeno espaço residencial foram tornados moradias alugadas para receber trabalhadores, suas famílias ou famílias de migrantes. Os gêneros alimentícios comercializáveis passaram a incluir os produtos do “quintal” e da “roça”, da “caça”, “pesca” e coleta de frutos; os remédios de farmácia incluíram os itens da “farmácia do mato” com as ervas medicinais. Foi uma distensão de itens comercializáveis que acompanhou e se fez acompanhar pela alta dos preços desse pungente “novo mercado” desdobrado de novos produtos, novos aluguéis, novos transportes, novo vestuário, novos calçados, novos remédios e “novos comerciantes”. Os preços subiram alto para alcançar os mais altos lucros possíveis⁴⁷⁹.

Os altamirenses descobriram novas fontes para fluir o caixa e aproveitaram a nova oportunidade: inverteram o estado de surpresa negativa para um estado de perspectiva positiva ao reelaborar escalas de valores no arranjo de um novo comércio. Esses são detalhes

⁴⁷⁶ Id., 2012.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 99.

⁴⁷⁸ Ibid.

⁴⁷⁹ Em comparação, o custo de vida em Belém havia subido de 22,9 para 24,8% no período de fevereiro de 1970 a fevereiro de 1971, aumento verificado a partir dos alimentos e alugueis, segundo pesquisa e cálculos do IDESP, cf. **Folha do Norte**, 9 fev. 1971, 1º caderno, p. 3.

silenciados no relato da “Entrevista 1” e que desafiado pela história nos permitiu compreender⁴⁸⁰: o silêncio no relato deslocou toda a atenção para as mudanças negativas trazidas com a Transamazônica. No entanto, utilizando-se de meios muito próprios desenvolvidos pelos próprios altamirenses anônimos, algumas atividades a exemplo da prática do comércio foram tencionadas e assumiram outros significados em si⁴⁸¹. Não se tratou necessariamente de ganância ou avareza. A Transamazônica cobrou um preço caro. Muito caro. A população de Altamira fez tão somente uma contraproposta, experimentou esse presentismo rearranjando o comércio em Altamira com outras expectativas. Terra arranjada num novo comércio diante da nova realidade da cidade de Altamira. Para além do que os altamirenses passam a esperar de seu comércio, pensamentos de uma “boa vida” ou num futuro possível a “melhora de vida”, assumiram múltiplos significados para cada migrante que se deslocou para a Transamazônica. Aspectos dos relatos dos migrantes apresentam indícios do significado de uma “boa vida” que possibilitaria a “melhora de vida”. As falas parecem querer demonstrar certa latência⁴⁸² desses pensamentos que “irrompeu a temporalidade” e variou os objetivos dos indivíduos dizendo muito a respeito de suas experiências passadistas⁴⁸³.

Dessa forma, de acordo com a escala de dificuldades calculadas em relação aos objetivos considerados pelos migrantes, alguns foram mais emergenciais, necessários num curto prazo e outros foram mais pacientemente projetados e esperados, deixados mais a longuíssimo prazo ou simplesmente abandonados. Num extremo poderia estar o simples objetivo de sobreviver, fugir da fome, da seca ou das tensões do latifúndio, como objetaram tantos nordestinos. No outro extremo poderiam se situar os planos de comprar um ou mais lotes de terra, projetando alcançar melhores condições econômicas que permitissem outros investimentos econômicos ou educacionais, como foi o caso de muitos mineiros, paranaenses e gaúchos.

Mas se as escalas de importância variaram desde ter um prato de comida todos os dias até o planejamento processual de investimento e acúmulo de capital, independente de projetos e extremos, dois pontos foram comuns. Primeiro, nos locais de origem dos migrantes esses projetos e objetivos dificilmente seriam realizados ou simplesmente não apresentavam perspectivas de se tornar realidade, o que justificou todo o esforço de abandonar cidade natal,

⁴⁸⁰ THOMPSON, op.cit., 1992, p. 49.

⁴⁸¹ DURAN, “Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau”. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007 2007, p. 120. Disponível: www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO>. Acesso: 12 nov. 2014.

⁴⁸² DOSSE, op. cit., 2013, p. 113.

⁴⁸³ HARTOG, loc. cit.

familiares, parentes, amigos e toda uma história de vida acumulada, para recomeçar praticamente do nada num lugar desconhecido, rodeado de pessoas desconhecidas, num cotidiano em que o sacrifício é ordinário e as expectativas fugiam ao comum já experimentado. Segundo, a importância atribuída a esses projetos e objetivos se sobrepôs a todo e qualquer outro aspecto de relevância externo aos interesses dos indivíduos e de suas famílias, essencialidade especificada pela simples possibilidade de que algumas das realidades anteriores desses migrantes fossem modificadas, a exemplo da posse e trabalho na própria terra, de uma renda e alimentação regulares e estáveis, da existência e acessibilidade da educação formal para os filhos. Esses dois aspectos tornaram a Transamazônica idealmente diferente à psique dos migrantes, o “só-depois” (*après-coup*)⁴⁸⁴ que transpôs o passado, presente e futuro e que voltaria a ser constantemente remanejado. A posse da terra como “objetivo de vida” deixou de ser onirismo e se tornou o palpável epicentro de um corolário de objetivos alcançáveis e realizáveis. O relato da migrante Francisca Coutinho enuncia um início de dificuldades na Transamazônica,

Nós viemos pelo Incra, naquela época o governo trazia as famílias para colonizar essa região. Veio muita gente do Nordeste fugindo da seca, mas também muitos voltaram, pois aqui era tudo difícil. Eu mesma só não voltei porque meu marido não queria voltar e porque a gente também não tinha mesmo nada lá no nordeste e aqui pelo menos tinha perspectiva de melhorar, apesar das dificuldades. E quem não foi embora conseguiu melhorar de vida⁴⁸⁵.

Ainda que exista um reordenamento de memória no relato da migrante Francisca Coutinho, a ênfase direciona o relato para a realização pessoal e familiar. A fuga da seca era uma questão de vida ou morte para muitas famílias, o que não foi necessariamente o caso da família de Francisca Coutinho. Entretanto, o enunciado que empregada para afirmar as desvantagens econômicas vividas no Nordeste (“a gente também não tinha mesmo nada lá no nordeste”) esclarece que a situação na Transamazônica possuía perspectivas que inexistiam no Nordeste (“aqui pelo menos tinha perspectiva de melhorar”). Ao migrar para a Amazônia, Francisca Coutinho e sua família não estavam a par de todos os detalhes da migração, instalação e recebimento do lote ou a realidade da Transamazônica. Ainda assim, migraram. O relato sugere que a entrevistada acredita que melhorou de vida (“quem não foi embora conseguiu melhorar de vida”) e sinaliza a percepção que opõe a situação dos que permaneceram na Transamazônica com os que não permaneceram e que voltaram para seus

⁴⁸⁴ DOSSE, loc. cit.

⁴⁸⁵ Francisca Coutinho, 70 anos, “Entrevista 2008”, cf. SILVA, op. cit., 2008, p. 110.

lugares de origem. Diante das dificuldades Francisca Coutinho chegou a cogitar a voltar para o Nordeste, muito embora o marido não lhe tenha permitido. Seu relato prossegue,

Ah! Eu vim para Transamazônica porque foi o jeito [...] me lembro que Chico tinha um sonho de um dia ter uma terra própria. Nós vivíamos no aperreio não tinha casa própria e o emprego dele mal dava para a alimentação. As crianças estavam crescendo e não tínhamos nenhuma perspectiva de oferecer algo melhor para eles. Um dia Chico chegou com uma revista, que tinha a reportagem da Transamazônica, mais era tudo bonito, tinha até asfalto, mostrava as agrovilas, e prometia terra para quem fosse pra lá. Ele não pensou duas vezes. Mandou eu arrumar as coisas e os meninos, que ele ia se informar melhor. Eu tinha seis filhos, a mais nova estava com um mês de nascida. Eu ainda estava de resguardo. Então eu disse: desse jeito eu num posso viajar. Daí a gente esperou mais um mês, mas mesmo assim eu não queria vir. Eu chorava muito. [...] Eu sabia que não tinha como eu ficar no Ceará, sem emprego e com seis filhos para criar⁴⁸⁶.

A condição econômica da família da entrevistada, o convencimento pela propaganda e a consciência da necessidade de mudança são os detalhes centrais apresentados nesse relato. A condição econômica da família da entrevistada é taxativa (“nós vivíamos no aperreio”) dando a entender que moradia e alimentação eram as questões principais para essa família de dois adultos, cinco crianças pequenas e uma recém-nascida.

Sem casa própria, com um salário insuficiente pra sustentar a família numerosa, as condições de sobrevivência eram mais difíceis e sem perspectiva no Nordeste. Vir para a Transamazônica apresentava uma possibilidade de mudança e uma via alternativa à difícil situação econômica na qual estavam inseridos os trabalhadores nordestinos. Como o primeiro contato da família da entrevistada com o projeto da Transamazônica foi via propaganda (“uma revista, que tinha a reportagem da Transamazônica, mais era tudo bonito, tinha até asfalto”) sua fala traz forte dose de ironia (“tinha até asfalto”), pois, a propaganda mostrava somente a Transamazônica e não a Rodovia em construção, inacabada. A consciência da necessidade de mudança (“eu sabia que não tinha como eu ficar no Ceará, sem emprego e com seis filhos para criar”) traz na fala a tensão vivida também no Nordeste urbano. As contradições do capital que tencionavam a vida dos trabalhadores nordestinos da zona rural eram reproduzidas na zona urbana, onde poder econômico e influência política, sustentados pelo latifúndio, tencionavam também os trabalhadores urbanos. Nessas condições, Francisca Coutinho relata que entre a permanência de dificuldades (“aperreio”) no Nordeste e a perspectiva na Transamazônica a migração oferecia a única opção (“vim... porque foi o jeito”). Mas o “jeito” dado à situação possibilitou o tão sonhado acesso à posse da terra (“um sonho de um dia ter uma terra própria”). O lote de terra foi o arranjo da possibilidade de transformação e da

⁴⁸⁶ “Entrevista 2006”, id. 2008, p. 140.

“melhoria de vida”. A terra arranjada como única opção para transformar realidades individuais e familiares. Mas essa melhoria não foi imediata. Houve momentos em que aflorou o sentimento de solidão por se estar em uma terra estranha. Possuir o lote foi a realização de um objetivo. Para muitos migrantes, foi um sonho realizado. Mas o sonho realizado se tornou uma nova vivência a partir da terra possuída. Nessa relação se produziram novas percepções ao longo do tempo, outras certezas, como se percebe no relato da goiana Lurdes Abreu Arruda

A gente tinha muita vontade de possuir uma terra, por isso enfrentamos tudo com paciência. Um ano depois que nós chegamos, eu engravidei, e até o último mês de gravidez ia a pé para o km 80 me consultar. Dava uns dez km, a gente ia na lama com muito pium, com muito sacrifício, né... Quando eu senti dor chamaram uma parteira, a dona Júlia que morava no mesmo travessão. Eu não tinha nenhum parente aqui, só meu marido, mas os vizinhos ajudavam uns aos outros. Eu deixei meus parentes todos lá no Goiás. Deixei todo mundo, senti muita falta, muita saudade. Senti muita solidão e sofria muito com isso. Lembrava do meu pai, da minha mãe que deixei pra trás. Mas na Transamazônica as pessoas se ajudavam, porque a gente não tinha nada, a gente socorria com os vizinhos. A gente fez amizades sinceras. [...] Eu construí outra família nessa região⁴⁸⁷.

Nesse relato, o desejo/necessidade de possuir a terra e a paciência para vencer as dificuldades da Rodovia, duas gravidez, a superação da solidão e da saudade, destacam os laços de ajuda mútua que a entrevistada estabeleceu (“Eu construí outra família nessa região”). Não se tratou somente dos laços de amizade e união mútuos, construídos na dificuldade entre os migrantes. Também não se tratou somente do exemplo de superação. O relato dá conta de um esforço conjunto, em que solidão e dificuldades da entrevistada foram vencidas numa construção em conjunto.

Levando-se em conta que muitos esposos partiam durante a semana para trabalhar em outras frentes na Transamazônica, a entrevistada não era a única esposa solitária. Havia outras. Além disso, a saudade da cidade natal, dos familiares, dos amigos, e de tudo que despertavam esse sentimento de ausência, também eram sentidos por outros migrantes. O trânsito a pé pela rodovia lamacenta, a dificuldade de assistência médica, nos casos de gravidez o uso comum das parteiras. Todas essas situações fizeram parte da realidade de outros migrantes. Então, o que foi construído pela goiana Lurdes Abreu Arruda também foi construído por aqueles que ela chama de “outra família”. A terra de arranjos entre partícipes de dificuldades e carências comuns para suprir a ausência de familiares e parentes.

⁴⁸⁷ Lurdes Abreu Arruda, 65 anos, veio de Goiás por conta própria e chegou à Transamazônica em 1971 com 20 anos e dois filhos. Teve mais três filhos na região. Ao chegar recebeu um lote do INCRA. “Entrevista 2006”, *ibid.*, 2008, p. 146.

2.3. Das mudanças.

“Tudo começou pela escola!”
 Neiva Ribeiro, migrante mineira⁴⁸⁸.

No item *Nas experiências*, argumento que nos momentos em que a decisão de mudar determinadas realidades vividas nos lotes ao longo da Transamazônica multiplicou as experiências e levou a transformações que gradativamente ampliaram a possibilidade de outras realidades sociais, nas quais os migrantes vão assumindo-se como colonos.

2.3.1. Nas experiências.

As decisões e ações que intentaram e transformaram a estrutura educacional no Brasil, aparentemente seguiram decisões racionais e técnicas inerentes à área teórica da educação. Na realidade prática, tais transformações seguiram o fluxo das mudanças estruturais marcadamente político-econômicas a partir de 1964, reordenando na linguagem política e econômica termos como “nacionalismo”, “racionalização”, “país”, “modernização”, “patriotismo”, “resultados”, “civismo”, “eficiência”, imbricando-os uns nos outros para realizar a modernização do Brasil. Tais ações seguiram a sequencia natural à decisão do golpismo brasileiro que realizou em 1964 o ajustamento da ideologia política ao modelo econômico vigente no Brasil antes e durante a ditadura militar-civil⁴⁸⁹. Uma vez consolidado o golpe, foi percebido a partir dos militares, ideólogos e tecnocratas, como o militar-ideólogo-tecnocrata Golbery do Couto e Silva que o objetivo da modernização esbarrava em limitações e deficiências “históricas, políticas, culturais, econômicas e, principalmente, geográficas”⁴⁹⁰. Nesse sentido, os anos imediatos ao golpe de 1964 foram marcados por estudos técnicos nas áreas política, econômica, educacional e social sem torná-las áreas estanques, mas agregando-as à questão externa e interna maior da Segurança Nacional.

É pertinente lembrar que a elaboração do *Relatório Mecor* (1967) se insere nesse contexto. Também é pertinente pontuar o atento e acurado direcionamento técnico realizado

⁴⁸⁸ Neiva Ribeiro Luz, 70 anos, migrou para a Transamazônica com a família em dezembro de 1971, vindo de Minas Gerais para uma área no km 90, na região de Medicilândia, cf. *ibid.*, 2008, p. 205.

⁴⁸⁹ SAVIANI & PATTO (et. al.), “Política educacional e formação do psicólogo”. *Revista Psicologia em Debate*, [S. l.: s. n.], [198?], p. 27. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000200006>. Acesso: 21 fev. 2015.

⁴⁹⁰ GOLBERY apud SAVIANI & PATTO, id., [198?].

pela comissão formada por cinco especialistas (quatro norte-americanos e um brasileiro) que culminou nos estudos conhecidos como MEC-USAID⁴⁹¹ e introduziu no Brasil o conceito de “capital humano” que concebe a educação como pressuposta do desenvolvimento econômico.

A preocupação norteadora desse estudo foi adequar o sistema de ensino brasileiro ao modelo capitalista enquanto sistema econômico das nações modernas ocidentais. Esses estudos não mudaram diretamente o sistema educacional brasileiro, mas influíram decisivamente nos trabalhos da Comissão Meira Mattos (1967) e do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU, 1968), que resultariam na reforma universitária pela Lei n.º 5.540/68 e na reforma do ensino de 1º e 2º graus pela Lei n.º 5.692/71.

O ensino de 1º e 2º graus nasceu de sua regulação pela Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa lei foi complementada por meio da Resolução n.º 8 e Parecer 853, ambos do Conselho Federal de Educação (CFE). A Resolução n.º 8 fixou o núcleo comum dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo objetivos e amplitude. O Parecer 853 definiu a doutrina de currículo, indicou conteúdos do núcleo comum, apresentou o conceito de matéria orientando seu tratamento, integração, objetivos das áreas de estudo e do processo educativo em seus fins e objetivos gerais. O 1º grau aglutinou os ensinos Primário e Ginásial⁴⁹² e extinguiu o exame de admissão⁴⁹³. Já o 2º grau fundiu o Científico e o Clássico⁴⁹⁴.

O Parecer 45/72 (CFE) criticou a Lei de Diretrizes e Bases de 20 de dezembro de 1961 por omitir a habilitação profissional e considerou a nova lei (n.º 5.692) como representativa da mudança de mentalidade em relação ao ensino de 1º e 2º graus e definindo o

⁴⁹¹ Série de acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development (USAID)*, objetivando assistência técnica e cooperação financeira para auxiliar a educação brasileira. No total foram firmados 12 acordos entre 1964 e 1976, sendo o período de maior intensidade dos trabalhos verificado entre junho de 1964 e janeiro de 1968, cf. MEC-USAID. Disponível: <www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario>. Acesso: 22 jul. 2016.

⁴⁹² O Curso Ginásial ou Primeiro Ciclo, possuía duração de 4 anos, constante de 13 disciplinas, divididas em 4 séries: Português, Latim, Francês, Inglês, Ciências, Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Trabalhos Manuais, Desenho, Canto Orfeônico, cf. BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso: 22 jul. 2016.

⁴⁹³ O Primário tinha duração de 5 anos e para que o aluno seguisse em seus estudos necessitaria realizar um Exame de Admissão.

⁴⁹⁴ Os cursos Científico e Clássico duravam 3 anos, com 16 disciplinas divididas em 3 séries: Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, Biologia, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Filosofia e Desenho. O Curso Científico dava ênfase nas disciplinas da área de Ciências Exatas e Naturais; já o Curso Clássico enfatizava as Ciências Humanas e a Área de Letras, cf. BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso: 22 jul. 2016. Havia ainda o Curso Normal que habilitava os alunos para o magistério nas séries iniciais (Primário). Em 1996, quando da edição da nova LDB, o artigo 62 determinou que, para atuar na Educação Básica o docente deveria ter formação superior, o que tirou espaço dos cursos normais; mas também admitia docentes com formação de nível médio como suficiente para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais. Hoje, em 20 Estados brasileiros, existem cursos médios de Formação de Professores a exemplo dos Estados do Rio de Janeiro (40,3 mil alunos), Pernambuco (35,6 mil alunos) e Paraná (24,2 mil alunos), cf. AVANCINI, Marta, “A volta do que não foi”. **Revista Educação**. [online] Disponível: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/>>. Acesso: 22 jul. 2016.

trabalho como um componente básico na formação, objetivo específico para o 2º grau. Criou-se uma escola profissionalizante, considerando que o ajustamento do sistema educacional foi remodelado para aprimorar a estrutura econômico-produtiva sondando/inicializando (no 1º grau) e profissionalizando (no 2º grau) a nível de mão de obra, formada a custo zero (ensino gratuito), conforme a Lei 5.692/71, artigo 5º, inciso 2, alínea b, de que

“[...] a iniciação ao trabalho e a habilitação profissional, sem menosprezar as aptidões do educando [...] deve levar em conta as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, a vista de levantamentos periodicamente renovados”⁴⁹⁵.

Os direcionamentos baseados na teoria do capital humano que alteraram o sistema educacional brasileiro satisfizeram ao governo, empresariado em geral e empresa particular de educação; o tecnocracismo fornecera ao *status quo* militar-civil um sistema educacional com visão histórico-social desfocada, formação de mão de obra dócil e dependente e injeção de recursos financeiros no sistema particular de ensino. O formato dado ao ensino pelo tecnicismo militar-civil seguiu a noção de adestramento, como sendo a

Atividade destinada a exercitar o homem, quer individualmente, quer em equipe, desenvolvendo-lhe a habilidade para o desempenho eficaz das tarefas para as quais já recebeu adequada a instrução, e a capacitar as unidades a operarem eficazmente em conjunto⁴⁹⁶.

A síntese dessas ações já fora definida em 1968 quando técnicos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), grupo que reuniu a elite orgânica tecnocrata do regime militar-civil, realizou entre outubro e novembro daquele ano um fórum com o patrocínio da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) para discutir a reforma da educação e que resultou na publicação homônima ao tema do fórum: *A educação que nos convém*⁴⁹⁷. Já em 1970, o tenente-coronel-governador Alacid da Silva Nunes visitava a cidade de Maracanã,

[...] para a cerimônia de inauguração do Centro Pré-Profissional de Maracanã, construído em decorrência do programa educacional que vem sendo posto em prática pelo IDESP, com a colaboração da UNICEF, entidade norte-americana que vem atuando em regime de convênio com a SUDAM, dentro das diretrizes de desenvolvimento regional. [...] com a presença do Secretário da entidade idealizadora, representantes do Ministério da Educação, SUDAM, UNICEF (possivelmente na pessoa do Diretor do programa para o Brasil, vindo especialmente para o ato), Ministério do Trabalho, Banco da Amazônia [...]. A construção do centro foi concluído [sic] dentro do prazo previsto (50 dias) [...] em condições de

⁴⁹⁵ **Operação Amazônia**, op. cit., 1967, p. 97.

⁴⁹⁶ MINISTÉRIO DA DEFESA. **MD-35-6-01**. Glossário das Forças Armadas. 4ª ed., Brasília, 2007.

⁴⁹⁷ IPES/GB, PUC/RJ. **A educação que nos convém**. Rio de Janeiro: APECed., 1969.

entrar em funcionamento, em regime de internato, recebendo 60 estagiários, sendo trinta de cada sexo, [...] que se submeterão a treinamento intensivo, dentro do novo Sistema educacional orientado especialmente para o interior⁴⁹⁸

Tratou-se do Centro Agrícola de Maracanã, cuja razão de ser seria a qualificação de mão de obra para o trabalho agrícola. Essa educação convinha aos setores empresariais estratégicos e a intelectualidade orgânica pelo modelo e formato apresentado: ideologia do planejamento e técnicas de planejamento em grande escala, linguagem científico-tecnocrática em educação, ideologia liberal nos documentos das reformas educacionais. O objetivo não era uma educação formativa, processual, mas sim um adestramento qualificador e pontual. Em seus relatos, entre os objetivos e reais motivos explicitados pelos migrantes que os fizeram migrar para a Transamazônica, dar aos filhos a oportunidade de estudar e obter alguma formação era ponto fundamental e inegociável por ser reflexo direto da oportunidade que esses migrantes não acessaram ou acessaram deficitária e inconclusivamente em seus locais de origem, contexto que delineava falta de oportunidades e opções mínimas que se repetiria para seus filhos.

E esse é um dos detalhes mais impactantes percebidos nos relatos de migrantes da Transamazônica e faz emergir em suas falas a importância atribuída à educação. É uma atribuição imprecisa mais pela sutileza e menos por referir de forma exata a educação formal e oficial, já prescrita pelas Leis n.º 5.540/68 e n.º 5.692/71. Contextualmente, a maioria dos migrantes que se instalaram na Transamazônica não possuía educação formal. Alguns poucos, na maioria as mulheres, haviam estudado somente até a 4ª série do antigo Primário. Um menor número ainda estudara até a 4ª série Ginásial. Nesse quadro, a maioria dos migrantes não vivenciara em seu cotidiano as relações que somente a leitura, escrita e estudo podem estabelecer. Como resultante predominava o “cotidiano da roça”, o trabalho extenuante do roçado, plantio, colheita, duramente apreendido para a sobrevivência diária e rendimento mensal da família. Como agravante, o nefasto analfabetismo, condição que o leitor/escritor não pode medir ou sentir em virtude da obviedade da leitura e escrita.

Contudo, o desconhecimento da leitura/escrita não impediu que emergisse de suas experiências passadistas e futuristas certa sensibilidade que permitiu aos migrantes inferir a educação como possuidora/portadora de propriedades que só poderiam ser acessadas na/no escola/estudo. Escola, professora, cartilha, tabuada; a ausência da educação formal e o total desconhecimento a respeito das indagações agostinianas sobre o tempo, não impediu que esses migrantes experimentassem uma leitura do passado, presente e futuro ao ler a

⁴⁹⁸ **Folha do Norte**, 8 jan. 1970, 1º Caderno, p. 13.

escola/educação e representá-los como marcos que respectivamente inauguraram aquele “presente habitado pela esperança do fim” e que lançaram um “novo tempo de expectativa”⁴⁹⁹. Porém, num sentido mais estrutural havia a colonização implementada na Transamazônica. E noutro sentido, mais ideológico, havia o sistema educacional prescrito pelas Leis n.º 5.540/68 e n.º 5.692/71, que aplicaram conceitos de “integração” em substituição ao termo “reforma”⁵⁰⁰, artifício discursivo em meio ao vasto e enigmático vocabulário de termos e conceitos como “horizontal”, “vertical”, “continuidade”, “linearidade”, entre outras “palavras-efeite da ideologia de integração”⁵⁰¹. Isso constituiu ainda uma pedagogia tecnicista que Thomas Skidmore já havia identificado na década de 1950⁵⁰², quando as verbas para a educação eram direcionadas às universidades em detrimento da alfabetização da população durante um período de industrialização e urbanização, o que manteve a força de trabalho despreparada e desqualificada⁵⁰³.

Todos esses aspectos, a despeito da ideologia da “integração”, deixaram a Transamazônica de fora. Nos projetos e órgãos oficiais (PIN, INCRA, SUDAM, BASA), a educação era mero discurso. Ainda que a Secretaria de Agricultura (SAGRI) e a Secretaria de Educação (SEDUC) tenham realizado em Belém, Pará, várias licitações para seleção e contratação de empreiteiras ao longo da década de 1970 para a construção de unidades escolares (Altamira, 25 unidades) ou módulos escolares (Altamira, 21 módulos, Brasil Novo 01 módulo, Itaituba 01 módulo, etc.)⁵⁰⁴, os migrantes relatam que na sua chegada à Transamazônica não havia escolas nem professores.

⁴⁹⁹ Hartog, op. cit., 2013. p. 90

⁵⁰⁰ Id., 2013.

⁵⁰¹ Ibid., 2013.

⁵⁰² SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 32.

⁵⁰³ ANJOS JUNIOR, op. cit.

⁵⁰⁴ Cf. CONTRATO PARTICULAR DE EMPREITADA GLOBAL DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA entre a SAGRI e a Firma Construtora Paraense de Estruturas Metálicas Ltda – COPEM, para construção de 25 unidades escolares pré-moduladas ao longo do eixo da estrada no pic/Altamira, Município de Altamira, em locais de acordo com programação operativa do assentamento de colonos a ser fornecida pelo INCRA, licitação 10/74, 04/11/1974, no valor de Cr\$ 1.602.900,00, verbas do Ministério de Educação e Cultura (MEC), Departamento de Ensino Fundamental, projeto integrado nos eixos viários e núcleos de colonização, Plano III, Volume II e III. Assinam Dr. Helio Antonio Morkazel (contratante), Enéias de Nazaré Lima Vieira (contratada), TESTEMUNHAS (02) “ILEGÍVEIS”. Registro Especial de Títulos e Documentos, 2º Ofício, protocolo N° 37338 do Prot. Iº A-N, 2, Belém do Pará, 11/12/1974, Olgarina Amador Rabêlo, oficial; e e mais 04 CONTRATOS entre a SEDUC e a COPEM para construção de unidades escolares: [...] 01 (módulo 8.0) na cidade de Altamira; 01 (módulo 8.4) em Brasil Novo, região de Altamira; licitação 06/74, 04/11/1974; valor de Cr\$ 2.102.152,00 – [...] 01 (módulo 8.4) em Itaituba e 01 (módulo 5.1) em Maritituba, ambas na sede do Município; licitação 07/74, 04/11/1974; no valor de Cr\$ 2.132.820,00 – [...] 20 em travessões e glebas da Transamazônica, região do Município de Altamira; licitação 09/74, 04/11/1974; no valor de Cr\$ 1.282.320,00 – [...] 01 (módulo 8.4) no bairro do Amapá, Marabá; 01 (módulo 8.2) na sede do Município de São João do Araguaia; licitação: só a contratada participou; no valor de Cr\$ 2.291.736,00. ESTADO DO PARÁ. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 7 jan. 1975, n.º 22.936, pp. 10-22.

No item *Nas expectativas* procuro apresentar os relatos que permitem uma percepção mínima da construção cultural das novas expectativas futuras desenvolvidas pelos colonos em seu espaço social ao longo da Rodovia.

2.3.2. Nas expectativas.

A educação exerceu um papel fundamental nas relações que se estabeleceram na Transamazônica e depois se estenderam à Amazônia, sendo que a ação das colônias transamazônicas que assumiram a função de professoras além de portarem seu capital cultural de cearense, paraibana, pernambucana, maranhense, capixaba, potiguar, gaúcha, paranaense, mineira, também colaboraram para desenvolverem uma cultura própria a partir das muitas pressões cotidianas tornadas experiências vividas.

Acompanhando algumas das indagações e análises de Maria Ivonete Coutinho da Silva sobre o espaço dos “tapiris-escola”, ainda que sua “arquitetura” e construção houvessem acompanhado e preservado certa rusticidade da Amazônia, foi um espaço de organização e integração. Duas observações.

O uso dos meios disponíveis na floresta para a construção do “tapiri-escola” se por um lado visual-estético mantém a rusticidade da Amazônia, por outro lado social e simbólico não isentou esse espaço da experiência social vivenciada no cotidiano da Transamazônica, como em Ururuará (Imagem 21). Pelo contrário, reforçou tornando-a coletiva e, num sentido paulofreireano foi uma assunção⁵⁰⁵ de indivíduos e de grupo que ao construir e inserirem o espaço do “tapiri-escola” possibilitaram a partir dele o *lócus* de educação que lhes foi negado institucionalmente na Transamazônica.

A construção cultural que se deu com a participação das experiências colônias e capital cultural individual das professoras, da experiência individual colônia dos alunos (como filhos de colonos e como colonos) e das experiências coletivas desses sujeitos no espaço social atribuído ao “tapiri-escola” e às escolas que deficitariamente serão construídas e dispostas pela SEDUC via INCRA, se apropriaram da cultura tradicional que era usada contra a democracia, a classe trabalhadora e a educação popular⁵⁰⁶. Nesse aspecto, inverteram a lógica antidemocrática e utilizaram a escola e a educação para democratizar as relações entre pais, alunos, professores e escola. Isso fortaleceu sua identidade primeiro como migrantes e

⁵⁰⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 47.

⁵⁰⁶ WILLIAMS, Raymond. **A política e as letras**, São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 88.

depois como colonos num espaço construído comunitariamente. A escola/educação tornada acessível aos filhos dos colonos popularizou a educação.

Imagem 21 – A Amazônia e a educação real: na “tapiri-escola” para resistir no lote-luta. A promessa de escolas de 1º e 2º Graus para os filhos dos migrantes foram reduzidas à estrutura real que se pôde dar: escola, bancos, mesas e alunos da primeira Escola em Uruará, Pará, foto entre 1972 e 1974.



Fonte: “Desbravadores da Transamazônica fará audiência nesta quinta, dia 25 de julho”. **Uruará em Ação**. (Blog). **Disponível:** <<http://uruaraemacao.blogspot.com.br/2013/07/transamazonica-desbravadores-da.html>>. Acesso: 20 abr. 2017.

Seguindo esse modelo as professoras e suas salas multiseriadas lançaram uma semente poderosa sobre boa terra. As crianças do nível do 1º grau cresceram e aquelas que alcançaram oportunidade de continuar seus estudos, seguiram o ciclo de 1º, 2º e 3º graus – respectivamente os atuais Ensinos Fundamental, Médio e Superior. As professoras que antes possuíam um nível educacional que ia somente até a 4ª ou 8ª séries do 1º grau, relataram que aproveitaram todas as oportunidades que surgiam para se capacitar. Algumas conseguiram realizar um curso superior na Transamazônica – através da SEDUC/PA e da Congregação dos Irmãos La Salle, seguindo um currículo que perpassou a Teologia da Libertação e a pedagogia paulofreiriana.

Arrolando esses aspectos, temos primeiro a escola, como o espaço que quebrou a rusticidade da Transamazônica ao consolidar uma síntese que resultou do amálgama do capital cultural migrante, construções culturais dos colonos e a formação de um capital cultural transamazônico. Segundo, há uma base, que nasce da importância dada pelos migrantes à educação de seus filhos e que vai além do meio de desenvolvimento ou

crescimento: a educação que quebrou o bucolismo do “gigante verde” discursivo oficial que opunha campo à cidade⁵⁰⁷ através de letras que os politizaram⁵⁰⁸, conscientizaram⁵⁰⁹ e permitiram retroceder da fronteira do “Brasil Grande” para dentro dos limites da fronteira da Rodovia, a Amazônia real que necessitava da mobilização e organização dos colonos.

Terceiro, nessa conscientização que em algum momento aflorou ora elementos da Teologia da Libertação, via igreja-escola-igreja, ora elementos da pedagogia paulofreireana, via experiência-escola-experiências, permitiu brechas de liberdade nas quais os movimentos surgidos em meio a esse cotidiano de tensão sociocultural, genuinamente construíram uma cultura colona e moveram a sociedade Transamazônica em direção à formação e consolidação dos movimentos sociais nascidos de uma estrutura educacional precária materialmente, mas que reelaborou todas essas dificuldades a partir de uma práxis educacional que sintetizou suas experiências e necessidades e que gerou em professoras-alunas e alunos-professores o lócus da grande transformação trazida com a Rodovia: um retrocesso consciente nos espaços de experiência para ampliar os horizontes de expectativa.

Esse é o ponto chave que permitiu que no início da década de 1980, independente do contexto da abertura política a nível nacional, colonos e seus descendentes se encontrassem devidamente politizados e motivados para o enfrentamento contra todas as políticas que não lhes atendessem as necessidades. Aliado a esse ponto, migrantes vindos do Nordeste (cearenses, paraibanos, rio-grandenses do norte, etc.), migrantes vindos do Sudeste e Centro-Oeste (paulistas e mineiros) e, principalmente, do Sul e Sudeste (gaúchos, paranaenses, catarinenses), trouxeram o sentimento regionalista que marca e distingue suas regiões, culturas e sujeitos histórico-sociais e delimita na Transamazônica o seu novo espaço, sua nova região.

Não é mais o Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul ou mesmo a Amazônia Paraense: esse espaço é deles, é a Transamazônica, delimitada pelas suas experiências, trabalho, deslumbres, assombros, desânimos, lutas, orgulho, realizações, falas com lugar na história e com historicidade. Essa cultura migrante, Transamazônica, é marcada no espaço pelo nome de bairros e ruas de Altamira. Isso se verifica em bairros como Brasília, Sudam I e Sudam II, Mutirão, Paixão de Cristo, Boa Esperança, Nova Altamira, Cooperfron, Santa Ana, Liberdade, São Sebastião, Ayrton Sena I e Ayrton Sena II, Esplanada do Xingú; ou em ruas como Belém, Manaus, Santarém, Rio Branco, Porto Velho, Jerusalém, Duque de

⁵⁰⁷ Raymond Williams, loc. cit.

⁵⁰⁸ Id., 2013.

⁵⁰⁹ Ibid.

Caxias, São Paulo, Jesus é Bom, Amizade e Paz; em avenidas como Governador Magalhães Barata, Presidente Djalma Dutra, Brigadeiro Eduardo Gomes, Governador Alacid Nunes, Governador Jader Barbalho; em travessas como Curitiba; em comunidades como Vale Piauiense. Todas as origens convergindo para um mesmo ponto Transamazônico.

No item *Na resistência* apresento os relatos migrantes/colonos que tratam de alguns dos meios explícitos e implícitos de resistência às desigualdades e dificuldades enfrentadas pelos colonos ao longo de suas vivências e transformações na Rodovia.

2.3.3. Na resistência.

Entre as muitas falas que evocaram exemplos de resistência às dificuldades, ausência de arrependimento e vontade de lutar, ocorreram também as falas dos que se arrependeram e dos que não concordaram com as mudanças trazidas pela Operação Amazônia via Transamazônica. Entre umas e outras falas, nos extremos opostos, se posicionaram dois momentos de uma narrativa⁵¹⁰ em meio à história de um “passado aberto” e “inconcluso”⁵¹¹.

Discordando das transformações trazidas com a construção da Transamazônica, o relato de Dona Vânia Figueiredo criticou as mudanças em que o passado de costumes da Altamira “doméstica cidadezinha”⁵¹² foram diluídos pelo “progresso”, o que configurou e estabeleceu o presentismo do futuro e até mesmo apagou a data cronológica de criação do município – 6 de Novembro de 1911 –, marco que o senso comum desconsiderou após o início das obras da Rodovia⁵¹³ deslocando-o para a data de descerramento da placa que comemorou o início de construção da Transamazônica, ocorrido em 10 de Outubro de 1970, com a presença do general-presidente Médici.

Os declarados arrependidos não são incomuns entre os colonos. Ainda que essas declarações sejam recortadas pelo discurso de que foi um sacrifício que “valeu a pena”, é na verdade a releitura de suas experiências refletindo, ainda, a questão de que há arrependidos que voltaram para seus locais de origem, migraram para outras áreas ou permaneceram na Transamazônica. Contudo, apesar desse autorreconhecimento – como arrependidos – não

⁵¹⁰ BOSI, op. cit., 2003, p. 34.

⁵¹¹ Id., 2003, p. 32.

⁵¹² Vânia Figueiredo, 1976, in: SILVA, op. cit., 2008, p. 42.

⁵¹³ Id., 2008.

chegar a ser raro ou incomum isso não lhe esvazia a importância porque passa a subsistir nos relatos a visão crítica que denuncia deficiências e precariedades sofridas pelos migrantes e colonos que chegaram à Transamazônica. É o caso do relato de Dona Maria Osária Pereira⁵¹⁴

[...] Se eu pudesse, eu tinha saído daqui em cima do rastro porque aqui era pra gente muito pobre ou pra gente que tivesse muito recurso, fizeram até uma musica “venham os enganados, e voltam os arrependidos”, e voltou muita gente. Eu fui enganada, mas não podia volta. Eu me arrependi, ele não. Eu reclamava e ele não. Eu sei o que sofri aqui, mas não tinha jeito... Depois ela acrescenta: [...] Mas eu não estou arrependida não; graças a Deus, eu estou morando no que é meu. Eu gosto dessa terra aqui. Se tiver uma proposta para eu sair, só se for melhor do que aqui.

Ainda que Maria Ivonete Coutinho da Silva tenha pontuado uma contradição na fala da entrevistada (“Eu me arrependi” *versus* “Mas eu não estou arrependida não”) que remeteu para a reconstrução e reelaboração da memória, o que me chama a atenção é o enunciado em que a entrevistada afirma ter sido enganada (“eu fui enganada”). Essa é uma questão pontual. Obviamente, podemos inferir que a partir da fala de Dona Maria Osária muitos outros se sentiram enganados pelo fato de a ironia popular criar até mesmo uma “música” que associou os enganados que chegaram aos arrependidos que voltaram (“venham os enganados, voltam os arrependidos”). E independente da interessante reelaboração feita pela entrevistada no momento da coleta de sua entrevista, no reconhecimento de ter-se sentido enganada não somente ficou o registro como inseriu uma crítica explícita, ainda que abaixo do discurso predominante à época da Operação Amazônia.

Entre os arrependidos que voltaram para seus locais de origem há o caso que traz em si uma profunda carga emblemática. Foi protagonizado por Seu Joaquim⁵¹⁵, migrante potiguar tornado conhecido nacionalmente pela mídia por ter dado o nome de “Transamazônico” ao seu filho nascido na Rodovia e considerado como a primeira criança a nascer na Transamazônica⁵¹⁶. Porém, após passar pelas dificuldades de praxe da chegada, ser conhecido nacionalmente, superar as adversidades e prosperar com a produção de seu lote, em Outubro de 1972, alegando que suas filhas haviam se prostituído na cidade de Altamira, vendeu tudo o que tinha e retornou para sua cidade natal em São Tomé, Rio Grande do Norte. Em 1973, o mesmo Joaquim procurou o INCRA em Natal, pedindo para retornar a Transamazônica, o que

⁵¹⁴ Veio do Mato Grosso do Sul em 1972, com o marido e nove filhos. Entrevistada em 2007 por Maria Ivonete Coutinho da Silva, ainda morava no lote adquirido através do INCRA, in: *ibid.*, p. 122.

⁵¹⁵ Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado, cf. SOUZA, Cesar Martins. “Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica”. **Revista Contemporânea**. Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão. v. 1, n. 5, 2014, p. 5. Disponível: <www.historia.uff.br/>. Acesso: 23 abr. 2016.

⁵¹⁶ *Id.*, 2014, p. 12.

não era permitido pela legislação oficial. Acabou por ser, na fala de Cesar Martins Souza, o garoto-propaganda do sucesso e do fracasso da Transamazônica⁵¹⁷.

Todavia, a partir de 1974, o financiamento do governo destinado à colonização da Transamazônica foi retirado. Como esse financiamento era a principal via de fomento de recursos financeiros, deixou um espaço vago que não seria mais ocupado segundo o modelo aplicado entre 1970 e 1974. No entanto, ainda que nacionalmente a ditadura militar-civil permanecesse detentora do poder e delegasse a seus representantes estaduais uma participação vigiada e controlada nesse poder, o espaço político deixado vago na Transamazônica foi gradativamente sendo preenchido por ações pontuais de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, a pedagogia paulofreireana e às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Essa composição resultaria na formação de uma sólida base teórica à qual foram acrescentadas as experiências e vivências das comunidades transamazônicas e gradativamente passou a constituir grupos sociais que foram se organizando já a partir de 1972 em algumas localidades, como p. ex., em Brasil Novo e Uruará se multiplicaram em número e se expandiram em ações consolidadas já no início da década de 1980.

A percepção da retirada do apoio do governo não foi sentida apenas pelos colonos. Na fala da irmã Ignez Wenzel da Congregação das Irmãs Franciscanas Penitência e Caridade Cristã, sua fala enuncia de forma clara a realidade dos colonos na Transamazônica: “a partir de 1974, todos os organismos do governo abandonaram o povo”⁵¹⁸. Obviamente o termo “abandono” qualifica o (des) tratamento dado pelo governo aos colonos na Transamazônica. Mas não relata que a retirada de auxílio financeiro às famílias de colonos, financiamentos para produção, meios estruturais para escoamento da produção e a assistência em saúde efetiva, entre outros, trouxe um profundo desânimo e um sentimento para além do abandono, levando-se em conta que a maioria absoluta desses colonos deixou em seus locais de origem todas as raízes sociais e familiares para recomeçar com esposas e filhos uma nova vida na Transamazônica.

Esses aspectos exponenciaram esse estado de abandono e desânimo o que levou muitas famílias a abandonarem a Transamazônica. A visão pastoral dos religiosos presentes e atuantes na Região Amazônica permitiu perceber essa problemática e levou-os a agir para encontrar uma solução. Nesse sentido, o trabalho de casa em casa foi realizado mais em caráter social que religioso, como a irmã Ignez Wenzel relata:

⁵¹⁷ Ibid., p. 15.

⁵¹⁸ “Entrevista, 2005”, in: *ibid.*, 2008, p. 178.

No início, por exemplo, na comunidade, em Medicilândia, havia umas vinte e poucas comunidades. O padre passava junto com as irmãs todos os meses nessas comunidades tentando repassar a esperança ao povo, e a força da resistência diante de todas as situações de abandono. O padre vinha de casa em casa, conversando com as famílias para que não desanimassem, para que o povo tivesse força, que resistisse a todo este abandono. Foi, aí, que a igreja começa a falar de organização porque não tinha sindicato, não tinha organização de nenhum movimento, não tinha nenhum setor organizado, que pudesse trabalhar junto ao povo⁵¹⁹.

Um aspecto que também aponta para essas ações mais sociais para além daquelas ações mais ligadas à Teologia da Libertação é o fato de que a Prelazia do Xingú era uma igreja-irmã da diocese gaúcha de Porto Alegre. Esse elemento mais estrutural ajusta alguns outros elementos mais conjunturais e implícitos.

Detalhe entre os mais evocados nos relatos dos migrantes, a diferença da forma muito marcante de experiência agrícola de médio e grande porte de gaúchos, paranaenses e catarinenses opôs a inexperiência de nordestinos e nortistas com esse modelo de produção agrícola. Principalmente por se tratar de lotes próprios menores, de cem hectares. Obviamente que a cultura agrícola familiar em áreas de médio e grande porte no Sul é muito mais ostensiva que no Norte e Nordeste onde ainda predominam entre as famílias de trabalhadores rurais ou a agricultura de subsistência ou o trabalho nos latifúndios.

Também a experiência dos colonos sulistas em associações, comunidades, cooperativas e mesmo sindicatos rurais foi outro diferencial em se tratando da inexperiência ou desconhecimento dos nordestinos da importância da associação em grupo. E a própria igreja já experimentava e acompanhava esse fluxo no cotidiano no Sul e Sudeste. Pode-se inferir que a partir da diocese de Porto Alegre, religiosos já experimentados nas comunidades e colônias no Rio Grande do Sul trouxeram essa experiência para a Transamazônica e isso os ajudou não só a identificar a situação de abandono dos colonos como a procurar dar uma solução para o problema.

Assim, essas ações de base foram gerando um fluxo a partir das analogias religiosas do Antigo e Novo Testamento cristão remodelados pela politização social da Teologia da Libertação e instrumentalizadas pelos padres sulistas no espaço de experiências como estratégias de curto, médio e longo prazo.

Do acompanhamento social e religioso dado às famílias de colonos abandonadas e desmotivadas, os passos seguintes seguiram a lógica mais necessária que natural,

Aí, a igreja tentou trabalhar com a formação de lideranças para atuarem nas comunidades e nas escolas. As congregações religiosas assumindo as escolas e

⁵¹⁹ Ibid.

atuando junto com as pastorais da Igreja foram formando uma consciência de cidadania e organização. Dessa base que foi despertando a vontade de criar organizações e movimentos de resistência⁵²⁰.

Termos como “liderança”, “comunidades”, “consciência”, “cidadania” e “organização” são fixados como pontos centrais e orbitados pelas ações que passaram a construir e constituir os movimentos sociais que foram surgindo (“criar organizações e movimentos de resistência”). Nesse sentido, não se deve perder de vista que a Congregação das Irmãs Franciscanas Penitência e Caridade Cristã não foi a única Congregação religiosa em ação na Transamazônica. Também a Congregação dos Irmãos Lassalistas para a Transamazônica teve papel fundamental na formação pedagógica das professoras leigas que atuavam nas escolas comunitárias da Rodovia e nas escolas da SEDUC devido à carência de pessoal com formação no magistério. E como já referi nessa dissertação, a teoria e *práxis* pedagógica oferecida pelos Lassalistas baseada na pedagogia paulofreireana, também manteve seus princípios e métodos de educação Lassalistas, percebidos como

[...] um modo simultâneo de ensino; [...] suavizou a severa disciplina escolar [...]; prestigiou a língua materna; [...] a educação deve basear-se no conhecimento do aluno. [...] o ensino há de ser obrigatório para todos e gratuito para os pobres; [...] a participação ativa dos alunos tanto nas lições como na administração escolar⁵²¹.

A visão pedagógica dos Irmãos Lassalistas levou a uma centralização de ações educativas a partir do indivíduo e do meio em que ele vivia. Nessa centralidade indivíduo-espço, a relação entre a metodologia e pedagogia Lassalista, a experiência de migração e magistério das professoras leigas e as tensões do cotidiano dos alunos e de suas famílias na Rodovia supriu a necessidade de uma educação formal e foi além. Simultaneamente ultrapassou os limites de um sistema educacional cuja pedagogia oficial e estrutura física precária eram impositivos por apenas repassar informações, excluindo indivíduo e espaço do processo de aprendizagem. Apesar desse aspecto autoritário da pedagogia oficial, com a junção entre princípios Lassalistas, pedagogia paulofreireana, experiência dos migrantes e a incorporação da Teologia da Libertação disseminada nas CEB's ocorreu a formação educacional que se desdobrou na conscientização dos migrantes como sujeitos sociais e na consequente organização dos movimentos sociais, uma vez que “foram organizando sindicato, movimento de mulheres, movimento de colonos, e assim, o movimento dos professores, para

⁵²⁰ Ibid.

⁵²¹ “Grande Expediente Especial. [...] [homenagem aos] noventa anos da presença dos Irmãos Lassalistas no Estado do Rio Grande do Sul”. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 41ª Sessão Ordinária, 11 de Junho de 1997. Disponível: <www.al.rs.gov.br>. Acesso: 6 out. 2015.

que eles também pudessem ser respeitados aqui na região”⁵²². Sobre esses aspectos, um dos religiosos considerado como uma liderança fundamental em todo esse processo, D. Erwin Krautleer, afirmaria em 1994 sobre as transformações que passaram a ocorrer na Transamazônica após 1974, que “aos poucos o povo se dá conta de que além da oração comunitária aos domingos cabe a ele também tomar iniciativas para resolver os problemas da comunidade”⁵²³.

Há outros desdobramentos que ultrapassam meu recorte e que aprofundaram muito mais essa discussão. Acredito que as reflexões desse tópico pontuem a importância da Igreja não só pelas ações sociais, religiosas e educacionais desenvolvidas na Transamazônica antes e após 1974. Foram fundamentais para a formação de uma consciência crítica entre os migrantes e colonos e, mais importante, para dar início à organização dos movimentos sociais. E ainda há muito a ser estudado e entendido. Os lotes foram espaços de construção de outros movimentos que seguiram na contramão da Rodovia, da Transamazônica ou da Operação Amazônia (Imagem 22).

Imagem 22 – A Amazônia real dos colonos no lote-luta: a Família Souza se instalou no lote em Uruará, Pará, no ano de 1972.



Fonte: “Desbravadores da Transamazônica fará audiência nesta quinta, dia 25 de julho”. **Uruará em Ação. (Blog)**. Disponível: <<http://uruaraemacao.blogspot.com.br/2013/07/transamazonica-desbravadores-da.html>>. Acesso: 20 abr. 2016.

⁵²² Id., 1997.

⁵²³ “Nota 108”, in: SILVA, op. cit., 2008, p. 177.

A Rodovia, inacabada, em uma área de colonização sem a estrutura mínima para receber os contingentes migrantes, chamou todos à realidade dirimindo as ilusões. Levou a uma processual e sofrível construção cultural de persistir e resistir, ficar e trabalhar, trabalhar e sobreviver, trabalhar e melhorar. Cultura, sem rodeios, pois a alternativa a ela era voltar ao local de origem. Foi a percepção do lote-luta: se o lote não podia ser abandonado, a luta deveria ser mantida.

Estabelecido num cotidiano que pressionava e tencionava não apenas de forma singular, mas principalmente de uma maneira singular que subverteu a Rodovia e transpôs o meio de sobrevivência para se conformar num meio de resistência, isso foi sintetizado no enunciado da migrante Giovanna Lunnelli em formato de confissão durante a pesquisa de campo de Maria Ivonete Coutinho da Silva: “isso passa, o que importa é a luta!”⁵²⁴.

Essa “confissão” se deu num contexto muito específico durante a realização de uma assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasil Novo⁵²⁵: a eleição da nova diretoria sindical. Nesse espaço, uma temporalidade *sui generis* se formou a partir de um embate de opiniões e ideias entre dois grupos que politicamente disputavam o poder. A solução encontrada para contornar esse embate foi a composição de uma chapa única que preservasse a “política hegemônica”⁵²⁶. É nesse interdiscurso que se formou a “confissão” da migrante Giovanna Lunnelli. E como enunciado transmitiu significados mais amplos que a eleição da diretoria do STR em Brasil Novo.

Quem transmite esse enunciado é a doutora em antropologia social, Maria Ivonete Coutinho da Silva. Obviamente, o que moveu essa acadêmica na coleta de entrevistas, depoimentos, relatos e sua consequente transcrição e socialização enquanto fonte de um estudo antropológico se inseriu num discurso científico que resguardou um engajamento social. É relevante que se observe: é um enunciado que não se deu ali no exato momento da entrevista. Foi formado a partir das tensões (alianças, embates, acertos, equívocos, vitórias, derrotas, etc.) experimentadas pela entrevistada. Traz em si uma carga de experiências

⁵²⁴ Fala de Giovanna Lunnelli, então secretária do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) em Brasil Novo, que viria a se tornar Presidente desse mesmo sindicato, cf. id., 2008, p. 221.

⁵²⁵ Brasil Novo inicialmente foi organizado como Agropólis pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criada devido à distância da cidade de Altamira e a necessidade de desenvolvimento e integração da Transamazônica. Com o fim da ditadura militar e a volta da democracia, sua área de 6.368,25 km², foi desmembrada dos municípios de Medicilândia, Altamira e Porto de Moz. Tornou-se município pela Lei Estadual n.º 5.962 de 13/12/1991, está situado no sudoeste do Estado, com sua sede localizada às margens da Rodovia Transamazônica, (BR-230) km 46, abrangendo ambas as margens dessa Rodovia. Disponível: <<http://www.brasilnovo.pa.gov.br/>>. Acesso: 27 mar. 2016.

⁵²⁶ SILVA, op. cit., 2008, p. 110.

explícitas e emotividade implícita de “[...] energia e desfalecimentos, de altura e desabamentos [...] no ruído surdo por baixo da história”⁵²⁷.

O explícito está imbricado na fala “calejada” pelo que já passou (“isso passa”), porque acompanha todas as experiências já vividas que ensinaram colonas como a cearense Francisca Coutinho (“apesar das dificuldades”⁵²⁸), a goiana Lurdes Abreu Arruda (“enfrentamos tudo com paciência”⁵²⁹) e a paranaense Zita Pifs (“eu choro quando me lembro disso”⁵³⁰). Em cada fala, relatos que descreveram a necessidade de superar todos os momentos de maior dificuldade: vencendo o desejo de abandonar o lote e voltar para seu local de origem, se adaptando a um parto no lote em meio à floresta ou ao assumir a tarefa de educar os próprios filhos e os filhos dos vizinhos. Cada necessidade foi suprida com sacrifícios pessoais. E ensinaram. A fala de Dona Modesta Lima Silveira deixa claro que

“[...] era assim. Se a gente não brigasse, não conseguia nada. Acho que foram as necessidades na Transamazônica, que despertaram em mim esse espírito lutador, desafiador das situações”⁵³¹.

Essas dificuldades, perseverança e lembranças vividas por cearenses, goianas e paranaenses afloram análogas na fala da colona e sindicalista Giovanna Lunnelli por representar um passado de tensão, ao mesmo tempo que futuriza ensino e aprendizado: a certeza de que a dificuldade passará porque é mais importante fortalecer a manutenção da resistência para a luta (“o que importa é a luta!”). É a luta – assim como o lote – que não pode ser abandonada. O enunciado que atribuí à luta uma maior importância (porque é isso “o que importa”) “complexifica”⁵³² esse relato no seu surgimento e desdobramentos: o resultado da eleição da chapa única para a nova diretoria do STR de Brasil Novo acabou por eleger Marcos Zalém Firmino e Giovanna Lunnelli, respectivamente, presidente e vice-presidente da STR.

Ação (eleição) e enunciado (“o que importa é a luta!”) se acontecimentalizam como um desfecho que não se encerrou em si, mas que permaneceu aberto para outros possíveis⁵³³, como o trágico falecimento de Marcos Zalém Firmino em 2007, em virtude de um acidente ao voltar de Brasília onde reivindicava melhorias para a Transamazônica⁵³⁴. Não necessariamente um mártir, mas um evento investido de dramaticidade para além da perda

⁵²⁷ FARGE, op. cit., 2013, p. 65.

⁵²⁸ SILVA, op. cit., 2008, p. 110.

⁵²⁹ Id., 2008, p. 146.

⁵³⁰ Ibid., p. 137.

⁵³¹ “Entrevista 2005”, *ibid.*, p. 125.

⁵³² FARGE, op. cit., 2013, p. 63.

⁵³³ DOSSE, op. cit., 2013, p. 6.

⁵³⁴ SILVA, op. cit., 2008, p. 221.

humana ou familiar. Perdeu-se um vizinho, esposo, pai, irmão, amigo, sindicalista. Deixou uma ausência irremediável de conhecimentos e experiências individuais utilizados para reivindicar melhorias para a região de Brasil Novo e que exemplificam contexto e significado de luta: o que cada indivíduo, sujeito histórico e social, pode acrescentar contribuindo enquanto movimento. Se aceitarmos que o lote é luta, então o enunciado de Giovanna Lunnelli também é um desfecho permanentemente aberto a outros possíveis, com a diferença de que sua acontecimentalização se investiu pela dramaticidade do possível que se localizou no extremo oposto à perda.

O mesmo tipo de luta que colocou em choque trabalhadores e fazendeiros da região de Brasil Novo, que não aceitavam a organização do STR e que em 1987 incendiaram o velho barracão de madeira onde os trabalhadores se reuniam para suas deliberações. Com apoio da Prelazia do Xingu e outras organizações, o local foi reconstruído com “uma estrutura maior e mais organizada: cozinha, dispensa, banheiros, salão para as assembleias e uma extensa área para eventos mais festivos”⁵³⁵ e foi chamado audaciosamente de “barraco queimado”. Entretanto, sua significação é pungente ao se inscrever mais audaciosa como acontecimentalização, um desfecho aberto para outros possíveis, dos quais três já se apresentaram.

Como ato criminoso, esse incêndio foi premeditado, decidido e executado para ser um desfecho fechado em si mesmo. Sem outros possíveis. Mas ocorreu a reconstrução. Nesse sentido, o “barraco queimado” enquanto espaço físico se inscreveu como espaço de resistência porque foi construído materialmente para esse fim. Como espaço físico material remodelado, reorganizado, melhorado, opôs-se à madeira com a pedra, a alvenaria, as lajotas, a maior resistência material, uma maior durabilidade e, em certo sentido simbólico, uma presença perene.

Noutro sentido, o espaço físico e material se tornou um memorial imaterial, investido de simbolismo, tudo falando do fogo ao teto⁵³⁶. Qualquer habitante de Brasil Novo, seja um indivíduo sindicalizado, seja o próprio executor do incêndio, ao olhar, apontar, lembrar, tentar esquecer ou falar referindo o título, nome ou enunciado “barraco queimado”, constitui-se representação que se abre respondendo pelas suas próprias cinzas e resistindo ao protestar contra elas.

⁵³⁵ “Nota 123”, id., 2008, p. 215.

⁵³⁶ BOSI, op. cit., 2006, p. 27.

Enquanto espaço que congrega o STR, o “barraco queimado”, como objeto de resistência⁵³⁷, resiste reunindo seus sindicalizados e comunidade socializando experiências, discutindo propostas, debatendo anseios e dúvidas, fortalecendo a conscientização e politização de seus sujeitos. Contudo, mais forte e duradoura é a condição de ser um local já historicizado pelo evento que o incendiou e pelo acontecimento de sua reconstrução, permanecendo como um espaço de memória que congrega as experiências, lembranças, testemunhos e memórias daqueles que permanecem conscientes de que o incêndio passou, e o que importou é que a luta continuou (Imagem).

Imagem 23 – A Amazônia em que o lote vai à luta: Trabalhadores rurais em manifestação por reforma agrária, liberdade e justiça durante comício na região de Xambioá, Tocantins, Brasil. 1983.



Fonte: “Desbravadores da Transamazônica fará audiência nesta quinta, dia 25 de julho”. **Uruará em Ação. (Blog).** Disponível: <<http://uruaraemacao.blogspot.com.br/2013/07/transamazonica-desbravadores-da.html>>. Acesso: 20 abr. 2016..

Murilo Melo Filho, um dos diretores da Revista Manchete publicaria em 1972 pela Bloch Editores o livro *O Milagre Brasileiro*, *Best Seller* do ano que seria, ainda, prefaciado pelo então Ministro da Fazenda Delfim Neto. Nessa obra, o autor propagou que o Brasil do “milagre” havia despertado para uma “corrida de tanta velocidade” que ficariam para trás os

⁵³⁷ Ecléa Bosi citando, Violette Morin, diferencia “objetos biográficos” (que envelhecem com o dono) opondo-os aos “objetos de status” (que passam com a moda). Entendo que o “barraco queimado” se insere como objeto de resistência por se incorporar à comunidade de Brasil Novo e ir além da sensação de continuidade, testemunhando contra o arbítrio do incêndio que lhe deu o nome, cf. BOSI, loc. cit.

“vagarosos, os lentos, os preguiçosos, e os sonhadores”⁵³⁸. O “Brasil do Milagre” e o “Brasil Grande” não passaram. Ambos ficaram para trás. Os migrantes e colonos da Transamazônica continuaram seguindo em frente. Ainda hoje.

⁵³⁸ MELO, **O milagre brasileiro**, p. 21, apud MENEZES, 2008, p. 69

2.4. Lugares dos silenciados de baixo no Tempo Presente.

“[...] tenho saudade daquele tempo, parece que a gente tinha mais esperança, mais alegria para trabalhar e ver essa região se desenvolver”.

Ana Bernardes, migrante paranaense⁵³⁹.

Questionários, análises e avaliações realizadas pelo INCRA foram instrumentos de seleção utilizados para diferenciar os migrantes escolhidos para as várias formas de colonização na Transamazônica. Entretanto, uma vez selecionados e transportados para a Amazônia, homens e mulheres foram imbricados de migrantes – constantemente em movimento e de cultura não fluída independente do meio onde permaneciam – à condição e qualidade de colonos – os que se fixaram à terra e construíram cultura em seu espaço social. Suas falas silenciadas e só recentemente relatadas enfraqueceram certo senso comum que explicou o migrante e o colono como mera “massa de manobra” ao sabor dos ventos do discurso ou como mera “vítima” da exploração e dos exploradores, visão que não considerou as tensões presentes nos espaços de experiência e espaços sociais construídos na Amazônia.

Outro olhar tencionou esses espaços tornando-os não redutíveis ao cotidiano social rústico, extenuante e sufocante, presente nas relações coletivas e individuais de coerção e permissividade, de arbítrio e de emancipação, uma vez que fez emergir a visão e percepção do colono simples, que foi se tornando mais complexo à medida que suas atitudes nos usos sob a aparente inocência, para fazer valer individualidades associadas às suas próprias necessidades, aos seus ganhos e aos seus interesses, podem ser percebidas como meios mais sutis e sofisticados. Nesse sentido, não se pode generalizar migrantes e colonos sob o ícone Fabiano do ordenado injusto, da terra injusta ou da lei injusta de Vidas Secas. As relações desiguais que envolveram migrantes e colonos na maioria das vezes se deram de forma injusta, tanto na renda a partir do lote como na renda a partir de outros meios de ganhos. Mas em cada contexto, se num dado momento o colono perdeu algo, em outro momento também ganhou, o que, obviamente, deve ser considerado segundo proporções de ganho que podem ser inseridas num contexto de amplas desigualdades, como é o caso de meu *locus*.

Já a tensão cotidiana da Amazônia, foi expandida através de suas representações simbólicas e estruturas sociais, gerando apreensões diversas por cada um dos diversos sujeitos sociais e históricos acima e abaixo no discurso. Nas estruturas, as representações da Amazônia reforçaram os estatutos de religiosidade (católicos, crentes, etc.), da organização

⁵³⁹ Ana Bernardes da Silva chegou a Transamazônica em 1972, cf. SILVA, op. cit., 2008, p. 145.

produtiva (coletiva, empresarial, individual, familiar) e da economia (macro e micro) como expressões de uma realidade aparentemente unilateral. No entanto, na complexidade do espaço, os elementos físico-naturais e humano-sociais criaram o movimento que se foi transformando e os julgamentos que variaram no tempo e proporcionaram outros modos de tencionar e/ou provocar as representações e estruturas mais comuns e tradicionais. Criaram a realidade de um *modus* apreendido pela cultura do colono na construção de outras representações da Amazônia que não se coadunaram com o senso comum da vitimização. Seria uma *mea culpa* colona ou a *nostra culpa* historiográfica? De um ou outro modo as transformações percebidas surpreendem. O migrante e colono quando relatam inflam com sopros de vida a história com suas vivências e suas falas.

Nos Assombros e sonhos de baixo, os lugares dos silenciados são percebidos a partir das falas e memórias de homens e mulheres sujeitos históricos, imbricados nas representações e significações da historicidade e do espaço no Tempo Presente da Amazônia paraense, ainda que a narrativa oficial tenha imposto a eles o silêncio.

Nessas falas e memórias de migrantes e colonos foram resgatadas as surpresas tornadas acontecimento pelo *modus procedenti* militar-civil a nível federal e estadual, como representantes e executores dos interesses do campo de poder que impuseram o discurso da nova realidade possível àquele momento a partir da Transamazônica acontecimentalizada e que levou às pressões que reelaboram o cotidiano ordinário ali construído. Esses relatos testemunharam a relação direta dos migrantes e colonos com a terra nas variações de deslumbre do que lhes apaixonou ou desanimou, que os levou a reflexões sobre planos, objetivos e decisões, ou ainda, o que lhes marcou pela dramaticidade, registrando “momentos objetos”⁵⁴⁰ marcantes.

As falas que confessaram os momentos de assombro, indo muito além da grandiosidade do meio para revelar suas percepções diante de doenças e doentes, do descaso, irresponsabilidade e desassistência que não foram citados como objetos da propaganda ou das estatísticas do governo militar-civil, relataram também os assombros causados pela violência institucional e social, pela ineficiência de gestões e gestores que deveriam ser “públicos” e também pelo preconceito com os “ceará”, os “paraíba”, os “gaúcho”, os “paulista” ou, simplesmente, os “nordestino” ou os “sulista”. Resgatadas e historicizadas, essas falas soaram as vozes testemunhais que denunciaram a exploração no trabalho rural e urbano, o silêncio imposto pelo campo de poder, o arbítrio dos que detinham o capital social e econômico e as

⁵⁴⁰ cf. “objetos de memória”, in: BOSI, **O tempo vivo da memória**, 2006, p. 25.

mortes ainda registradas nas covas sem nome e nos nomes sem pessoa que não poderiam constar e, por isso, não constaram do repertório do “Brasil Grande”. Tomando como exemplo a cidade de Altamira, a Amazônia urbana e rural foi organizada sob uma nova realidade trazida com a construção da Rodovia e cotidianamente rearranjada de acordo com as novas realidades desses espaços.

Considerando que a Amazônia paraense foi lida pelos migrantes e assumida pelos colonos sob a ótica do discurso do “Brasil Grande” como única opção para transformar suas realidades individuais e familiares, os relatos nos transmitiram falas que nos permitiram perceber o antes e depois da decisão pela migração e, tão importante quanto, de como se deram os arranjos e rearranjos das realidades de dificuldades, necessidades, carências e realizações comuns dos cotidianos migrantes e colonos de desassistência por parte dos órgãos responsáveis por fornecer a estrutura mínima na Transamazônica e que levaram a “grande aventura nacional” a se transformar na dura, solitária e cotidiana sobrevivência dos colonos. A tão propagada aventura nacional foi tornada realidade colona, desconhecida e silenciada, sem discursos, ufanismo ou mídia.

As falas também nos reportaram o espaço de experiência como cotidiano ordinário de migrantes e colonos na ação de reinterpretar as falas de cima e compará-las com sua realidade ao longo das vivências reais na Rodovia. Foi o ponto de partida de um processo de transição, dispendo em rota de colisão as falas/expectativas futuras dos colonos opostas às falas/presentismo de cima do discurso do “Brasil Grande”. Esses primeiros embates não operaram um rompimento imediato. Antes, constituíram um espaço de mudança⁵⁴¹ no qual o discurso do “Brasil Grande” foi sendo esvaziado de seu presentismo pela realidade do cotidiano de dificuldades, desassistência e precariedade da Rodovia, o que fez retornar a sensação das experiências com o minifúndio e o latifúndio, o desemprego urbano e rural, a Caatinga, a seca e a fome. Esse *revival*⁵⁴² de experiências passadistas manteve viva a esperança futura não pelo discurso do “Brasil Grande” em si, mas pelo que ele lhes havia despertado como expectativas e que não se realizaram, promessas feitas e que não se cumpriram, e futuro presentificado e não-dado.

⁵⁴¹ “Uma determinada época histórica é constituída por determinados valores, com formas de ser ou de comportar-se que buscam plenitude. Enquanto essas concepções se envolvem ou são envolvidas pelos homens, que procura a plenitude, a sociedade está em constante mudança. Se os fatores rompem o equilíbrio, os valores começam a decair, esgotam-se, não correspondem aos novos anseios da sociedade. Mas como essa não morre, os novos valores começam a buscar a plenitude. A este período, chamamos transição. Toda transição é mudança, mas não vice-versa [...]”, cf. FREIRE, Paulo. “A Educação e o Processo de Mudança Social”. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 17.

⁵⁴² Palavra inglesa que tem o sentido de restabelecimento, recuperação, resurgimento.

O projeto da Transamazônica trouxera os migrantes pelas garantias estruturais da colonização, e dessa estrutura só o que se realizara fora a instalação do colono no lote. Eram colonos de fato e reais, numa colonização de efeitos irrealis e consequências surreais, o que ainda envolvia o “Brasil Grande” não mais relacionado ao presente. A realidade da Rodovia despertara, principalmente nos colonos, a necessidade de esperanças futuras.

Se o discurso da Operação Amazônia e do “Brasil Grande” usou o instrumental do *corpus possessionis* como forma de dispor seu poder no espaço da Transamazônica – historicamente transformada e ao mesmo tempo em transformação –, as experiências dos colonos construíram outras expectativas. Como construção cultural a escola/educação possibilitou outro espaço de experiência, o qual foi gestando ao longo dos primeiros anos, na Rodovia, expectativas que ultrapassaram as promessas não cumpridas e o futuro não dado. Nesse cotidiano ordinário, migrantes e colonos tencionaram o discurso do “Brasil Grande” e reinscreveram silenciosamente o lugar de suas falas no Tempo Presente, assumindo sua condição de índice, testemunho, memória e narrativa, operando um gradativo deslocamento no espaço social e constituindo novas expectativas a partir da cultura colona e da escola/educação, resistindo latente ao presentismo militar-civil. E assim, o passadismo que assombrava os colonos com as lembranças do minifúndio e do latifúndio foram sendo substituídos pela esperança futura.

Capítulo 3. Convergências

3.1. Convergência militar-civil.

Os povos são um mito: só existem as nações, e a Nação é o Estado.

General Golbery do Couto e Silva, 1976⁵⁴³.

No item *Ao “Brasil Grande”*, minha narrativa discute a construção gradual do discurso militar-civil de um “Brasil Grande” como um exercício presentista que elaborou e sustentou a ideia da “aventura nacional” representada na construção da Rodovia Transamazônica como a ponta de lança da Operação Amazônia. Nesse sentido, argumento procurando responder como se deu a convergência do executivo e legislativo paraense ao discurso do “Brasil Grande” através de alguns de seus discursos e práticas presentes na documentação, periódicos e mídia por mim acessada.

3.1.1. Ao “Brasil Grande”.

A fala sobre a Amazônia possui uma vasta produção. A tradição vem de longe. Desde o século XVII com os viajantes até o século XIX, marcado pela produção de homens eruditos nas letras e fuzis como Antonio Ladislau Monteiro Baena⁵⁴⁴ que monumentalizou os “cimentos da Província do Pará”⁵⁴⁵ no *Compêndio das Eras da Província do Pará* (1838); ou homens de coleções e andanças, como o naturalista inglês Henry Walter Bates⁵⁴⁶, que veio ao Pará, “parou”⁵⁴⁷ e registrou o que Um naturalista inglês no rio Amazonas (1860), testemunhou num Pará amazônico. Nessas obras volumosas, de palavras ainda floreadas e de escrita detalhista, esses homens das letras, dos fuzis, das coleções naturais ou da política, levaram a efeito suas narrativas sobre a Amazônia enaltecendo propriamente o que lhes era belo ou grandioso. Antônio Baena preferiu seguir em coluna os governadores, capitães e cônegos e

⁵⁴³ COUTO E SILVA, Golbery. “Declaração”. *O Estado de S. Paulo*, 6 ago. 1976.

⁵⁴⁴ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Universidade Federal do Pará, 1969. (Coleção Amazônica José Veríssimo).

⁵⁴⁵ Id., 1969, p. 21.

⁵⁴⁶ BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1979. (Coleção Reconquista do Brasil).

⁵⁴⁷ Id., 1979, p. 298.

dispôs fileiras de cargos, datas e locais. Henry Bates seguiu os caminhos dos quintais, das trilhas da mata, das canoas nos rios e descreveu um Pará como a província “mais extensa do império brasileiro”, construída “para servir de porto de entrada para a região amazônica”, do canto do inambu, dos “caminhos de canoas”, do “velho índio”, do “índio rapazola Antonio”, de expressões como “Não há, meu coração” ou das “árvores-da-borracha”⁵⁴⁸, desenhando com bico de pena, nanquim e sensibilidade a flora e a fauna.

O trato com a Amazônia é sempre o contato com uma representação carregada de significados sociais e políticos e de emotivas sensações. Explícitas ou implícitas. Seguindo o entendimento do historiador francês François Hartog de que “a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria”⁵⁴⁹, ainda que eruditos e naturalistas tenham usado a mesma representação apesar de suas múltiplas significâncias, ela nem sempre será usada pela sua diferença. As Amazônias também podem ser percebidas nos discursos de grandiosidade geralmente associadas a um futuro idealizado e sempre da realidade presente. Esses discursos nos interessam aqui porque nos ajudam a entender o discurso do “Brasil Grande”⁵⁵⁰ termo que pode aparecer explícita ou implicitamente na documentação e que Fernando Dominience Menezes identificou inserido em meio ao contexto dos discursos oficiais e da mídia nacional que propagava o “milagre brasileiro”⁵⁵¹. Nesse interdiscurso, sua investigação também identificou os enunciados sobre o “‘mito da aventura nacional’ [que] diz respeito ao conjunto de construções discursivas que associam a Transamazônica ao tema do ‘Brasil grande’”⁵⁵².

Para compreendermos melhor o desenvolvimento do discurso do “Brasil Grande”, vejamos o que nos reporta Joaquim Raymundo De Lamare,

Numa tal região a sua fôrça, sua vida e seu futuro estão na força e poder do vapor; a navegação, é, portanto, a alma de sua civilização, a alma de seu commercio, o principal e mais poderoso agente de sua prosperidade. [...] O que era a província do Pará, o que era todo esse Amazonas dos primeiros annos do nosso século? Um mundo de água, uma região immensa que, em geral, ninguém conhecia [...]”⁵⁵³.

Se propositalmente houvesse excluído o termo “vapor” e adotado a grafia moderna de palavras como “civilização”, “commércio”, “annos” ou “immensa”, o texto soaria como um enunciado moderno e em certa medida atual, ao invés de reproduzir o discurso de Joaquim

⁵⁴⁸ BATES, op. cit., passim.

⁵⁴⁹ HARTOG, op. cit., p. 10.

⁵⁵⁰ Em virtude da ênfase discursiva presente na documentação que acessei, usarei a grafia “Brasil Grande” e não “Brasil grande” usada por MENESES, op. cit., p. 53.

⁵⁵¹ Id., 2007, passim,

⁵⁵² Ibid., 2007, p. 98.

⁵⁵³ ALBUQUERQUE, Luiz R. Cavalcanti. **A Amazônia em 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, pp. 24-25.

Raymundo Albuquerque, presidente provincial do Pará e vice-almirante da armada imperial, em discurso perante a Assembleia Provincial por ocasião da promulgação do Decreto Imperial n.º 3749 de 7 de dezembro de 1866 e que passou a vigorar a partir de 7 de setembro de 1867.

Vejamos outro relato,

O povoamento da Amazonia virá, sem dúvida alguma, dar a última de mão no progresso e desenvolvimento de seu futuro, que, se me permita dizer, reputo estacionário nos últimos tempos [...]. Só da aggremação de todos os elementos que podem constituir uma sociedade póde vir a força que carece a Amazônia, a região, talvez, menos povoada do globo, actualmente, e que por isso mesmo não póde, por certo, alimentar a estulta pretensão de constituir nação independente neste século, como, no emtanto, se concebeu não há muito tempo decorrido, a imprensa local tanto apreciou, e a historia amanhã apurará calma e friamente⁵⁵⁴.

O trecho acima encerra a obra *A Amazônia em 1893*, um “estudo econômico-financeiro” da autoria de Luiz R. Cavalcanti de Albuquerque⁵⁵⁵. Nos textos, o desenvolvimento da Amazônia é associado à colonização (“povoamento [...] última de mão no progresso”) à tecnologia (no século XIX, o “vapor”), e ao comércio (“poderoso agente de sua prosperidade”); a extensão natural do rio e da região é invencível (“Um mundo de água”; “região imensa”), desconhecida (“ninguém conhecia”), vazia (“menos povoada do globo”) e sem a intervenção nacional (“a força que carece”; “aggremação de todos”; os que “podem constituir uma sociedade”) a Amazônia não se desenvolveria (“civilização”; “seu futuro”; “a historia amanhã apurará”).

Como relato de um Brasil do século XIX, pontua explicitamente vontade e desejo de abandonar o atraso, o desconhecimento ou o vazio, associando o desenvolvimento da Província do Pará e da Amazônia num contexto mais amplo que o Decreto Imperial n.º 3749 de 7 de dezembro de 1866 já evocava “no intuito de promover o engrandecimento do Império” ao abrir “desde o dia 7 de setembro de 1867 aos navios mercantes de todas as nações a navegação do rio Amazonas até a fronteira do Brazil”, decisão autorizada e chancelada “Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador”⁵⁵⁶, ainda que D. Pedro II nunca tenha conhecido o Pará ou a Amazônia. Em ambas as falas imperiais ou republicanas a explícita e propagada legalização e defesa do desenvolvimento da Amazônia “futura” interessava não em si mesma, mas num todo amplo e nacional, que implicitamente relacionaram a um Império ou uma República “Grande” já no século XIX. Sintomas sutis, percebidos pelo presidente da

⁵⁵⁴ Id., 1894, p. 207.

⁵⁵⁵ Escreveu também *Noticia Economico-financeira da Provincia do Amazonas, desde a sua fundação, 1852, até 1887* (Manaos, 1888); *O guarda da Alfândega* (Pará, 1890); *Commercio e navegação da Amazonia e paizes limitrophes* (Pará, 1890); e *Commercio de cabotagem* (Belém, 1892).

⁵⁵⁶ ALBUQUERQUE, op. cit., pp. 23-24.

Província do Pará Joaquim Raymundo Albuquerque também a partir de um “distinto escriptor, nosso compatriota” que afirmara “A verdadeira descoberta do Amazonas data de 1852”, e que o presidente paraense compara com a “previsão” do “digno ministro brasileiro, Sr. conselheiro José Silvestre Rebelo em seu luminoso ofício de 17 de março de 1826”⁵⁵⁷. Sintomas; indícios do entendimento de grandeza futura e não como fundamento do que viria a seguir. Pontuam; não determinaram.

Num texto de 1981 que descreveu um panorama da produção acadêmica brasileira sobre a geopolítica e a estratégia ao longo do século XX, Shigenoli Miyamoto pontuou que o teórico alemão H. B. Liddell-Hart em sua obra *Estratégia*, publicada no Brasil pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX) em 1966, concebeu a “teoria da grande estratégia” como política de condução da guerra, mas que na realidade exprimiria melhor a execução de uma política que coordena e dirige os recursos da nação (ou grupo de nações) para alcançar o objetivo político da guerra definido pela política do governo⁵⁵⁸. Decorre dessa conceituação que ao governo caberia uma política de governo (política nacional) que definiria as funções da política estratégica (para a guerra), ou seja, a Estratégia Nacional. Sobre a Estratégia Nacional brasileira, o Manual de Campanha C-124-1 publicado pelo Ministério da Defesa, conceitua poder nacional, óbices e estratégia nacional como elementos interligados na “grande estratégia brasileira”.

Assim, o conceito de poder nacional sintetiza querer e fazer de toda ordem que assegurem a sobrevivência da Nação, sua ordem estável e seu desenvolvimento⁵⁵⁹. Os óbices (sinônimo de “impedimento”, “obstáculo”) são entendidos como uma extensão do conceito de poder nacional, no sentido de todo obstáculo existente ou potencial ao desenvolvimento e segurança; podem ser óbices (obstáculos) materiais ou imateriais de origem natural, social ou proveniente das decisões humanas internas ou externas que contestem e impeçam os objetivos nacionais⁵⁶⁰.

⁵⁵⁷ Id., 1894, p. 26.

⁵⁵⁸ LIDDELL-HART apud MIYAMOTO, Shigenoli. “Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação”. *Revista Perspectiva*, n. 4, pp. 75-92, 1981, p. 76. Disponível: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108202/ISSN1984-0241-1981-4-75-92.pdf?sequence=1>>.

Acesso: 29 jan. 2016.

⁵⁵⁹ “[...] uma síntese de vontades e de meios de toda a ordem, destinado a cumprir um papel fundamental na sociedade nacional, de modo a assegurar-lhe sobrevivência, ordem, equilíbrio, coerência e desenvolvimento”, MINISTÉRIO DA DEFESA, “Conceitos Básicos. Poder Nacional”, in: _____. *Estratégia*, op. cit., p. 2-1.

⁵⁶⁰ “Os óbices, existentes ou potenciais, podem dificultar ou impedir ações nas áreas do desenvolvimento e da segurança. Podem ser de ordem material ou intangíveis. Resultam da natureza (secas, inundações), de fatos sociais (pobreza, analfabetismo) ou da própria vontade humana. Podem decorrer de condições estruturais ou conjunturais e variar na essência, na intensidade e na forma como se manifestam, ao longo do processo evolutivo do país. (1) fatores adversos - óbices de toda ordem, internos ou externos, que, destituídos do sentido contestatório, se interpõem aos esforços da sociedade ou do governo para conquistar e manter os objetivos

O conceito de Estratégia Nacional é a preparação e aplicação do poder nacional (querer e fazer) para superar os óbices (obstáculos), alcançar e manter os objetivos nacionais de acordo com a política nacional (do governo) para desenvolver uma área estratégica e prover segurança⁵⁶¹.

Imagem 24 – Esquema do conceito de Estratégia Nacional.



Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia**. Manual de Campanha C-124-1. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. 3ª edição, 2001, p. 2-2/2-4.

A partir das conceituações do Manual de Campanha C-124-1, os desdobramentos políticos da Estratégia Nacional são implicados na política nacional (governo) voltada para as estratégias de desenvolvimento (a partir de políticas de desenvolvimento) e as estratégias de Defesa Nacional (a partir da política de Defesa Nacional). E é esse o ponto do discurso do Manual de Campanha C-124-1, que permanecia “obscuro para os cientistas políticos”⁵⁶² porque ao conceituar Estratégia de Governo como

- a. [...] a arte de preparar e aplicar o poder nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os objetivos de governo, de acordo com a orientação estabelecida pela política de governo;
- b. Tal como na estratégia nacional, a estratégia de governo abrange também as áreas do desenvolvimento e da defesa que, por sua vez, desdobram-se em estratégias específicas para cada expressão do poder nacional⁵⁶³.

Ocorre que a conceituação não deixa claras as funções de Estratégia Nacional e Estratégia de Governo, mas veio de uma tradição teórica e conceitual longa, profícua e

nacionais; (2) antagonismos - óbices internos ou externos que, manifestando atitude deliberadamente contestatória, se contrapõem à conquista e manutenção dos objetivos nacionais”, id., 2001, p. 2-2/2-4.

⁵⁶¹ “a. Estratégia nacional é a arte de preparar e aplicar o poder nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os objetivos nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela política nacional [...] b. A estratégia nacional pode ser aplicada para atuar no desenvolvimento de uma área estratégica, adicionando-se a idéia de esforço continuado para superar obstáculos, bem como para prover a segurança necessária a um determinado Estado”, ibid., 2001, p. 2-2/2-4.

⁵⁶² MIYAMOTO, op. cit., p. 76.

⁵⁶³ “Conceitos Básicos. Poder Nacional”, in: MINISTÉRIO DA DEFESA, **Estratégia**, op. cit., p. 2-4/2-6.

numerosa, muito anterior à concepção de “grande estratégia”. H. B. Liddell-Hart pertenceu à tradição de pensamento estratégico que incluiu Friedrich Ratzel (1844-1904) e Rudolf Kjellén (1864-1922), os precursores alemães nos estudos da geografia política e geopolítica⁵⁶⁴. Outro teórico muito influente foi Halford Makinder (1861-1947) criador da teoria do “coração do mundo”⁵⁶⁵. Essa tríade de pensadores, Ratzel-Kjellén-Makinder, representantes da “teoria do território como fonte de poder”⁵⁶⁶, exerceria grande influência no meio acadêmico mundial a partir do final do século XIX e ainda seria percebida em algumas produções acadêmicas ao final da primeira metade do século XX.

Entre os estudiosos da geopolítica e estrategistas alemães do início do século XX, o mais influenciado pela “teoria do território como fonte de poder” foi Karl Haushoffer, a quem é atribuído o uso do termo polêmico “Escola de Munique”⁵⁶⁷ e a concepção da *Lebensraum*, a “teoria do espaço vital”⁵⁶⁸, amplamente utilizada pelo Nacional Socialismo Alemão entre as décadas de 1920 e 1940 e que tornou seu elaborador um dos estrategistas mais próximos a Adolf Hitler. Disso decorreu que na primeira metade do século XX os estudos de geopolítica e estratégia geopolítica foram associados aos teóricos alemães e a “teoria do espaço vital”, o que fez surgir certo preconceito⁵⁶⁹ em relação a esses estudos.

Tal atitude não impediu que já na década de 1930, autores brasileiros como Everardo Backheuser e Mário Travassos – seguindo a tríade Ratzel-Kjellén-Makinder – elevassem o Brasil à condição de país pioneiro no estudo da geopolítica e da estratégia na América Latina, como p. ex., o estudo de Mário Travassos, que apresenta uma geopolítica que opõe o Atlântico versus Pacífico, a Bacia do Prata versus Bacia Amazônica e atribui ao triângulo Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra a centralidade da política latino americana⁵⁷⁰.

Entre 1944 e 1945, o Instituto Rio Branco criou e ofereceu a disciplina de Geopolítica. Após o fim da Segunda Guerra, H. Cabarro Reichardt publicou *A Geopolítica e a Consciência geográfica da Nação* (1947), que em síntese relacionou consciência nacional, espaço geográfico e macroplanejamento⁵⁷¹. Entre 1947 e 1948, o Instituto Cultural Brasileiro

⁵⁶⁴ MIYAMOTO, op. cit., p. 77.

⁵⁶⁵ Teoria que pode ser sintetizada da seguinte forma: “Quem domina a Europa Oriental controla o coração do mundo. Quem controla o coração do mundo controla a ilha mundial. Quem domina a ilha mundial controla o mundo”, MAKINDER apud MIYAMOTO, loc. cit.

⁵⁶⁶ Id. 1981.

⁵⁶⁷ A polêmica diz respeito ao fato de a Escola de Munique nunca ter existido. Na realidade, diz mais respeito a um grupo de seguidores de Haushoffer que publicaram vários textos no início do século XX e que alcançaram grande repercussão na Europa, *ibid.*, 1981.

⁵⁶⁸ *Ibid.*, 1981, p. 76.

⁵⁶⁹ Loc. cit.

⁵⁷⁰ *Ibid.*, 1981, p. 79.

⁵⁷¹ *Ibid.*, 1981, p. 80.

também criou seu curso de geopolítica e o ano de 1949 marcaria a fundação do Instituto Brasileiro de Geopolítica, que permaneceria em atividade até 1961⁵⁷². E seguiu-se uma vasta lista de autores, livros, revistas, artigos e estudos que passaram a tratar a geopolítica e a estratégia como as disciplinas essenciais ao desenvolvimento planejado e estratégico da nação brasileira.

Em seu artigo Shigenoli Miyamoto relaciona pelo menos 205 livros, artigos, pesquisas e estudos publicados entre 1920 e 1980 e voltados para a geopolítica e estratégia. Contudo, afirma que entre a segunda metade da década de 1940 e a década de 1950, quando as questões como a relação entre geografia e história, a relação espaço e sociedade, a transferência da capital do Brasil vista como problema geopolítico e estratégico, os transportes, nossos vizinhos da América Latina, a segurança nacional e a estratégia militar, foram as principais preocupações de pesquisas e estudos publicados por autores brasileiros. Foi também o momento que marcou a ocorrência de três aspectos em grande medida interligados e que operaram as principais mudanças nos estudos sobre estratégia no Brasil: o contexto da Guerra Fria, a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG) e o surgimento de uma nova geração de estudiosos da geopolítica e estratégia como Terezinha de Castro, Meira Mattos, João B. Magalhães, Waldyr Goldophim, Lyra Tavares e Golbery do Couto e Silva⁵⁷³.

O contexto mundial geopolítico da oposição entre mundo capitalista *versus* mundo planejado, entre Ocidente *versus* Oriente e entre democracia *versus* comunismo, condicionou de forma instrumental o papel da ESG, potencializado pelos complexos embates políticos, econômicos e ideológicos no Brasil, marcando incidentalmente os governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Tornada o espaço de fomento, encubação, desenvolvimento e disseminação das ideias dos militares brasileiros nos campos da estratégia, geopolítica, economia e política interna e externa no Brasil, os cursos e publicações da ESG assumiram caráter da doutrinação que dogmatizou conceitos como estratégia, planejamento, desenvolvimento e Segurança Nacional e que passaram a ostentar a condição de verdades absolutas necessárias de ser aplicadas. É nesse ponto que Golbery do Couto e Silva se torna o grande destaque entre a nova geração de estudiosos da geopolítica e estratégia no Brasil. Momento em que as preocupações com a geopolítica e a estratégia deixam o limite dos quartéis e associações de classe e ganham o público mais amplo.

⁵⁷² Ibid., 1981.

⁵⁷³ Loc. cit.

Gaúcho de Rio Grande, a carreira do general-de-divisão Golbery do Couto e Silva a partir de 1927 seria convencional em seus dez primeiros anos, nos quais serviria em várias unidades de infantaria e na Divisão de Material Bélico. Em 1937, já como capitão entraria num contato mais direto com a segurança estratégica ao ser designado para servir na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Entre 1941 e 1943, faria o curso de Estado Maior e logo em seguida, em 1944, embarcaria para Fort Leavenworth, para cumprir um adestramento preparatório para sua agregação às unidades da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que já combatiam na Itália desde julho daquele ano. Ao término do adestramento, seguiu para o *front* italiano como oficial de informações, e a partir desse momento, sua carreira estaria irremediavelmente ligada às atividades de coleta, análise e processamento das Seções de Informações (S-2), de Operações (S-3) e Estado Maior (EM).

Após a guerra, já no Brasil, sua relação com a geopolítica e a estratégia ultrapassou os limites do academicismo e seguiu pela via política. Além de sua atuação acadêmica na ESG, a passagem pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) ocasionou o envolvimento direto no recrudescimento de ações que aglutinaram golpismo militar e golpismo civil, com participações na política desenvolvida entre militares do Clube Militar (CM) e entre políticos civis através da Ação Democrática Parlamentar (ADP), ações do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o financiamento da publicação de artigos e matérias políticas em periódicos e da campanha de candidatos de partidos da direita, alinhados aos golpismo (militar, civil e empresarial). Rotineiramente em seus cursos, a ESG trazia seus alunos para visitas de instrução à Amazônia, como noticiado no jornal paraense Folha do Norte em agosto de 1971 na capital paraense que a “Comitiva da ESG amanhã em Belém”⁵⁷⁴ com cerca de 60 estagiários da Turma “Henrique Laje”⁵⁷⁵.

Golbery, como poucos, fez deslocamentos⁵⁷⁶ profundos entre vários campos sociais: no meio militar, da academia, tropa, gabinete e do Estado Maior nas Operações (S-3) e Informações (S-2), diversificou *in loco* seu campo de atuação ao mesmo tempo em que criou

⁵⁷⁴ **Folha do Norte**, 11 ago. 1971, 1º Caderno, p. 3.

⁵⁷⁵ A turma “Henrique Laje” de 1971 foi formada por: 04 generais, 13 coronéis, 01 major-brigadeiro, 07 capitães-de-mar-e-guerra, 01 almirante de esquadra, total de 27 alunos do CEMCFA; 05 coronéis; 02 capitães-de-mar-e-guerra, 01 general de brigada, 01 contra-almirante, 02 advogados, 01 estatístico, 01 geólogo, 01 delegado de polícia e 01 representante ministerial, total de 16 alunos do Curso de Informações (CI); 08 generais, 01 empresário, 10 professores, 07 advogados, 01 veterinário, 01 pecuarista, 01 bancário, 04 médicos, 01 juiz federal, 02 juízes, 14 engenheiros, 02 desembargadores, 01 contador, 01 pecuarista, 02 economistas, 01 brigadeiro-médico, 01 vice almirante, 01 contra almirante e 01 cônego, total de 74 alunos do Curso de Segurança (CSG), cf. “Nossa história”. **Escola Superior de Guerra**. Disponível: <<http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/nossa-historia>>. Acesso: 3 ago. 2014.

⁵⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, in.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 186.

vários níveis de laços militares mais bem traduzidos pela expressão “espírito de corpo” (*esprits du corp*); no meio social do *front* italiano, o ambiente das informações e contrainformações foi um cotidiano de pressão em vários níveis e intensidades para solucionar situações conflitos que geralmente envolveram a relação de vida ou de morte em que os ganhos profissionais pesam tanto quanto as perdas psicológicas; no meio acadêmico da produção intelectual, nos gabinetes calmos e nos arquivos silenciosos e solitários para a pesquisa, análise e reflexão após, oposta e sem detrimento à sobrecarga psicológica da guerra. Mas é no meio doutrinário da ESG, para onde convergem as experiências das pressões do *front* italiano (“medo?”), da calma e tranquilidade da pesquisa (“para prevenção?”) que associados aos meios latentes ideológicos (Clube Militar), políticos (do IPES/IBAD) e econômicos (do empresariado) que é disparado o sempre latente “dever cívico” à defesa irrestrita ao capitalismo e à democracia liberal.

A nomeação aqui do sujeito Golbery do Couto e Silva não tem a intenção de passar a falsa impressão do cumprimento de um *script* teleológico ou linear. Como sujeito e agente, Couto e Silva realizou seu deslocamento entre os diferentes campos sociais, nos quais as experiências adquiridas em cada espaço social podem ser relacionadas às instituições que deram sentido a sua ação social na assimilação e aquisição de experiências que elevaram seu capital cultural e capital intelectual e que relacionalmente foi postergado, o que pode ser verificado na sua produção acadêmica e teórica: pela BIBLIEX, Rio de Janeiro, publicou Planejamento Estratégico (1955) e Aspectos geopolíticos do Brasil (1957); na revista A Defesa Nacional, publicou os artigos Geografia e Geoestratégia (1958), O Brasil e a defesa do Ocidente (1959), O problema vital da Segurança Nacional (1959); e pela editora Olympio, do Rio de Janeiro, publicou A Geopolítica do Brasil (1967). Seus escritos se destacaram menos pela quantidade e muito mais pela representatividade e influência nos campos da geopolítica e da estratégia considerando sua relação ao momento histórico tanto de Couto e Silva quanto da sociedade brasileira.

Muito além do intelectual e homem das informações de bastidores – ou o “Feiticeiro”, como intentou Elio Gaspari⁵⁷⁷ – Couto e Silva era um militar no sentido *stricto sensu* a ponto de manter o humor de caserna horas antes da operação que o vitimaria, ao relembrar e confirmar a ação dos “coronéis fantasiados”⁵⁷⁸. Como sujeito agente, Couto e

⁵⁷⁷ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 18.

⁵⁷⁸ “No quarto do hospital Sírio Libanês contou-me mais uma vez a queda do ministro do Exército, Sylvio Frota, em outubro de 1977. Quando lhe perguntei se era verdade que alguns coronéis apareceram no quartel-general em roupa de campanha, respondeu: ‘É, parece que houve um pessoal que se fantasiou’”, in: GASPARI, id., 2002, p. 14.

Silva se deslocou durante trinta e um anos num espaço social de caserna marcado pelo embate interno entre a disciplina (obediência) e o “dever cívico” (contestação, ação).

Esse espaço da caserna é regido por uma legislação distribuída através do Estatuto dos Militares (que rege a vida profissional militar) e dos Regulamentos Disciplinares e Planos de Carreira (de Praças e Oficiais, que se especificam na Marinha, Exército e Aeronáutica). Existem outros documentos regulamentares mais voltados para a operacionalidade das Forças Armadas. Porém, a legislação aqui citada condicionou atitudes, regulou comportamentos e prescreveu ações sempre vinculando as Forças Armadas à Nação e indissociavelmente ao Estado. O Estatuto dos Militares no seu artigo 27 estabelece como

[...] manifestações essenciais do valor militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;

II – o civismo e o culto das tradições históricas;

III – a fé na missão elevada das Forças Armadas;

IV – o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;

V – o amor à profissão e o entusiasmo com que é exercida; e

VI – o aprimoramento técnico-profissional; [...].⁵⁷⁹

Nesse sentido, o aparato militar legal seguiu a tradição maior das Forças Armadas vinda desde a Guerra do Paraguai. Considerando os incidentes direta e especificamente ligados às contestações e disputas pelo mando no governo institucional no Brasil republicano, o número de participação dos militares na política envolveu pelo menos oito intervenções: Proclamação da República (RJ, 1889); Revolução Liberal Nacional (1930); Revolução Constitucionalista (1932); Intentona Comunista (1934); Proclamação do Estado Novo (1937); Deposição de Vargas (1945 e 1954); Deposição do presidente Carlos Luz (1955); Revolta de Jacareacanga (1956); Crise da Posse (1961)⁵⁸⁰. Essa tradição investiu a geração golpista de 1964 da crença em um “dever cívico”⁵⁸¹ direito exclusivo como Força Armada constitucional, institucional, nacional, permanente e regular, auto legislando como profissionais das armas o “dever” auto investido e autorregulado de intervir na política profissional e que ensejou o protagonismo na nona intervenção que seria o Golpe de 31 de março/1º de abril de 1964.

⁵⁷⁹ MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estatuto dos Militares**. *Vade-Mécum* Naval. Marinha do Brasil. Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 2009, p. 11.

⁵⁸⁰ DONATO, Ernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987, pp. 14-15.

⁵⁸¹ IORIO, op. cit., p. 6.

Observado o conjunto dessas ocorrências, o “dever cívico” só ocasionalmente não foi evocado para intervir na política profissional.

Nesse sentido, o contexto macro da Guerra Fria ao qual estava inserida a América Latina, os anseios ideológicos e econômicos latentes à direita, os embates ideológicos que se tornaram cada vez mais complexos no Brasil das décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento de um pensamento em geopolítica e estratégia monopólio da ESG e as latências militares do “dever cívico” aglutinaram setores militares e civis em defesa de um Brasil “democrático”. Veio o golpe, instalou-se a ditadura. Muito semelhante à forma que Erich Maria Remarque encerra a obra que resgata suas experiências e memórias sobre a Primeira Guerra Mundial com a representação de um informe simples que em papel se reduzia a uma frase: Nada de novo no *front*⁵⁸². Não houve novidades nesse *front* histórico no sentido das posições assumidas e das soluções aplicadas. Mas uma vez quebrada a via constitucional, e é importante que se diga, à despeito e independente das argumentações e teorizações justificativas dos ideólogos do regime militar-civil que intentaram transformar o “golpismo de 1964” em “movimento de 1964” ou meramente “revolução” – como as tentativas de um amargurado e vencido general Sylvio Frota, décadas depois do fim da ditadura no Brasil, ou pelo “híbrido fértil”⁵⁸³ coronel Jarbas Passarinho, durante e depois da ditadura – a deposição de um governo legitimamente constituído por um golpismo latente e efetivo gerou a necessidade de legitimar a nova ordem estabelecida.

Havia também o embate de ideias internamente na ARENA. Enquanto o senador e presidente nacional da ARENA Fillinto Muller defendia a “entrega de total poder decisório aos governos estaduais” por achar “suficiente o que a Revolução já produziu” atribuindo “maior importância a criação de condições para um futuro renascimento dos poderes de uma política partidária”, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid permanecia na ortodoxia militar da “revolução”, “assim a filosofia da Revolução permaneceria implícita, baseando-se na definição de objetivos da Escola Superior de Guerra”⁵⁸⁴.

Conforme Fernando Dominience Menezes, o termo “Brasil potência” surge oficial e documentalmente no governo do general-presidente Médici, no texto do plano de Metas e Bases para a Ação do Governo⁵⁸⁵, avaliando as ações econômicas do governo Castelo Branco como “salvação nacional”⁵⁸⁶ e do governo Costa e Silva como “retomada do progresso em

⁵⁸² REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front**. São Paulo: L & PM pocket, 2003.

⁵⁸³ Título de livro homônimo de Jarbas Passarinho, que se considerava um cruzamento de militar com político.

⁵⁸⁴ “Arena tenta definir filosofia política”, **Folha do Norte**, 25 fev. 1972, 1º Caderno, p. 8.

⁵⁸⁵ MENEZES, op. cit., p. 66.

⁵⁸⁶ Id., 2007.

bases estáveis”⁵⁸⁷, o plano de Médici propunha “[...] construir-se-á, no país, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se assim a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência”⁵⁸⁸. Inserido no contexto de expansão econômica conhecida como “milagre brasileiro” e vivenciando a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1970 no México, o Brasil viveu um momento de euforia que o governo militar-civil utilizou para se legitimar.

[...] o ufanismo decorre de uma distorção da consciência do processo de percepção da realidade, em que deixa de existir limites entre o Brasil real e o Brasil possível. O discurso ufanista caracteriza-se pela adjetivação apologética, sempre exaltativa do possível apresentado como aposto indiscutível do real. [...] a riqueza potencial passa a ser aceita como atual; [...] a felicidade vindoura se sobrepõe imaginariamente às dificuldades presentes, a inteligência exaltada faz esquecer a educação ainda precária e passadista [...]”⁵⁸⁹.

Desde outubro de 1940, na cidade de Manaus, Amazonas, a força discursiva e simbólica do chamado “Discurso do Rio Amazonas”, já havia evocado a Amazônia como “a terra do futuro, o vale da promessa da vida do Brasil de amanhã”⁵⁹⁰. Essa evocação realizada pelo discurso de Getúlio Vargas chamou a atenção para a direção que Amazônia deveria seguir: “a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária” deveriam ser transformados em “energia disciplinada”⁵⁹¹. O enunciado da “disciplina” na fala de um militar, latifundiário, tenentista e estrategista político, implicavam na subordinação da Amazônia a ações hierarquizadas e controladas a partir de um Estado reestruturado, centralizado, e cada vez mais onipresente na vida nacional. Mantinha a hierarquia no governo semelhante à hierarquia da caserna, ao gosto dos militares (“O Exército brasileiro esteve sempre ligado aos grandes movimentos que expressam o sentir profundo do nosso povo”⁵⁹²), para manter e estreitar os laços – já não tão fortes⁵⁹³ – que os uniam garantindo seu apoio⁵⁹⁴. Também associava a Amazônia à economia nacionalista (“Vim com o objetivo de verificar as possibilidades

⁵⁸⁷ Ibid.

⁵⁸⁸ BRASIL. Presidência da República. **Metas e Bases Para Ação do Governo**, p. 15.

⁵⁸⁹ SODRÉ apud MENESES, op. cit., p. 70.

⁵⁹⁰ **Operação Amazônia** (Discursos), op. cit., p. 10.

⁵⁹¹ Id., 1967.

⁵⁹² D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Getúlio Vargas**. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, p. 407.

⁵⁹³ “Nós, os militares - refiro-me aos oficiais até o posto de major -, acreditávamos travar os últimos combates para a imposição definitiva dos postulados liberais de 1922, reencarnados em 1930, esmagando as derradeiras e renitentes oligarquias, quando na verdade concorriamos para substituí-las por um regime mais discricionário, individualista, do mais cínico e despótico egocentrismo. O golpe de 11 de maio de 1938, que não foi somente integralista como se propala e escreve, porquanto contava com o apoio de políticos e militares alheios à Ação Integralista Brasileira, nenhuma repercussão teve no nosso regimento, em Três Corações, tampouco no Exército, cf. “Subindo a penosa escarpa”, in: FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. A mais grave crise dos governos militares narrada por um de seus protagonistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [200?], p. 49.

⁵⁹⁴ Id., [200?], p. 33.

práticas para pôr em execução um plano de exploração sistemática das suas riquezas e de desenvolvimento econômico do grande vale⁵⁹⁵) que, ao contrário das críticas liberais, controlou os trabalhadores e beneficiou a burguesia industrial e financeira⁵⁹⁶. Nesse molde, as ações e gerências do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) ou da Batalha da Borracha seriam acionadas no governo Vargas como ideologicamente nacionalistas, socialmente hierarquizadas e economicamente necessárias.

A partir desse direcionamento, seis anos depois da fala de Vargas em Manaus, o Governo Federal assumiu uma atitude mais direta, pragmática e constitucional em relação à Amazônia através do Artigo 199 da Constituição de 1946. Com a vigência desse artigo, o Governo passou a destinar três por cento da renda tributária nacional a serem investidos na Amazônia durante os vinte anos seguintes, até 1966. As ações de colonização ficariam a cargo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Para administrar os recursos obtidos com esse percentual tributário e seu investimento, foi criado um agente financeiro, o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e em 1953, já no segundo período democrático de Getúlio Vargas no poder, seria criado o agente gerenciador do desenvolvimento da Amazônia, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, SPVEA. Assim, estava formada a estrutura básica de recursos (artigo 199/CF 1946), agente colonizador (IBRA), agente financeiro (BCA) e agente instrumental (SPVEA) para operar o desenvolvimento da Amazônia.

Após 1964 e a fase de estudos do *Relatório Mecor* que culminaram na Operação Amazônia, a retomada do Discurso do Rio Amazonas implicou na assunção de uma Amazônia hoje (1966-1974) num regime de historicidade de “terra futura” e “Brasil do amanhã” presentificada e disciplinada pelo discurso nacionalista ideológico, num modelo de sociedade hierarquizada e economia necessária de ser integrada pela “fertilidade e energia extraordinárias”. Assim, a estrutura já existente de recursos (artigo 199/CF 1946), agente colonizador (IBRA), agente financeiro (BCA) e agente instrumental (SPVEA) para operar o desenvolvimento da Amazônia, teve seu formato remodelado pelo governo militar-civil através da Lei nº 5.122, de 28 de Setembro de 1966, transformou o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia S.A. (BASA) e da Lei nº 5.173, de 27 de Outubro de 1966 que em conjunto com as alterações promulgadas em 7 de Dezembro de 1967, que extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o

⁵⁹⁵ D'ARAÚJO, op. cit., p. 404.

⁵⁹⁶ TEIXEIRA, Francisco M. P. & TOTITI, Maria Elizabeth. **História Econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, [200?], p. 177.

Instituto Brasileiro da Reforma Agrária e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Já havia um discurso, recurso, agente colonizador, financeiro e instrumental, faltava como um modelo simbólico.

E esse modelo simbólico, que daria forma real às ações na Amazônia, fora construído dez anos antes da Transamazônica através da “política de rodovias” do governo Juscelino Kubitschek. Na abertura da então BR-14, Rodovia Belém-Brasília, a exaltação ao papel da Força Aérea Brasileira e os detalhes das ações do Destacamento da Base Aérea de Brasília, fração de tropa de 20 militares e uma aeronave Douglas C-47 de fabricação norte-americana que ostentava, segundo repórter do *Correio da Manhã*, o “glorioso brasão da FAB”⁵⁹⁷, deu apoio aos trabalhos na rodovia através de voos rasantes nos locais de trabalho, pousou em clareiras abertas no meio da mata para abastecer os canteiros de obras com alimentos e medicamentos, realizou o transporte de técnicos, trabalhadores feridos ou mortos e fez circular notícias por meio de jornais e cartas, entendido como o único elo de ligação entre a “civilização” e os trabalhadores às distâncias de 14, 163, 305 e 402 km em relação a Belém⁵⁹⁸.

Nos EUA, ao longo da segunda metade da década de 1960, as sequências de voos dos helicópteros UH-1H Iroquois da 7ª Cavalaria Aerotransportada dos EUA transportando soldados americanos mortos e feridos em meio às selvas do Vietnam, operaram através das imagens uma pressão cotidiana da “guerra entregue a domicílio”⁵⁹⁹ que tencionou e impactou a sociedade norte-americana através dos noticiários da televisão e fariam a opinião pública norte-americana desembarcar do apoio à guerra⁶⁰⁰, passando da heroicização à perda de sentido⁶⁰¹. No Brasil, num sentido inverso, os pousos arriscados em pistas improvisadas em meio à mata fizeram a imaginação e a esperança dos brasileiros alçar voo, reforçando ainda mais o discurso da abertura das rodovias que transportariam o crescimento e levariam o progresso para todo o Brasil.

⁵⁹⁷ “Contribuições da FAB na Belém-Brasília”, *Correio da Manhã*, 10 fev. 1960, 1º Caderno, p. 9.

⁵⁹⁸ Id. 1960.

⁵⁹⁹ Hélène Puisieux apud MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. “A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro. n. 14, pp. 131-151, 2002, p. 147.

⁶⁰⁰ Segundo relato do jornalista Flávio Alcaraz: “Estou num bar em Saigon, no Vietnam, [com] um soldado e um marinheiro. – O que vocês são? Perguntei. Um era sargento.[...]. Um deles disse: – ‘Nós viemos aqui para defender a América, para defender a democracia, mas não dá. Sabe o que aconteceu [...] estávamos transportando caixões de alumínio com 68 companheiros nossos mortos e o povo [vietnamita] sorriam o tempo todo’. [...] Eu mandei uma matéria por teletipo falando sobre a *Hopeless War*, uma ‘guerra sem esperança’. O povo estava contra a presença americana”. Disponível: <<http://eusoufamecos.uni5.net/vozesdoradio/flavio-alcaraz-gomes/>>. Acesso: 8 jun. 2016.

⁶⁰¹ MENESES, loc. cit.

Esses aspectos deram a dimensão da distância, do isolamento e das dificuldades da abertura não só da Belém-Brasília, mas da construção de rodovias no Brasil que seguiu a “política de rodovias” que envolvia outras ações, além dos fatos pitorescos, como o relato do jornalista José Escarlata sobre a BR-29,

[...] em julho de 1960, voltando para Brasília num Douglas C-47, o então governador do Território Federal de Rondônia, o coronel mineiro Paulo Nunes Leal, desafiou o presidente, dizendo: “O senhor já ligou Brasília a Belém e a Porto Alegre, e está ligando a capital a Fortaleza. Por que o senhor não completa o outro braço da cruz construindo a rodovia Brasília-Acre?”. Juscelino indagou: “Uai, Paulo, e pode?” No que ele respondeu: “Claro que sim, presidente. Mas é negócio para homem”. JK retrucou: “Se é negócio prá homem, então vai ser”⁶⁰².

Desafio e decisão narram. A BR-29 e a BR-14 fizeram parte de um simbolismo que teria na inauguração de Brasília a 21 de abril de 1960 seu emblema maior. Cada inauguração que ocorreu foi inserida nesse imaginário. Mas se cada evento é um começo, um acontecimento que operou uma descontinuidade, interrogou o que se fizera até ali e criou seu próprio caminho, não sendo necessariamente o traçado arquitetônico de Brasília ou das rodovias em si, mas o “rastro no tempo”⁶⁰³, desde esse momento também já constavam nas fontes relatos e testemunhos a ocorrência de termos como “pioneirismo”, “fronteira”, “abandono”, “trabalhadores”, relacionados primeiro à Belém-Brasília. Esse conjunto de elementos simbólicos gerados pela BR-14, desenvolvidos a partir das grandes distâncias do interior do Brasil, dramatizaram o isolamento dos engenheiros, técnicos e trabalhadores que realizaram o que ninguém mais realizara até então – de forma original – e tornaram esses eventos em exemplo de superação de dificuldades operacionais, políticas, econômicas e de toda ordem e espécie, sendo considerado pelo Bispo de Gurupi, D. Alano, que afirmou ser a Belém-Brasília uma das “mais notáveis obras rodoviárias do mundo moderno”⁶⁰⁴, o que fortaleceu ainda mais a imagem política do então presidente Juscelino Kubitschek, considerado pelo historiador José Honório Rodriguez como “mais o começo do que o fim de um período”⁶⁰⁵.

Como não poderia deixar de ser, esse simbolismo fez mais. Abriu margem para estabelecer o modelo de heroísmo patriótico do dia-a-dia, narrado em uma aventura nacional contemporânea como a epopeia moderna de um povo, fazendo aflorar a sensação da história

⁶⁰² A BR-29 através da Lei 8.733, de 25 de novembro de 1993, hoje é a BR-364, Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Disponível: <<http://www.notibras.com/site/br>>. Acesso: 12 jul. 2015.

⁶⁰³ ARENDT apud DOSSE, op. cit., p. 127.

⁶⁰⁴ **Correio da Manhã**, 31 jan. 1960, 1º Caderno, p. 17.

⁶⁰⁵ Apud COUTO, Ronaldo Costa. **Juscelino Kubitschek**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2011, p. 278.

sendo construída quilômetro a quilômetro, segundo José Honório Rodrigues, “a sensação de que o triunfo pertencia a todos”⁶⁰⁶. Todos esses elementos orbitaram e se agregaram simbolicamente à abertura da Belém-Brasília e à biografia de Juscelino Kubitschek. Reelaborados e depois inseridos em outro contexto e em outro projeto, construção e propaganda, assumiram significado e representação equacionados para além do simbólico ufanista para destacar a Transamazônica.

Isso porque o modelo simbólico interessou. A biografia de JK não (Imagem), desinteresse mensurado na fala do general-presidente Ernesto Geisel em 1976, quando da morte de JK: “Tanto que pedi a Deus que esse homem não morresse no meu governo!”⁶⁰⁷.

Imagem 25 – JK: modelo e simbolismo que interessou. A Biografia não. JK lançou o modelo e simbolismo que seria reelaborado na Transamazônica. JK em visita às obras de construção da Rodovia Belém-Brasília, com a estrada sendo aberta em meio à selva pelos mateiros sapadores, Fevereiro de 1959.



Fonte: PANDOLFO, Sérgio Martins, “**Rodovia Belém-Brasília. Uma epopeia composta por dois médicos: JK e Waldir Bouhid.** Disponível: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2095140>>. Acesso: 20 abr. 2016.

Considerando o temor do general-presidente, ficou claro que o simbolismo que interessou ao governo militar-civil envolveria a biografia, narração e epopeia no formato

⁶⁰⁶ Id., 2011, p. 279.

⁶⁰⁷ Ibid., p. 281.

histórico que deveria ser escrito por mãos seletas: as mãos militares e civis oficialmente eleitas como patriotas e que após dilacerarem a história⁶⁰⁸ em 1964, passariam a buscar o controle do dia-a-dia.

Dessa forma oficializariam a narrativa da nova aventura nacional com grandes obras e projetos que exaltariam o “novo começo”⁶⁰⁹ de 31 de março como marco da “nova” epopeia do povo brasileiro. Esta seria a nova e grande história escrita: a história da Nação, alegorizada e personificada no “Brasil Grande”. A “política rodoviária” copiada de Juscelino Kubitschek continuou muito

Além da consolidação da Belém-Brasília, o programa prevê dois novos grandes caminhos – um nascendo do Nordeste para atingir a Rodovia Porto Velho-Manaus, após ter atravessado as bacias do Xingú e Tapajós, e o outro ligando Cuiabá, Cachimbo e Santarém. São projetos, que possuem um sentido de grandeza política. [...] A Amazônia já começou a ser incluída na pauta do sistema empresarial brasileiro. [...] O equilíbrio nacional impõe o critério pioneiro, a que a Operação Amazônia dá agora uma conotação de realismo e grandeza⁶¹⁰.

A “grandeza política” direcionou as ações que determinaram os caminhos a serem abertos e percorridos numa constante manutenção de certa virtualidade messiânica⁶¹¹ considerada para além das falas e palavras que apontaram para o que ainda estava por vir e que operaram a transformação da experiência no tempo em sua dimensão ao estender o amanhã sobre o hoje⁶¹².

Nesse sentido, ver o que de “realismo” existia na Amazônia foi fundamental e necessário para que os empresários brasileiros, já devidamente incluídos na pauta da Operação Amazônia, incluíssem por sua vez a Operação Amazônia nas suas pautas de investimentos. Daí que desde 1967 nas propagandas do BASA, já se encontrava o ano de 1982 sendo estendido na dimensão do tempo fazendo-o recuar quinze anos de isenção de impostos para todas as empresas que se instalassem na Amazônia até 1971⁶¹³. Todos esses aspectos reunidos refletem a “grandeza” não da Amazônia amanhã, mas da Amazônia hoje. Essa clareza no discurso é um fluxo constante que nasce da certeza intemporal: não se esperava a “redenção”⁶¹⁴ da Amazônia, ela já estava redimida uma vez que

⁶⁰⁸ DOSSE, op. cit., p. 131.

⁶⁰⁹ ARENDT apud DOSSE, op cit., p. 130.

⁶¹⁰ “Brasil Grandeza e Equilíbrio”, **Correio da Manhã**, 18 mar., Caderno Ilustrado, 1ª página.

⁶¹¹ ARENDT apud DOSSE, op cit., p. 131.

⁶¹² Loc. cit.

⁶¹³ “Como se associar a um empreendimento lucrativo na Amazônia com 50% do imposto de renda de sua empresa”, **Correio da Manhã**, 26 fev. 1967, 1º Caderno, p. 17.

⁶¹⁴ MOSE apud DOSSE, op. cit., p. 133.

Hoje, neste 6º aniversário da revolução e 5º mês de minha posse, e inspirado na Páscoa da Ressurreição, peço que o povo volte o seu pensamento comigo, para bem longe, ao amanhã e sinta a vocação de grandeza do Brasil. Que todo homem, que mais dentro de si mesmo que dentro de sua casa ou de seu rincão, pense nessa grandeza, e sinta no mapa do Brasil, no mapa das terras e dos homens desse imenso país, essa grandeza viável e tangível, que é dever de todos nós antecipar⁶¹⁵.

Nessa fala do general-presidente Médici, há a presença do enunciado de comunhão (“peço que o povo volte o seu pensamento comigo”), um chamado à nação. Toda ela. Como sua fala é veiculada em cadeia de rádio e televisão, Médici pressupõe estar falando com todos os 120 milhões de brasileiros (“o povo”, “todo homem”, “todos nós”), mesmo porque a ideia de “Brasil Grande” também implica na inserção da totalidade da população. Foi uma comunhão em que se operou um recorte cronológico arbitrário (“hoje, neste 6º aniversário da revolução”) que excluiu e selecionou: excluiu todo o contexto anterior e imediatamente posterior a 1964 – ou seja, os governos Castelo Branco e Costa e Silva (1964-1969) – e lhes esvaziou de maior importância. Ao mesmo tempo selecionou os cinco primeiros meses de seu governo (“5º mês de minha posse”) o associando à “páscoa cristã” que, concomitantemente à ressurreição de Jesus Cristo, se assume no sentido da “ressurreição” dos ideais da revolução que retomam a direção de sua “vocação nacional” como “Brasil Grande” (“a vocação de grandeza do Brasil”).

Cortando o tempo cronológico ao convidar a população a pensar e sentir o amanhã (“o povo volte o seu pensamento comigo, para bem longe, ao amanhã”, “sinta no mapa do Brasil”), o general-presidente Médici foi além e convidou a população a um exercício que tentou tocar um horizonte de expectativa que não poderia e que não pode ser tocado⁶¹⁶. Foi um convite que, nesses termos, tirou a capacidade de surpreender através daquilo que não é mais esperado⁶¹⁷. Essa experiência tornou a expectativa estática; remeteu ao regime de historicidade que deslocou o progresso e o futuro moderno pós Revolução Francesa para o presentismo do “Brasil Grande” (“que é dever de todos nós antecipar”), como um tempo impositivo que ditou a rítmica à sociedade brasileira (“dos homens desse imenso país”). Robespierre *pediu* ao povo francês uma “aceleração”⁶¹⁸ revolucionária no tempo. Médici *ordenou* ao povo brasileiro outro tipo de antecipação: golpeou a política, a sociedade e o próprio tempo.

⁶¹⁵ Mensagem lida em cadeia de rádio e televisão, em 31 de março de 1970, in: MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Nova Consciência do Brasil**, [S. 1.]: Departamento de Imprensa Nacional, set., 1970, pp. 90-91.

⁶¹⁶ KOSELLECK, op. cit., p. 313.

⁶¹⁷ Loc. cit.

⁶¹⁸ “É chegada a hora de conclamar cada um para seu verdadeiro destino. O progresso da razão humana preparou esta grande revolução, e vós sois aqueles sobre os quais recai o especial dever de acelerá-la”, cf. KOSELLECK, op. cit., p. 25.

Concluir a Transamazônica, a exemplo do que ocorreria com a conclusão e inauguração da Ponte Rio-Niterói, significaria não só a eficácia dos militares em planejamento e execução, mas fundamentalmente representaria diante da opinião pública brasileira a realização de três tarefas básicas as quais o governo militar-civil se encarregou de definir e disseminar, que pontuados por Fernando Dominience Menezes na integração, segurança e desenvolvimento,

A Transamazônica, no interior do conjunto de iniciativas que constituem o PIN, representa uma obra síntese dos pressupostos do regime uma vez que congrega em si as três principais tarefas das quais os militares se prontificaram desde o golpe de 1964, que são: integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional⁶¹⁹.

Legislativos e Executivos precisavam ser integrados a todo esse projeto, o que insere minha discussão no âmbito da história mais propriamente voltada para o fenômeno da política ou dos partidos políticos, que passou por um longo descrédito na primeira metade do século XX, principalmente a partir da historiografia construída pela primeira geração dos *Annales* (a partir da década de 1920).

Se antes dessa guinada historiográfica francesa a história política valorizava o que era factual, crônico, nacional ou ideológico a partir dos *Annales* tudo o que dissesse respeito à “política” passou a ser visto meramente como factual, crônico, nacional e ideológico, descrédito que deixou de lado domínios mais amplos da *longue durée* ou das singularidades do *évènementielle* em complexidades de temas como discurso político, partido político ou cultura política entre outros. Em grande medida, coube a René Remond reverter esse preconceito com os objetos políticos a partir das obras *La droite en France* (1955) e *Les droites en France* (1982), estudos que reconheceram não uma, mas várias direitas na França abandonaram a crônica e o factual e enfatizaram o peso da ideologia no Tempo Presente francês⁶²⁰.

Há, portanto, a necessidade de abordar aspectos pertinentes ao fenômeno político para entender como o discurso do “Brasil Grande” alcançou Estados e Municípios através dos Executivos e Legislativos estaduais e municipais que assumiram papel institucional mais político que cívico. No caso do Pará, a configuração política pode ser resumida nas informações contidas na Tabela 06.

⁶¹⁹ MENEZES, op. cit., p. 64.

⁶²⁰ BERSTEIN, “Os Partidos”, in: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 59.

Tabela 06 - Bancadas Legislativas Paraenses em 1970.

SENADO FEDERAL	
ARENA	MDB
João Renato Franco (170.094) Edward Cattete Pinheiro (157.457)	Sem representação
Total: 02	-
BANCADA PARAENSE NA CAMARA DOS DEPUTADOS	
ARENA	MDB
Américo Natalino Carneiro Brasil, Edson Burlamaqui Simões Roma, Gabriel Hermes Filho, Pedro Carneiro de Moraes e Silva, Juvêncio Antonio Vergolino Dias, Stélio de Mendonça Maroja.	João de Paiva Menezes, Julio Costa de Viveiros.
Total: 06	Total: 02
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARÁ	
ARENA	MDB
Antonio Alves Teixeira, Alfredo Jacob Gantus, Antonio Nonato do Amaral, Arnaldo Corrêa Prado, Carlos Costa de Oliveira, Fernando Américo Medeiros Brasil, Gerson dos Santos Peres, Haroldo Heráclito T. Da Silva, José Elias Emim, Lauro de Belém Sabbá, Lourenço Alves de Lemos, Nilson Célio Guedes Sampaio, Oswaldo Corrêa Prado, Oswaldo dos Reis Nutram, Oswaldo Sampaio de Melo, Ubaldo Campos Corrêa, Victor Hilário da Paz.	Alvaro de Oliveira Freitas, Carlos Alberto de Aragão Vinagre, Jader Fontenelle Barbalho, José Maria Lins de V. Chaves, José Massud Ruffeil, Paulo Imbiriba Lisboa, Paulo Ronaldo de M. Albuquerque.
Total: 17	Total: 07
Total Geral: 25	Total Geral: 09

Fonte: BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultado das Eleições Gerais no Pará (1945-2006)**. Belém, 2008, Disponível: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pa-resultado-das-eleicoes-gerais-no-para-1945>>. Acesso: 23 jan. 2013.

Obviamente que as ações tanto do Executivo quanto do Legislativo estavam próximas um ao outro menos no sentido de coesão política e mais pela estrutura política de uma partidária situação subserviente e de uma oposição partidária controlada. Isso se verifica a exemplo da “costura política” feita pelo líder nacional da ARENA, deputado federal Rondon Pacheco, conduzindo sempre “medidas conciliadoras” para minimizar disputas políticas na ARENA paulista e na ARENA paraense⁶²¹. Situação de divisões internas não muito diferentes no MDB nacional que em 1970 se encontrava “sem unidade quanto à sucessão nos Estados”⁶²².

O período da ditadura militar-civil no Pará pode ser analisado e criticado pela história ou por qualquer uma das ciências humanas seguindo linhas teóricas, ideológicas ou de

⁶²¹ **Folha do Norte**, 8 jan. 1970, 1º Caderno, p. 12.

⁶²² *Id.*, 1970, p. 13.

discussão as mais variadas. No entanto, as eleições de 1970 se configuraram num fato político marcado pela esmagadora vitória da ARENA sobre o MDB, reflexo dos 370.753 mil votantes que elegeram naquele ano 02 senadores, 08 deputados federais e 24 deputados estaduais. Os votos depositados nas urnas elegeram 02 senadores, 06 deputados federais e 17 deputados estaduais para a ARENA, enquanto o MDB amargou com a eleição de somente 02 deputados federais, 07 deputados estaduais e nenhum senador⁶²³.

O que interessa nesse momento para minha discussão é a 7ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) que entre 1971 e 1974 formou uma bancada com 17 deputados arenistas e 07 deputados emedebistas numa proporção de quase três deputados da ARENA para um do MDB, razão numérica que os emedebistas não poderiam superar em votações na ALEPA. Essa foi a configuração da bancada que assumiu o Legislativo paraense durante o mandato do engenheiro Fernando José de Leão Guilhon como governador do Estado do Pará, também eleito ao final de 1970. Assim estiveram dispostos no cenário político paraense o Legislativo e o Executivo, com certa proximidade entre poderes, possível de ser balizado através do relato contido nas Atas das Sessões Ordinárias⁶²⁴ (desde agora *Atas Alepa*) da ALEPA.

Objetivamente, as *Atas Alepa* possuíam como propósito registrar de forma sistemática e padronizada as discussões realizadas em cada Sessão Plenária, sendo produzidas pelos próprios deputados que secretariavam as Sessões do Plenário e procediam à escrita de uma redação inicial (rascunhada) durante a sessão e posterior modelagem da redação final que seria inserida definitivamente no Livro Ata Oficial, seguida da leitura e apreciação regimental em Plenário para aprovação ou reprovação pelos próprios deputados que se manifestavam, respectivamente, pela precisão, imprecisão ou necessidade de correção dos registros.

Tanto a nível federal quanto a nível estadual, a bancada paraense da ARENA garantiu uma maioria de representatividade política, o que permitiu ao Executivo federal e estadual uma base política de apoio segura para ratificar decisões, além de manter a oposição admitida controlada. Com relação à ALEPA, sua composição durante a 7ª Legislatura, entre 1971 e 1974, não difere muito na origem dos políticos arenistas e emedebistas.

⁶²³ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultado das Eleições Gerais no Pará (1945-2006)**. Belém, 2008, pp. 67-70. Disponível: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pa-resultado-das-eleicoes-gerais-no-para-1945>>. Acesso: 23 jan. 2013.

⁶²⁴ Estão organizadas em livros nas dimensões 30.0 x 45.0 x 0.7 cm, pesando aproximadamente 4 a 5 kg, com 400 páginas margeadas e numeradas, encadernados com capas em papelão de 0.5 mm de espessura revestidos de espesso tecido verde musgo. Todos os livros levantados foram impressos e encadernados pela Gráfica Vitória e Papelaria Acilino Campos que ficava situada na Travessa Padre Eutíquio, 147, Bairro do Comércio, Belém-Pará.

Caso do arenista Arnaldo Corrêa Prado, eleito deputado estadual para a 6ª Legislatura no período de 1967 a 1970, reelegendo-se para a 7ª Legislatura no período entre 1971 e 1974, quando exerceu a presidência da ALEPA. Era médico de formação e entre outros cargos foi Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública do Estado e Secretário de Estado de Saúde Pública; empossado no cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará em sessão solene do dia 14 de agosto de 1974 e vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará de 19 de janeiro de 1977 a 11 de maio de 1980.⁶²⁵ Também o deputado Gerson dos Santos Peres, que além de advogado e jornalista, foi Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem, deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro em 1958, quando migrou para a UDN e após a instituição do bipartidarismo ingressou na ARENA, legenda na qual seria reeleito em 1966, 1970 e 1974, chegando a ser vice-governador na chapa de Alacid da Silva Nunes nas eleições indiretas de 1978⁶²⁶. O deputado Osvaldo dos Reis Mutran era originário da região de Marabá onde sua família assumira importantes postos na política local, prosperara no comércio⁶²⁷ e se impusera em violentos conflitos e obscuras questões de terras⁶²⁸. Lauro de Belém Sabbá, advogado e jornalista, foi eleito em 1970 e seria reeleito em 1974. Fora Presidente do Diretório Municipal da Arena (1970-1971), Presidente das Comissões de Educação, Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa (1972-1973), da Comissão de Indústria, Comércio e agricultura (1974-1978) e da Comissão de Transporte, Obras Públicas e Terras (1981-1983)⁶²⁹.

Entre os emedebistas, Paulo Imbiriba Lisbôa além de exercer seu mandato na 7ª Legislatura entre 1971 e 1974, seria nomeado prefeito de Santarém em 1975 e estaria presente quando da inauguração da Hidrelétrica de Curuá-Una em 19 de Agosto de 1977 pelo então general-presidente Ernesto Geisel, acompanhados do então Governador do Estado professor Aloysio da Costa Chaves, do coronel ex-governador Alacid da Silva Nunes, do coronel-senador Jarbas Gonçalves Passarinho e do deputado federal Ubaldo Campos Corrêa, todos políticos de grande influência na ARENA paraense⁶³⁰. O advogado Jader Fontenelle Barbalho, filho do ex-deputado estadual Laércio Barbalho, vinha de um combativo mandato como vereador de Belém entre 1966 e 1970 e manteria uma postura contestadora e debatedora

⁶²⁵ Disponível: <<http://www.tce.pa.gov.br/index.php/arnaldo-correa-prado>>. Acesso: 12 nov. 2014.

⁶²⁶ Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gerson_dos_Santos_Peres>. Acesso: 12 nov. 2014.

⁶²⁷ Disponível: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Os-negocios-da-familia-Mutran>>. Acesso: 12 nov. 2014.

⁶²⁸ “Deputado Osvaldo Mutran nega ser proprietário de terras em Marabá”, *Atas Alepa*, 25ª Sessão Ordinária, 10 mai. 1972, p. 235. (arquivo n. 123334).

⁶²⁹ Disponível: <<http://www.tce.pa.gov.br/index.php/lauro-de-belem-sabba>>. Acesso: 12 nov. 2014.

⁶³⁰ Disponível: <<http://macedoelivaldo.blogspot.com.br/2013/06/usina-hidreletrica-de-curu-una.html>>. Acesso: 12 nov. 2014.

no Legislativo estadual; seria eleito deputado federal para exercer mandato entre 1974 e 1978 e após o fim do bipartidarismo, seria eleito Governador do Estado do Pará em 1982 pelo PMDB. Teria como companheiro na 7ª Legislatura e nos desdobramentos da política ao final da década de 1970, Carlos Alberto de Aragão Vinagre, bacharel em direito e filosofia pela UFPA, fora oficial de gabinete da prefeitura de Belém entre 1962 e 1963 no governo de Aurélio do Carmo. Entre 1964 e 1970 foi promotor público do Município de Maracanã, Pará. Seria reeleito para a 8ª Legislatura no período entre 1975 a 1978. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PMDB e como candidato a deputado federal em 1978 alcançou uma suplência e assumiu o mandato de Jader Barbalho que concorreu ao governo do Estado do Pará em 1981. Eleito deputado federal em 1982, votou a favor da emenda Dante de Oliveira em 1984 e no Colégio Eleitoral de 1985 votou para presidente em Tancredo Neves⁶³¹.

Paulo Ronaldo de M. Albuquerque, oriundo de família de classe média, iniciou a carreira no rádio e no jornalismo impresso na década de 1960, no jornal A Província do Pará (ligado aos Diários Associados), depois de passar pouco tempo no noticioso O Dia. Na Rádio Marajoara/AM assumiu o popular programa policial “Patrulha da Cidade”, tornando-o fenômeno de audiência. Nas eleições de 1970, foi eleito pelo MDB como o deputado estadual mais votado (com 13.780 votos). Sem abandonar suas atividades como jornalista e mesmo estando a imprensa constantemente ameaçada pela censura, manteve um jornalismo crítico e por isso foi preso duas vezes. Na segunda detenção ficou seis meses encarcerado no quartel da Polícia Militar, em decorrência de sua denúncia no Plenário da ALEPA⁶³² sobre as ações do “Esquadrão da Morte” em Belém, no ano de 1971, caso que repercutiu nacionalmente⁶³³.

Os nomes acima arrolados exemplificam de forma a não deixar nenhuma dúvida quanto à origem dos produtores, aprovadores e oficializadores das *Atas Alepa*. Obviamente por questão de limite de espaço selecionei aqui alguns debates ocorridos nas plenárias e registrados nas *Atas Alepa* seguindo uma questão de ordem de pertinência da relação entre Legislativo e Executivo estadual e federal na convergência militar-civil no Pará ao discurso do “Brasil Grande”.

As reuniões no Plenário ocorriam ordinariamente no Salão de Sessões da ALEPA sempre entre as 15 e 18 horas. Em casos extremos de discussões mais acaloradas ou de decisões restringidas ao cumprimento de prazos legais, as sessões chegavam a até no máximo

⁶³¹ VINAGRE, CARLOS. *Arquivo CPDO/FGV*. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/>>. Acesso: 3 fev. 2013.

⁶³² *Atas Alepa*, 89ª Sessão Ordinária, 9 ago. 1971, pp. 215-216. (arquivos n. 113148-113158).

⁶³³ *Revista Veja*, 18 ago. 1971, nº 154.

às 19h. A chamada dos deputados era realizada antes do início da sessão e havendo *quorum* exigido a abertura oficial era proclamada pelo Presidente da Câmara ou, no caso de sua ausência, pelo seu representante regimental, geralmente evocando as “Bênçãos de Deus”⁶³⁴.

O primeiro momento das Sessões Ordinárias era dedicado à leitura do “Expediente” de ofícios dirigidos à ALEPA por outros poderes, órgãos governamentais ou instituições públicas, privadas ou por pessoas físicas. O trâmite é de *praxe* e rotineiro, mas não deixa de significar.

Entre os ofícios que apresentam pertinências a minha discussão, arrolei os ofícios do Sr. Carlos Augusto Silva Costa, que assumira o cargo de Diretor da Loteria do Estado⁶³⁵; na correspondência que aponta para a proximidade entre o engenheiro-governador Fernando José de Leão Guilhon e a 7ª Legislatura da ALEPA, foram arrolados os ofícios: agradecendo a nomeação do Sr. Modesto da Encarnação Rodrigues como prefeito de Salinópolis⁶³⁶; agradecendo a aprovação do nome do Sr. Jesus de Medeiros para o cargo de presidente do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ)⁶³⁷; agradecendo congratulações pela política militar do governo⁶³⁸; agradecendo a escolha do engenheiro Waldemar Lins de Vasconcelos para diretor presidente da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA)⁶³⁹.

A alusão à “política militar do Governo” diz respeito ao processo de reestruturação dos salários da Polícia Militar do Estado do Pará que culminou na Lei n.º 4.491, de 28 de novembro de 1973⁶⁴⁰ e na concessão de pensões às viúvas de policiais militares e funcionários civis do Estado⁶⁴¹. Mais representativa é a aparentemente rotineira correspondência oficial citada nas *Atas Alepa* de forma impessoal com agradecimentos oficiais do governador que são pessoalmente políticos ao citar suas escolhas de técnicos e políticos propostos para exercerem cargos técnicos (como a ex. de diretor do BANPARÁ e da COSANPA) ou para exercerem cargos políticos de confiança (como a Prefeitura de Salinópolis, Santarém ou de Marabá). Apresentados para apreciação dos deputados estaduais, a aprovação de cada um desses nomes reflete certa medida de apoio e aprovação políticos pela ALEPA num “entre-dois” que não nos permite deixar de pensar na relação entre Executivo e Legislativo⁶⁴². Ainda que tenham

⁶³⁴ *Atas Alepa*, 6ª Sessão Ordinária, 12 mai 1971, p. 269. (arquivo n. 112932).

⁶³⁵ *Id.*, 12ª Sessão Ordinária, 20 abr. 1971, p. 288. (arquivo n. 113323).

⁶³⁶ *Ibid.*, 10ª Sessão Ordinária, 16 abr. 1971, p. 282. (arquivo n.113212).

⁶³⁷ *Ibid.*, 14ª Sessão Ordinária, 23 abr. 1971, p. 298. (arquivo n.113508).

⁶³⁸ *Ibid.*, 138ª Sessão Ordinária, 18 mai. 1971, p. 18. (arquivo n. 110419).

⁶³⁹ *Ibid.*, 9ª Sessão Ordinária, 2º Período, 7ª Legislatura, 14 de abril de 1972, arquivo nº 121657, p. 166.

⁶⁴⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ. **Leis Ordinárias 1973**, p. 55. Disponível: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/>>. Acesso: 6 mar. 2013.

⁶⁴¹ *Atas Alepa*, 35ª Sessão Ordinária, 24 mai. 1972, p. 271. (arquivo n.124041).

⁶⁴² FARGE, op. cit., p. 63.

suscitado debate e embate, os nomes propostos ocasionalmente pelo engenheiro-governador foram aprovados apesar do bipartidarismo e da divisão arenista entre jarbistas e alacidistas.

Nesse sentido, as correspondências oficiais citadas nas *Atas Alepa* também apontam para a estrutura do regime militar-civil, como nos ofícios: do engenheiro-governador Fernando José de Leão Guilhon agradecendo pela proposição da ALEPA que comemorou o “7º aniversário da Revolução”; do Dr. Pedro Cassab, presidente da Associação Médica Brasileira pela mensagem da ALEPA “quando da homenagem póstuma que aquela associação promovera ao Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, ex-presidente da República”⁶⁴³; Telegrama do secretário particular do “Excelentíssimo Senhor presidente da República, agradecendo o aplauso pelo discurso proferido pelo chefe da Nação, no dia trinta e um de março”⁶⁴⁴.

Os enunciados presentes nas *Atas Alepa* nos relatam que a comemoração anual de “31 de março” com proposições de “aplausos” e “louvor”, da troca de correspondência com mensagens de “congratulações” mútuas entre os poderes – o que incluiu o empresariado paraense –, depõem sobre as escolhas assumidas pela ALEPA e seus interlocutores, indo muito além da rotina de um calendário “cívico” oficial por não se restringir ao espaço interdiscursivo do Salão das Sessões do Plenário. Essas escolhas tramitaram pelas vias estruturais do poder e da economia no Pará e testemunharam se não o apoio irrestrito no mínimo a convivência política da ALEPA à estrutura militar-civil. Apesar de o partido de oposição controlada manter um discurso em alguns momentos crítico ao governo, não se eximiu de se congratular com manifestações póstumas pelo falecimento do general-presidente Costa e Silva dois anos antes ou o voto de “aplausos” pelo aniversário do general-presidente Médici.

Entre a infinita diversidade de palavras que poderiam ter sido ditas ou de comportamentos que poderiam ter sido assumidos⁶⁴⁵, os enunciados dos ofícios de agradecimento do engenheiro-governador, da classe médica e da secretaria da presidência, citados e registrados nas *Atas Alepa*, deixam claro que o *ter sido* dito permitiu uma expressividade maior ao *não dito*, atribuindo-lhe maior carga perceptiva: a prática social do Legislativo e do Executivo paraense canalizaram afetos e emoções⁶⁴⁶ que apesar de não assumirem a violência-ação já tornada monopólio do regime militar-civil, assumiram a

⁶⁴³ *Atas Alepa*, 24ª Sessão Ordinária, 6 mai. 1971, p. 329. (arquivo n. 114544).

⁶⁴⁴ Id., 34ª Sessão Ordinária, 21 mai. 1971, p. 369. (arquivo n.115653).

⁶⁴⁵ FARGE, op. cit., p. 60.

⁶⁴⁶ Id., 2011, p. 29.

condição expressa de violência controlada sob as sutilezas⁶⁴⁷ de seus “aplausos”, “louvores” e “congratulações”: as mãos que aplaudiram, louvaram e congratularam os excessos do regime, apesar de não causarem o derramamento de sangue, na prática, sua inércia permitiu manchas.

Além da proximidade com o regime militar-civil, os deputados estaduais estavam sempre próximos à chamada “classe produtora” do Estado, também referida na correspondência oficial lida a partir das *Atas Alepa*, como os ofícios: do presidente da Federação do Comércio do Estado do Pará⁶⁴⁸ e do presidente do Centro das Indústrias do Pará⁶⁴⁹, ambos sobre o pronunciamento do deputado José Emin “em favor das classes produtoras dêste Estado”; do diretor da Azulejos Pará S.A., para os deputados visitarem suas instalações⁶⁵⁰; convite para visitação às instalações da empresa Fósforos da Amazônia S.A. (FASA)⁶⁵¹; e da firma Carlos Neri Representações, com uma embalagem e flâmula da aguardente “Alvorada”⁶⁵².

Essa proximidade entre deputados estaduais e empresários foge à simples relação econômica, o lugar mais evidente. Isso é importante, mas não é determinante. Tomando o exemplo da forma como os empresários paraenses são apresentados no Álbum da Operação Amazônia como participantes da Primeira Missão Econômica do Pará, de 1967, seus nomes são titulados (“doutor”, “senhor”) e funcionalizados (“diretor”, “presidente”) figurando entre os nomes dos representantes do Governo do Estado e os nomes do corpo técnico do BASA e da SUDAM. Nessa relação temos: governo-empresários-tecnocratas. Essa tríade também é evidente. Menos evidente é a representatividade e os investimentos que subsistem nessa composição ou, mais precisamente, da relação entre deputados estaduais e empresários.

Nesse sentido, a representatividade de deputados e empresários remete aos *honnête homme*⁶⁵³ definidos por Denis Richet como “homens de clareza”; mas que num outro sentido

⁶⁴⁷ O processo de formação do golpismo e do golpe de 1964 em si, contou com a ampla participação civil. Porém, sua presença na ditadura foi uma admissão por parte dos detentores do poder de força e exercício da violência: os militares, que delegaram um exercício político controlado para o partido da situação e para o partido de oposição. O que fugiu a essa estrutura foi violentamente reprimido v. ELIAS, “A formação e a transformação da sociedade de corte francesa como funções de deslocamentos sociais de poder”, in: _____. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 160.

⁶⁴⁸ *Atas Alepa*, 21ª Sessão Ordinária, 4 mai. 1971, p. 322. (arquivo n.114422).

⁶⁴⁹ Id., 26ª Sessão Ordinária, 11 mai. 1971, p. 336. (arquivo n.114719).

⁶⁵⁰ Ibid., 8ª Sessão Ordinária, 13 abr. 1972, p. 161. (arquivo n.121449).

⁶⁵¹ Ibid., 17ª Sessão Ordinária, 27 abr. 1972, p. 201. (arquivo n.122643).

⁶⁵² Ibid., 31ª Sessão Ordinária, 18 mai. 1972, p. 258. (arquivo n.123841).

⁶⁵³ RICHET apud BURGUIÈRE, “Processo de civilização e processo de civilização em Norbert Elias”, in: GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 108. (Coleção Estudos)

mais etimológico para *honnête*⁶⁵⁴, podemos associar a homens honrados, louváveis ou convenientes. Os investimentos dizem respeito à relação que associa capital político com capital econômico e vice versa. Detentor do capital econômico, o empresariado usa cortesia e deferência para investir no capital político não necessariamente de *homme des lettres*, mas sim dos homens das letras legais: a “gente do governo”⁶⁵⁵ inserida na estrutura controlada de sustentação do poder do regime militar-civil.

Após a leitura do “Expediente” o Presidente da Mesa concedia o uso da palavra aos deputados inscritos no dia anterior ou na própria sessão em curso para se manifestar publicamente na tribuna da ALEPA. Seguiu-se a esses pronunciamentos a “Primeira parte da Ordem do Dia”, em que se procediam aos pronunciamentos a respeito de assuntos os mais variados, desde Projetos de Lei, Decretos do Executivo e Decretos do Legislativo até notícias de jornal ou alusões a datas cívicas comemorativas. Na “Segunda Parte da Ordem do Dia” eram votadas as matérias em pauta, constantes da programação definida regimentalmente pelo Presidente da Câmara. As decisões eram tomadas regimentalmente mediante o voto declarado em aberto. Quando das votações em secreto, utilizavam-se cédulas de votação.

As propostas mais comuns nas plenárias eram os votos de “aplausos”, “louvor” ou “congratulações” dirigidos a qualquer pessoa, órgão, instituição ou fato julgado como sendo de relevante importância pelos deputados, como p. ex., “voto de aplausos pelo 26º aniversário da Vitória das Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial”⁶⁵⁶. Eram propostas apresentadas e votadas, que em alguns casos levaram os deputados a acalorados debates. Também recorrentes e opostas aos votos de “aplausos”, “louvor” ou “congratulações” foram as propostas de votos de “pesar” dirigidos a qualquer pessoa, órgão, instituição ou fato julgado como sendo de negativa e reprovável relevância ou de negativa emotividade, como p. ex., o Requerimento de voto de “pesar pelo falecimento da escritora paraense Eneida de Moraes”⁶⁵⁷. No entanto, nem tudo foi emotivamente aplauso de alegria ou pesar de tristeza.

Os Requerimentos de votos de “aplausos”, “louvor”, “congratulações” ou de “pesar” foram apresentados estrategicamente e votados ideologicamente, em muitos casos, sob acalorados debates, como p. ex., a proposta do emedebista Jader Barbalho de um “voto de

⁶⁵⁴ HONNÊTE. AVOLIO, Jeissa Ciardi & FAURY, Mára Lúcia. **MICHAELIS: Dicionário Escolar Francês**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

⁶⁵⁵ André Burguière assinala que Norbert Elias atribuiu a importância do “mundo da toga” no Estado monárquico francês, a ponto de afirmar que o rei de França apoiou-se numa burguesia de funcionários a “gente do rei”, para neutralizar os senhores feudais e ao mesmo tempo evitar o parlamentarismo, cf. BURGUIÈRE, id., 2001, p. 107.

⁶⁵⁶ Requerimento dos deputados Antonio Amaral (ARENA) e Álvaro de Freitas (MDB), *Atas Alepa*, 24ª Sessão Ordinária, 6 mai. 1971, p. 331. (arquivo n. 114622).

⁶⁵⁷ Id., 16ª Sessão Ordinária, 18 abr. 1971, p. 306. (arquivo n.113957).

pesar pelo abandono em que se encontra a rodovia Belém-Brasília”⁶⁵⁸. Aparteado pelo arenista Brabo de Carvalho que afirmou que “o governo muito tem feito pelo Pará após a Revolução de sessenta e quatro”⁶⁵⁹, a atitude do emedebista tem forte representação porque rapidamente apresenta um contra-aparte no qual afirmou “não ter criticado o Presidente da República”⁶⁶⁰. Entretanto, o requerimento foi entendido como uma crítica ao governo Médici por abandonar a obra do Governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Seu requerimento foi rejeitado, mas a Rodovia BR-14, Belém-Brasília, voltaria a ser centro de debates quando foram apresentados os Requerimentos n.º 353, 354, 356⁶⁶¹, respectivamente, do emedebista Paulo Lisboa e dos arenistas Brabo de Carvalho e Gerson Peres, de “votos de congratulações” ao general-presidente Médici e ao coronel-ministro dos Transportes Mario Andreazza pela decisão de asfaltar totalmente a estrada Belém-Brasília, requerimentos que o emedebista Jader Barbalho “louvou” e que o também emedebista José Maria Chaves criticou “considerando a gravidade do não asfaltamento daquela estrada até hoje”⁶⁶². Houve polêmicas também entre as propostas de “louvor”, “congratulações” ou “solidariedade” rejeitadas, como p. ex., a proposta do “voto de solidariedade as professoras paulistas que estavam com seus vencimentos atrasados”⁶⁶³ ou o

[...] voto de congratulações ao Ministro Jarbas Passarinho pelo seu empenho em defender os nomes do secretariado do governador Fernando Guilhon que haviam sido impedidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) de tomar posse em seus respectivos cargos”⁶⁶⁴.

A rejeição dessas duas propostas se evidencia no seu teor polêmico ideológico e de embate político. A aprovação de “congratulação” da ALEPA às professoras grevistas poderia extrapolar a solidariedade àquelas funcionárias e adquirir uma conotação política de crítica ao governo/governador arenista Laudo Natel então à frente do executivo paulista. Já o voto de “congratulações” ao coronel-ministro Jarbas Passarinho, apesar/além de essa iniciativa partir do emedebista Jader Barbalho, foi proposta em uma plenária na qual a ARENA estava irremediavelmente dividida entre os correligionários do coronel ministro Jarbas Passarinho de um lado e os correligionários do coronel ex-governador Alacid Nunes do outro lado, divisão bem evidente desde as eleições de 1970, expressa na fala do coronel-ministro que teria

⁶⁵⁸ Ibid., 34ª Sessão Ordinária, 18 mai. 1971, p. 354. (arquivo n.115201).

⁶⁵⁹ Ibid., Aparte do deputado arenista Brabo de Carvalho, *Atas Alepa*, loc cit.

⁶⁶⁰ Ibid., 4ª Sessão Ordinária, 18 mai. 1971, p. 355. (arquivo n.115257).

⁶⁶¹ 56ª Sessão Ordinária, 23 jun. 1971, p. 78. (arquivo n.105213).

⁶⁶² Ibid., arquivo n.º 105233, p. 80.

⁶⁶³ Requerimento do deputado Carlos Vinagre (MDB), ibid., 39ª Sessão Ordinária, 28 maio de 1971, p. 391. (arquivo n.º 120239).

⁶⁶⁴ Ibid., 1ª Sessão Ordinária, 1º abril 1971, p. 254. (arquivo n. 112553).

afirmado: “os meus candidatos são os candidatos do governador e os candidatos dele são os meus candidatos porque todos são da ARENA”⁶⁶⁵.

É nesse sentido que a cordialidade e deferência entre os deputados paraenses omitiram a rasteira mediação nas decisões. Segundo Serge Bernstein, o partido político é fundamentalmente “o lugar onde se opera a mediação política”⁶⁶⁶. Leve-se sempre em conta que na ALEPA a mediação realizada pela situação subserviente, de um lado, e oposição controlada, de outro lado, esteve inserida num cotidiano concreto dado numa realidade vivida como espaço preenchido pelas experiências que assumiram uma multiplicidade de formatos a partir de ambos e de acordo com as necessidades materiais ou imateriais de seus sujeitos – não o povo paraense e sim a “gente do governo”, os deputados e o engenheiro-governador. Isso ocorreu devido as aspirações assumirem processualmente a forma que se lhes deu o pensamento na sequência natural da necessidade lógica de conceituar ou teorizar. Mas quando a aspiração foi expressa como pensamento político, assumiu o formato do que Bernstein chamou de “estranha alquimia”⁶⁶⁷ porque operou a transmutação da “própria natureza do fenômeno”⁶⁶⁸. Ao assumir o formato de pensamento político, a aspiração que refletiu uma dada necessidade ou um dado problema deixou de ser meramente a experiência cotidiana e passou a ser o discurso que situou impositivamente a mediação operada pelas forças políticas que agiram funcionalmente para articular interesses conflitantes da “gente do governo”, tornados ideias organizadas e reunidas num vocabulário sistemático, propriamente adaptado à política até então permitida e controlada. O que os Requerimentos apresentados nas Sessões Plenárias evidenciam configurou disputas entre os deputados estaduais como sujeitos competindo politicamente, lutando pela identificação “com ritos poderosos” representados nas proposições dos votos de “aplausos”, “louvor”, “congratulações”, “solidariedade” ou de “pesar”. Ainda que a representatividade política da ALEPA fosse marcada por uma situação subserviente e uma oposição controlada, isso não denegou a “batalha por símbolos”⁶⁶⁹ que poderiam ser signos modulados desde a exaltação irrestrita ao regime até de sua crítica às vezes permissiva, às vezes velada. Poderiam ter assumido o formato de “uma situação” ou de “uma oposição”. Mas não. Optaram por assumir a ordem que o regime impôs

⁶⁶⁵ **Folha do Norte**, 1º set. 1970, 1º Caderno, p. 3.

⁶⁶⁶ BERNSTEIN, “Os Partidos”, in: REMOND, op. cit., p. 60.

⁶⁶⁷ Id., 2003.

⁶⁶⁸ Ibid.

⁶⁶⁹ KERTZER, David. “Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano”. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, nº 15, pp. 15-36, jul. 2001, p. 23. Disponível: <<http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/>>. Acesso: 3 out. 2013.

sistematicamente: a legislação segundo o *contractus* político permitido e aceito pelos sujeitos em lugar da legislação segundo a *legis*.

Assim, as aprovações e rejeições ocorridas na ALEPA, longe de simplesmente opor um “partido” que apoiava o regime *versus* um “partido” que fazia oposição à ditadura, foram dadas no momento de uma mediação política praticada num espaço cotidiano concreto em que “grevistas *versus* governo” ou “jacobistas *versus* alacidistas” são processados em meio aos interesses e projetos conflitantes estabelecidos num formato político rearranjado, simples à primeira vista, estranho quando melhor observado e que em certo sentido se modificou readequando cotidianamente o fenômeno político⁶⁷⁰ da situação e da oposição que nesse embate não perdeu sua condição de arena política nos termos esclarecidos por Amílcar Tupiassu e retomados por Pere Petit, em que a ALEPA reproduzia em certa medida a rivalidade entre a Coligação Democrática Paraense e o Partido Social Democrata (PSD), transferida para a ARENA cada vez mais vitoriosa e para o MDB cada vez mais pessimista, mas como uma espécie ou sistema de partido único⁶⁷¹.

Contudo, os enunciados das *Atas Alepa* são muito claros a respeito da relação entre Legislativo e militares. Isso pode ser percebido nos vários convites mútuos entre a ALEPA e os Comandos do 4º Distrito Naval (Marinha), da 8ª Região Militar (Exército) e do 1º Comando Aéreo Regional (Aeronáutica)⁶⁷² sediados em Belém e refletidos: nos votos de congratulações a oficiais gerais por promoções⁶⁷³; pela visita de ministros militares, a exemplo do Ministro da Marinha que levou à suspensão da Sessão de 27 de maio de 1971 pelo presidente da ALEPA para que os deputados pudessem ter a oportunidade de cumprimentar o militar⁶⁷⁴; por votos de felicitações como no caso do aniversário do marechal Eurico Gaspar Dutra⁶⁷⁵; de pesar por falecimentos a exemplo do general Mourão Filho⁶⁷⁶; ou pelos votos anuais de congratulação pelo aniversário da “revolução de 1964”⁶⁷⁷.

⁶⁷⁰ BERSTEIN, op. cit., p. 60.

⁶⁷¹ PETIT, Pere. “O golpe militar-civil e o partido dos militares (ARENA) no Estado do Pará”. **Revista Historiæ**. Rio Grande, v. 5, n. 2, pp.179-226, 2014, p. 213-214.

⁶⁷² *Atas Alepa*, 35ª Sessão Ordinária, 24 mai. 1972, p. 272. (arquivo n. 124050).

⁶⁷³ Id., 37ª Sessão Ordinária, 26 mai. 1972, p. 280. (arquivo n. 124210).

⁶⁷⁴ Ibid., 38ª Sessão Ordinária, 27 de Maio de 1971, arquivo n. 120101, p. 386.

⁶⁷⁵ Requerimento do deputado Massud Ruffeil (MDB), *ibid.*, 33ª Sessão Ordinária, 22 maio 1971, p. 265. (arquivo nº 123959).

⁶⁷⁶ Ibid., 40ª Sessão Ordinária, 31 maio 1971, p. 294. (arquivo nº 124523).

⁶⁷⁷ Ibid., 1ª Sessão Ordinária, 3 abr. 1972, p. 136. (arquivo nº 114842).

Associado a essa cordialidade mútua, a concessão do título de “Cidadão do Pará” aos generais-presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva⁶⁷⁸ e Eurico Garrastazu Médici⁶⁷⁹ depõe conjuntamente à afirmação do presidente da ALEPA, o arenista Arnaldo Prado, que por ocasião da visita do comandante do 1º Comando Aéreo Regional à ALEPA, “declarou que este é mais um ato que demonstra a união entre o poder Legislativo e a classe militar”⁶⁸⁰. São enunciados que situam a ALEPA no círculo vicioso que imbricou políticos – preferencialmente debatedores – e militares – preferencialmente cumpridores – e denegaram conflitos e contradições que subsistiram nas condicionantes limitações da classe política impostas pela classe militar, o que reduziu e dificultou a possibilidade de que se realizasse a ideia de liberdade⁶⁸¹.

Isso se verifica entre os representantes do MDB, configurados como bancada de oposição e que em muitos casos mediu propondo e na maioria dos casos aprovou votando cada uma dessas proposições⁶⁸². De forma ampla, a relação estabelecida entre Legislativo e militares, ainda que mantivessem algum nível de relação pessoal ou social, são mediadas mutuamente por atitudes institucionais e não pessoais. Dessas atitudes, do simbolismo vertido dos uniformes, dos títulos conferidos, das deferências mútuas e dos momentos de confraternização, fez emergir a representatividade do vivido repetido num discurso em que passam a compartilhar crenças⁶⁸³ em todas as ações disseminadas pelo executivo federal. Isso inclui a Operação Amazônia, a Transamazônica e o discurso do “Brasil Grande”. Num depoimento sobre a ditadura militar-civil para o documentário Histórias do Poder, produzido pela TV Cultura, o ex-ministro da fazenda Delfin Netto declarou que

Na Transamazônica foi feita uma ocupação inteiramente irracional. E mais ainda. Naquele momento você não sabia realmente ao que levaria a ocupação da Amazônia. Ficou claro depois que o problema da Amazônia é muito mais complexo do que simplesmente se fazer uma estrada. E dizer: eu vou fazer um sistema de colonização dos dois lados da estrada e tudo vai funcionar. Se percebeu claramente que não era assim⁶⁸⁴.

⁶⁷⁸ Resolução n.º 06, de 16 de agosto de 1966 concedeu título de “Cidadão do Estado do Pará” aos marechais Humberto de Alencar Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva e deu outras providências, in: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 1º de set. 1966.

⁶⁷⁹ *Atas Alepa*, 154ª Sessão Ordinária, 11 nov. 1971, p. 69. (arquivo n. 112809).

⁶⁸⁰ Id., 142ª Sessão Ordinária, 22 out. 1971, p. 27. (arquivo n. 110833).

⁶⁸¹ FOUCAULT apud FARGE, op cit., p. 33-34.

⁶⁸² Requerimento 922/71, dos deputados Oswaldo Melo (ARENA) e José Maria Chaves (MDB), *Atas Alepa*, 146ª Sessão Ordinária, 29 out. 1971, p. 36. (arquivo n. 111044).

⁶⁸³ BERSTEIN, op. cit., p. 86.

⁶⁸⁴ **Histórias do Poder**. Parte IV. Documentário. Direção: Max Alvim e Nelma Salomão. São Paulo: Fundação Padre Anchieta; TV Cultura, [200?]. Disponível: <<https://www.youtube.com>>. Acesso: 30 dez. 2014.

A fala do ex-ministro tecnocrata que participou diretamente da decisão para o início das obras da Transamazônica pode até ocasionalmente ser entendida como uma *mea culpa*. Mas não é. Sua fala no documentário reordena a memória selecionando o que lhe interessou e descartando o que não convinha⁶⁸⁵, uma fala estritamente profissional e política, pouco honesta e muito difícil, por reorganizar a história *a posteriori*⁶⁸⁶. Omitiu deliberadamente outra argumentação sua de 1971, registrada na obra *O Milagre Brasileiro*, de Murilo Melo Filho e retomada por Fernando Dominience Menezes, em que afirmou sobre a inesperada decisão de construção da Transamazônica: “se Cabral tivesse de fazer estudos de viabilidade, não conseguiria descobrir o Brasil”⁶⁸⁷. Ainda assim, segundo as próprias palavras do ex-ministro em entrevista à revista eletrônica *A Crítica de Manaus, Amazonas*: “Eu sinto que cumpri minha missão e não tenho nenhuma dificuldade em defender aquilo que foi feito. Não me arrependo de nada”⁶⁸⁸. Se levarmos em conta os vários tipos de violência praticados em períodos de ditadura, a fala de Delfim Netto não fugiria ao raciocínio de Michel Foucault retomado por Arlette Farge e estaria bem próximo da determinação da racionalidade “que é tão compatível com a violência”⁶⁸⁹.

Mesmo que demos crédito às reelaborações de memória do ex-ministro Delfim Netto de uma Transamazônica projetada e construída sem que o governo estivesse fundamentado em qualquer certeza a respeito de sucesso na colonização da Amazônia; e ainda que o insucesso não fosse cogitado, se essas incertezas estavam na ordem do dia em âmbito federal, para os deputados da ALEPA os sentimentos e crenças eram bem diferentes tanto nos discursos quanto nas ações legislativas. Através dos registros das *Atas Alepa*, percebemos uma diferença de crenças muito marcante, refletindo não somente crenças e certezas, mas, acima de tudo, aprovação e aceitação, como p. ex., na proposta do Requerimento 1006/71,

[...] de autoria do Deputado Carlos Vinagre [MDB], manifestando voto de louvor ao Ministro dos Transportes pela conclusão do Trecho Altamira-Itaituba da Estrada Transamazônica. [...] ocupou a tribuna o Deputado Massud Ruffeil [MDB] ressaltando a importância desta obra para nossa Região e, lamentando que os deputados paraenses não tivessem a oportunidade a exemplo dos Parlamentares do Sul, de conhecer de perto tão magnífico trabalho”⁶⁹⁰.

⁶⁸⁵ THOMPSON, op.cit., p. 153.

⁶⁸⁶ Id., 1992, p. 174.

⁶⁸⁷ MELO FILHO apud MENEZES, op cit., p. 62.

⁶⁸⁸ PRAZERES, Leandro. “Não me arrependo de nada”. Entrevista com Antonio Delfin Netto. **Revista eletrônica Acrítica.com**. 13 set. 2010. Disponível: <<http://acritica.uol.com.br/especiais/arrependo>>. Acesso: 10 jan. 2015.

⁶⁸⁹ FOUCAULT apud FARGE, op. cit., p. 35.

⁶⁹⁰ *Atas Alepa*, 159ª Sessão Ordinária, 19 nov. 1971, p. 98. (arquivo n. 113906).

Ambas as manifestações emedebistas foram antecedidas em sete dias, num curto pronunciamento do também emedebista Paulo Lisbôa que apresentou um Requerimento de “apelo” ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para acelerar a entrega de títulos de propriedade de terras aos colonos das margens da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá⁶⁹¹. Em seu discurso de comemoração pelo transcurso do segundo ano de sua administração, período considerado pelo emedebista José Maria Chaves como “o mais importante de após a Revolução”⁶⁹², o general-presidente Emílio Garrastazu Médici afirmava que seu tema principal havia sido a Região Amazônica e que “cumpra o Governo o indeclinável dever de colocar, com a maior rapidez, êsse gigantesco patrimônio a serviço do País”⁶⁹³, o que levou o líder da bancada do MDB, José Maria Chaves, a apresentar requerimento solicitando a inserção da transcrição do discurso presidencial na *Atas Alepa*⁶⁹⁴.

A crença dos deputados da ALEPA no sucesso da construção da Transamazônica e na colonização da Amazônia não deixava espaço para dúvidas. Era uma crença forte e presente. Quando o Deputado arenista Gerson Peres apresentou sucessivamente ao longo do ano de 1971 o Requerimento 39/71 que propunha uma planificação populacional através de um planejamento familiar para diminuir as estatísticas de reprodução entre as famílias de baixa renda no Pará⁶⁹⁵, teve seu projeto combatido por seus pares da ARENA, uma vez que o MDB se absteve de votar a matéria⁶⁹⁶. O arenista Oswaldo Melo defendeu certa “razão de ser” no Requerimento mas sugeria uma “emenda aditiva”⁶⁹⁷.

Contudo, os arenistas Brabo de Carvalho e Antônio Teixeira, seus colegas de bancada, argumentaram que um projeto desse teor não seria possível devido o “vazio demográfico de nossa Região não [permitir] uma planificação populacional”⁶⁹⁸. Esse argumento reproduziu o discurso da Operação Amazônia e da Transamazônica e refletiu de entre os parlamentares paraenses a certeza do vazio demográfico e de que ele já estava sendo preenchido com a colonização resultante da migração populacional para a Amazônia. Tanto, que o requerimento de Gerson Peres pareceu conotar certo perigo às ações de colonização na Transamazônica. É o registro da sensação de um tempo diferente, que segundo o emedebista José Maria Chaves seria “o mais importante de após a Revolução”, que os faz experimentar o

⁶⁹¹ Id., 155ª Sessão Ordinária, 12 nov. 1971, p. 79. (arquivo n. 113138).

⁶⁹² Ibid., 146ª Sessão Ordinária, 29 out. 1971, p. 36. (arquivo n. 111044).

⁶⁹³ Loc. cit.

⁶⁹⁴ Requerimento 922/71, dos deputados Oswaldo Melo (ARENA) e José Maria Chaves (MDB), *ibid.*

⁶⁹⁵ Ibid., 5ª Sessão Ordinária, 7 abr. 1971, p. 267. (arquivo n. 112916).

⁶⁹⁶ Loc. cit.

⁶⁹⁷ Ibid.

⁶⁹⁸ Ibid.

progresso e a realização futura já nesse tempo de maior importância e diferenciado pela Transamazônica. Essa sensação descrita nas *Atas Alepa* é a falha que presentifica o futuro e que podemos perceber a partir da discordância do “Requerimento da planificação” e que também testemunha a presença implícita do discurso do “Brasil Grande”.

Tanto quanto a crença no vazio demográfico e na sua solução através da colonização com a Transamazônica, a forma como os deputados se referem e representam as populações e trabalhadores do interior do Estado é descrita na proposição do arenista Antonio Amaral como “os homens rurais que labutam ao longo dos rios e lagos amazônicos”⁶⁹⁹. Para esses “homens rurais” os deputados apresentaram propostas de leis que permitiriam a aquisição de motores de popa isentos de impostos⁷⁰⁰ e com preço abaixo dos preços de mercado; facilitariam linhas de crédito para financiamentos do Banco do Brasil em situações de perdas ocasionadas por enchentes dos rios⁷⁰¹; propuseram, ainda, a construção de grupos escolares. Mas como ler o termo “homem rural” do registro das *Atas Alepa*?

Comparando esse termo com a proposta do arenista José Elias Emin apresentada como requerimento para uma palestra proferida pelo economista Ramiro Nazaré sobre “economia rural”⁷⁰² e a grande quantidade de ofícios e requerimentos apresentados pelos Municípios do interior, como p. ex., das Prefeituras de Óbidos, Baião, Santa Maria do Pará, Melgaço, Mojú e Ourém, entre outros, muitas das discussões nas Plenárias da ALEPA tratavam da autorização aos prefeitos municipais para a contratação de empréstimos financeiros que em geral eram acordados com o Banco do Brasil ou o Banco do Estado Pará. Segundo as justificativas apresentadas nos ofícios dirigidos à ALEPA e discutidos em Plenário, os financiamentos se destinavam à compra de carros, caminhões, tratores, ambulâncias, entre outros, como na solicitação de autorização para operação de crédito pela Prefeitura de Bragança junto ao Banco do Brasil para a compra de veículos rodoviários e maquinário agrícola⁷⁰³.

Levemos em conta que na década de 1970 havia uma população rural de 1.145.052 habitantes, superando a população urbana de 1.021.966 habitantes⁷⁰⁴. A atividade agrícola e extrativista ainda era muito forte e presente no cotidiano paraense apesar de o Censo Industrial desde 1960 arrolar 1.208 estabelecimentos industriais no Pará, representando cerca

⁶⁹⁹ Ibid., 128ª Sessão Ordinária, 2 out. 1970, p. 157. (arquivo n. 112123).

⁷⁰⁰ Loc. cit.

⁷⁰¹ Ibid., 31ª Sessão Ordinária, 18 maio 1971, p. 357. (arquivo n. 115248).

⁷⁰² Ibid., 6ª Sessão Ordinária, 12 abr. 1971, p. 269. (arquivo n. 112932).

⁷⁰³ Ibid., 24ª Sessão Ordinária, 9 maio 1972, p. 232. (arquivo n. 123308).

⁷⁰⁴ “Tabela 5”, in: PETIT, op. cit., 2003, p. 89.

de 70% do total de indústrias presentes na Amazônia⁷⁰⁵. Tanto que o arenista Gerson Peres solicitou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a “devastação de açazeiros”⁷⁰⁶ no Pará. Esses aspectos nos permitem perceber que se havia uma proximidade entre os deputados e empresários paraenses, havia uma distância muito ampla entre os deputados paraenses e os “homens rurais” e apesar de que alguns deputados viessem de uma vivência em cidades do interior, como o caso do arenista Gerson Peres, natural de Cametá, Pará, o cotidiano dos deputados era muito diferente do cotidiano dos “homens rurais” paraenses. Entretanto, as proposições do arenista Gerson Peres e do emedebista José Maria Chaves, respectivamente, de valorização econômica e alimentar da castanha⁷⁰⁷ e de assessoramento de técnicos gaúchos para o plantio de arroz em nossa região⁷⁰⁸, aliadas as proposições de empréstimos, financiamentos, isenção de impostos, compra de motores de popa com isenção de impostos, representaram propostas de soluções para que o Estado se desenvolvesse e exemplificaram a visão do Legislativo de um Estado do Pará formado por homens e economia rural.

Raymond Willians na sua obra *O Campo e a Cidade* demonstrou que o bucolismo literário com o qual a cidade (cultura inglesa) registrou o campo não era real porque insistia em mostra um idílico nostálgico que não mais existia e, acima de tudo, que não representava a história por se tratarem de limitação de visão, mentiras interesseiras ou formas de ver devido ao privilégio⁷⁰⁹. Se balizarmos o uso do termo “homem rural” pelos deputados da ALEPA como um olhar partido do ponto em que esses políticos se encontravam como “gente do governo”, então esse olhar partiu de posição privilegiada e modulou as comparações entre positivas e negativas, criou vítimas locais personificadas no “homem rural” e vítimas regionais apagadas pelos limites e atrasos do “vazio demográfico” que só poderia ser vencido se respeitasse as diretrizes superiores e iluminadas definidas pela “gente do governo” que representava o poder central ou conhecia as experiências de outras regiões já desenvolvidas como o Sul e Sudeste. As medidas do INCRA de implantação do Planejamento Urbano Rural, seguindo a proposta do arquiteto e urbanista José Geraldo da Cunha Camargo, partiram da premissa “para que o homem do campo não fuja para a cidade, devemos ‘trazer’ a ‘cidade’ para o campo, criando núcleos urbano-rurais”⁷¹⁰, concepção tecnicista que opôs sociedade

⁷⁰⁵ Id., 2003, p. 92.

⁷⁰⁶ *Atas Alepa*, 1ª Sessão Ordinária, 3 abr. 1972, p. 134. (arquivo n. 114822).

⁷⁰⁷ Id., 156ª Sessão Ordinária, 16 nov. 1971, p. 86. (arquivo n. 113712).

⁷⁰⁸ Ibid., 157ª Sessão Ordinária, 17 nov. 1971, p. 87. (arquivo n. 113719).

⁷⁰⁹ WILLIAMS, Raymond. **A política e as letras**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 307.

⁷¹⁰ CAMARGO, José Geraldo da Cunha. **Urbanismo Rural**. Brasília: INCRA, 1973, p. 5.

urbana à sociedade rural, centralizou decisões e ações estruturais e limitou o espaço social dos migrantes, determinando que desde o

[...] assentamento das famílias na nova comunidade planejada deve-se iniciar o trabalho de ação comunitária, orientando a conduta do grupo, a moral, o espírito comunitário e religioso, enfim tudo o que for necessário para a formação de uma comunidade coesa, feliz e progressista⁷¹¹.

Os termos “orientação”, “condução”, “coesão” e “progressismo” conotam explicitamente meios instrumentais para um controle social exercido pelo INCRA que intentava criar uma articulação entre os colonos sob a terminologia de famílias, grupos, núcleos, travessões, lotes e etc., definido pelo sociólogo Otávio Ianni como uma “comunidade econômica e politicamente organizada”⁷¹² segundo os interesses do governo militar-civil. O “homem rural” necessitava ser orientado e conduzido para chegar a um nível de coesão e progressismo social cada vez mais distante do atraso e limitação rural e cada vez mais próximo do desenvolvimento e progresso urbano. Respectivamente, atraso e limitação “rurais” comparados com desenvolvimento e progresso da cidade mascararam a ambos, campo e cidade⁷¹³, esconderam nesses espaços suas durezas, brutalidades, preconceitos e explorações⁷¹⁴ presentes nas experiências ordinárias⁷¹⁵ rurais ou urbanas e reproduzidas no meio da “gente do governo”. Marcelo Ridenti pontuou no “romantismo da AP” (“Ação Popular”) um sincretismo entre “maoismo-guevarismo-cristianismo” que identifica o camponês sob a perspectiva de um “ideário do homem do campo”⁷¹⁶. Na utopia da integração entre a intelectualidade artística da classe média e o homem simples do povo brasileiro, Juliane Vargas Welter percebeu a ideia romântica do homem simples não contaminado pela modernidade capitalista, o protagonista que encontraria no passado (romantismo) a solução para um futuro modernizador (via revolucionária)⁷¹⁷.

⁷¹¹ Id., 1973, p. 6.

⁷¹² IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979, pp. 61-62.

⁷¹³ WILLIAMS, Raymond. **Campo e Cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 11

⁷¹⁴ Id., 2011, p. 59.

⁷¹⁵ MORAES, Ana Luiza Coiro, “Por que ler Raymond Willians?”. **Cartografias**. Estudos Culturais e Comunicação. Disponível: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/coiro_rwilliams.pdf>. Acesso: 12 jan. 2015.

⁷¹⁶ RIDENTI, “O romantismo revolucionário da Ação Popular”. **Latin American Studies Association**. The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998. Disponível: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA9>>. Acesso: 21 nov. 2014.

⁷¹⁷ WELTER, “Narrativas de redemocratização: o desencanto do romantismo revolucionário na literatura brasileira”. **Anais II Jornada UFRGS de Estudos Literários**, Disponível: <<http://www.wwlivros.com.br/IIjornadaestlit/fichatecnica.htm>>. Acesso: 19 nov. 2014.

O texto, ao ser confrontado com a história, revela as convenções sociais que o produziram; nem sempre de uma totalidade, mas de um grupo. Diagnóstico que pode ser inserido no problema apontado por Ecléa Bosi, de que um acontecimento político que mexa com a cabeça de determinado grupo social tem a memória afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a esse acontecimento permeando as consciências individuais com uma das faces da memória pública e a memória desses eventos, mesmo quando participados, é passiva de ser cooptada por estereótipos nascidos no interior de classe ou de instituições⁷¹⁸. Cada contexto organiza seus privilégios, sua exploração e suas vítimas. O que se vê a partir da leitura das *Atas Alepa* é a construção de um Pará vitimizado pela grandiosidade territorial, diversidade vegetal e despreparo de seus “homens rurais”. Foi o diagnóstico oficial apresentado por um Legislativo e Executivo estadual que pedem ao Executivo Federal maior isenção de impostos, mais facilidades nos empréstimos, mais grupos escolares, mais técnicas agrícolas de ponta, maior incentivo à agricultura, maior diversidade de culturas extrativistas, enquanto a certeza da transformação completa do espaço, das suas mazelas e da sua população ao longo de uma epopeia, de uma aventura numa única Rodovia, a Transamazônica, que para os membros da 7ª Legislatura foi o futuro tornado presente hoje. Uma Amazônia grandiosa e gigante que serviu a um “Brasil Grande”.

No item *No presentismo*, retomo alguns dos relatos de migrantes para analisar como as experiências desses migrantes em seus enfrentamentos ante as consequências da seca no desemprego, sobrevivência e possibilidade da fome diária enquanto experiência passadista são tornados índices que esses mesmos migrantes acessam num exercício presentista que “assombra”. Argumento que esse presentismo os leva a aceitar e convergir ao discurso do “Brasil Grande” compreendendo também um exercício presentista e como única via para transformar suas vidas e as vidas de suas famílias, enquanto horizonte de expectativa.

3.1.2. No presentismo.

No ponto culminante do que proponho como convergência, meu esforço argumentativo parte novamente do exercício presentista dos migrantes que numa rota de

⁷¹⁸ BOSI, op. cit., pp. 21-23.

colisão entra em choque com a representação da Transamazônica e com o presentismo do discurso do “Brasil Grande”. Essa via é direcionada a partir do cotidiano ordinário da Rodovia como espaço de experiência dado histórica e socialmente, formador da base para a construção cultural dos colonos e de “brechas de liberdade” que iniciam o refluxo do processo de convergência e que redundam num novo processo, este de divergência, que opôs expectativas futuras ao presentismo e inverteu lugares no Tempo Presente.

As biografias de luta, dificuldades e sobrevivência entre os migrantes da Transamazônica são marcados por semelhanças. Inclusive na biografia da doutora Maria Ivonete Coutinho da Silva que em sua tese as “Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política”, relatou a migração de sua família do interior do Ceará em 1972 justificando que “a Transamazônica apresentava-se, na época, como o destino mais seguro, em virtude das facilidades propaladas pelos agentes do governo federal”⁷¹⁹. Isso criou uma “latência”,

[...] o acontecimento, portanto, ingressa em um tempo que não é mais o da sucessão cronológica ordenada segundo o esquema clássico do passado, presente, futuro: ora, essa eclosão do tempo é realmente o resultado de um trabalho inconsciente⁷²⁰.

Irrompendo da temporalidade, referências a um “destino seguro”, “futuro melhor” ou “vida melhor” são os relatos comuns do que *foi* considerado preponderantemente *o* melhor. Foram registros da memória distribuídos no *já dito* da fala ou da escrita e que resgataram em parte os objetivos explícitos que justificaram a migração para a Amazônia e a colonização na Transamazônica.

Uma vez que a linguagem exerce escolhas nas atribuições de sentido e do simbólico no curso contínuo do discurso, o *dito* e o *não dito* possuem modos de significar. O *dito* significado pela linguagem não foi recortado pelo *não dito* do silêncio, mas deixou implícito o que *não foi* considerado o melhor e, por isso, preterido: a inexistência de perspectivas ou de esperança de futuro e vida melhores.

No entanto, ainda que preterido e deixado para trás, permaneceu por não ser transparente e por significar multiplamente como elemento central na determinação histórica pela pesquisa ou investigação de processos de significação⁷²¹. Constituem silêncios presentes que depõe sobre experiências passadas e que apontam silenciosa e insistentemente a força de seu presentismo.

⁷¹⁹ SILVA, op. cit., p. 67.

⁷²⁰ GREEN apud DOSSE, op. cit., p. 113.

⁷²¹ ORLANDI, “Silêncio e Sentido”, in: _____. **Terra a vista**. Discurso e confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 50.

Vindo do Rio Grande do Norte em março de 1971, o senhor José Curioso migrou para receber um dos primeiros lotes distribuídos pelo INCRA e testemunhou muitos nordestinos e potiguares como ele, vindos de Natal, Pedro Avelino, Caicó, Florânia ou Sertão do Seridó. Muitos chegavam, alguns partiam de volta e outros migravam para outras regiões. Ficando ou partindo, para chegar ao lote na Transamazônica passavam primeiro por uma seleção que consistiu de responder um questionário com 75 perguntas no próprio INCRA e na avaliação do Banco do Brasil. O objetivo do governo era colonizar. E a forma mais rápida encontrada foi trazendo famílias com seis, oito ou dez filhos, porque

O governo viu que não podia colonizar a Transamazônica, sem trazer as famílias. Então arranhou um avião e falou “pega ai, soca esse monte de gente soca lá na Transamazônica” e cansou de vim [*sic*] de Natal pra cá três vôos desse Boeing 237 da Varig. Ele chegava aqui e desciam 300 colonos. Ele dava duas viagens por dia⁷²².

Apesar da pressa por parte do governo para colonizar e da pressa nos migrantes para ter acesso aos seus lotes de terras, a seleção escolhia somente os colonos mais capacitados como medida do governo através do INCRA para que a colonização na Transamazônica fosse efetivamente concretizada e que se evitasse a repetição das fracassadas tentativas de colonização da década de 1950⁷²³.

A preferência era dada para famílias numerosas que, no caso dos nordestinos, intentavam sair da realidade dura da seca, do desemprego, da falta de renda, da fome e do clientelismo político, marcas históricas que caracterizaram os índices biográficos da maioria dos migrantes flagelados pela seca e pelo latifúndio agropecuarista que desponta das informações da Tabela 07, ao que se comparar a porcentagem de famílias com a porcentagem de áreas, à medida que transcorreu a década de 1950 até o ano de 1960, o número de famílias consideradas “multi-familiares grandes” foi diminuindo em número enquanto a quantidade de terras sob seu controle foi aumentando, demonstrando a forma radical de concentração de quarenta e dois por cento da área de terras do Nordeste estavam sob controle de mais ou menos um por cento da população nordestina considerada como a mais rica.

Trabalhadores em regime de parceria ou trabalhadores rurais simplesmente não possuíam nenhuma porcentagem da área de terras do Nordeste.

⁷²² “Entrevista, 2006”, SILVA, op. cit., pp. 47-48.

⁷²³ DOULA, Sheila Maria e KIKUCHI, Mário Yasuo. “A estratégia da ocupação territorial da Amazônia: A cidade planejada de Sinop”. V **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em Urbanismo. Disponível: <unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/706>. Acesso: 11 mai. 2016.

Tabela 07 – Evolução da concentração da propriedade no nordeste, 1950 a 1960.

Estabelecimentos	1950		1960	
	Famílias	Área	Famílias	Área
	(%)	(%)	(%)	(%)
Multi-familiares grandes	41,9	50,6	1,0	42,0
Multi-familiares médios	9,5	41,9	10,7	47,0
Familiares	7,1	5,0	9,1	8,0
Sub-familiares	18,1	2,5	30,4	3,0
Parceiros	9,1	-	5,4	-
Trabalhadores	55,2	-	43,4	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ANDRADE apud BRAGA, op. cit., p. 37.

O Nordeste foi concebido e construído historicamente tão estereotipado quanto a Amazônia. Aqui, o “ribeirinho”, lá o “sertanejo”; aqui o “amazônida”, lá o “peão”; aqui o “caboco”, lá o “flagelado”. Segundo Magno Michell Marçal Braga, as mutantes identidades regionais do Nordeste, o que inclui o espaço geográfico, ainda que seja mais cultural do que política⁷²⁴, foram construídas para atender necessidades políticas, sociais e culturais emergidas no início do século passado e que alcançam hoje o século XXI⁷²⁵. É preciso também citar que cada família trouxe consigo sua carga cultural. Isso influenciou e muito. Marcou não só pelas muitas diferenças culturais entre migrantes do Nordeste e migrantes do Sul e Sudeste, como também pelas primeiras relações entre migrante e a Transamazônica. Nesse sentido, Maria Ivonete Coutinho da Silva nos dá uma importante orientação a esse respeito,

[...] as famílias oriundas do Nordeste chegavam à Transamazônica desorientadas e dependentes das promessas anunciadas pelo governo. Até se darem conta do contexto no qual estavam inseridas e se livrarem da dependência a que estavam habituadas, na região de origem, pela cultura secular de atrelamento aos “patrões”, levou um bom tempo. Esta situação atrasou o processo de adaptação à nova realidade de trabalho, mingando a possibilidade de produção e reprodução física daquelas famílias. Muitos não conseguiram reagir e enfrentar as dificuldades, então se viram obrigados a abandonar a terra e retornar para os lugares de onde vieram⁷²⁶.

Em grande medida, a maioria dos nordestinos migrou para a Transamazônica por necessidades diversas, mas todas envolvendo em maior ou menor grau a tríade de emprego, renda e futuro. Em maior grau se situaram os migrantes que fugiram das consequências da seca por questões de sobrevivência. Em menor grau vieram os que buscavam melhores empregos e salários. Os motivos diferem e os objetivos convergem. Como dona Francisca Coutinho, que migrou sem possuir capital financeiro ou capital intelectual, mas que veio

⁷²⁴ BRAGA, op.cit., p. 30.

⁷²⁵ Id., 2012, p. 27.

⁷²⁶ SILVA, op. cit., pp. 139-140.

[...] porque foi o jeito [...] me lembro que Chico tinha um sonho de um dia ter uma terra própria. Nós vivíamos no aperreio não tinha casa própria e o emprego dele mal dava para a alimentação. As crianças estavam crescendo e não tínhamos nenhuma perspectiva de oferecer algo melhor para eles. Um dia Chico chegou com uma revista, que tinha a reportagem da Transamazônica, mais era tudo bonito, tinha até asfalto, mostrava as agrovilas, e prometia terra para quem fosse pra lá. Ele não pensou duas vezes. Mandou eu arrumar as coisas e os meninos, que ele ia se informar melhor. Eu tinha seis filhos, a mais nova estava com um mês de nascida. Eu ainda estava de resguardo. Então eu disse: desse jeito eu num posso viajar. Daí a gente esperou mais um mês, mas mesmo assim eu não queria vir. Eu chorava muito. Teve um tio meu que disse: minha filha você tem que acompanhar seu marido. Ainda mais, ele vai procurar melhorar de vida, atrás dessa terra. Eu sabia que não tinha como eu ficar no Ceará, sem emprego e com seis filhos para criar⁷²⁷.

No Nordeste, a renda mínima e a moradia de aluguel deficitária davam contorno a um futuro sem perspectivas de melhoras. Sem outra opção, suas experiências passadas e presentes do Nordeste não apresentavam melhores expectativas para dona Francisca, seu marido ou os filhos. Algo novo surgiu com a propaganda da Transamazônica veiculada pela mídia (“uma revista, que tinha a reportagem da Transamazônica”). Passado e presente vividos no Ceará convergiram nessa reportagem que ofereceu muito mais que emprego e renda: ofereceu um futuro já ali representado em texto e imagem (“era tudo bonito, tinha até asfalto, mostrava as agrovilas, e prometia terra para quem fosse pra lá”). Com a opção de um futuro já presentificado na Amazônia, as dificuldades presentes (“nós vivíamos no aperreio não tinha casa própria e o emprego dele mal dava para a alimentação”) e futuras (“as crianças estavam crescendo e não tínhamos nenhuma perspectiva de oferecer algo melhor para eles”) passaram a ser sentidas conjuntamente com o passado presentificado e que era necessário ser deixado para trás. A orientação que dona Francisca Coutinho recebeu de acompanhar o marido (“minha filha você tem que acompanhar seu marido”) na realidade orientou-a a acompanhar o futuro (“melhorar de vida, atrás dessa terra”).

Emprego, renda e futuro também eram problemas mais ao Sul. Contudo, alguns aspectos um pouco diferente trouxeram para a Amazônia os migrantes do Sul e Sudeste. Na maioria dos casos, como os nordestinos, também eram famílias numerosas, formadas por pequenos trabalhadores rurais que, ao invés de enfrentarem somente as desigualdades geradas pelas relações com o latifúndio em suas regiões, esses sulistas enfrentavam também o problema do minifúndio, que se por um lado lhes impediu um crescimento maior, por outro lado lhes possibilitou acesso à educação e, no ato da decisão pela migração, dispor de algum meio para obtenção de algum capital financeiro que auxiliou na instalação nos lotes da Transamazônica. Conforme Maria Ivonete Coutinho da Silva, a família de Zita Pifs migrou

⁷²⁷ “Entrevista, 2006”, id. 2008, p. 140.

por meios próprios entre 1973 e 1974, vindos de Santa Rosa, Rio Grande do Sul, com a intenção de adquirir uma área de terra de 3.000 hectares, licitada pelo INCRA,

[...] nós saímos de lá, de Santa Rosa com a última mudança, dia 1 de Abril de 1974, mas meu marido, meu pai e as irmãs e um irmão, já vieram pra cá antes em Outubro de 73. Nós viemos pelo INCRA, mas não do projeto de colonização, nós viemos naquelas áreas de fazenda, áreas de 3.000 hectares de terra que eram conseguidas através de licitação. Nossa família era grande e não tínhamos terra para trabalhar [...]. Nossa viagem foi por conta própria, mas nós conseguimos a terra pelo INCRA, a gente preencheu um formulário que foi fornecido pelo INCRA no escritório de Curitiba. Viemos num caminhãozinho ³/₄. A viagem foi feita em três etapas: na primeira, o caminhão levou o material para construir as casas, depois foi vindo a família, umas duas vezes. Éramos doze pessoas adultas, três casais, todos da família. Houve um acordo. Nós vendemos tudo o que tínhamos. Minha mãe vendeu sua casinha. Nós vendemos a nossa propriedade na cidade, pois já sabíamos que tínhamos ganhado esta área de terra⁷²⁸.

A dificuldade encontrada pela família de Zita Pifs não dizia respeito a emprego ou renda, mas ao futuro. Limitados por uma área de terra que não permitia perspectivas de aumento da produção e renda e com a experiência de um passado agrícola trabalhoso e trabalhando num espaço sem expectativas futuras, a família numerosa precisou encontrar em meio a esse espaço de experiências alternativas que viabilizassem novas perspectivas. A alternativa encontrada foi obtida através do escritório paranaense do INCRA. O interesse da família Pifs se concentrou nas áreas maiores (“áreas de 3.000 hectares de terra que eram conseguidas através de licitação”). Mas para chegar a elas era preciso migrar para a Amazônia e se instalar nos lotes menores de cem hectares distribuídos pelo INCRA. O espaço cotidiano desconhecido da Transamazônica imediatamente passou a operar as esperanças futuras desde o espaço de cotidiano ordinário já vivido no presente: justificou a venda de todas as posses da família Pifs (“houve um acordo [...] vendemos tudo o que tínhamos [...] vendemos a nossa propriedade na cidade”) para obter um capital financeiro inicial que lhes auxiliaria na migração, instalação e trabalhos iniciais.

A necessidade do capital financeiro e do projeto da família Pifs de adquirir terras na faixa de 3 mil hectares se inseriu no modelo de colonização oficial que agregava a novidade da distribuição de terras da Amazônia voltadas para a colonização e produção agropecuária com o tradicional papel integrador múltiplo das cidades com estrutura econômica, logística, administrativa e presença do poder político institucional e que seguia o tecnicista projeto do urbanismo rural:

⁷²⁸ “Entrevista, 2005”, *ibid.*, 2008, p. 48 e 135.

a) Os *lotes*, foram planejados como áreas padrão de colonização prioritariamente destinados a pequenos proprietários, com assentamento na faixa de 10 Km das margens esquerda e direita da Transamazônica, divididas em lotes de cem hectares na faixa marginal (500m x 2.000m) ou ao longo das estradas vicinais (400m x 2.500m). Previa-se a construção de uma estrada vicinal e um travessão a cada cinco que permitissem acesso aos mais ao fundo e o escoamento da produção agropecuária⁷²⁹.

b) A *agrovila*, foi planejada como a menor unidade urbano-rural do sistema de colonização, poderia ser escolhida como local de residência fixa dos colonos que trabalhavam nos lotes localizados nos travessões, que partem da estrada principal para o interior da floresta. Como infraestrutura possuía de 48 a 100 unidades de moradias dos colonos, centro administrativo, escola primária, templo ecumênico, comércio seção de uma cooperativa para comércio e uma área para circulação e convivência com quadras de esporte e praças⁷³⁰ (Imagem).

c) A *agrópolis* foi idealizada como centro urbano agroindustrial e administrativo para a integração social rural-urbana. Pensada como um conjunto de agrovilas, sua função socioeconômica e administrativa poderia incluir até 22 agrovilas, possuindo unidades de moradia para técnicos e colonos, posto médico, mercado, clubes e um setor administrativo mais amplo, incluído o escritório de área do INCRA entre outras entidades. Foi concebida também para receber colonos que chegassem de outras regiões para trabalhar, com capacidade para comportar até 1.000 famílias, situadas a cada dez quilômetros com escola de segundo grau, hospital, indústrias leves e depósito da CIBRAZEM⁷³¹.

d) A *rurópolis* foi pensada como núcleo predominantemente urbano, a unidade mais elevada na hierarquia do urbanismo rural, com a função de sede administrativa e disposta a uma distância de 200 Km, pensada para comportar aproximadamente 200.000 pessoas e oferecer serviços mais amplos de escolas técnicas, hospitais, bancos, hotéis e aeroporto, entre outros⁷³².

A operosidade do incentivo à migração e em alguma medida a aparente facilidade para a obtenção de lotes de terra, ainda que disseminado através da mídia público-oficial e

⁷²⁹ ROCHA, Gilberto de Miranda. “Ocupação Planejada da terra na região de integração do Xingu: Da colonização oficial aos assentamentos rurais”. *Revista Movendo Ideias*. NUMA, UFPA. v. 15, n. 1, jan./jun., pp. 17-26, 2010, p. 19. Disponível: <numa.ufpa.br/indx.php?option=com_content&view=article&id=>. Acesso: 21 fev. 2013.

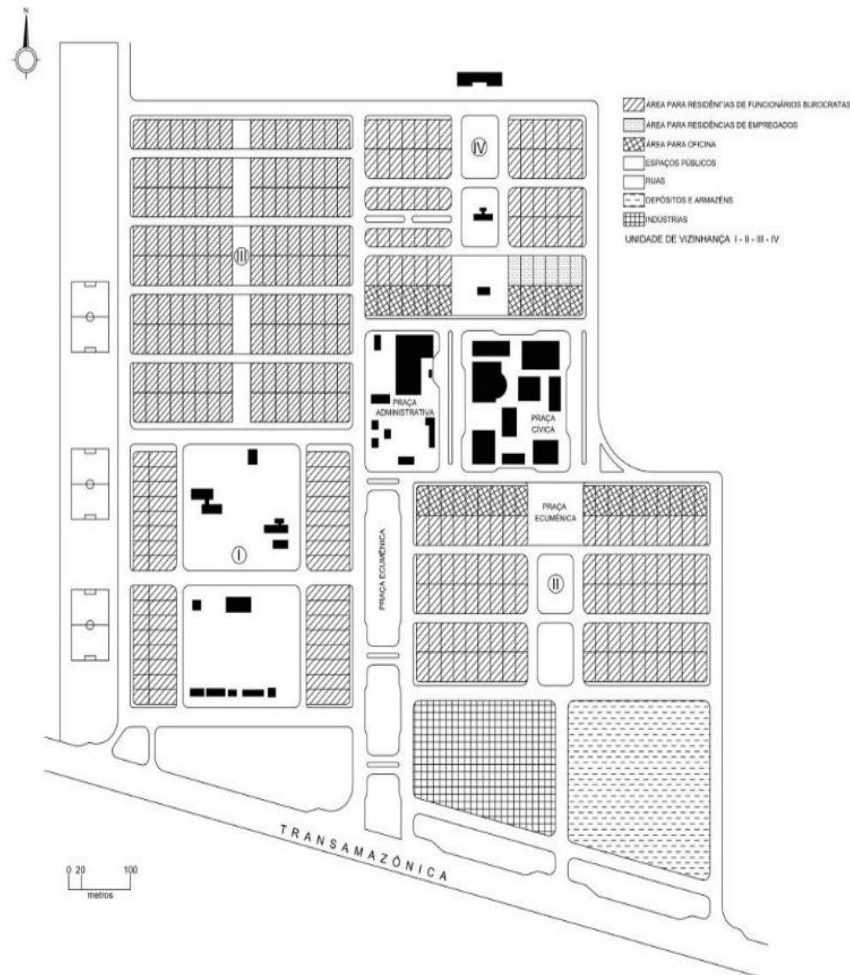
⁷³⁰ Id., 2013.

⁷³¹ Ibid.

⁷³² Ibid.

privado-oficial, talvez não tenha exercido uma influência maior no imaginário migrante do que as propostas e promessas padrão do urbanismo rural (Imagem).

Imagem 26 – A Amazônia do “urbanismo rural” projetado. Planta inicial de Brasil Novo, notando-se a superquadra em torno do edifício escolar, com comércio e serviços deslocados.



Fonte: LEGO, Renato Leão. “Unidade de vizinhança: um estudo de caso das transformações de uma ideia urbanística”. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, n. 1, jun., 2017. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692017005005101#B005>. Acesso: 20 abr. 2016.

Marcados pelas incertezas, instabilidades e insegurança sociais, de Norte a Sul, trabalhadores flagelados urbanos e rurais, ainda que sem uma compreensão plena, foram propensamente receptivos ao linguajar técnico, científico, econômico e de caráter oficial que fortaleceu a sensação de novidade e originalidade trazidas com o discurso da Transamazônica e do “Brasil Grande” e imbricaram nesse contexto certezas, garantias e segurança não pelo

futuro que seria construído, mas, prioritariamente para os migrantes, pelo futuro já presente, sempre comparado às experiências passadas e presentes dos migrantes,

[...] Quem trouxe a gente foi o Governo [...] eu quis vir, mas teve muita gente que voltou e não conseguiu nada. Nossa família era grande e precisava de terra para trabalhar. Lá no Nordeste a gente tinha um pedaço de terra e criação, mas não dava pra família se desenvolver, melhorar a vida⁷³³.

Querer vir para a Amazônia não foi implicação apenas da facilidade de ser trazido pelo governo (“quem trouxe a gente foi o Governo”). Havia a renda que garantia sobrevivência (“a gente tinha um pedaço de terra e criação”) da família numerosa (“nossa família era grande”) apesar de não haver trabalho para todos (“e precisava de terra para trabalhar”). Até esse ponto, a experiência de não ter e ter um pedaço de terra ou de não ter e ter trabalho pra todos, ativou os “vestígios de memória”⁷³⁴ que colocaram em choque sensações comparativas que reconfiguraram o tempo mas não chegaram a romper a fronteira entre passado e presente⁷³⁵. Essa relação sofre uma primeira mutação ao entrar em contato com a novidade trazida pela certeza de receber um lote de terra, nas garantias estruturais do urbanismo rural e na segurança da oficialidade representada pela Transamazônica. A ausência de expectativas ou esperanças do Nordeste (“não dava pra família se desenvolver, melhorar a vida”) foi suprida pela sensação de um futuro mais que real, a de um futuro presentificado.

O que importava naquele momento era fugir do desemprego, da seca e da ameaça de perder a sua dignidade por conta da miséria que se alastrava sobre elas. A posse da terra significava, além da sobrevivência, a garantia de estabilidade social e de dignidade. Essas famílias não viam a terra como um bem econômico⁷³⁶.

O que ligou migrantes nordestinos ou sulistas à terra roxa da Transamazônica se situou num espaço de experiência que esteve além de seus capitais financeiros ou intelectuais que obviamente não poderiam lhes instrumentalizar para entender todos os aspectos macroeconômicos, sociais ou políticos que envolveram projetos, instituições e sujeitos em ação na Amazônia, na Rodovia ou na propagação do discurso da Transamazônica e de um “Brasil Grande”.

Todavia, seus espaços de experiência estavam saturados da realidade tanto do minifúndio sulista quanto do latifúndio nordestino ou nortista. Em ambos havia cercas que não apenas delimitavam espaços. Limitavam perspectivas futuras. Era seu passado atualizado

⁷³³ “Entrevista, 2006”, SILVA, op. cit., p. 107.

⁷³⁴ NORA apud DOSSE, op. cit., p. 182.

⁷³⁵ LANGLOIS e SEIGNOBOS apud DOSSE, op. cit., p. 307.

⁷³⁶ SILVA, op. cit., 110-111.

a cada esticada de arames ou fincada de barroto para uma nova cerca ou para concertar as velhas cercas que perpetuavam uma mesma condição fora ou dentro das cercas: a segregação que flagelou sujeitos, não os integrou socialmente. Não pela cerca em si, mas me utilizando de uma percepção de Raymond Williams, pelo fato de políticos, economistas e empresários tradicionalmente até aquele momento da década de 1970 terem tido mais voz sobre emprego, salário e dignidade futuros da cidade ou do campo do que os próprios trabalhadores urbanos ou rurais⁷³⁷.

A Transamazônica ofereceu outra via. À terra foi associado um compromisso mútuo entre colono e o “Brasil Grande”: colonização e integração. À ação de colonização que implicava o trabalho e a produção a partir do lote se seguiriam as relações com a agrovila, a agropólis e a rurópolis. O lote não estaria isolado, o campo não seria rural e a cidade não seria urbana. Formariam um conjunto integrado pela garantia, estabilidade e segurança da terra, casa, comércio, escola, hospital, banco. Mais que perspectivas, futuro sob os pés, à média distância de dez em dez quilômetros ou a longa distância de duzentos quilômetros. Contudo, distâncias que aproximariam na Transamazônica o que nunca fora alcançado no Sul, Norte ou Nordeste, criariam um espaço próprio que desclassificou⁷³⁸ e que no relato de Seu Edson, migrante pernambucano que trabalhou na Transamazônica como motorista na Construtora Rebelo, “[...] não tem nem comparação... [...] a possibilidade de quem vive naquela região toda lá... A Transamazônica, aquela região lá... É diferente”⁷³⁹.

Os espaços de experiência vividos pelos migrantes nas relações do cotidiano ordinário do minifúndio sulista e do latifúndio nordestino e nortista estabeleceram experiências do passadismo migrante comparadas com o discurso da Transamazônica operaram a convergência dos migrantes ao presentismo do “Brasil Grande”, sonhando o mesmo sonho.

No item *No Sonho* procuro argumentar os aspectos que caracterizaram o discurso do “Brasil Grande” a partir do filme *A Transamazônica* produzido pela Agência Nacional, da inauguração da Biblioteca Central da UFPA e de relatos dos migrantes.

⁷³⁷ WILLIAMS, op. cit., p. 317.

⁷³⁸ FARGE, op. cit., p. 67.

⁷³⁹ BRAGA, op. cit., p. 11.

3.1.3. No sonho.

Sons do canto de pássaros. Imagens em *technicolor* opondo luz e sombras de uma floresta na penumbra que em segundos é rapidamente rompida pelas luzes da nascente do sol. Ao fundo, o som de um tema musical com arranjos grandiosos que lembram a força tonal de clássicos românticos como *O Guarani* e *a Alvorada*⁷⁴⁰. Todos esses elementos visuais e sonoros compõe a aclimatação plástica e estética que prepara o momento da abertura das imagens a um texto que apresenta *A Transamazônica*, título e tema de filme produzido oficialmente pela Agência Nacional, conforme o fotograma da Imagem 13.

Imagem 27 – O sonho sonhado e filmado em “tempo real”. Fotograma representando a abertura oficial do filme “*A Transamazônica*”. Comemoração e exaltação de um futuro-presente, estranhamento e negação de um presente-passado.



Fonte: *print* obtido por meio de smartphone LG G2, a partir de fotograma do filme **A Transamazônica**. Direção, fotografia e montagem: John F. Borring. [S. I.: s. n.]. Agência Nacional. 1970. MP4. Tamanho: 63,2 MB. Duração: 8m 27s. Stéreo (2 canais), color. Disponível em <www.youtube.com.org/>. Acesso: 23 de fev. 2015.

Em seguida, surge uma pista de pouso improvisada ao lado de uma clareira ampla e poeirenta ladeada pela selva. Ao final dos procedimentos de pouso de uma aeronave Hercules marcada com o Brasão da Força Aérea Brasileira (FAB), segue-se o desembarque de militares uniformizados, homens de óculos escuros trajando terno e gravata, carros e equipamentos. De forma sutil e sem maiores destaques, a câmera fecha o plano da imagem sobre o general-

⁷⁴⁰ Do compositor romântico Carlos Gomes.

presidente Emílio Garrastazu Médici rodeado de militares, agentes de segurança a paisana e civis. O filme foi objetivamente rodado, produzido e promovido como propaganda oficial que destacou o início simbólico das obras de construção da Rodovia BR-230, Transamazônica, relatou esse evento ocorrido em 9 de Outubro de 1970 na cidade paraense de Altamira, sendo o momento auge a visita do general-presidente e o auge da narrativa o descerrar de uma bandeira do Brasil que encimava a “Placa de Altamira” que fixada em uma castanheira simbolicamente derrubada, marcou o início das obras.

Na sequência do filme, as tomadas das gravações enfatizam o tamanho gigantesco de árvores com alturas superiores a 60 metros, o numeroso maquinário que em meio à floresta traça no barro avermelhado uma longa linha de rodovia barrenta e poeirenta. Topógrafos com seus teodolitos realizando medições. Trabalhadores com seus machados cortando árvores com mais de cinco metros de diâmetro machadada a machadada. E nesse meio de esforço, a presença do general-presidente Médici e do ministro dos Transportes Mário Andreazza com suas indefectíveis comitivas de oficiais das Forças Armadas, ajudantes de ordens, banda de música militar, soldados e agentes de segurança são dispostos em cena cercados por operários da rodovia e desconhecidos coadjuvantes: homens, mulheres, jovens, velhos e crianças. O filme segue seu discurso com planos generosos que retratam a diversidade, vigor e densidade da floresta, vencida em terra pela ação humana materializada na Rodovia. Vislumbrada de cima com imagens aéreas a imensidão da floresta Amazônica é apresentada, sob a destacada condução do olhar sempre em direção ao horizonte.

Considerando o ano e os claros objetivos de sua produção, o filme *A Transamazônica* testemunhou a materialidade do passadismo da floresta considerada atraso é rasgada pelo presentismo do “Brasil Grande” desde seu início, quando o título do filme surge na tela e parece seguir atravessando a folhagem densa à medida que a câmera descreve seu movimento seguindo o curso de uma trilha na floresta. Com imagens que seguiram uma estética que tanto para os seus interlocutores de 1970 como para nós, interlocutores digitalizados, possui uma plástica onírica na qual o filme se assemelha a um sonho, sonhado e realizado em “tempo real”, a comemoração é exaltação de um futuro-presente e o estranhamento e negação do presente-passado. Para aqueles um sonho futuro já chegado no “Brasil Grande” da Transamazônica. Para nós, o onirismo já ido e distante.

O último quarto do filme apresenta cenas do general-presidente em Belém, Pará, participando do Círio de Nazaré de Outubro de 1970, oportunidade na qual a Igreja ratificou seu apoio ao projeto federal e seu entendimento de sua importância para a região. A narração de toda a ação ficou a cargo do mineiro de Caxambu Alberto Cury, que havia trabalhado

como locutor na Rádio Nacional e na Rádio Jornal do Brasil antes de ser contratado pela Agência Nacional do Governo Federal para narrar propagandas governamentais e transmitir as cerimônias oficiais em rede nacional durante a ditadura militar-civil. É sua voz cavernosa e dicção fastidiosa que reproduziu em cena o discurso que define o início da construção da Transamazônica como “[...] um passo imenso no sentido da ocupação racional”⁷⁴¹.

Segundo o historiador Ulpiano T. Bezerra de Menezes, a imagem não mente jamais. Quem mente é o discurso dos homens que a usam⁷⁴². Levando-se em conta que “o destino do referente e o de sua imagem raramente coincidem”⁷⁴³, no filme *A Transamazônica*, imagem e sons foram apropriados pelo discurso para tornar a construção de uma Rodovia uma epopeica “aventura nacional”, com nome e imagem tornados icônicos e perenes mesmo que seus idealizadores, realizadores e protagonistas fossem irremediavelmente esquecidos. A afirmação sobre a “arrancada histórica para conquista e colonização deste gigantesco mundo verde” segue toda uma representação encerrada em si mesma propositalmente propagandística (Imagem).

Imagem 28 – A Amazônia da propaganda. Visita do ex-presidente Médici à Transamazônica, em 1972, onde militares e estudantes uniformizados, trabalhadores limpos e vestindo suas melhores roupas, filmagens, fotos oficiais e flores para o general-presidente para comemorar o “Brasil grande”.



Foto: Arquivo Nacional. Disponível: <<https://apublica.org/2016/10/a-terra-das-mortes-sob-encomenda/>>. Acesso: 20 abr. 2016..

⁷⁴¹ AGÊNCIA NACIONAL. *A Transamazônica*. Ano 1970. Direção: John E. Borring. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z9EKMii6-D4>>. Acesso: 23 fev. 2015.

⁷⁴² MENEZES, op. cit., p. 142.

⁷⁴³ Loc. cit.

Porém, como a imagem não é rarefeita ou abstrata o sentido não permanece engastado em si mesmo por ser imagem material e produzida materialmente a partir da realidade, trazendo em si um corpo mínimo de informações que integram uma dada situação social especificada pela imagem entre várias outras e assumindo uma significação sem ser tornada *per se*, mas um instrumento de pesquisa para o historiador segundo o entendimento de Tony Bennett retomado por Ulpiano T. Bezerra de Menezes⁷⁴⁴. Decorre disso que a produção e uso das imagens do filme *A Transamazônica* pela Agência Nacional, seu movimento, sua estética, a oposição de luz e sombras e as tomadas de câmera, assumiram um sentido para além da gravação de um filme: contou o início da “história” da *Transamazônica* para torná-la “a verdade” por sobre a floresta ou a própria sociedade. Nesse sentido, falando sobre a retrospectiva da obra do cineasta armênio Pelechian no museu do *Jeu de Paume*, Paris, em abril de 1992, Arlette Farge comentou que

[...] filma multidões, alguma coisa de uma identidade comum se desenha através dos movimentos de multidão em que a câmera mostra atos singulares transmitindo-se uns aos outros, compondo uma vertiginosa espiral onde em seguida vai se ler (se ver) o “rosto” de um grupo de homens e de mulheres num momento particular de sua história. A câmera diz o movimento de conjunto sem jamais ter esquecido de mostrar o que particularmente religa um ao outro, divide um e outro, eles próprios tornados tão visíveis⁷⁴⁵.

Se o movimento das câmeras do cineasta Pelechian liga as singularidades de rostos “lidos” em meio à multidão pela filmagem, no filme *A Transamazônica* a população é esvaziada e suprimida. A ênfase é dada à floresta, ao processo de abertura da Rodovia. Ainda que sejam feitas tomadas que se demoram na imagem de trabalhadores operando tratores, caminhões, machados e instrumentos topográficos, os indivíduos permanecem silenciados pelo discurso que enfatiza o trabalho, não o trabalhador, o produto e não o produtor.

Arlette Farge também retoma Michel de Certeau e Jacques Rancière para mostrar que se o historiador é “poeta do detalhe”⁷⁴⁶ e que a fala exprime necessidades e também manifesta a inteligência⁷⁴⁷ os seres devem ser religados às palavras na escritura da história⁷⁴⁸. Por outro lado, o filme *A Transamazônica* torna o início da “grande aventura nacional” a “história verdadeira” que rompeu a história não só por buscar inscrever algo objetivamente tornado diferente de tudo que foi tentado ou feito antes, também se esforça no arranjo dado à

⁷⁴⁴ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. “A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico”. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro. n. 14, pp. 131-151, 2002, p. 144 e 157. Disponível: <www.historia.uff.br/tempo/site/?p=720>. Acesso: 17 jun. 2015.

⁷⁴⁵ FARGE, op. cit., p. 70.

⁷⁴⁶ CERTEU apud FARGE, id., 2011.

⁷⁴⁷ RACIÈRE pud FARGE, Ibid.

⁷⁴⁸ Loc. cit.

narrativa que, além de não religar seres e palavras, transportou para o presente um outro tempo e, com a derrubada simbólica da castanheira em Altamira ritualizou a inauguração da Transamazônica como exercício que dilatou o tempo do progresso e enlevou as sensações de expectadores que tocam assim o futuro presentificado do “Brasil Grande”.

Foram diluídos o meio, os sujeitos e o tempo remodelados num discurso que estabeleceu *o dito* impositivo do modelo civilizatório apresentado como nacionalista, científico, integrador, racional e técnico, enunciador da Amazônia e do Nordeste atrasados e que atrasavam o Brasil. A continuidade desse atraso não seria mais admitidaew . E para que o progresso fosse sentido na Amazônia e no Brasil, o *não dito* foi efetivado como política do silêncio⁷⁴⁹: silêncio sobre operários, caboclos, indígenas e os migrados de outras regiões do Brasil que não são referenciados ou significados na imagem e texto da “Placa de Altamira”, nas cenas, roteiro ou na locução roteirizada de Alberto Cury ao longo do filme da Agência Nacional ou sobre aqueles que já ocupavam a Amazônia antes do Decreto-Lei n.º 1.106 que criou o Programa de Integração Nacional (PIN) e determinou a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Já o *dito* que falou do progresso para o Brasil silenciou sobre a Amazônia, citando-a apenas no interdiscurso que se apropriou de sua representação e implicou o que foi útil ao “Brasil Grande”, para dar mais

[...] um passo imenso no sentido da ocupação racional de uma área que se caracteriza por um vazio demográfico só comparável ao das desoladas regiões polares. [...] o atraso da Amazônia e do Nordeste repercute negativamente no resto do Brasil, por isso o presidente Médici asseverou: “Ou cresceremos juntos todos os brasileiros, ou nos retardaremos indefinidamente para crescer. E como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional terá de ser como decidimos que será: o instrumento a serviço do progresso de todo Brasil”⁷⁵⁰.

As aspas relatam a fala do general-presidente Médici, deixando clara a fonte de onde emanaram as decisões que tipificaram e formataram o progresso da Amazônia. Pode-se argumentar que grande parte dos habitantes de Altamira não fosse alfabetizada suficientemente para ler ou acessar o texto da “Placa de Altamira”. No entanto, o ritual em torno de seu descerramento, a presença das autoridades federais e estaduais e o formato oficial da “placa” dispararam todo o sistema visual da constância perceptiva⁷⁵¹ para reconhecer e apreender. Aqui é o caso de nos concentrarmos na mensagem, que foi *o dito*, que trouxe em si a função referencial (informativa e denotativa) e a função emotiva (despertar sentimentos, conotativa). Exemplo da visão de governo do general-presidente Médici de que a “revolução

⁷⁴⁹ ORLANDI, op cit., p. 51.

⁷⁵⁰ CURY, A **Transamazônica**, op. cit.

⁷⁵¹ AUMONT, Jacques. **A Imagem**. São Paulo: Papyrus, 1993, p. 82 e 83.

foi feita para construir”⁷⁵², abriu o leque de diretrizes especificadas pelo Plano de Integração Nacional (PIN), Decreto n.º 1.106, de 16 de junho de 1970, complementado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Decreto n.º 5.727, de 4 de novembro de 1971, a Placa de Altamira descerrada pelo general presidente Médici, assumiu seu posto de representação do discurso de um “novo tempo” que aglutinou o espaço segundo as diretrizes da ditadura militar-civil.

Adotando a semiótica de Greimas para analisarmos a Placa de Altamira representada pela Imagem 29, percebe-se uma sobreposição de discursos entre imagem e texto transmitindo uma forma discursiva que fundou um novo tempo presente. Por sua vez esse presente dado impositivamente dilatou o tempo à frente, em direção ao futuro. Num nível fundamental sintático, o texto estruturou a selva como o valor disfórico negativo, contrário à Transamazônica como valor eufórico positivo. O nível fundamental semântico foi estruturado pelos contrários que opõem “civilização” *versus* “barbárie”, “conquista” *versus* “perda”, “colonização” *versus* “não colonização” e “metal-Placa” *versus* “natureza-Árvore”.

Na “civilização” *versus* “barbárie”, o primeiro termo representou os interesses do Governo Federal de impor as relações de produção capitalista de seu modelo civilizatório ao extrativismo praticado *in natura* na selva considerada como “barbárie”. A impossibilidade de impor esse modelo (PIN e PND) resultaria na aceitação de uma “não-civilização” e a consequente negação do progresso.

Na “conquista” *versus* “perda”, conquistar seria seguir o modelo centralista federal para submeter a Amazônia: “vencer” as barreiras naturais impostas pela floresta, coincidindo com o discurso da Segurança Nacional. À possibilidade da “não-conquista” se seguiria a “perda”, “derrota”, “insucesso” e o maior de todos os medos: “internacionalização” ou “invasão estrangeira”.

A “colonização” *versus* “não colonização” programou a ocupação do espaço para evitar a situação da “não colonização” que negou o espaço já ocupado pelos sujeitos, p. ex., da própria Altamira: caboclos, indígenas e imigrados de outros Estados da Federação. À “não colonização” seguiria a permanência do “espaço vazio”.

Na oposição “metal-placa” *versus* “natureza-árvore”, o metal foi a representação⁷⁵³ da indústria, do capital e da presença do Estado na prática apropriativa e disseminadora de imagem/texto/pensamento que estabeleceu um discurso segundo seus interesses e configurou

⁷⁵² Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974. Brasília: Oficinas de Serviços Gráficos da Fundação IBGE, 1971, p. 13.

⁷⁵³ CHARTIER, op. cit., 1991

um ritual de disputa simbólica para escrever/definir a história da Amazônia deste ponto em diante, impondo-se e sobrepondo-se à floresta (meio e sujeitos) a quem se negou a existência social ou histórica, uma vez que “a palavra não possui a mesma força do rito”⁷⁵⁴.

Imagem 29 – A “Placa de Altamira”.



Fonte: Disponível: <<http://joaosilvio.blogspot.com.br/2013/03/a-transamazonica-no-arquivo-da-folha-de.html>>. Acesso: 22 fev. 2015.

A selva foi o sujeito de estado que sofreu uma transformação pela Transamazônica o sujeito de fazer. Como enunciados do nível narrativo sintático, a selva manipulou a Transamazônica por intimidação, pois que a selva foi a barreira natural até então intransponível. Já a Transamazônica manipulou a selva por infusão como a mensagem da necessidade de submissão da floresta ao progresso e ocupação do “espaço vazio”. A Transamazônica foi também a expressão do saber técnico para submeter a selva e do poder produtivo para superar a barreira natural, executando querer e poder técnico de transformação

⁷⁵⁴ KERTZER, op. cit., p. 22.

com vista ao enunciado de recompensa: o progresso implicado no futuro presentificado em torno da efetiva conclusão da rodovia.

Ao nível narrativo semântico, temos como objetos modais a Transamazônica instrumento de querer, saber, dever e poder para civilizar, e como objeto de valor a Transamazônica em disjunção com a selva e em conjunção com a civilização.

No nível discursivo sintático, temos como enunciador o governo Médici, como enunciado o PIN civilizatório (placa) e como enunciatário a Amazônia e o Brasil. No nível discursivo semântico, a tematização da mensagem trata do projeto civilizador da Amazônia e integrador ao restante do território nacional, tornado discurso através do PIN, PND e da Transamazônica.

Na figuratização a Placa de Altamira marcou um tempo iniciador/fundador e demarcou no espaço singular (Amazônia) que fundou – no discurso do governo Médici – a história da Região Amazônica através do início da construção da Transamazônica, usando sua potencialidade e capacidade de organizar e representar a realidade, proporcionados pelo ritual⁷⁵⁵.

A partir desses aspectos emergidos dos níveis fundamental sintático, fundamental e narrativo semântico e discursivo sintático, a semiótica nos permite analisar que a “Placa de Altamira” traspassou o discurso em signo e significância e adquiriu temporalidade e historicidade como evento (*événement*) que assumiu o caráter de contingente e acontecimental (*événementielle*)⁷⁵⁶ e se recusou ficar restrita ou reduzida aos referentes “placa”, “inauguração” ou 1970, “incapaz de se confinar atrás de qualquer investigação”⁷⁵⁷.

O marco inaugurador da Rodovia apresentada como se já concluída, obscureceu a placa de conclusão da construção da Rodovia descerrada em 27 de agosto de 1972 em Labrea, Estado do Amazonas, o que encerrou a Transamazônica na metade de seu percurso e que obviamente não teve um alcance tão significativo quanto o ritual de 9 de outubro de 1970, momento em que o futuro passado de Labrea foi obscurecido pelo presentismo em Altamira.

A Imagem 30 também nos dá acesso à contextualidade histórica do “Brasil Grande” e que não se restringiu à Transamazônica ou aos relatos migrantes. Retratou um momento que foi oriundo do “cálculo político” que avaliou “probabilidades” e que ocupou o tempo de vida, de experiências, de opções e de decisões dos governantes⁷⁵⁸ e tecnocratas do período da

⁷⁵⁵ MÜLLER & CHAVES apud DORNELLES, “A aplicação do modelo ritual na análise antropológica”. Disponível: <http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/jonatas_dornelles.htm>. Acesso: 3 out. 2013.

⁷⁵⁶ DOSSE, op. cit., p. 12

⁷⁵⁷ Id., 2013, p. 13.

⁷⁵⁸ KOSELLECK, op. cit., p. 35.

ditadura militar-civil, testemunhado e testemunhando a inauguração da Biblioteca Central (BC) da Universidade Federal do Pará (UFPA) ocorrida no dia 16 de fevereiro de 1972.

Imagem 30 – Inauguração da Biblioteca Central da UFPA.

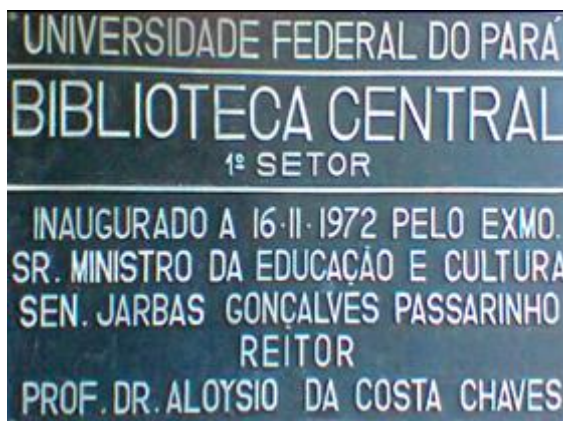


Fonte: UFPA. **Jornal Beira do Rio**. Disponível: <www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php>. Acesso: 6 dez. 2014.

Gestos captados pela fotografia em um momento cronológico passado que encerrava em si objetivos presentes e futuros na perspectiva e expectativa militar-civil. Vê-se de forma muito clara na imagem o coronel da reserva do Exército Brasileiro, ex-governador do Estado do Pará e então ministro da Educação e Cultura, senador Jarbas Gonçalves Passarinho. A sua frente, o então Governador do Estado do Pará engenheiro Fernando José de Leão Guilhon. Entre ambos, a Placa de Inauguração da BC. A imagem apresenta o coronel-ministro em terno civil e com um lacônico e incomum sorriso – dada a comum gravidade e seriedade do militarizado e político homem público – cabível e permitido a um momento de realização oficial e pessoal. As mãos do ministro descrevem um aplauso aparentemente comedido e discreto, no que é acompanhado pelas palmas também aparentemente comedidas do engenheiro-governador que, apesar de estar em parte de costas para a lente da câmera fotográfica, deixa perceber seu sorriso marcadamente bem mais aberto e espontâneo que o do

coronel-ministro. O enunciado que compõe o discurso inscrito na Placa de Inauguração traz o nome do então reitor da UFPA, professor doutor Aloysio da Costa Chaves que não está visível na Imagem 31.

Imagem 31 – Texto da Placa de inauguração da Biblioteca central da UFPA.



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

O ato de inauguração que *per se* é simples em se tratando de um acontecimento marcante na história da UFPA, se constitui no descerramento da Bandeira da UFPA que encimava a Placa de Inauguração e que revelou um texto curto que seguiu o padrão textual presente em milhares de outras placas inaugurais ou comemorativas em instalações ou estruturas públicas. A cena comum padronizou milhares de inaugurações realizadas durante o ciclo militar-civil ou em qualquer inauguração anterior ou posterior à ditadura o que trouxe implicações mais complexas e plurais inseridas na simplicidade e singularidade da imagem e que nos descortina seu contexto politizado reprisado através das várias ações descritas na Tabela 08 e transcorridas cronologicamente ao longo de treze anos antes do início de meu recorte, demonstrando a apropriação da representação de Amazônia e seu uso político ensejando ações padronizadas que formaram um conjunto muito semelhante e até certo ponto coeso.

Isso nos remete à história política. É pertinente observar que a história profissional de viés político vive desde o início da década de 1960 na Inglaterra, e desde o início das décadas de 1980 e 1990, na França e no Brasil, um lento e gradativo retorno defendido por René Rémond e Serge Berstein⁷⁵⁹ e pontuado por Richard Tuck⁷⁶⁰, respectivamente.

⁷⁵⁹ RÉMOND, Renè, “Uma história presente”, e BERSTEIN, “Os Partidos”, in: _____. **Por uma história política**, Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁷⁶⁰ TUCK, Richard, “História do pensamento político”, in: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. 3ª reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 273.

A atualidade e potencialidade das fontes da história profissional de viés político são denominadas por René Rémond como sendo de um fluxo “quase que infundável”, por se encontrarem baseadas nos arquivos e registros escritos do Estado, no qual as instituições são o palco da luta pelo poder ou para se manter o poder⁷⁶¹. Constituíram novas análises e novas perspectivas historiográficas que permitiram p. ex., a Rodrigo Patto de Sá Motta tratar de forma clássica a história política das instituições, da disputa pelo poder e do poder do Estado, mas também permitiu lançar um olhar “cultural no político” ampliado em uma “história das representações políticas”⁷⁶². Tais representações podem ser identificadas sob várias configurações.

Tabela 8 - Estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1970)

Ano	Programas, Projetos e Órgãos Executores	Objetivos
	SPVEA	
1953	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Presidente da República	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.
1958	Rodovia Belém–Brasília (BR-010) Ministério dos Transportes, DNER.	Implantar um eixo pioneiro para articular à Amazônia Oriental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá – Porto Velho (BR-364) Ministério dos Transportes, DNER.	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia.
	SUDAM	
1966	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Ministério do Interior.	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais.
	SUFRAMA	
1967	Superintendência da zona Franca de Manaus, Ministério do Interior.	Integrar a Amazônia Ocidental da mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos.
1968	Comitê Organizador dos estudos Energéticos da Amazônia, Ministério das Minas e Energia	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético.
1969	Incentivos Fiscais / Sudam	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Sudene e Sudam.

Fonte: Bertha K. Becker e Ivaldo Lima. AMAZÔNIA. Editora Ática, São Paulo, 1994, apud BRAGA, op. cit., p. 50.

⁷⁶¹ RÉMOND, op. cit., 2003, p. 13-36.

⁷⁶² CAMPOS, Emerson Cesar; FALCÃO, Luiz Felipe; e LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Entrevista: Tempo Presente Brasileiro: cultura política, ditaduras e historiografia na perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta”, in: **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 3, n. 2, jul./dez., pp. 245-264, 2011. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.5965/2175180303022011245>>. Acesso: 16 nov. 2014.

Respeitados os contextos singulares, se resumiram às ações de instituições que realizaram estudos e planejamentos técnicos, procederam a financiamento, construíram rodovias e elaboraram discursos que apontariam para a experiência presentista do “Brasil Grande” que rompeu limites temporais e espaciais de governos, governantes, territórios, instituições e governados. O presentismo do “Brasil Grande” já começava a ser construído gradativa e implicitamente nos discursos e ações. Mas as falas e palavras relatam como a sensação e a vontade de ver acelerado o real foi assumido pelo projeto do “Brasil Grande”.

Na política, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici, terceiro militar do ciclo ditatorial e o grande articulador das eleições de 1970 para o Executivo Estadual paraense, agiu num período o qual já estava em movimento o turbilhão de disputas internas na ARENA paraense, detalhadas de forma irônica por um analista da Folha do Norte que procurou provar a existência de um bloco liderado pelo coronel-ministro Jarbas Gonçalves Passarinho e outro bloco liderado pelo tenente-coronel-governador Alacid da Silva Nunes, exemplificando que

[...] o senhor Sebastião Andrade, que é candidato do governador, não é candidato do ministro; assim como o senhor Estélio Maroja é candidato do ministro, mas não é candidato do governador; [...] há uns que, embora da ARENA, não são candidatos nem do governador nem do ministro. Um exemplo? Os srs. Juvêncio Dias, na área federal e Júlio Aguiar no âmbito estadual. Para estes o lema é fé em Deus e pé na tábua⁷⁶³.

Poderíamos acrescentar ainda, que o candidato nessa dupla disputa das eleições de 1970 e do embate Passarinho-Alacid, possuidor de um diferencial entre todos os outros candidatos foi o engenheiro Fernando José de Leão Guilhon, porque era candidato do coronel-ministro apesar de não ter sido político de carreira; não foi candidato do tenente-coronel-governador, mas recebera o aval do general-presidente.

Isso configurou uma posição e condição política cômoda e intranquila pelo contexto em que o engenheiro Fernando José de Leão Guilhon foi “assumido” como candidato ao governo e como “o eleito” governador. Se no Estado do Pará os trâmites políticos para as decisões e ações permitidas já estavam definidas para os quatro anos seguintes, em Brasília a bancada paraense teria uma participação quase inócua.

Entre o estabelecimento de um *corpus legibus* para a Amazônia e leis do interesse da Amazônia paraense ou do Estado do Pará, houve uma distância muito ampla. A bancada paraense federal foi composta de dois senadores e oito deputados federais que deveriam representar os interesses de uma região que à época contava com mais de 1 milhão de Km².

⁷⁶³ **Folha do Norte**, 1º set. 1970, 1º caderno, p. 3.

Uma bancada reduzida em relação a outros Estados e regiões da federação menores em extensão e com maior representatividade justificada pela maior população.

Ainda que estivesse em curso o discurso da “integração” e a “grande aventura nacional” do “Brasil Grande”, durante a legislatura no ano de 1971, a Mesa do Senado Federal era composta por 11 senadores: 9 senadores da ARENA (RJ, SC, SE, PB, AC, RN, MG) sendo 2 da BA; e 2 senadores do MDB (AC e PB), sendo uma suplência (PB). Nenhum do Pará.

Das 58 Resoluções votadas e decididas pelo Senado Federal durante o ano de 1971, apenas 2 se referiam ao Pará. Uma tratou de um terreno de propriedade do Estado do Pará, que compreendia pouco mais de 3.554 hectares, doado ao Município de Juruti, segundo a Resolução n.º 7⁷⁶⁴, de 20 de maio de 1971, publicada no DCN (Seção II) de 21 de maio de 1971 e que amparou o Decreto Legislativo n.º 9, de 18 de agosto de 1970, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, dado ainda na gestão do ex-governador Alacid da Silva Nunes.

A outra, a Resolução n.º 57⁷⁶⁵, de 30 de novembro de 1971, publicada no DCN (Seção II) de 1º de dezembro de 1971, autorizou o Governo do Estado do Pará a realizar um empréstimo no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), destinado a complementar o programa de investimentos na infraestrutura econômica estadual, no período de 1972 a 1974 e que seguiu as exigências normais dos órgãos da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei estadual n.º 25, de 1971, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 29 de novembro de 1971.

Pior seria no ano de 1972⁷⁶⁶. Com uma Mesa composta por 11 senadores e que seguiu a mesma distribuição de 1971, das 68 Resoluções votadas e decididas pelo Senado Federal, nenhuma beneficiou o Pará.

Em 1973⁷⁶⁷, repetiu-se a mesma disposição na Mesa do Senado. Das 66 Resoluções votadas e decididas apenas uma beneficiou o Pará. A Resolução n.º 24 de agosto de 1973, publicada no DCN, Seção II, de 23 de agosto de 1973, amparando o Decreto Legislativo n.º 12, de 22 de junho de 1973, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 23 de junho de 1973, novamente tratava da autorização dada ao governo do Pará de realizar novo empréstimo com instituição financeira estrangeira, no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), ou o seu equivalente em outra moeda estrangeira.

⁷⁶⁴ BRASIL. **Decretos do Legislativo**. v. 10. ano 1971. Brasília: Senado Federal, 1978. Disponível: <<http://senado.leg.br/publicações/anais/>>. Acesso: 13 de dez. 2012.

⁷⁶⁵ Id., 1978.

⁷⁶⁶ Ibid.

⁷⁶⁷ Ibid.

A diferença desta em relação à Resolução n.º 57 de 1971, é que o empréstimo foi realizado preferencialmente com o *Credit Commercial de France* e destinado à execução do programa de investimentos na infraestrutura econômica estadual no período de 1972 a 1974.

Em 1974, mantendo-se a mesma distribuição na Mesa do plenário, o Pará foi beneficiado com 3 Resoluções do Senado Federal. A Resolução n.º 2⁷⁶⁸ de 4 de abril de 1974, publicada no DCN, seção II, de 5 de abril de 1974, e que autorizou o Governo do Pará a realizar, através do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PA), operação de empréstimo com financiadora estrangeira externa, no valor de US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares) com o *Southern Trust and Investment Corporation*, de Zurique, Suíça, para financiar a construção da rodovia PA-82 (Belém–Marabá).

Casualmente, a Resolução n.º 2 foi revogada pela Resolução n.º 28⁷⁶⁹, de 16 de agosto de 1974, publicada no DCN, seção II, de 17 de agosto de 1974, amparando as disposições da Resolução n.º 1.117, de 2 de julho de 1974, do Conselho Rodoviário Estadual do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará, homologada pelo Decreto n.º 8.773, de 8 de julho de 1974, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, no dia 8 de julho de 1974, substituindo o *Southern Trust and Investment Corporation*, de Zurique, Suíça, pela *Internacional Export and Finance Company*, de New York, EUA, como financiadora estrangeira para realizar o empréstimo.

Já a Resolução n.º 33⁷⁷⁰ de 2 de outubro de 1974, publicada no DCN, seção II, em 3 de outubro de 1974, autorizava o Governo do Estado do Pará a alienar à Companhia Agropecuária do Rio Araguaia (CAPRA), terras devolutas do Estado no Município de Paragominas, loteamento “Capim Surubiju”, formado de 13 lotes de números 08 à 10, 12 à 18, 21 à 23; e no Município de Conceição do Araguaia, formado por 2 lotes, de números 05 e 16, obedecendo às condições dadas nos Decretos Legislativos números 12 à 25, respectivamente, todos de 8 de maio de 1974, e as disposições gerais estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 57, de 22 de agosto de 1969.

Podem ser arroladas ações semelhantes da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) através de suas Resoluções entre 1971 e 1974 (Tabela 9).

⁷⁶⁸ Ibid.

⁷⁶⁹ Ibid.

⁷⁷⁰ Ibid.

Tabela 9 – Resoluções da ALEPA (1971 a 1974)

ITENS	PERÍODO				TOTAIS (itens)
	1971	1972	1973	1974	
Educação	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-	-
Segurança	-	-	-	-	-
Finanças	-	-	-	-	-
Funcionalismo Pensionistas	-	1	7	1	9
Homenagens	-	-	-	-	-
Utilidade Pública	-	-	-	-	-
Estrutura	1	1	5	2	9
Regulação	-	5	-	1	
Comemorativos					
Licenças ao Governador	-	-	-	-	-
Cidadão do Pará	2	-	-	-	2
Aprovação de contas	-	-	-	-	-
TOTAIS (ano)	3	7	12	4	TOTAL 26

FONTE: ALEPA. **Resoluções.** 1971 a 1974. Disponível: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/>>. Acesso: 6 mar. 2013.

Entre as Leis Ordinárias que constam na Tabela 10, na qual duas leis se referem mais propriamente à Operação Amazônia no aspecto cultural. São elas a Lei n.º 4.314, de 1º de junho de 1970, instituiu o Dia Estadual da Juta e Malva, publicado no DOE n.º 21.795, de 02 de junho de 1970; e a Lei n.º 4.315, de 1 de junho de 1970, instituiu o dia Estadual da Castanha do Pará, publicada no DOE n.º 21.795, de 2 de junho de 1970. Ambas as leis foram aprovadas pela ALEPA no sentido de valorizar a “Juta”, a “Malva” e a “Castanha do Pará”.

A associação desses produtos a uma valorização legislativa chancela todo um incentivo cultural que ao relacionar produto à região, operam uma nomeação não mais de um simples produto natural do Pará, mas que lhes investe na condição de representações às quais foram ancorados o Estado do Pará enquanto espaço, a atividade extrativista enquanto economia e a determinação legal de um “dia Estadual” que lhes confere o incremento cultural em torno do simbolismo de festas, comemorações, concursos e premiações bem como conferem um ritualismo político associado à atividade econômica, geração de renda para o produtor e divisas para o Estado, como consequências das decisões direcionadas pelo governo ao incentivar o desenvolvimento da cultura voltada à produção.

Tabela 10 – Leis Ordinárias da ALEPA (1971 a 1974)

ITENS	PERÍODO					TOTAIS (itens)
	1970	1971	1972	1973	1974	
Educação e Cultura	-	-	2	1	6	9
Saúde	-	2	1	-	-	3
Segurança	-	-	-	4	10	14
Finanças	7	6	9	5	3	30
Funcionalismo Pensionistas	4	5	22	14	16	61
Homenagens Utilidade Pública	5	9	21	7	13	55
Estrutura	4	6	6	6	2	24
Regulação	4	5	3	2	2	16
Comemorativos	3	2	4	3	3	15
TOTAIS (ano)	27	35	68	42	55	TOTAL 227

FONTE: ALEPA. **Leis Ordinárias.** 1970 a 1974. Disponível: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/>>. Acesso: 6 mar. 2013.

O ano de 1972 ainda marcou momentos importantes do “milagre econômico” que caracterizaram o “Brasil Grande”. Os analistas tecnocratas e militares, imbuídos que estavam do entendimento de um “milagre econômico” e de um “Brasil potência” – como modelo econômico conservador não inventado, mas potencializado pelos militares a partir de 1964 – identificariam em sua ótica um “irrealismo curricular” e uma má aplicação dos recursos financeiros em educação, compreendendo a necessidade de reformas norteadas pela ideologia do “capital humano” implementado na educação não como gasto e sim como investimento, o que estabeleceu a regra de quanto menor a escolaridade, menor o salário e quanto maior a escolaridade maior o salário⁷⁷¹.

Seguiu-se a Reforma Universitária desde 1968 (Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968) e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau desde 1971 (Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971) com um programa muito bem definido e delimitado para [...] a iniciação ao trabalho e a habilitação profissional, sem menosprezar as aptidões do educando [...] deve levar em conta as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, a vista de levantamentos periodicamente renovados⁷⁷².

O ensino de 1º Grau que incentivou a profissionalização em oposição ao currículo dos antigos primário e ginásio; o ensino de 2º Grau formador de mão de obra profissional em oposição ao estudo de teorias no Clássico e no Científico; e o Ensino Superior que passou por

⁷⁷¹ FERREIRA JR. & BITTAR, “Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura Militar”, **Revista HISTEDBR**. On-line. Campinas, n. 23, set./2006. Disponível: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/>>. Acesso: 13 nov. 2013.

⁷⁷² **Operação Amazônia**, op. cit.

uma “faxina ideológica” controlada para gestar “neutralidade técnica”⁷⁷³. Essa perspectiva autoritária militar-civil para a educação seria configurada no exercício de dominação que podemos associar ao conceito weberiano de *Herrschaft*, “a possibilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas”⁷⁷⁴. Em contrapartida, podemos associar às colocações de Rodrigo Patto de Sá Motta ao afirmar que havia um jogo de disputa entre vários atores no interior do aparelho de Estado e que nem sempre a repressão vencia⁷⁷⁵ na academia vigiada, mas não expurgada; de cultura marxista combatida, mas não banida; com professores marxistas fichados e de contratação contraindicada pelos Órgãos de Segurança, mas ainda assim contratados, com reitores que cooperavam com os militares e negociavam com os professores. Como relatado em entrevista por João de Jesus Paes sobre sua contratação como professor da UFPA na década de 1970, testemunho que faz parte do projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”,

João de Jesus Paes Loureiro: - O Aluysio até me cha..., me falou o seguinte: que ele ficava com muita pena, mas ele já tinha batalhado muito pra conseguir a contratação do Heraldo [Maués], que já, tem uma atividade anterior à minha e, e ele disse que ele num, ele não tinha condições de se desgastar mais, junto ao SNI lá em Brasília, junto a Brasília. Então ele um pouco lavou as mãos. Mas ele foi decente. Ele me chamou e me disse isso, né?!

Edilza Fontes: - Não seria porque já estava pretendendo ser governador e, dedicado, costurado...

JJPL: - Bom, olhando depois a história, você percebe que não havia interesse em questionar nem se queimar junto ao SNI, não é?! Coisa que, por exemplo o Daniel, que foi reitor e tinha, e tinha, digamos assim, as pe..., as pessoas tinha aspiração a que ele pudesse ser um governador, e etc, ele não teve medo! Ele foi e defendeu a minha entrada e ele me disse claramente: ‘Olha, se tu entrares pelo movimento dos estudantes, porque tu tens direito legal, tu passaste no concurso, foi publicado no Diário Oficial da União, tu vais ficar numa situação muito delicada dentro da universidade nessa fase. Vai ficar perseguido, vigiado, qualquer, etc. Então, é melhor que a gente consiga validar o concurso independente dessa mobilização.

EF: - E por que você acha que... [falando juntos].

JJPL: - E ele tinha razão!

EF: - ... o Clóvis fez isso? Porque o SNI, já nos anos 70, ele recomendava. Mas tinha uma certa autonomia dos, dos reitores [falando ao mesmo tempo].

JJPL: - É. Eu acho que o, o, o Clóvis ele tinha um pouco de timidez nessa situação. Ele era um homem muito simples. Foi ele que inclusive se recusou a dizer o discurso como paraninfo em solidariedade a mim.

EF: - Uhum...

⁷⁷³ Id., 1967.

⁷⁷⁴ LEBRUN, **O que é poder?** 14ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 p. 13. (Coleção Primeiros Passos).

⁷⁷⁵ CAMPOS, FALCÃO e LOHN, op. cit., p. 259.

JJPL: - Isso o torturava como reitor, não ter a energia pra poder ir em Brasília defender a minha, a minha contratação. Mas o caso dele era mais por uma espécie assim de timidez da parte dele, e tudo mais. Não foi assim por adesão dele.

EF: - Mas ele lhe contratou! Á pedido do Daniel.

JJPL: - Não. Quem me contratou já foi o, o, o, o, o, o, aquele que veio depois dele, que era o... [interrompido].

EF: - O Aracy Barreto.

JJPL: - Aracy Barreto. Que era identificado com a ditadura!⁷⁷⁶

Porém, quando a negociação falhava, a repressão agia violentamente. Esse controle militar e negociação técnica mais evidente e comum no Ensino Superior, mas também ocorrente no 1º e 2º Grau se deu exatamente no meio em que se formou a militância de esquerda, onde 57,78% pertenceu a uma classe média intelectualizada; 30,7% eram originalmente estudantes e se tornariam combatentes; e 85,9% esteve entre os 25 e 35 anos de idade. Foram esses sujeitos históricos que se engajaram nas organizações de esquerda e destes últimos aqueles que partiram para a “luta armada”, segundo dados levantados por Marcelo Ridenti com base nos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais⁷⁷⁷.

Segundo Baxandall, falando a respeito da arte, não explicamos a pintura presente num quadro, mas explicamos observações sobre uma pintura em um quadro⁷⁷⁸, no sentido de que no esforço de transpor a linguagem visual presente em uma imagem – comum aos historiadores sociais da arte – para a linguagem textual – comum aos historiadores e cientistas sociais –, “a descrição não deixa de ser mediadora da explicação”⁷⁷⁹.

Nesse diálogo entre imagem e texto na descrição, existem possibilidades para se construir uma narrativa a partir da imagem. Para tanto, várias áreas do conhecimento como a sociologia, a antropologia visual e mais marcadamente a semiótica e a história da arte têm sido usadas para estabelecer um diálogo com a imagem, indagando e questionando sua produção. Nesse sentido, quando Arnold Hauser descreveu a constituição histórica e social da arte textual e visual desde as sociedades antigas e clássicas, passando pelo medievo e pelo

⁷⁷⁶ UFPA. FAHIS. **A UFPA e os Anos de Chumbo**: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 01min e 18seg). Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

⁷⁷⁷ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, FAPESP, 1993.

⁷⁷⁸ Cf. MOLINA, “Ensino de História e Imagens: Possibilidades de pesquisa”. **Domínios da Imagem**. Londrina, ano 1, n. 1, nov./ 2007, p. 18. Disponível: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/article/19265>>. Acesso: 14 ago. 2014.

⁷⁷⁹ Id., 2014.

renascimento, percorreu uma discussão que inseriu texto e imagem num contexto⁷⁸⁰. Já a “iconologia” de Erwin Panofsky foi vista por Gombrich como uma tentativa de “ler imagens como expressões do espírito de época”, que Baxandall chamaria de “el ojo de la época”⁷⁸¹ e Gombrich afirmará sobre “los usos de las imágenes” porque

[...] llaman la atención sobre el tipo de pregunta que el historiador debería formular al enfrentarse a los monumentos del pasado. Hay que reconocer que es probable que ninguna acción ni creación humana sirva únicamente a un fin; normalmente encontramos toda una jerarquía de fines y medios. Pero también, podemos distinguir un propósito dominante sin el cual el acontecimiento no se hubiera producido en absoluto⁷⁸².

Como trabalhei basicamente com fotografias não se deu o caso de tratá-las exatamente como Peter Burke, ao propor os “pintores como historiadores do século XIX”, mas é realizar o esforço de inseri-las em seu contexto de produção e descrevê-las enquanto produto de outro tempo que reproduz em parte esse outro tempo. Nesse sentido, em que medida se deu essa produção?

Os prognósticos traçados pelos analistas militares e tecnocratas do ciclo ditatorial militar-civil possuíram tanto um caráter estrutural quanto um caráter ideal. Em 1975, como exemplo do caráter estrutural, após curto período de licitação em novembro de 1974, foram estabelecidos entre a Secretaria de Educação (SEDUC) e a COPEM, cinco contratos para a construção de 25 unidades escolares (“módulos 8.0, 8.4, 5.1”) em Altamira, Itaituba, Maritituba, Marabá, São João do Araguaia e em “travessões e glebas da Transamazônica”, num valor total de Cr\$ 7.809.028,00 (sete milhões, oitocentos e nove mil e vinte e oito cruzeiros). Todas as licitações foram realizadas em novembro de 1974, ao final do governo de Fernando José de Leão Guilhon, com cláusula contratual determinando o início das obras num prazo máximo de dez dias após a efetivação do contrato e emissão da ordem para iniciar as obras, sob pena de rescisão contratual.

Nas páginas do Diário Oficial do Estado do Pará (DOU-PA), após a transcrição de cada contrato, seguiram-se as cláusulas do “Projeto Transamazônica” estipulando uma padronização de prazos, quantias e formas de pagamento de cada contrato. Estes são apenas cinco contratos, das dezenas de licitações e contratações de empresas privadas pela SEDUC para a construção de dezenas de unidades escolares.

⁷⁸⁰ HAUSER, Arnold. **Historia Social de la literatura y el arte**. Barcelona: Guadarrama/Punto Ômega, 1978.

⁷⁸¹ MOLINA, op. cit., p. 19.

⁷⁸² GOMBRICH, **Los usos de las imágenes**. Estudios sobre la función social del arte y la comunicación visual. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 14.

O caráter ideal desses prognósticos está presente na conhecida propaganda oficial da ditadura militar-civil de um futuro glorioso do “Brasil, país do futuro”; da fidelidade nacionalista impositiva do “Brasil: Ame-o ou deixe-o!”; ou da plena certeza de realização e que “Ninguém segura esse país”. A imbricação de futuro glorioso, fidelidade nacionalista e plena certeza de realização convergiram para o ponto de todos viverem um sonho já realizado no “Brasil Grande”. A cena descrita na Imagem 22, caracteristicamente é simples. Porém, direta, hierarquizada e evidentemente proposital.

Sua simplicidade pontua o caráter direto do discurso. A Universidade é Federal e é do Pará: pertence ao povo brasileiro enquanto Nação e ao povo paraense enquanto participantes da Federação. E por seu caráter público, está sob a gerência de um ministério estruturado em meio a uma ditadura militar-civil e sujeita a sua hierarquia e prognósticos educacionais como integradores do Estado⁷⁸³.

A disposição da denominação BIBLIOTECA CENTRAL em caixa alta e em tamanho a maior que o restante do texto, deixa claro não apenas o novo espaço, mas o feito memorável que esta placa inaugural passa a discursar: a BC como uma realização que vem transformar definitivamente espaço e estrutura da UFPA como correspondência aos prognósticos estruturais militar-civis desde a Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968, que reformulou o Ensino Superior. No interior dessa estrutura, toda informação e documentação passou a estar centralizada dentro de uma única estrutura que submeteu esse acervo a um controle técnico profissionalizado e vigilância contínua, participe dos momentos de conflito e negociação, referidos por Rodrigo Patto de Sá Motta e que também atendem aos prognósticos políticos e ideológicos militares-civis, como também a ex., da Lei de Segurança Nacional, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 898 de 29 de Setembro de 1969.

A data de 16 de fevereiro de 1972 pontua um “novo início”, o “novo tempo” que aparentemente apaga – intencionalmente ou não – os anos em que a BC esteve dividida entre as bibliotecas da Avenida José Malcher e da Rua José Bonifácio; ao mesmo tempo quer significar o tecnicismo e a profissionalização que constituem esse “novo começo”, apagam o amadorismo e dispersão no trato com o acervo da UFPA, satisfazendo o prognóstico tecnicista militar-civil.

A disposição do título e nome do então coronel-ministro da Educação e Cultura Jarbas Gonçalves Passarinho de forma textual na placa inaugural, cumpre a função de uma “representação” relacionando título/nome e envolvendo poder/linguagem ao traçar um

⁷⁸³ KOSELLECK, op. cit., p. 33.

paralelo com práticas sociais⁷⁸⁴, tornando a coisa representada visível: é a presença presidencial e militar, na ausência física do presidente da República e na ausência dos uniformes e insígnias do simbolismo militar. Mas a presença pessoal de Jarbas Gonçalves Passarinho no descerrar a bandeira da UFPA de sobre a placa inaugural, é o momento do “ritual político” inserido na disputa por símbolos em que o ritual se tornará a potente arma que fixará/definirá o símbolo como realidade, procurando de forma maniqueísta definir a história e separar o grupo político “bom” (que executa o ritual) do(s) grupo(s) político(s) “mal” (maus) (que não participa(m) do ritual)⁷⁸⁵. Além disso, nessa “representação” e “ritual político”, o coronel-ministro é hierarquicamente o “paraense”⁷⁸⁶ melhor posicionado na estrutura política militar-civil e, aos olhos militares e tecnicistas, constitui-se num exemplo patriótico e em uma liderança política a ser seguida.

Daí se perceber a presença do engenheiro-Governador Fernando José de Leão Guilhon. A partir da imagem, nota-se sua posição em frente ao coronel-ministro de um modo escalonado à direita em relação à lente da câmera, deixando-o meio que de costas na foto. Simultaneamente, a imagem posiciona o Governador Fernando José de Leão Guilhon em um segundo plano, numa posição hierárquica e simbólica diretamente abaixo e associada ao coronel-ministro, reforçando politicamente sua relação com o general-presidente e em oposição ao grupo político arenista capitaneado pela influência do tenente-coronel-ex-governador Alacid da Silva Nunes. Considerando a posição da placa inaugural, o coronel-ministro está à direita da placa, enquanto o engenheiro-governador está à esquerda, disposição que militarmente na ordem de postos, hierarquia e de disciplina, um militar de menor patente/graduação (mais moderno) deve estar sempre à esquerda de um militar de maior patente (mais antigo).

Na disposição textual da placa inaugural, o último título e nome pertencem ao então Reitor da UFPA, professor doutor Aloysio da Costa Chaves. Sua ausência em certo sentido parece estranha ao observarmos a Imagem 22. No entanto, seguindo as considerações de representação, ritual político e simbolismos, essa ausência fica auto explicada durante o ritual da inauguração da BC da UFPA: a valorização desse momento histórico como parte do prognóstico militar-civil de modernizar a educação dentro dos parâmetros de organização,

⁷⁸⁴ SANTOS, “Acerca do conceito de representação”. **Revista de Teoria da História**, ano 3, dez./2011, p. 44. Disponível: <<https://revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo>>. Acesso: 12 out. 2013.

⁷⁸⁵ KERTZER, op. cit., p. 24.

⁷⁸⁶ É notório o fato de que Jarbas Gonçalves Passarinho é acreano de nascimento, mas considera-se paraense por adoção e opção.

controle, vigilância, negociação, neutralidade técnica e, se necessário, de repressão, determinados de cima para baixo e obedecidos de baixo para cima.

Se a Imagem 22 não veicula a figura do reitor da UFPA, a presença de seu nome textualmente titulado e identificável na placa inaugural posiciona esse sujeito histórico na estrutura educacional e política dos prognósticos militares-civis tanto a nível estadual quanto a nível federal, não se tornando uma surpresa que nas eleições de 1974, o nome do Reitor da UFPA seja o escolhido pelo então general-presidente Ernesto Geisel para além de exercer o executivo Estadual paraense ser o meio termo para tentar mediar e pacificar a ARENA paraense, dividida pelos conflitos políticos entre “jarbistas” e “alacidistas” em guerra declarada pela primazia de apontar os nomes dos “eleitos” e direcionar os caminhos na política paraense.

Hoje, ao adentrarmos os portões da UFPA e nos dirigirmos à BC, podemos perceber no Campus do Guamá uma constante mudança e transformação que tem modernizado estética e arquitetonicamente as estruturas de salas de aula, laboratórios, auditórios, departamentos entre outros, ampliando e melhorando suas instalações em se tratando de estruturas físicas. Mas as transformações verificáveis na UFPA passam também pela multiplicação dos Programas de Pós-Graduação que, no caso do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), dispõe aos historiadores e cientistas das humanidades programas de Mestrado em História, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Ciência Política, Geografia, sendo que já estão em andamento também Programas de Doutorado em História, Antropologia e Geografia.

Como sou egresso do Vestibular de 1999 para 2000, as transformações que testemunhei na UFPA são numerosas. Bem mais numerosas e amplas são as transformações percebidas pelo Corpo Docente da Faculdade de História (FAHIS), que frequentou a Graduação em História ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990 e, caminhando para o fim do segundo decênio do século XXI com muitas perspectivas e horizontes num “futuro passado”⁷⁸⁷ que talvez tenha sido desejado pelos militares e tecnocratas num sentido técnico-profissional, mas que se desdobrou em vertentes sociais que até hoje colocam em choque a sociedade brasileira com maior experiência democrática contra as ideias retrógradas de sujeitos históricos egressos do ciclo militar-civil. Isso remete aos aspectos mais diretos de um cotidiano ordinário de pressões, conflitos, negociações e repressão ao longo do ciclo militar-civil, permitiu perceber um futuro que foi pensado e projetado nesse passado que tocou as expectativas presentes no “espaço de experiência” e vislumbrou sempre a distância o

⁷⁸⁷ KOSELLECK, op. cit., 2006.

“horizonte de expectativa” – como proposto por Reinhard Koselleck⁷⁸⁸ – que o discurso do “Brasil Grande” tentou experimentar num regime de historicidade presentificado.

Como “espaço de experiência”, o “futuro passado” no contexto do ciclo militar-civil foi marcado pelo movimento golpista que derrubou um Estado Constitucional e pelo ato de instalar um Estado autoritário e ditatorial. Tanto o golpe de 31 de Março/1º de Abril, quanto o estabelecimento de um Estado ditatorial foram experiências completas, possíveis de ser datadas, mas não mensuradas, uma vez que cada momento vivido, experimentado, datado ou reportado, se constitui daquilo que se pode recordar enquanto indivíduo e coletividade – por cada um dos indivíduos envolvidos – o que multiplica exponencialmente o número de experiências. Uma vez que o ato inconstitucional de um golpe de Estado foi tornado um “golpe preventivo”, uma “revolução” e um “anseio da população” pela análise e explicação dos próprios militares, surgiu o horizonte de expectativa prognosticado por estes estrutural (tecnicista, desenvolvimentista, prognosticista) e idealmente (nacionalismo ufanista).

As ações que visavam transformar o Brasil em uma potência econômica (“milagre brasileiro”), política (influência na América Latina) e militar (“tecnologia nuclear”), assumiu seu “futuro glorioso” e idealizado como “Brasil Grande” constituído pela certeza de tornar as experiências sentidas como “horizonte de expectativa” já presente e realizada, presentificando o futuro. Porém, entre o espaço de experiência do ciclo ditatorial militar-civil e a realização do horizonte de expectativa prognosticado pelo tecnicismo, se deu um espaço de tensão que levou ao embate ideológico o projeto militar-civil dos que detinham o poder de elaborar prognósticos e as opiniões contrárias a esse prognóstico.

O que nos remete à Imagem 32. Trata-se de uma foto da placa inaugural da BC da UFPA feita por mim no início de 2014. Passados quarenta e quatro anos, o texto que compõe a placa está intacto e, apesar de ser possível verificar a sua idade através da data nela impressa textualmente, sua conservação é excelente em relação a outras placas inaugurais espalhadas pelas instalações da UFPA no Campus do Guamá em Belém. Ainda é possível de se ler o mesmo texto, perceber a mesma disposição textual, a mesma intenção de simplificar uma mensagem para que fosse assimilada de forma direta, hierárquica e proposital. Porém, vivemos outro contexto, sentimos outros desdobramentos e transformações decorrentes de contingências que se realizaram num outro tempo, um futuro passado que não foi imaginado ou pensado pelo prognóstico militar-civil. E aquilo que se concretizou, deu-se de uma forma

⁷⁸⁸ Id., 2006.

singular, como todo e qualquer acontecimento (*événementielle*)⁷⁸⁹, conformando-se num futuro passado muito distante social e idealmente do que foi prognosticado na ditadura militar-civil.

A Imagem 32 retrata a Placa Inaugural da BC em outro contexto histórico-social. Ainda que originalmente tenha sido produzida com o propósito de enaltecer os feitos oficiais, ritualizando ações políticas do ciclo militar-civil com desdobramentos sociais e, apesar de seu discurso textual estar inserido no corpo físico da placa inaugural, este não é mais percebido pelos usuários da BC quando adentram seu espaço físico. Com exceção do termo BIBLIOTECA CENTRAL nome presente no cotidiano dos estudantes, professores, técnicos e funcionários da UFPA, o restante do texto já não conota significado simples ou de compreensão imediata. Os nomes ali impressos para grande maioria se tornaram desconhecidos.

Imagem 32 – A placa de inauguração da Biblioteca Central da UFPA em 2014.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2014.

Os títulos e a hierarquia também se esvaziaram de significados. Jarbas Gonçalves Passarinho, Aloysio da Costa Chaves e Fernando José de Leão Guilhon há muito tempo saíram da estrutura de poder e hoje sua ausência é marcada pelo falecimento. Os nomes do coronel-ministro e do professor-governador hoje representam escolas da área metropolitana

⁷⁸⁹ Assumo aqui o entendimento do acontecimento sob as perspectivas de DOSSE, **Renascimento do Acontecimento**, 2013, e de CERTEAU, **A Escrita da História**, podendo ser sintetizadas pela célebre frase de Michel de Certeau, “o acontecimento é o que ele se torna”, cf. DOSSE, op. cit., p. 1.

de Belém e de municípios do interior do Pará que poucos associam às suas ações e opções políticas, bem como o nome do engenheiro-governador é conhecido de pouquíssimos moradores em Belém como ex-governador do Pará e não apenas como nome de rua que liga dois bairros populosos de Belém, Jurunas e Cremação.

A placa inaugural da BC tornou-se uma placa de metal, com sua data de inauguração, com o nome de um ministro e de um reitor. Todos os outros significados contextuais hoje já são futuro passado, cujo horizonte de expectativa prognosticado não se realizou e, por isso, se tornou mais difícil de ser diretamente percebido. Restou apenas o espaço de experiência que o uso pela História do Tempo Presente no Pará ou pela História Social da Arte podem nos permitir acessar e através da análise discursiva e historiográfica, contextualizar experiências, usos e significados que podemos associar ao que Gilles Deleuze afirmou sobre o Método Cartesiano em Nietzsche e a Filosofia, considerando o método como o artifício que é usado para chegar à natureza do pensamento e conjurar o que era estranho ao pensar⁷⁹⁰: foi necessário sonhar o “Brasil Grande”, se especificou o que poderia fazer parte desse sonho e se deixou de lado tudo o que fosse estranho a esse sonho. Entre as formas de fazer sonhar o “Brasil Grande”, evocou-se o civismo e o heroísmo nacional que promoveu patriotismo, nacionalismo e o regime militar-civil em ações federais educativas apoiadas pela agenda educacional do Estado do Pará que contemplou não apenas disciplinas escolares “cívicas” como Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B.) ou Educação Moral e Cívica (E.M.C.). A Lei nº 4.462, de 08 de junho de 1973, publicada no DOE nº 22.548, de 14 de junho de 1973, assinada pelo engenheiro-governador Fernando José de Leão Guilhon e pelo secretário de Estado de Educação Jonathas Pontes Athias, determinava que,

Art. 1º - Deverá a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seus órgãos próprios e em entrosamento com a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, promover programação necessária, nos termos das bases filosóficas, estabelecidas na legislação vigente, quanto à prática educativa Educação Moral e Cívica, no sentido de comparecimento dos alunos de 1º e 2º graus dos estabelecimentos de ensino, às Sessões Cívicas, promovidas pelo Poder Legislativo.

Art. 2º - Entende-se por Sessões Cívicas, nos termos do que dispõe o art. 1º desta Lei, as destinadas a entrega de honrarias e de cidadania, honra ao mérito ou outras especialmente convocadas para comemorações cívicas.

Art. 3º - A Secretaria de Estado de Educação e Cultura, organizará, ao início de cada período letivo, de comum acordo com a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, calendário próprio, objetivando a participação na atividade prevista nesta Lei, do maior número de discentes de suas unidades de ensino⁷⁹¹.

⁷⁹⁰ DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. Trad.: Ruth Joffily Dias & Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976, p. 14.

⁷⁹¹ ALEPA. **Leis Ordinárias**. 1973. Disponível: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/>>. Acesso: 6 mar. 2013.

Estudar a estrutura política e administrativa do Brasil e os conceitos cívicos e morais não constituíam todo o programa educacional. Era necessário que os estudantes relacionassem cidadania ao mérito como reconhecimento institucional. O título de bom, distinto, emérito ou excepcional cidadão deveria ser um reconhecimento oficial a partir do Estado. Seguiu-se uma mecânica educacional de observação pelos estudantes das peças e máquina de funcionamento desse sistema de reconhecimento meritório. Não havia nada de novo. O mesmo processo poderia ser visto nos rituais de passagem já exaustivamente estudados pela antropologia. Mas no ritual tribal a “criança” na passagem para ser “homem” e “guerreiro”, permanecia um sujeito agente em seu espaço social. A Lei n.º 4.462 esvaziava exatamente essa condição de agentes dos alunos sujeitos, pois não seriam mais as experiências ou deslocamentos entre os espaços sociais desses alunos que lhes renderia capital cultural, intelectual ou social. À Lei n.º 4.462 bastava que os sujeitos reproduzissem atitudes cívicas dos manuais de EMC, compilhassem atitudes patrióticas e projetassem ser como os homens “bons”, “distintos”, “eméritos” ou “excepcionais” reconhecidos pelos “representantes do povo” na ALEPA como chanceleres do reconhecimento maior do “Brasil Grande” presentificado pelo regime ditatorial. O “Brasil Grande” dava seguimento à “aventura nacional” e projetava a construção modelar de seus novos heróis no meio urbano.

Enquanto isso na Amazônia, a grande “aventura nacional” envolvia sujeitos que desempenhavam papéis centrais e que eram veiculados pela propaganda oficial como coadjuvantes. Dona Maria José de Medeiros veio do sertão do Rio Grande do Norte. Sua família possuía um sítio que produzia para o consumo e o comércio, situação mais cômoda que a maioria das famílias nordestinas que migraram para a Transamazônica desprovidas de recursos e da terra. Como suas terras no Nordeste não eram suficientes para dividir entre os onze filhos migrou para a Transamazônica em 1971⁷⁹². Desse período, relatou que

[...] nunca tive vontade de voltar porque eu quis vir, mas teve muita gente que voltou e não conseguiu nada. Nossa família era grande e precisava de terra para trabalhar. Lá no Nordeste a gente tinha um pedaço de terra e criação, mas não dava pra família se desenvolver, melhorar a vida.⁷⁹³

A propriedade da família de Dona Maria José de Medeiros lhe permitia uma comodidade presente (“a gente tinha um pedaço de terra e criação”) e uma intranquilidade quanto ao futuro (“mas não dava pra família se desenvolver, melhorar a vida”). As questões

⁷⁹² “Entrevista, 2006”, SILVA, op. cit., p. 107.

⁷⁹³ Id., 2008.

centrais no enunciado giram em torno da preocupação com o futuro (“se desenvolver”) e com o objetivo familiar (“melhorar a vida”) o sonho de nova vida.

A família de Dona Francisca Moraes também migrou do Rio Grande do Norte para a Transamazônica em 1971 na primeira leva de nordestinos trazidos pelo projeto de colonização oficial⁷⁹⁴. Segundo Maria Ivonete Coutinho da Silva, sua família também possuía um pedaço de terra, mas apesar da situação em certa medida estável a seca era sempre considerada uma potencial ameaça constante. Por isso, seu marido quis migrar com a família e

[...] quando nós viemos do Rio Grande do Norte, eu trouxe doze filhos. Agora só tenho dez, pois morreram dois de acidente. Nós viemos pelo Governo, de avião. Nesse tempo, o INCRA mandava trazer os colonos de avião e vinham muitas famílias. Ainda tem gente que veio naquele tempo com a gente, que mora aí ainda, mas muitos foram embora, acho que não se deram. Agora, eu gosto daqui, porque tenho terra e meus filhos estão aqui. Os que deixei lá no Nordeste não existem mais, só alguns parentes. A casa, o terreno e a criação: tudo, nós vendemos para vir pra cá⁷⁹⁵.

O fato de ter a posse da terra no Rio Grande do Norte antes e na Transamazônica depois igualariam ambas as situações. Porém, o fato de ter doze filhos e a ameaça constante da seca colocou novamente a questão do futuro e da melhoria de vida como questões fundamentais na decisão de migrar para a Transamazônica, o que em si, não foi uma decisão fácil por implicar em uma mudança total (“tudo, nós vendemos para vir pra cá”) e radical (“os que deixei lá no Nordeste não existem mais, só alguns parentes”). Para a família de Dona Francisca Moraes, migrar para a Transamazônica também apresentava melhores perspectivas de realizar o sonho de um futuro melhor para todos os seus filhos. O relato de Dona Osária, que migrou do Mato Grosso em 1972, é assinalada por Maria Ivonete Coutinho da Silva como uma “falsa representação”⁷⁹⁶ por fazer um rearranjo de suas memórias e afirmar que todos os sofrimentos vividos na Transamazônica possuíam algum significado ou valor. Contudo, a decisão de migrar e o esforço pra chegar a Transamazônica são semelhantes a outros relatos, uma vez que Dona Osária relata que

Nós viemos do Sul do Mato Grosso. No Natal a gente vinha viajando e no dia de ano eu entrei aqui, passamos muito tempo na viagem. Eu tinha nove filhos. Meu esposo veio na frente tirar o lote e quando havia oito meses que ele estava aqui, foi que eu cheguei com os filhos⁷⁹⁷.

⁷⁹⁴ Ibid.

⁷⁹⁵ “Entrevista, 2006”, SILVA, op. cit., p. 107.

⁷⁹⁶ “Dona Osária, 67 anos, viúva, agricultora aposentada”, id., 2008, p. 122

⁷⁹⁷ Ibid.

Houve o cuidado por parte do esposo de Dona Osária de preparar o lote que receberia sua família. O detalhe são os nove filhos e o transcurso da viagem, entre o Natal e o Ano Novo, um deslocamento que se justificou pela certeza de que a Transamazônica garantia perspectivas de melhora de vida. O “Brasil Grande” foi uma construção longa e processual. Foi possível percebermos que desde o Império implicitamente já havia certa compreensão a respeito da grandeza do Império Brasileiro e, ainda que não seja o ponto inicial desse discurso, já sinalizava esse entendimento da grandeza do Brasil.

As ações assumidas durante os governos Vargas e JK cada um por sua vez, acrescentou elementos importantes. Com Getúlio Vargas o discurso e as primeiras leis direcionadas à Amazônia. Com Juscelino Kubitschek o primeiro modelo advindo da sua “política da rodovia” que agiu pela primeira vez sobre parte da Amazônia com a Rodovia BR-14 Belém-Brasília. As preocupações com a geopolítica e a estratégia ao longo das cinco primeiras décadas do século XX e a doutrina da Segurança Nacional desenvolvida a partir da ESG sistematizam dogmaticamente não só a necessidade de proteger a grandeza do Brasil como lança o discurso do “Brasil Grande”.

Porém, o que as fontes sugerem não é um “Brasil Grande” dado num porvir distante como indicou Stepan Zweig “onde na nossa época de perturbação ainda vemos esperança de um futuro novo em novas zonas”⁷⁹⁸. Ao contrário, o “Brasil Grande” sugere algo dado num presente entre 1971 e 1974 durante o governo militar-civil, suficiente em si mesmo, que subverteu o futuro presentificado. O sonho ao qual convergiram militares, tecnocratas, presidentes, governadores, bancadas federais, bancadas estaduais e migrantes que acorreram ao sonho para fugir dos assombros de suas experiências passadas de seca, desemprego, fome e morte. Assombros de um passadismo também presentificado e que fez esses migrantes convergirem ao sonho do “Brasil Grande”, o ponto de convergência que em algum momento foi sendo tornado o ponto de divergência.

⁷⁹⁸ ZWEIG, Stepan. *Brasil, país do futuro*, p. 14.

3.2. Divergência militar-civil.

[...] só ficou quem foi corajoso porque a vida aqui não foi fácil, mas quem ficou conseguiu melhorar de vida.

Francisca Moraes, migrante potiguar de 1971⁷⁹⁹.

No item *Brechas* procuro argumentar que se as brechas de liberdade criadas pelos colonos mudam o espaço de experiência (desassombro) e criam outras expectativas futuras (sonhos) ao longo da agonizante falência do “milagre brasileiro” e do grande projeto Transamazônica, além da resistência dos colonos a esse discurso, a realidade da Rodovia tornou o sonho militar-civil num assombro que repercute ainda hoje.

3.2.1. Brechas.

A natureza da brecha é se realizar como fenda ou abertura. Como fenda, se trata de uma pequena rachadura que rompe uma superfície coesa sem causar necessariamente uma divisão plena. Como abertura, se realiza abrindo um caminho que antes estava fechado ou que não existia; oferece uma via onde essa era negada ou não existia; encontra uma possibilidade entre impossíveis. A atitude de “brechar” é um dos atos mais comuns que todos praticamos quando crianças ou adolescentes em virtude da ansiosa e inocente curiosidade infantil, mas que em alguns casos pode se tornar maliciosa ou patologicamente *voyeur* e/ou exibicionista por quem deseja incontrolavelmente ver ou se deixa premeditadamente ser visto através de uma “brecha”. Na armadura a brecha era o ponto procurado pelos guerreiros antigos, medievais e modernos para desferir o golpe mortal que derrotaria um oponente. Na Normandia a brecha encontrada pelos Aliados permitiu a invasão da “Fortaleza Europa” e a derrocada final da Alemanha nos anos finais da Segunda Guerra Mundial. As brechas jurídicas brasileiras são tão estudadas quanto buscadas por permitirem revesses legais estrondosos, podendo até ser éticos e remediar uma decisão jurídica equivocada ou injusta, mas que na maioria das vezes se tornam altamente nocivos para a sociedade pela sensação de permissividade e impunidade.

Soa Vanni Rovighi abordando a questão da incoerência dos filósofos e retomando as palavras do filósofo italiano Rosmini, refletiu que as incoerências filosóficas assumem a condição de rupturas e, nesse sentido, se constituem nas brechas desses sistemas filosóficos,

⁷⁹⁹ Apud SILVA, op. cit., p. 108.

“mas tratam-se de brechas através das quais a verdade que foi negada abre caminho”⁸⁰⁰. A incoerência percebida advém do questionamento ainda aberto, da dúvida ainda não dirimida e da pergunta ainda não respondida, deixa ainda o espaço a ser preenchido somente quando se esgotam os questionamentos pertinentes, quando a dúvida foi satisfatoriamente satisfeita e a pergunta foi devidamente respondida. De modo semelhante, mas centrada na relação das artes com a cidadania, Paola Mayer Fabres partiu das colocações de Ana Lúcia Mandelli Marsillac para falar sobre a instigação do cidadão a partir das artes durante a vigência de contextos ditatoriais, períodos nos quais os artistas

[...] posicionaram-se politicamente, revelando que a arte é um território de liberdades, em que não é possível ser cúmplice de um sistema opressor. Era preciso abrir brechas de liberdade, instigar o público a posicionar-se de forma crítica [...]. Esses artistas questionaram, de formas singulares, não apenas os regimes políticos [...]⁸⁰¹

O posicionamento crítico deve partir do embasamento que nos permita observar, refletir e aceitar ou não dada realidade à nossa volta, podendo estar na análise dos sistemas filosóficos ou científicos, na arte, na cultura ou no cotidiano comum que num sentido mais político, em seu texto sobre “a construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade”, A. Efendy Maldonado reflete que não temos ainda cidadãos politicamente maduros e esclarecidos

[...] porém temos numerosas pessoas que pela primeira vez leram suas *constituições nacionais* e compreenderam sua importância e a necessidade de defendê-las no trabalho e na vida cotidiana. Há pessoas que começaram a distinguir e defender seus *direitos de classe, etnia, gênero, faixa etária, condições biológicas, opções religiosas e diversidade de pensamento*. Aquilo que o “*Ocidente*” industrializado nega, na sua pretensão etnocêntrica e logocêntrica, na América Latina contemporânea está abrindo brechas de liberdade cidadã complexa⁸⁰². [Grifo do autor].

As brechas de liberdade abertas pelo colonos na Transamazônica foram singularmente cotidianas e políticas. Começaram a ser formadas ao longo do trabalho de

⁸⁰⁰ ROSMINI apud ROVIGHI, Soa Vanni, **História da filosofia contemporânea**, 3ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.41.

⁸⁰¹ MARSILLAC apud FABRES, Paola Mayer. “Diagonal Cero e Hexágono 71, ativismo e experimentalismo impressos”. **Revista Ciclos**, Florianópolis, v. 2, n. 3, dez./2014, p. 248. Disponível: <https://ixciav.files.wordpress.com/2014/11/paolameyerfabres_diagonal-cero-e-hexc3a1gono-71-ativismo-e-experimentalismo-impressos.pdf>. Acesso: 8 dez. 2014.

⁸⁰² MALDONADO, A. Efendy. “A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade”. **Revista COMPÓS**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Cidadania do XX Encontro da Compôs na UFRGS, Porto Alegre, 14-17 de junho de 2011, p. 2. Disponível: <www.compos.org.br/data/biblioteca_1582.doc>. Acesso: 8 dez. 2014.

abertura da floresta rasgada pela Rodovia. As condições precárias às quais os trabalhadores da Transamazônica eram submetidos levou a resistência e ao embate. A alimentação dos trabalhadores era precária e não condizia com os títulos sugestivos das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, pois conforme o relato de Seu Edson se comia

[...] pra não morrer. Lá a gente não tinha outra opção, ou comia ou passava fome. Então a conserva que tinha ninguém aguentava mais. Então comia feijão com arroz. E o engenheiro que trabalhava lá com a gente era muito rígido. Ele tinha muito medo que o peão adoecesse. Só que a empresa não era dele. Ele era chefe só do setor... Teve uma vez que ele pegou uma panela lá cheia de jabá e jogou no meio da rua dizendo que peão não podia comer aquilo porque aquilo ia adoecer o peão que comesse. Tinha um fardo e meio de jabá⁸⁰³.

Nas sociedades antigas os primeiros “grandes homens” foram aqueles que controlaram o alimento⁸⁰⁴ e os anos 1960 e 1970 foram abalados por uma “onda malthusiana” que direcionou um arsenal teórico-analítico à Índia, Egito e Haiti, como países que não seriam capazes de se alimentar⁸⁰⁵. A questão da garantia da alimentação sempre foi fundamental para a sobrevivência humana o que também lhe atribuiu função na organização social, nos interesses políticos, na estrutura econômica e na construção cultural. A busca pela estabilidade alimentar que garantiria a sobrevivência de suas famílias no futuro, acima da renda, foi um dos fatores peculiarmente fundamentais que levou muitos migrantes em direção à Transamazônica.

No entanto, entre os trabalhadores que construíam a Rodovia, a alimentação que lhes foi oferecida se baseou num cardápio indefinidamente prolongado de comida enlatada (“a conserva que tinha ninguém aguentava mais”) e gerou um descontentamento generalizado que poderia ter consequências mais graves na saúde dos trabalhadores sendo que, fisiologicamente, os primeiros órgãos atingidos seriam o estômago e intestino, probabilidade que poderia ser agravada por alimentos muito carregados no sal como foi o caso do “jabá”.

Pesa o fato de que a maioria desses trabalhadores procedia do Nordeste que, costumeiramente, na falta de outras formas, utilizam o sal ou a farinha para conservar os alimentos⁸⁰⁶. Além disso, comer o “jabá” possui apelo e força da cultura nordestina e do ambiente da caatinga, o que amplia o estranhamento diante da sardinha ou da carne em conserva (“conserva que tinha”). Analogamente, se para os judeus comer os pães ázimos e as

⁸⁰³ BRAGA, op. cit., p. 109.

⁸⁰⁴ STANDAGE, Tom. **Uma história comestível da Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, [200?], p. 33.

⁸⁰⁵ Id., [200?], p. 146.

⁸⁰⁶ Como ocorre aqui no Norte com a carne de sol, o peixe e o porco salgado ou o “piracuí”.

ervas amargas no *pesah*⁸⁰⁷ possui uma função memorial que relembra a libertação e saída dos hebreus do Egito, no contexto do relato de Seu Edson comer o “jabá” possuiu significação para além da refeição por ancorar o alimento (característico) e o alimentado (caracterizado) à cultura nordestina: a carne endurecida e conservada pelo sal para durar por mais tempo é o memorial da sobrevivência de mais um dia de dura resistência cotidiana contra a seca e a fome tão peculiares à caatinga, o que lembra a visita do general-presidente Médici às frentes de trabalho na caatinga pernambucana durante a seca de 1970. Médici ofereceu aos trabalhadores “pinga”⁸⁰⁸ e em resposta, além do arroz e feijão os trabalhadores pediram “sal”, (“que aqui quase não há”)⁸⁰⁹.

Daí entender que uma panela cozinhando em torno de quase dez quilos de charque (“um fardo e meio de jabá”) por mais que correspondesse a uma alternativa ao cardápio rotineiro, sofrível e impositivo (“comia pra não morrer [...] ou comia ou passava fome”), esse almoço coletivo assumiu também a condição de uma brecha de liberdade que fendeu a cultura nordestina de “honradez e fidelidade”⁸¹⁰ porque esses trabalhadores nordestinos só recebiam da construtora “pau”⁸¹¹. O formato desse banquete entre conterrâneos que já haviam resistido à caatinga no Nordeste agora resistiam culturalmente à comida enlatada fornecida pela Construtora que os contratara e que os relegava às condições vexatórias presentes, nas quais trabalhavam na Rodovia.

Devido a grande quantidade de charque sendo cozido, o cheiro de carne, gordura e sal deve ter impregnado o ar e possivelmente despertou a atenção, preocupação e preconceitos do engenheiro de plantão para um aspecto duplamente perigoso à rotina de trabalho na Rodovia nesse contexto: primeiro, que a carne muito gordurosa e salgada da “comida de peão” poderia levar algum operário a adoecer do estômago e se tornar uma “baixa hospitalar” e, segundo, porque isso poderia ocorrer com mais de um operário. Assim, quando o engenheiro decidiu se livrar daquilo que na sua avaliação era um “panelaço de problemas” foi pela preocupação com o andamento do trabalho e pelo preconceito com aquela “comida de peão”, o que só aumentou o descontentamento dos trabalhadores.

Na falta de estruturas as mais diversas, as ações de resistência foram se diversificando não só entre trabalhadores, mas também entre os engenheiros na construção da

⁸⁰⁷ A páscoa judaica.

⁸⁰⁸ “Cachaça”.

⁸⁰⁹ “A única pinga que queremos é o arroz e feijão. E também o sal, que quase não há”, in: LIMA, Haroldo. “O diálogo do presidente com os flagelados”, **Folha de São Paulo**, 6 jun. 1970. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso: 17 jul. 2015.

⁸¹⁰ LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3 ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 62.

⁸¹¹ “A outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: ‘para os amigos pão, para os inimigos pau’”, id. 1997, p. 61.

Rodovia. Em entrevista realizada por Magno Michell Marçal Braga no ano de 2011 na cidade de Olinda, Pernambuco, o engenheiro Dalvânio relatou

Rapaz, eram condições... eram difíceis, por que você veja, a gente foi, num tinha nem casa, depois a gente fez um acampamentozinho com as casas de madeira, mas tinha mosquito, tinha calor, compreendeu? A alimentação vinha de Belém, via fluvial e aí tinha caça também, eu contratei um Índio, aquele safado, era só pra fazer... ser caçador. [...] não demorava muito tempo ele vinha com a caçada⁸¹².

Como sujeito com formação superior e representante de um setor social e profissional hierarquicamente mais elevado que a quase totalidade dos trabalhadores da Rodovia, os enunciados usados pelo engenheiro Dalvânio permitem perceber que algumas das suas ações para solucionar problemas relacionados a questões de instalação e de alimentação foram formas de resistir que corresponderam e reproduziram as brechas de liberdade abertas pelos operários sem instrução, social e profissionalmente inferiores na hierarquia do espaço social da Rodovia.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que vivencia em parte as mesmas dificuldades dos operários e comunga de algumas das suas soluções, a forma de tratamento dado ao índio citado no relato (“aquele safado”), conota em grande medida o preconceito e a inferiorização do indígena pelo nordestino num choque entre culturas que se reproduziu também com sulistas e altamirenses e que relegou o indígena a incapacidade de outras ações ou auxílios (“era só pra fazer... ser caçador”) para além de sua única utilidade de fornecer complemento alimentar através da caça. Enquanto uns buscavam resistir variando o cardápio, pelo menos uma migrante resistia se abstenendo do alimento. No relato coletado por Magno Michell Marçal Braga em Brasil Novo, Pará, também no ano de 2011, Seu Francisco testemunhou que

[...] foi muita fome, foi muita miséria que nós passamos, não tinha escola, não tinha nada, aquilo que o governo falava, foi tudo baboseira! A minha mãe passou oito dias sem botar comida na boca, fazendo greve, ela fez greve de fome, só botava água, fez greve de fome por que ela viu que botou todos nós num beco sem saída [...] ⁸¹³.

A resistência pela “greve de fome” foi um instrumento muito utilizado ao longo da década de 1970 por sujeitos politizados ou por revolucionários radicais que em momentos de resistência a atos autoritários assumidos em contextos de governos ditatoriais e democráticos, levaram sua resistência a extremos, como foi o caso do revolucionário radical alemão Holger

⁸¹² BRAGA, op. cit., p. 108.

⁸¹³ “Seu Francisco, entrevista realizada na cidade de Brasil Novo – PA em fevereiro de 2011”, BRAGA, op. cit., p. 115.

Meins, morto por inanição depois de mais de um mês de greve de fome entre outubro e novembro de 1974, no Presídio de Stammheim, Stuttgart, Alemanha⁸¹⁴.

Em escala política não menos significativa, Seu Francisco relatou a “greve de fome” de oito dias feita por sua mãe. Um ato pessoal radicalizado por um sujeito histórico que se deslocou em seu espaço social politicamente e que se valeu de uma brecha de liberdade na qual resistiu, confrontou, denunciou e criticou o descumprimento do papel que cabia às instituições governamentais ao mesmo tempo em que exigiu como solução o que na verdade fazia parte do projeto e do contrato original estabelecido entre governo e migrantes no processo de colonização na Transamazônica.

O que permaneceu ou mudou a partir dos novos espaços de experiência e novos horizontes de expectativas, em grande medida, permaneceram e influíram. As brechas de liberdade também permitiram a busca por formação não só profissional ou acadêmica, mas cidadã, que aqui traduzo no termo “trajetória”. Isso é testemunhado por Maria Ivonete Coutinho da Silva, sobre sua experiência pessoal anterior como migrante, diretamente relacionada à sua experiência acadêmica posterior,

[...] *“Não procure em minha obra, análises isentas”* [...]. Considerando essa peculiaridade de *l’émigrée-qui-revient* analisada por Florence Weber, (1989), ratifico que a minha experiência de campo foi um retorno não somente ao espaço físico e geográfico, mas, às emoções, aos valores e referências sociais e simbólicas que subsidiaram a minha trajetória durante o tempo em que estive ausente do contexto da Transamazônica⁸¹⁵. [Grifos do autor].

A “trajetória” não foi meramente tecnicismo, profissionalismo, academicismo ou titulação. Foi também uma brecha de liberdade que permitiu Maria Ivonete Coutinho da Silva assumir a condição de ponderar e questionar, perguntar e responder, trilhar caminhos e fazer escolhas que ao longo de um processo mais amplo, poderia ter assumido múltiplas violências mentais, espirituais ou psicológicas e todas com implicações físicas. Mas assumiram a condição acadêmica que em sua tese de 2008 prestou seu serviço às mulheres migrantes da Transamazônica. Nesse sentido, a frase de uma dessas mulheres migrantes, Neiva Ribeiro, migrante mineira de 1972, resume talvez a mais importante brecha de liberdade que cindiu o

⁸¹⁴ Holger Meins escreveu a um companheiro de prisão que desistira da greve de fome: “Rato ou homem, sobrevivência a qualquer custo ou uma luta de morte, problema ou solução. Não há nada no meio. É triste ter de lhe escrever uma coisa dessas. É claro que eu mesmo não sei como é morrer ou ser morto...Ah, bem, é isso aí. De qualquer forma, eu estava do lado certo... Todo mundo morre mesmo. A única questão é como, e como se viveu, e essa questão é muito clara: lutando contra os meganhas como um homem, pela libertação da humanidade; um revolucionário lutando contratado o amor que sente pela vida, desprezando a morte”, in: VAGUE, Tom. **Televisionários**. A história da Fação Exército Vermelho, mais conhecida (por engano) como Grupo Baader-Meinhof. São Paulo: Conrad Editores do Brasil, 2001, pp. 76-77.

⁸¹⁵ SILVA, op. cit., p. 80.

espaço de desigualdades da Transamazônica: “Tudo começou pela escola!”⁸¹⁶, transmite a oportunização dos objetivos ansiados pelos migrantes para transformar o futuro de seus filhos através do espaço da escola como incubadora que fomentou outras brechas de liberdade que transformaram os sujeitos e o espaço social da Transamazônica. Como testemunha Dona Maria José Medeiros, se orgulha de hoje ver seus filhos

[...] todos formados: tem professores, bancário, uma economista e outros têm lotes próprios e estão bem. [...] mas teve muita gente que voltou e não conseguiu nada. Nossa família era grande e precisava de terra para trabalhar. Lá no Nordeste a gente tinha um pedaço de terra e criação, mas não dava pra família se desenvolver, melhorar a vida. Aqui meus filhos conseguiram se desenvolver bem e estão todos arranjados. Eu nunca participei de movimentos sociais, só da igreja, mas meus filhos sempre participaram⁸¹⁷.

A situação hoje confortável de Dona Maria José Medeiros não elimina de seu relato que muito outros permaneceram em dificuldades na Transamazônica e voltaram para seus locais de origem. A constatação da não adaptabilidade dos que retornaram para seus locais de origem (“mas teve muita gente que voltou e não conseguiu nada”) contrasta com as brechas de liberdade da educação (“me orgulho de ver meus filhos todos formados”) e dos movimentos sociais (“mas meus filhos sempre participaram”). Porém, a decisão de ficar na Transamazônica e de não retornar ao local de origem também foi uma forma de resistir.

Foram brechas de liberdade que permitiram aos colonos comparar o discurso da Transamazônica com a realidade da Rodovia e nessa comparação perceber muito além da Rodovia a falência do tão propagado discurso do “Brasil Grande” e o término da “grande aventura nacional” que rasgara a floresta com a Transamazônica e tornara o sonho em assombro. Dessa forma as brechas de liberdade abertas em meio à realidade dos colonos permitiu o deslocamento em meio ao seu espaço de experiência o que criou outras expectativas futuras no momento em que o presentismo foi substituído pelo futurismo.

No item *Futurismo* procuro argumentar que o discurso do “Brasil Grande” como um futuro já dado na Transamazônica e, portanto presentificado pelo governo militar-civil, entrou em choque com a realidade da Rodovia vivida pelos colonos. A consequência foi a percepção do fim da “grande aventura nacional”, a falência do projeto da Transamazônica e o descrédito ao “Brasil Grande”. As brechas de liberdade criadas pelos colonos mudaram o espaço de

⁸¹⁶ Neiva Ribeiro Luz, 70 anos, migrou para a Transamazônica com a família em dezembro de 1971, vindo de Minas Gerais para uma área no km 90, na região de Medicilândia, cf. id., 2008, p. 205.

⁸¹⁷ “Entrevista, 2006”, *ibid.*, p. 107.

experiência e criaram outras expectativas futuras dos colonos, o que podemos analisar como um deslocamento do presentismo ao futurismo.

3.2.2. Futurismo

Vindos de regiões, culturas e origens diferentes, as experiências passadistas dos migrantes em torno das relações do minifúndio e latifúndio, do desemprego, da seca e da fome faziam-nos experimentar o tempo sob um presente que parecia reconstruir indefinidamente as desigualdades já experimentadas no passado. Da mesma forma, o ideário militar-civil que girou em torno de concepções como “Brasil potência” ou “Brasil país do futuro” e que envolviam também os prognósticos tecnicistas inseridos no conceito de “milagre econômico” ou das concepções geopolíticas e estratégicas da Segurança Nacional, gestou no Brasil um tipo de experiência no tempo em que aparentemente o horizonte das expectativas já fora tocado pelo presente hipertrofiado do discurso do “Brasil Grande”, produtor de seu passado e futuro ao longo da “grande aventura nacional”. Na fala do general-presidente Médici,

Ou cresceremos juntos todos os brasileiros, ou nos retardaremos indefinidamente para crescer. E como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional terá de ser como decidimos que será: o instrumento a serviço do progresso de todo Brasil⁸¹⁸.

Isso prescreveu um modelo já fechado em si mesmo, pois não deixou alternativa ao “Brasil Grande” no complexo espaço de contingências da Amazônia. Analiticamente, o discurso do “Brasil Grande” contrariou – por assim dizer – o esforço teórico de Reinhart Koselleck em sua obra *Futuro Passado* de não apresentar uma estrutura fechada, deixando clara a existência de uma tensão histórica na “heterogenia dos fins”⁸¹⁹ que sempre implicaria nas “contingências” do acontecimento descritas por François Dosse⁸²⁰, nas possibilidades narrativas da “operação histórica” de Michel de Certeau⁸²¹ e do “enredamento” narrativo de Paul Ricoeur⁸²².

⁸¹⁸ CURY, A *Transamazônica*, op. cit.

⁸¹⁹ “[...] em primeiro lugar as coisas acontecem diferente, em segundo lugar diferente do que se pensa”, KOSELLECK, op. cit., p. 312.

⁸²⁰ DOSSE, op. cit., pp. 12-13.

⁸²¹ CERTEAU, op. cit., 56.

⁸²² RICOEUR, Paul. *La función narrativa y el tiempo*. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1992, passim.

Tanto as experiências migrantes quanto o discurso do “Brasil Grande” podem ser percebidos sob a perspectiva que François Hartog caracterizou como presentismo⁸²³. Essa percepção é possível por ser o regime de historicidade um instrumento heurístico, que o historiador constrói para diagnosticar experiências do tempo e não como realidade diretamente observada. Também possibilita analisar regimes de historicidade nas percepções passadistas, presentistas e futuristas que conviveram e se entrecrocaram na mesma realidade ao longo de meu recorte.

Nesse sentido, o mais importante objetivo que levou os migrantes a optarem e se deslocarem em direção à Transamazônica não envolvia o presente e muito menos o passado. A questão principal era o futuro. O espaço de experiência do minifúndio ao Sul e do latifúndio a Nordeste e Norte já havia sido sentido e deixara suas marcas na memória e no cotidiano de pressão e tensão das vivências desses migrantes em seus locais de origem. Seu deslocamento desses espaços sociais para o espaço social da Transamazônica trouxera com esses migrantes memórias, pressões e tensões imbricadas em seu capital social e cultural. Nesse sentido, suas experiências passadistas e presentistas se entrecrocavam, choque que podemos inferir da fala da colona Dona Osária,

Meu esposo veio na frente tirar o lote e quando havia oito meses que ele estava aqui, foi que eu cheguei com os filhos. [...] Se eu pudesse, eu tinha saído daqui em cima do rastro porque aqui era pra gente muito pobre ou pra gente que tivesse muito recurso, fizeram até uma musica “venham os enganados, e voltam os arrependidos”, e voltou muita gente. Eu fui enganada, mas não podia volta. Eu me arrependi, ele não. Eu reclamava e ele não. Eu sei o que sofri aqui, mas não tinha jeito... [...] ⁸²⁴.

Seguindo a orientação de François Hartog, o que Dona Osária sentiu em 1972 quando chegou à Amazônia não foi mais o discurso da Transamazônica que a trouxe e sim a realidade da Rodovia que por pouco não a expulsou daquele espaço (“se eu pudesse, eu tinha saído daqui em cima do rastro [...] eu me arrependi”). Através do instrumental heurístico dos regimes de historicidade, podemos perceber os regimes passadista e presentista em choque: as experiências passadas da vivência de dificuldades num Rio Grande do Norte sempre ameaçado pelas consequências da seca colidindo no cotidiano da Rodovia que em nada se assemelhava às propagandas que atraíam os migrantes para a Transamazônica. Se por um lado, no espaço do Rio Grande do Norte, a família de Dona Osária não poderia ser enquadrada na condição da desassistência e do abandono social estereotipado como

⁸²³ HARTOG, op. cit.

⁸²⁴ Dona Osária, 67 anos, viúva, agricultora aposentada, SILVA, op. cit., p. 122.

“flagelados da seca”, por outro lado, passou a vivenciar no espaço social da Rodovia uma situação análoga à sua região de origem como colonos da Transamazônica, uma vez que toda a estrutura social que lhes fora prometida na propaganda, seleção, assinatura do contrato, transporte e instalação no lote, nada disso se tornara realidade e por isso seu sentimento de promessa não cumprida (“eu fui enganada”). A constatação dessa nova realidade que sua família passou a vivenciar na Rodovia como colonos (“fui enganada [...] me arrependi [...] eu sei o que sofri aqui, mas não tinha jeito”) retomou as dificuldades e sofrimentos do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o regime de historicidade presentificou o passadismo e manteve à distância o futuro almejado por sua família. O efeito dessa realidade da Rodovia sobre as expectativas dos migrantes pode ser medida pelo relato de Dona Francisca Coutinho,

Meu marido soube da Transamazônica pelo jornal. Ele gostava de ler revista e jornal, sabe? As pessoas levavam para ele, porque ele trabalhava de barbeiro e sempre tinha revista lá no salão e quando ele viu a reportagem da Transamazônica na revista Manchete, ficou doido, pois sempre quis possuir uma terra. Foi logo no escritório do Incra que tinha lá e fez a inscrição [...].

O enunciado “ficou doido” usado nesse relato é uma metáfora bem conhecida no Nordeste e no Norte e reflete bem a questão das expectativas dos migrantes. Foi o tipo de situação em que o sujeito se deparou com uma realidade que há muito almejou ou esperou tão ansiosamente e que na probabilidade de finalmente vê-la realizada levou esse sujeito a fazer tudo o que fosse necessário para alcançá-la. Entretanto, o que o esposo de Dona Francisca Coutinho possivelmente leu foi uma das reportagens das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* que entre 1970 e 1975 retrataram com imagem e texto o discurso da Transamazônica e não a realidade da Rodovia. A expectativa de alcançar a terra tão almejada e o futuro sonhado para seus filhos empolgou de tal maneira (“ficou doido”) que o esposo de Dona Francisca Coutinho logo se dirigiu para o escritório do INCRA. Uma vez já instalados no seu lote da Rodovia, ao contrário de seu esposo, Dona Francisca Coutinho não gostou de contatar que havia sido enganada pelas falsas promessas da Transamazônica e que teria de viver a partir daquele momento a realidade da Rodovia. Decidiu permanecer junto com a família. E é nesse sentido que Maria Ivonete Coutinho da Silva esclarece a realidade de que

Muitas não conseguiram se estabelecer na região, porque enfrentaram problemas de saúde, mortes de membros da família, perdas completas da lavoura por falta de experiência com o clima, endividamento bancário, entre outros. Desolados, voltaram para o lugar de onde vieram em condições ainda piores do que quando chegaram à Transamazônica⁸²⁵.

⁸²⁵ SILVA, op. cit., p. 111.

Dessa forma, o que fica evidente é que a partir do discurso da Transamazônica foi prometida toda uma estrutura de apoio aos colonos e ao processo maior de colonização. Foi um projeto massificado pela mídia oficial do governo e a mídia privada controlada. Revistas, jornais e jornalistas, cumpriram um papel fundamental na difusão do discurso da Transamazônica. Analisando o papel do jornalista, Pierre Bourdieu reflete que esse seguimento profissional se tornou detentor “[...] de um poder sobre os instrumentos de comunicação de massa que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico – o poder de “fazer ou desfazer reputações” de que o caso Watergate deu uma medida”⁸²⁶. Nesses termos, a mídia se encarregou de disseminar a imagem do projeto de colonização da Transamazônica como a opção para que milhares de trabalhadores adquirissem seu lote de terra e alcançassem um futuro melhor para suas famílias a partir do momento em que se instalassem no lote. Foi um “enquadramento”⁸²⁷ em que a mídia seletivamente incluiu o que era do interesse tecnocrata inserir na propaganda, o discurso da Transamazônica e do “Brasil Grande”; e omitiu o que não era do interesse militar-civil, a realidade da Rodovia. Dessa forma, ao buscar na Amazônia o que o discurso definiu como Transamazônica o que os imigrantes encontraram foi a Rodovia nunca terminada,

[...] hoje ainda temos um lote lá que nós compramos depois de um amigo nosso que veio junto com a gente de outra região e vendeu, como muitos que vieram depois, venderam e foram embora. A imagem que tínhamos daqui era de que se vinha para um paraíso, que ia ter comida e não era preciso trabalhar, mas não foi isso que nós encontramos⁸²⁸.

Quando o discurso e a realidade se encontraram no espaço da Transamazônica diante dos migrantes, ficar ou partir foram opções disponíveis aos que decidiram partir. Entre os que ficaram, a ampla maioria, não possuíam outra opção. Migraram trazidos pelas promessas em torno do lote de terra, que possibilitaria alcançar um futuro de vida melhor presentificado no “Brasil Grande”. Deixaram pra trás passado, presente e migraram para a Transamazônica. E o que encontraram só foi novidade na forma, não no conteúdo: relações de exploração e tensão já experimentadas em seus locais de origem no minifúndio ou no latifúndio e que agora os exploravam e tencionavam em seus próprios lotes de terra. O sonho presentista do “Brasil Grande” passou a ser assombrado pelo passadismo migrante. Como para os colonos que ficaram não havia a opção de partir, foi preciso desenvolver uma terceira via: ficar e trabalhar para finalmente alcançar um futuro melhor. O presentismo que convergiu os interesses dos

⁸²⁶ BOURDIEU, op. cit., p. 189.

⁸²⁷ ENTMAN apud MENEZES, op. cit., p. 28.

⁸²⁸ “Entrevista, 2005, SILVA, op.cit., p. 51.

migrantes aos interesses do governo militar-civil foi sendo gradativamente abandonado. Nesse sentido, projetou-se a expectativa futurista da decisão de ficar no lote que levou à formação de um só-depois compreendido como intervenção ulterior que atribui nova interpretação ao passado, como sentido suplementar que floresceu com o tempo como forma de causalidade⁸²⁹. Como as experiências passadas foram originando resultados que passaram a fazer parte da realidade cotidiana, um novo espaço de experiência foi se formando. Nele, a primeira e dura aprendizagem foi enfrentar a realidade da Rodovia, como relata Dona Julinda Lazarine, migrante paulista de 1972,

Era uma agrovila que tinha as casas feitas, segundo eles, para colonos que, se porventura tivessem filhos para estudar nas agrovilas que iam ser feitas de 10 em 10 km. Mas isso foi só projeto e não foram feitas todas, só as primeiras agrovilas foram construídas. Nesse acampamento eram 3 famílias em cada casa. Era um quarto onde eu cozinhava e dormia. [...] Era um sufoco⁸³⁰.

Retomando algumas discussões de Sigmund Freud, François Dosse reflete que o inconsciente pode projetar-se pra o futuro feito presente ou pode retroceder em direção ao passado teorizado como “só-depois” (*après-coup*)⁸³¹. É complexo retomar a sensação de abandonar tudo e chegar à Rodovia e encontrar casas feitas, inacabadas e outras nem mesmo iniciadas; esperar por escolas prometidas, construídas só alguns anos depois e outras nunca construídas. Um projeto que só se realizou como sensação de “sufoco”, tempo de promessas não cumpridas que premeram o cotidiano numa reordenação de meios de acordo com as necessidades já sentidas e diante da constante adaptação às novas necessidades que foram surgindo. As experiências que se foram acumulando operaram o distanciamento cada vez maior desse novo espaço de experiência na Rodovia em relação às experiências passadistas dos migrantes sempre e gradualmente desvanecidas⁸³² à medida que novas possibilidades foram sendo produzidas e substituíram as promessas não cumpridas. Outro horizonte de expectativa passou a operar a partir das brechas de liberdade. Gestou-se o futurismo que divergiu do presentismo do discurso do “Brasil Grande” e fez com que o passadismo migrante e o presentismo colono que assombravam no espaço da Rodovia comesçassem a ser desassombrados.

⁸²⁹ DOSSE, op.cit., p. 113.

⁸³⁰ “Entrevista”, 2005, SILVA, op. cit., p. 51.

⁸³¹ DOSSE, Id., 2013.

⁸³² KOSELLECK, op. cit., p. 313.

No item *Desassombro*, argumento o gradativo processo de desconstrução do discurso do “Brasil Grande”, operado no cotidiano ordinário da Rodovia pelos colonos e que lhes possibilitou desenvolver outras expectativas futuras.

3.2.3. Desassombro

Da mesma forma que o estereótipo “flagelado da seca” mascarou muitas das realidades dos sujeitos nordestinos que vivenciaram o Nordeste como espaço de experiência, o estereótipo “colono da Transamazônica” omite algo da realidade vivida pelos migrantes que chegavam à Amazônia. Talvez seja um exercício trabalhoso pensar quão nova era a realidade da Rodovia quando da chegada desses migrantes. Por isso, o relato de Dona Julinda Lazarine nos esclarece que

A gente nunca tinha dormido em rede. Era um sufoco. A gente não sabia nem como esticar a rede, As famílias que ficaram conosco, uma era uns vizinhos nossos e a outra família veio de um município de São Paulo, eram todos de lá. No avião vieram pessoas de São Paulo, de Andradina, de Tupi Paulista e se juntaram todos em São Paulo. Pegaram o avião e vieram⁸³³.

Para qualquer nortista ou nordestino que esteja habituado a dormir em rede o relato de uma pessoa afirmando que nunca havia dormido ou esticado uma rede talvez soe como um grande mistério. Entretanto, essa foi a realidade da grande maioria de sulistas como Dona Julinda Lazarine quando migraram para a Amazônia e se instalaram no acampamento ou no lote da Transamazônica. Foram situações como aprender a esticar uma rede, acostumar-se às temperaturas e umidade do clima, degustar novos temperos e outras comidas que demandaram algum tempo de adaptação, na qual cada nova informação e cada nova situação levava a uma nova etapa de adaptação. A gaúcha Dona Modesta Lima Silveira veio com esposo e onze filhos de Santa Maria através do projeto de colonização oficial, trazendo apenas o necessário pra começar a vida. Chegaram a Altamira no dia 01 de novembro de 1971 e permaneceram em torno de dois meses no “Acampamento João Pezinho”, onde

[...] A comida era ruim. Tinha um homem que fazia a comida só de calção e ele ficava bem em cima da comida suando. Eu não comia e ele dizia “eu acho que vocês não têm fome”. Eu arrumei umas varas, pendurava as panelas e fazia a minha

⁸³³ “Entrevista”, 2005, SILVA, op. cit., p. 51.

comida, do jeito que a gente comia lá no Sul, porque a comida era jabá, arroz, macarrão, e eu não gosto de jabá, eu nem conhecia jabá⁸³⁴.

O choque cultural e as comparações entre o que se praticava do Sul e o que se praticava do Nordeste se reproduziu no cotidiano social, econômico e, além desses aspectos alimentares e culturais, questões que envolveram o transporte também se tornaram um problema,

[...] De primeiro quando era para ir pra cidade, tinha que sair à uma hora da manhã, para ver se pegava o ônibus das cinco horas, que vinha de Itaituba ou de Santarém, e quando voltava era pior porque a gente entrava no travessão e andava de cinco a dez quilômetros, até mais, com as coisas nas costas. E quando tinha encontro da comunidade lá no km 123, todo mundo ia a pé. Dava bem uns 30 a 40 quilômetros, mas a gente ia, com a maior alegria⁸³⁵.

Foi necessário superar essas diferenças culturais e alimentares, entre outras, para vencer tantas dificuldades cotidianas da Rodovia. O trabalho na roça não era fácil. O clima não ajudava e as distâncias dificultavam as decisões, atitudes ou respostas eficazes às emergências tão comuns num espaço tão complexo e de estrutura tão deficitária. Mas também houve a constatação por parte dos colonos de não haver melhor opção à Transamazônica, entendida e aceita como lugar que oferecia as melhores oportunidades,

[...] mudei várias vezes. Primeiro eu sai da Paraíba e vim para o Rio Grande do Norte e depois nós mudamos para Fortaleza. No Rio Grande eu morei em uns três lugares: Caipó, Ruranópolis e Florânia ou 4 lugares. Aqui nós paramos por causa da terra, apesar de não ser muito boa, deu para gente viver e garantir um futuro melhor para os filhos⁸³⁶.

A imagem que surpreendeu e assombrou o imaginário de muitos migrantes, desde o momento do primeiro contato com a Amazônia, lançou dúvidas ao discurso do “Brasil Grande”, ainda que tudo o que o discurso omitiu ou mascarou só se tenha revelado na realidade cotidiana. Ao mesmo tempo, manteve entre os colonos a certeza não mais nesse “Brasil Grande” e sim no que poderia ser construído a partir da terra no presente para suas famílias e como um novo futuro para seus filhos. Esse aspecto futuro (“futuro melhor para os filhos”) empenhou os sujeitos na construção de um novo espaço de experiência pela oposição ao passadismo e presentismo confrontado com a realidade local de lutas diárias, pois, “[...] era assim. Se a gente não brigasse, não conseguia nada. Acho que foram as necessidades na

⁸³⁴ O relato transcorreu no “Acampamento do João Pezinho” onde passariam dois meses “acampados” antes de ir para seu lote, cf. “Entrevista, 2005”, in: SILVA, op. cit., p. 129-130.

⁸³⁵ “Entrevista, 2005”, id., 1998, p. 86.

⁸³⁶ “Francisca Araújo, 68 anos”, ibid., p. 105.

Transamazônica, que despertaram em mim esse espírito lutador, desafiador das situações”⁸³⁷. É essa realidade local de desassistência e dificuldades que desafiou os colonos, a cada momento. Por isso que a fala de Dona Ana Bernardes, migrante paranaense de 1972 reflete a atitude dos colonos diante das novas realidades encontradas na Rodovia: “[...] tenho saudade daquele tempo, parece que a gente tinha mais esperança, mais alegria para trabalhar e ver essa região se desenvolver”⁸³⁸.

Ver a Rodovia se desenvolver como região produtiva que oferecia terra, trabalho e renda, estruturada com escolas, hospitais, oficinas e comércio, assumiram a condição de antigas perspectivas renovadas porque não estavam mais enquadradas no modelo militar-civil porque se tornaram o novo “horizonte de expectativa” que desassombrou o passadismo dos migrantes e o presentismo dos colonos. Já o discurso do “Brasil Grande” ou da Transamazônica, junto com a ditadura militar-civil, passou à condição de uma lamentável experiência passadista no Brasil (Imagem 33). E o que era para ser a “grande aventura nacional” do sonho passou à condição de assombro, em todas as referências e citações da ditadura militar-civil.

Imagem 33 – A Amazônia das estruturas reais paradas no tempo: A marcha e a estrutura do “Brasil Grande” parou com o modelo do “Fusquinha” e no imprevisto de insalubres pontes de madeira na Rodovia Transamazônica já em 1974.



FONTE: “Desbravadores da Transamazônica fará audiência nesta quinta, dia 25 de julho”. **Uruará em Ação. (Blog)**. Disponível: <<http://uruaraemacao.blogspot.com.br/2015/11/transamazonica>>. Acesso: 20 abr. 2016

⁸³⁷ “Entrevista 2005”, in: SILVA, *ibid.*, p. 125.

⁸³⁸ Ana Bernardes da Silva chegou a Transamazônica em 1972. *Id.*, 2008, p. 145.

3.3. De assombros e de sonhos.

No ano de 1974, quando da eleição do general-presidente Ernesto Geisel, a participação dos deputados estaduais Gerson Peres, Oswaldo Melo e Haroldo Tavares – além do deputado federal Juvêncio Dias –, entre outros legisladores componentes da bancada paraense presente ao Colégio Eleitoral que ratificou a eleição do então mais novo militar executivo federal, para além do voto *pro forma*, deu mostras da persistência de uma interessante representação sobre o poder do executivo federal como protagonista das ações que pretendiam tornar reais as expectativas que a ideologia tecnocrática alimentava nos legisladores paraenses: o “novo” futuro-presente para a Amazônia, refletido majoritariamente no voto ratificador que confirmou de 1974 para 1978 mais uma “nova Amazônia”, e a opção de manter a estrutura de exercício do poder no Brasil indicada pela decisão de sustentar o *status quo* da sociedade,

[...] a delegação do Pará vai exercer o direito do voto, no Colégio Eleitoral, com a consciência tranquila de estar realizando uma das mais importantes tarefas em prol da Amazônia e do Brasil, porque reconhecemos que a figura do General Ernesto Geisel, um militar exemplar e um homem capaz de prosseguir com a admirável obra construída pelo Presidente Médici, em favor do desenvolvimento econômico e social de nosso País⁸³⁹.

Esse “puro presente” percebido pelos legisladores, não rejeitou um passado longínquo: estranha o “passado recente” e o “presente maculado” das distâncias, vazios e atrasos regionais do Pará. Isso ajuda a entender que, invocar as Bênçãos de Deus⁸⁴⁰ na abertura de cada sessão da ALEPA, não se reduzia à mera manifestação religiosa cristã. Expressava uma fé que presentificava a longínqua ação divina do passado bíblico ritualizando e sagrando as ações dos legisladores no presente. Foi uma articulação do passado, presente e futuro num tempo que renovava as expectativas a cada sessão. Essa articulação também se deu no Colégio Eleitoral que ratificou o general-presidente Ernesto Geisel. Foi a nova articulação entre passado (general Médici) e presente (general Geisel) sob um novo horizonte de expectativa no qual a “esperança do fim habita o presente”⁸⁴¹. Os legisladores podem não ter chorado como Ulisses e nem lido Santo Agostinho⁸⁴², mas rearticulavam nas sessões da

⁸³⁹ **O Liberal**, 13 jan. 1974, primeira página.

⁸⁴⁰ *Atas Alepa*, 6ª Sessão Ordinária, 12 abr. 1971, p. 269. (Arquivo nº 112932)

⁸⁴¹ HARTOG, op. cit., p. 90.

⁸⁴² Id., 2013.

ALEPA e no Colégio Eleitoral de 1974 um novo e puro presente. É um olhar *ad rem*⁸⁴³ empírico dos legisladores paraenses enxertado ao olhar técnico do executivo federal e, ainda que legítimo pela enormidade de uma floresta Amazônica e pela grandeza dos amazônicos da floresta, confirmou-se penosamente reduzido e não totalmente genuíno.

O reducionismo a que me refiro é complexo. Por um lado, talvez, não permitiu aos legisladores paraenses antever ou mesmo perceber as implicações estruturais gigantescas das ações tecnocráticas em que o governo federal apeou a Amazônia e os amazônicos. Digo isso analiticamente por ser pertinente e necessário considerar. Primeiro, pelas imensas e não poucas dificuldades técnicas – conhecidas ou por conhecer – de qualquer projeto ou ação que se intentasse envolver a Amazônia nas décadas de 1960 e 1970; segundo, a justa e real validade dos volumosos custos empregados e dos crescentes custos – justificáveis e injustificáveis – que se agregaram; terceiro, a imperícia do que foi real e tecnicamente previsto e do que, inoportuno, se deu imprevisivelmente; quarto, a consideração dos impactos imediatos a médio e longo prazo. Essa é uma linha de pensar cuja plausibilidade analítica não se quer delimitar a partir da linha fronteira imposta pelas limitações técnicas dos legisladores paraenses. Esse seria um argumento muito superficial.

No entanto, as limitações que restringiram e envolveram os legisladores paraenses e o Estado do Pará se impuseram pelos limites do tecnicismo e dos projetos desde o nível federal. O azimute seguido pela topografia e agrimensura aplicadas a uma rodovia Transamazônica foi um dado anotado a normógrafo⁸⁴⁴, constante na linha traçada em escala a nanquim, numa folha técnica de papel vegetal e reproduzida xerograficamente a mais de 1.500 km de distância do espaço onde foi aberta a clareira que deu início à construção real da Rodovia. Todo esse processo considerou dados coletados de forma técnica e aparelhados de forma política instrumentalmente, tornando possível fundamentar a matiz monocromática de ações que suscitaram um monóculo federal-estadual-regional reduzido ao festejo de início da construção da Rodovia sem deixar perceber a longa e estreita linha de estrada que intencionava cortar a floresta para desfazer séculos de ausência do Estado. Tudo mnemônica e militarmente chamado de Operação Amazônia. A floresta foi cortada. E permaneceu aberta como representação da ausência que não foi desfeita.

A falta de uma total genuinidade por parte do legislativo paraense seria também plausível para percebermos certa opção pela omissão. Em uma medida, a percepção mínima

⁸⁴³ À coisa, à causa, precisamente, cf. BUENO, 1986, p. 1231; NEVES, 1996, p. 39.

⁸⁴⁴ Aparelho de desenho técnico, constante de lâminas de celuloide com alfabetos vazados ou recortados que servem de moldes para elaboração de legendas e letreiros em desenhos e projetos técnicos.

ou nula dos aspectos que implicavam a Região Amazônica na Operação Amazônia e vice-versa. Em outra medida, porque tornaram o legislativo paraense cioso de sua condição como classe política coadjuvante que simploriamente concatenou sua participação como operadores de segundo escalão na aplicação do projeto federal. Tanto o relevo das limitações técnicas quanto a ausência de genuinidade na omissão de nossos legisladores são injustificáveis pela análise e injustificáveis pela essência imaterial da representação política que deveria ter sido materializada em ações que trouxessem benefícios para a Amazônia e que se limitaram em um discurso que repetia as falas dos generais, ministros, políticos e tecnocratas federais, ainda seguindo a “transcendente decisão” do executor federal, anterior a 1971⁸⁴⁵. Analiticamente há também os limites impostos pela condição de operadores de segundo escalão, o que não se configurou como singularidade da ditadura militar-civil, mas é bem anterior, herdada da Primeira República e passada governo a governo como herança política. Se não biológica, certamente por adoção.

O ano de 1974 encerrou a primeira metade do ciclo civil no Executivo paraense que ainda veria as conformações políticas entre 1974 e 1979 que se desenvolveram e consolidaram o fluxo do modelo militar-civil, o que pode ser percebido a exemplo da linha a que se propôs seguir o engenheiro-governador, uma

[...] reta séria de não confundir política com administração pública. Sendo técnico e não político, tendo sido escolhido para o cargo pelo seu passado de administrador, dizendo-se sempre sem vocação para a política, [...] não se afasta da linha a que se propôs: ele é um delegado da Revolução e, graças ao sistema, chegou ao Executivo. Seu compromisso é mais com a Revolução do que com os políticos⁸⁴⁶.

É importante ressaltar que referenciar um ciclo civil no Executivo paraense ao longo da década de 1970 não deve ser entendido como distante, ao largo ou divergente do Executivo Federal exercido por militares nos mandatos dos generais presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Ao contrário. Complementaram-se. Foram os governos civis paraenses os responsáveis pela gerência da realização do projeto militar-civil na Amazônia calorosamente incluído na definição de “revolução” tão ao gosto conceitual de golpistas militares e civis (crônicos ou de ocasião), tecnocratas e setores conservadores da sociedade brasileira e paraense.

A conceituação de “revolução” foi apropriada pelo projeto militar-civil e se mostrou um termo impróprio por duas razões simples sem ser simplórias. Primeiro, levando-se em

⁸⁴⁵ Discurso do presidente Emílio Garrastazu Médici, alusivo ao segundo aniversário de seu governo, transcrito nas *Atas Alepa*, 146ª Sessão Ordinária, 29 out. 1971, p. 38. (arquivo n. 111132).

⁸⁴⁶ **Folha do Norte**, 27 jan. 1974, 1º Caderno, p. 4.

conta a vasta discussão a respeito daquele conceito no campo político não só pela ciência política como também pela história e sociologia entre outras ciências humanas. Não foi um salto dialético sob o livre céu da história⁸⁴⁷ como no olhar *outsider*⁸⁴⁸ da teoria crítica de Walter Benjamin. Segundo, se um golpe militar já era esperado levando-se em conta as várias intervenções militares ocorridas no Brasil Imperial ou Republicano e pelo período imediatamente anterior a 1964, marcado pela agitação política em torno da pessoa e do governo de João Goulart⁸⁴⁹, na Ordem do Dia lida em todos os quartéis das Forças Armadas (FA) na manhã de 31 de Março de 1964, não houve nenhuma referência textual ou verbal a uma “revolução”⁸⁵⁰.

Apesar da profissão de fidelidade à “revolução” presente na fala do engenheiro-Governador ser o eco de uma entrevista de 1974, quando seu mandato se encaminhava para seu fim em março de 1975, com a transmissão do Executivo paraense para o professor-governador Aloysio da Costa Chaves, Fernando Guilhon voluntariamente se retiraria em definitivo da vida política, indo residir na cidade do Rio de Janeiro para retomar suas atividades profissionais no ramo da engenharia rodoviária até seu falecimento em 1976.

No entanto, o fato de voluntariamente não ter permanecido na vida política é bem menos importante ou sintomático que a clara manifestação da posição assumida pelo engenheiro-governador ao longo de todo o seu mandato e que não foi ditada por meios termos. Ao fim de sua curta carreira política a declaração de que não estivera comprometido com partidos ou políticos e que seu compromisso permanecia ligado à “revolução” como um “delegado da revolução” demonstra que fora fiel ao coronel-ministro Jarbas Passarinho e aos generais-presidentes Emílio Garratázzu Médici e Ernesto Geisel, os articuladores e mantenedores diretos da estrutura de indicação e do processo eletivo no Pará. Todos esses fatores nos esclarecem tanto discurso quanto práticas optadas e assumidas pelo Governador Fernando Guilhon.

Entre o discurso de posse de 1971 e a entrevista de 1974, o engenheiro-governador foi um “membro associado”⁸⁵¹ à “cultura política” que identificou, organizou e estruturou

⁸⁴⁷ BENJAMIN, **Magia e Técnica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 230.

⁸⁴⁸ LÖWY, “Sete teses sobre Walter Benjamin e a teoria crítica”. Disponível: <<http://blogdaboitempo.com.br/2011/10/28/sete-teses-sobre-walter-benjamin-e-a-teoria-critica/>>. Acesso: 20 fev. 2015.

⁸⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de, **1964: 50 anos do Golpe**. Disciplina do Programa de Pós Graduação em História Social, UFRJ. Aula de 19 fev. 2014. Disponível: <www.youtube.com/watch?v=aVYblmXvgAA>. Acesso: 5 jan. 2015.

⁸⁵⁰ TOLEDO, Caion N. de. “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. **Crítica Marxista**, n. 19, pp. 27-48, 2006, p. 27. Disponível: <<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>>. Acesso: 20 fev. 2015.

⁸⁵¹ RIOUX, “As associações em política”, in: RÉMOND, op. cit., 2003, p. 129.

ideologicamente⁸⁵² os ideais da “revolução” que em si não assumiria uma forma ou estrutura nos moldes de um partido, mas disseminaria a prática que gerenciaría o culto contínuo de um nacionalismo ufanista extremo, conservador, militarista, anticomunista, moralista, autoritário, excludente e violento, uma “associação” que administraria a ARENA – com seríssimas divergências internas no Brasil e no Pará – como sua representação política na estrutura institucional e no meio social civil, suportando a existência vigiada e controlada do MDB.

E ainda que tenha se tornado o presidente regional da ARENA no Pará, oportunidade em que momentaneamente desbancou em certa medida a liderança de Alacid Nunes graças as articulações políticas do coronel-ministro Jarbas Passarinho, o engenheiro-governador manteve sua posição e defesa de uma pretensa aversão à política⁸⁵³ como discurso objetivo incorporador de uma postura pragmática produtora da ambivalência que possibilitou a ação ou “arte política”⁸⁵⁴ de exercer certo poder sobre a classe política paraense que, em outras palavras, gerenciou críticas da ARENA – principalmente vindas do grupo “alacidista” – e extraiu elogios – até mesmo a defesa – da bancada estadual do MDB na ALEPA por medidas apresentadas – ainda que também criticassem o engenheiro-governador⁸⁵⁵.

Com relação à Amazônia, Transamazônica, “Brasil Grande” e a “grande aventura nacional”, a integração propagada em projetos, leis, decretos e mídia se reduziu ao que Alves Filho chamou de “condição colonial interna”, ou seja, o Sudeste considerado avançado foi elevado pelo tecnicismo militar-civil à condição de metrópole enquanto o Nordeste e principalmente a Amazônia atrasados foram relegadas a um subaproveitamento, na condição de regiões que deveriam ser exploradas⁸⁵⁶.

Para Reinhart Koselleck, uma experiência dada cronologicamente no tempo pode ser datada, mas não mensurada; ela salta o tempo a cada momento em que dela se pode recordar algo⁸⁵⁷. Em 1970 o governo militar-civil colocou em prática a Operação Amazônia, usou o discurso continuamente reelaborado sobre o “Brasil Grande” e convocou a nação e os migrantes a participarem da última “grande aventura nacional”. Em 1974, o governo retirou

⁸⁵² BERSTEIN, “Os Partidos”, id., p. 89.

⁸⁵³ MARTINS, “Guilhon, um homem simples. Entrevista”, in: MEIRA FILHO, **In Memoriam**. Crônicas. Belém: [s. n.], 1976, p. 106.

⁸⁵⁴ “[...] uma coesão de cada um com todos, que põe em relação o indivíduo e o Estado, sem passar pelas instituições e o sufrágio. Tocqueville já havia percebido bem a fecundidade dessa ambivalência: a associação pelo fato de criar uma ação recíproca dos homens sobre os homens, e dos cidadãos sobre as instituições, está do lado do poder, participa de uma “arte política” [...]”, RIOUX, Jean-Pierre, “O artifício fecundo”, in: RÈMOND, op. cit., p. 130.

⁸⁵⁵ *Atas Alepa*, 28ª Reunião Ordinária, 13 mai. 1971, p. 345. (Arquivo 114904).

⁸⁵⁶ BRAGA, op. cit., p. 48.

⁸⁵⁷ KOSELLECK, op. cit., p. 311.

financiamentos e reelaborou os programas de incentivo à Amazônia favorecendo exclusivamente a indústria agropecuária.

Da “Placa Inaugural” fixada num tronco de castanheira e que simbolizou o início da construção da Transamazônica há tantas memórias associadas que a população de Altamira “carinhosamente” denominou-a de “Pau do Presidente”. Sobre a “Placa de Conclusão”, pouco ou quase nada é dito. Talvez porque a obra tenha começado e como tantas outras rodovias federais não foi devidamente concluída. Um detalhe que podemos analisar como um passadismo que permaneceu assombrando.

Assombros no governo José Sarney em 1986, quando em meio às comemorações dos dois primeiros meses do Plano Cruzado e as especulações sobre o câncer linfático do então Ministro da Fazenda Dilson Funaro – negados pelo próprio ministro como estratégia de enfrentamento a “grupos de pressão”⁸⁵⁸ opositores do Plano Cruzado e do governo Sarney –, a notícia de que o então Ministro dos Transportes José Reinaldo Tavares traçava planos para a conclusão das obras da Transamazônica, acabou por gerar a polêmica que em certa medida abalou o governo e o clima do que então ainda se chamava “abertura política” ou “Nova República”⁸⁵⁹.

Assombros também no segundo mandato do governo Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010), quando a pavimentação da Transamazônica foi incluída no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e que segundo Airton dos Reis Pereira, professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), na realidade seguia um ritmo lento por falta de planejamento orçamentário e burocracias em torno de licenciamento ambiental⁸⁶⁰.

E assombra a qualquer momento que se evoquem referências ao período militar-civil, tanto quanto as associações possíveis aos termos autoritarismo ou tortura. Como “um passado que não passa”⁸⁶¹, o sonho da Transamazônica causou dor. Fez sangrar. E matou; em

⁸⁵⁸ Cf. SOUZA, César Martins de. “Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica”. **Revista Contemporânea**. Dossiê 1962-2014: 50 anos depois a cultura autoritária em questão, v. 1, n. 5, 2014, p. 2. Disponível: <<<http://www.historia.uff.br/>>>. Acesso: 2 jul. 2016.

⁸⁵⁹ “Nesta empreitada contra as regras da boa administração pouco importa a origem da verba, mas o destino da despesa. É o caso do Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, que quer porque quer asfaltar a Transamazônica – uma obra que exigiria, a preços de hoje, 1,1 bilhão de cruzados, cifra equivalente ao dispêndio com o programa através do qual o governo promete distribuir leite a 1,5 milhão de crianças neste ano. Tavares, que foi subordinado no governo Médici do então Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, como diretor do DER do Maranhão – época em que Sarney era governador do Estado –, se irrita quando colocam em causa a viabilidade do projeto que patrocina. “Por que não é factível?”, indaga. ‘Só porque a Transamazônica foi feita pelo Andreazza’”, cf. **Revista Veja**, 07 mai. 1986. Disponível: <>. Acesso: .

⁸⁶⁰ PIACENTINI, Patricia. “Transamazônica”. **Revista Pré-Univesp.**, n. 59, jul./2016. Disponível: <<http://pre.univesp.br/transamazonica#.V1dDbCHd7IU>>. Acesso: 07 jun. 2016.

⁸⁶¹ BERTONHA, João Fábio. “Apresentação ao Dossiê: Problemas e questões da História do Tempo Presente”. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, ano 7, n.º 1, pp. 8-13, jun./2012, p. 10. Disponível: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/>>. Acesso: 26 set. 2013.

meio a uma região e população. Tanto quanto a tortura o fez contra os que se insurgiram contra a ditadura. Hoje, a Transamazônica continua assombrando.

Mas há o sonho, uma das mais belas características do ser humano. Sonhos de crianças, sonhos de adultos, sonhos de velhos. Sonhos de homens e mulheres. Sonhos de pais e sonhos de filhos. Mesmo a moribunda cadela Baleia ganhou de Graciliano Ramos o sonho de um mundo de preás gordos e enormes que embalaram seus últimos suspiros de vida⁸⁶², como um prêmio pelas Vidas Secas ao lado do peão Fabiano. Cada um de nós tem seus moradores desejos como população no mundo dos sonhos. Para a maioria dos brasileiros a casa própria ainda é um sonho. Inclusive pra mim. E refletindo sobre as relações entre espaço, casa e sonho, David Harvey citou Martin Heidegger percebendo que

[...] Por meio dos sonhos, as várias habitações da nossa casa se co-penetraram e retêm os tesouros de dias passados. E, depois de estarmos na nova casa, quando as memórias de outros lugares em que vivemos retornam a nós, viajamos para a terra da Infância Imóvel, imóvel como o são todas as coisas Imemoriais⁸⁶³.

Vamos ao trabalho; sentamos para almoçar; assistimos aula; vamos a uma orla marítima namorar; tantos espaços diferentes que a rotina do dia a dia insiste em tornar iguais e eles nunca são. Casa térrea, sobrado ou apartamento. Em bairro, conjunto ou condomínio. Centro da cidade, periferia, área metropolitana ou sítio. Muitas possibilidades pra se escolher a moradia ideal pra família. Pintar a casa de róseo, azul ou amarelo. Móveis sóbrios, rústicos ou vanguardistas. Tapetes ou carpete. Dois ou três quartos. Seja qual for o espaço, tenha a casa o formato e a arrumação que tiver, quando chegamos em casa geralmente nos sentimos aliviados. Seguros. Acolhidos. Serviço de quarto em hotel é algo reconfortante, mas nada supera nossa velha cama, ou desbotada rede. O espaço, a casa e nós mudamos. Se nossas memórias imemoriais não mudam no mínimo são reconstruídas. Mas as coisas imemoriais estarão sempre conosco. Fazem parte de nós. Se ficamos, elas estão conosco. Se migramos, elas migram também.

E os migrantes que se deslocaram para a Transamazônica vieram por um motivo muito específico. O discurso do “Brasil Grande” exerceu uma presença muito forte nos primeiros anos da década de 1970 com seu discurso evocativo da grandeza do Brasil. Mas apesar de acreditarem nessa grandeza, não foi pelo Brasil que os migrantes vieram para a Transamazônica. De forma semelhante, a Operação Amazônia exerceu um papel central da disseminação dos projetos para a Amazônia, principalmente, no sentido de agregar

⁸⁶² RAMOS, op. cit., p. 42.

⁸⁶³ HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 200.

crescimento econômico e Segurança Nacional. Mas não foi o projeto econômico ou a Segurança Nacional que trouxe os migrantes para a Transamazônica. Retratada nas páginas das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, a Transamazônica foi associada como exemplo do “Brasil Potência” e consequência do “milagre econômico”, atraindo muitos migrantes para a Amazônia. Mas não foi a imagem da Transamazônica, a noção de “Brasil Potência” ou o “milagre econômico” que trouxe realmente os migrantes para a Transamazônica. A convocação feita à nação brasileira para a “grande aventura nacional” e a “última grande aventura da humanidade” evocou o sentimento aventureiro de muitas pessoas. Mas não foi a aventura que trouxe os migrantes para a Transamazônica. Então, o que os trouxe? Por que vieram?

As coisas mais simples, do nosso dia a dia, aparentemente sempre estiveram ali. O computador no lugar da máquina de escrever, a escola ali do outro lado da rua e não no outro bairro, o supermercado no lugar da mercearia, a linha de ônibus na esquina e não na rua principal daqui a quatro quadras, o posto médico no lugar da “benzedeira”. O emprego e a renda mensal no lugar do “bico”, junto com três refeições diárias intermediadas pelos respectivos lanches. Entretanto, para muitos migrantes, principalmente os nordestinos, nem mesmo as três refeições diárias eram tão comuns assim. É claro que essa situação variou muito, mesmo entre nordestinos. Mas na sua grande maioria, a seca e a fome foram experiências muito comuns. Com a seca, não há plantio, colheita, trabalho, salário nem comida. E sem comida, quem pensa em escola? Muitos desses nordestinos pensaram. Mas se não houve escola para os pais, não havia perspectivas de haver escola para os filhos. Meses e anos passados sem trabalho, sem renda, sem escola e sem comida tornam os desejos mais simples e tornam o sonhar mais fácil e menos exigente. A propaganda oficial, em síntese, prometia para todos que se dispusessem a migrar para a Amazônia terras, casa, hospital, escola e infraestrutura para produzir e escoar produção, o que em outras palavras significou que a Amazônia precisava de sonhadores pra sonhar o mesmo sonho do governo militar-civil. E o que a Transamazônica ofereceu foi o sonho.

Como o projeto da Rodovia era produto do capital intelectual e a construção da Transamazônica fora decidida no campo de poder, o sonho foi sonhado de cima para baixo através da ação e da propaganda oficial. Nesse sentido, com raras exceções, as falas dos migrantes majoritariamente relataram que mantiveram contato com a propaganda em folhetos, revistas e jornais. Na minha pesquisa em periódicos notei uma relativa regularidade de propagandas do BASA e da SUDAM nos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, ambos do Rio de Janeiro, e no *Estado e Folha de São Paulo*. Curiosamente, não percebi essa

regularidade nos jornais paraenses Folha do Norte e O Liberal, ainda que eles veiculassem notícias referentes ao projeto e a construção da Transamazônica, notícias da SUDAM e movimentações do capital e das ações do BASA. O sonho oferecido pela Transamazônica não precisou ser sonhado pelos migrantes porque já era uma latência social. Um tão acalentado desejo que psicologicamente invertia a sucessão cronológica do tempo passado, presente e futuro experimentado no latifúndio ou nos efeitos da seca, o que me faz recordar trechos da letra da música de Chico Buarque e Edu Lobo, Valsa Brasileira, que transcrevo seguindo a métrica da canção e não da letra/poema,

Vivia a te buscar porque pensando em ti corria contra o tempo
 Eu descartava os dias em que não te vi
 Como de um filme a ação que não valeu
 Rodava as horas pra trás
 Roubava um pouquinho
 E ajeitava o meu caminho pra encostar no teu

Subia na montanha não como anda um corpo,
 Mas um sentimento
 Eu surpreendia o Sol antes do Sol raiar
 Saltava as noites sem me refazer
 E pela porta de trás da casa vazia
 Eu ingressaria,
 E te veria,
 Confusa por me ver
 Chegando assim,
 Mil dias antes de te conhecer⁸⁶⁴.

O professor Pasquale Cipro Neto explica que há um claro jogo entre os tempos verbais que parte do pretérito imperfeito do indicativo ("vivia", "corria", "descartava", "rodava", "roubava", "ajeitava", "subia", "surpreendia" e "saltava") e vai para o futuro do pretérito ("ingressaria" e "veria"). O pretérito imperfeito do indicativo referência evento passado que não possui um término definido. Já o futuro do pretérito indica ação ou estado futuro referente a um momento passado⁸⁶⁵.

Dois enunciados são mais importantes. Primeiro, o enunciado “Vivia a te buscar porque pensando em ti corria contra o tempo”. Na letra, a vida se resume em uma busca que não se concretizou. Por isso o desejo não sai do pensamento (*psique*); move o corpo correndo em uma modalidade que não está enfrentando um cronômetro, mas se embate contra o próprio tempo futuro para subvertê-lo ao presente. Segundo, no enunciado “E pela porta de trás da casa vazia, eu ingressaria, [...] chegando assim, Mil dias antes de te conhecer”, a casa está

⁸⁶⁴ BURQUE, Chico. LP Valsa Brasileira, 1991.

⁸⁶⁵ NETO, Pasquale Cipro. “Valsa Buarquiiana”. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/>>. Acesso: 27 mai. 2014.

vazia, e não sendo habitada sugere que ainda será ocupada; o modo de entrada subverte novamente o tempo porque não recua do futuro, mas vem do passado e chegou mil dias antes de conhecer o objeto do desejo. A melodia é tocada em ritmo de valsa lenta e pausada, com harmonia bem marcada por arranjos de clarinete. A música lenta faz oposição à aceleração tentada pela letra subvertedora do tempo. Assim, o que me interessa é esse jogo temporal que me ajuda a compreender e explicar sensações e experiências passadista e futurista migrante.

As experiências no latifúndio inserem uma latência passadista que o sujeito tenta subverter no tempo. A falta de perspectivas e oportunidades de mudança no presente mantém esse passadismo latente, semelhante ao segundo enunciado da Valsa Brasileira, em que há uma casa vazia (sonho) que ainda não foi preenchida (latência) apesar da tentativa de se chegar mil dias antes (desejo). A experiência passadista e o sonho não realizado permanecem latentes. Já os efeitos da seca são sentidos no presente e geram o desejo pelo seu fim, semelhante ao primeiro enunciado da canção. A experiência com a seca tanto remete ao passadismo de secas anteriores como remete para a seca presente, daí a tentativa de subverter o futuro para que a seca termine e por isso a ideia de correr contra o tempo, a noção do *só-depois*⁸⁶⁶. Esse exercício é válido também para as experiências dos migrantes sulistas, com experiências no minifúndio.

Se o sonho oferecido pela Transamazônica não necessitou ser sonhado, nesse espaço de experiência foi preciso ser aceito, afinal, as promessas de terras, casa, hospital, escola e infraestrutura para produzir e escoar produção realiza vários sonhos num só. O sonho de ser proprietário e trabalhar no próprio lote de terras com a perspectiva de produzir para si mesmo, proximidade de hospitais e postos médico e, mais importante, proximidade e oportunidade de escola para os filhos.

Os migrantes vieram em busca do sonho. E na Transamazônica foram impactados pelas dificuldades da Rodovia. A instalação no lote realizou o tão acalentado desejo da propriedade da terra. Mas o ambiente e o clima eram estranhos, muito diferentes de suas regiões de origem, o que implicou num lento processo de adaptação que nem todos os migrantes e colonos se resignaram de esperar. Resignação. Define bem o que significou aceitar a instalação no lote localizado à margem de uma ou de outra das laterais da Rodovia em que o fato de os trabalhos de agrimensura estar inacabados foi o menor dos problemas. Bem conhecido de todos que já transitaram na BR-230, o período das chuvas sempre foi uma questão de calendário anual indo além da intransitabilidade, pois significou não ter acesso a

⁸⁶⁶ DOSSE, op. cit., 2013, p. 113.

qualquer nível da estrutura mínima que existiu e que era bem pouco numerosa, uma vez que não havia escolas ou hospitais fora das agrovilas. De tudo o que lhes fora prometido, somente a instalação no lote se cumpriu. E todas essas experiências assombraram pelo passadismo. O discurso do “Brasil Grande” que garantira um futuro já-dado e presentificado foi confrontado pelo passadismo migrante e pelo presentismo da Rodovia. O discurso foi então desestruturado.

Se pudermos crer na abrangência da afirmação paulofreireana de que imitar não é o erro e sim a passividade e a acrítica⁸⁶⁷ e que essa consciência é um elemento central que contribui para a formação do sujeito, a cultura colona foi sendo construída *pari passu* à experiência da escola/educação constituída e mantida pelos próprios colonos como forma de proporcionar aos seus filhos o acesso à educação que lhes foi negada em seus locais de origem. E essa educação ultrapassou os limites impostos pela ideologia do capital humano das Leis n.º 5.692/71 (1º e 2º grau) e n.º 5.540/68 (Ensino Superior).

A cultura colona nascida no cotidiano ordinário saturado da realidade do lote-luta operou nos colonos a percepção de que o discurso do “Brasil Grande” não realizou suas expectativas futuras. A escola/educação, como espaço social potencial para a construção de sujeitos críticos, operou no cotidiano da Rodovia através do espaço da escola em si, socializou as experiências cotidianas de pais e alunos colonos e deu acesso à educação que instrumentalizou os conhecimentos formais. Esses elementos imbricados nas tensões cotidianas da Rodovia abriram as brechas de liberdade que desassombraram o passadismo migrante e o presentismo da Rodovia indo mais além: permitiu não só a desconstrução dos discursos do “Brasil Grande” e da “grande aventura nacional” como estabeleceu dentro do espaço de experiência o horizonte de expectativa que se refletiu na formação e consolidação dos movimentos de trabalhadores rurais da Transamazônica, no contexto além do meu recorte, consolidado em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Do passadismo e presentismo, a cultura colona e as experiências na Rodovia foram reconstruindo as expectativas futuras. Do assombro, os colonos passaram ao sonho, saturado dos mesmos desejos e objetivos que os trouxeram migrantes, que os fixaram como colonos e que os mantém trabalhadores e sujeitos históricos na luta.

⁸⁶⁷ FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 19.

Imagem 34 – “Amazônias” e consequências: idas e vindas econômicas e sociais. Mãe e filha amanhecem o dia caminhando pela Rodovia PA-150, Mojú, Pará, Brasil, 2006. O “progresso” econômico historicamente na contramão do progresso social na Amazônia.



Fonte: SANTOS, Paula. **Exposição Fotográfica Amazônia. Estradas da Última Fronteira.** Brasília, DF, de 7 de fevereiro a 18 de março de 2012. (Blog) Disponível: <<http://estradasdaultimafronteira.blogspot.com.br/p/galeria-estradas-da-ultima-fronteira.html>>. Acesso 20 abr. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] porções de terra arrancadas pela correnteza e ainda com restos de vegetação, troncos de árvores e ramagens já murchas. No meio dessa massa de folhagem avistei vários frutos dessa característica árvore amazônica – a palmeiraubucu. Foi a última visão que tive do Grande Rio.
Henry Walter Bates, 1859⁸⁶⁸.

Nos dias em que estava finalizando essa dissertação em meados de julho, meio a contragosto, tive de sair uma tarde para levar meu filho caçula a uma consulta médica para *check up*. Tolice de mestrandando: achava que com isso perderia o dia inteiro quando poderia/deveria estar escrevendo algo da dissertação. Enquanto aguardava pra entrar no consultório, na sala de espera lotada de gente, comecei a bibiricar um suporte lotado de revistas, publicações várias e alguns livros e entre esses, Um naturalista no rio Amazonas, de Henry Walter Bates. Comecei a leitura na sala de espera e continuei em casa, após baixá-lo em PDF. Com meu filho estava tudo bem. E no final das contas, ganhei o dia duas vezes.

Emergido na leitura, ainda na sala de espera, me apanhei divagando a seguinte questão: Como Henry Walter Bates avaliaria suas percepções e conclusões assumidas em 1859 ao ver o Pará hoje? Ou como o marechal-ministro Cordeiro de Farias avaliaria a aplicação de suas orientações a partir do *Relatório Mecom* e da Operação Amazônia? Ou ainda, qual a avaliação do general-presidente Médici sobre o resultado da Transamazônica?

Longe dessas divagações, o lugar das falas de cima que propagaram o “Brasil Grande” e que lançaram a “grande aventura nacional” através da Transamazônica se localizaram no Tempo Presente como opção assumida pelo tecnicismo militar-civil para atuar sobre a Amazônia Paraense. Nessa opção, que desconsiderou a diversidade e complexidade das Amazônias existentes e que em certa medida se entrechocavam no espaço que se convencionou chamar Amazônia Legal, a mnemotécnica militar, o *corpus possessionis* e os prognósticos tecnicistas elaboraram o sistema que envolveu os sujeitos da estrutura federal, estadual e municipal no discurso presentista de um futuro já-dado que contraditoriamente operou mais a exclusão do que a integração propagada. Nesse presentismo, as históricas justificativas que abriram a navegação do Rio Amazonas para a “grandeza do Império”, ou evocaram a grandiosidade da “planície amazônica” para referenciar “a grandeza da Nação”, também operaram a “política das rodovias” inconclusas, as medidas de “valorização da

⁸⁶⁸ BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1979.

borracha natural” em tempos sintéticos, o processo de “colonização agrícola” que consolidou a Empresa Pecuária e a migração de contingentes de trabalhadores do Sul e do Nordeste que manteve as cercas dos minifúndios e latifúndios. Nesse sentido, as falas de cima continuaram presentificando as desigualdades passadas, presentes e futuras, num contexto excludente que se insuflou e se bastou em si mesmo no Tempo Presente.

Quanto ao lugar dos silenciados que permaneceram décadas abaixo da linha do discurso, o silêncio não significou inexistência ou nulidade. Ao contrário. Silenciados acima, negados e distanciados pela narrativa epopeica, aventureira, irreal e irrealizada, os sujeitos históricos permaneceram audíveis abaixo e se inscreveram com identidade, bem próximos ao cotidiano ordinário, material e real. Seus espaços sociais e espaços de experiência permanecem inscrevendo os outros silenciados que ainda não tiveram suas vozes escutadas pela história de viés profissional.

Certamente ainda há muito a ser transformado nos espaços desses sujeitos. No entanto, aquelas vozes que já soaram seus relatos e testemunhos já nos permitiram confirmar que seu lugar no Tempo Presente permanece evocando o futuro e buscando seu futuro passado. Encontrei muitas respostas que poderiam ser dadas ao marechal Cordeiro de Farias ou ao general Médici ressuscitados. Mas antes eles teriam muita coisa a explicar. Mas se vivo fosse, talvez a busca por respostas de um Henry Walter Bates poderia possivelmente começar pela sua leitura a partir de Antonio Baena. Ou de Santo Agostinho. Quem sabe?!

As falas de cima e de baixo que convergiram e divergiram como regimes de historicidade inscreveram seus lugares ao longo do Tempo Presente, tanto que o “Brasil Grande” desapareceu antes de ser dado na realidade, mas permaneceu o assombro militar-civil... E, o sonho colono. A imagem da Transamazônica que sobreviveu aos seus idealizadores se eternizou não pela imagem de sua inauguração ou conclusão, mas pela sua imagem de inconclusa. Congelada no tempo e paralisada antes de seu término, permaneceu como a apoteótica abertura do filme *A Transamazônica*, da Agência Nacional, uma linha que rasgou a floresta e permaneceu longa, barrenta, poeirenta, com a grande diferença no plano de visão: sem os meios e instrumentos de cima (aéreos), o que podemos observar no muito que ainda há para ser observado pelo olhar da história é a linha distante do horizonte de expectativas de baixo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCURSO, Ricardo. “Las amazonas de Frey Gaspar de Carvajal”. **Revista de Aula de Letras**. Humanidades y Enseñanza. Disponível: <<http://www.auladeletras.net/revista/>>. Acesso: 29 jun. 2016.

ARTURI, Carlos S. “O debate teórico sobre a mudança de regime político: o caso brasileiro”. **Revista de Sociologia Política**, nº. 17, Curitiba, nov./2001, pp. 11-31, 2001. Disponível: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/3593>>. Acesso: 26 jul. 2015.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. São Paulo: Papirus, 1993.

AVOLIO, Jeissa Ciardi & FAURY., Mára Lúcia. **MICHAELIS: Dicionário Escolar Francês**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

BAENA, Antonio Landislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Universidade Federal do Pará, 1969. (Coleção Amazônica José Veríssimo).

BARROS, J. D. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1979.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura, v. 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas).

BERTONHA, João Fábio. “Apresentação ao Dossiê: Problemas e questões da História do Tempo Presente”. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, ano 7, n. 1, pp. 8-13, jun./2012, p. 10. Disponível: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/>>. Acesso: 26 set. 2013.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaio de psicologia social. 3ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Itinerario de un concepto. Tucuman, Capital Federal: Editorial Montessor, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

BRAGA, Magno Michell Marçal. **BR-230, Nordestinos na rota Transamazônica: a trajetória dos migrantes no Estado do Para (1970-1974)**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2012.

_____. “BR 230: Nordestinos na rota Transamazônica (1970-1974)”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH, São Paulo, pp. 1-16, jul./2011. Disponível: <>. Acesso: 7 jan. 2016.

BRAITH, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. 3ª reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMARGO, José Geraldo da Cunha. **Urbanismo Rural**. Brasília: INCRA, 1973.

CAMPOS, Emerson Cesar; FALCÃO, Luiz Felipe; e LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Entrevista: Tempo Presente Brasileiro: cultura política, ditaduras e historiografia na perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta”, in: **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 3, n. 2, jul./dez., pp. 245-264, 2011. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.5965/2175180303022011245>>. Acesso: 16 nov. 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

_____. **Narrativa, sentido, história**. Campinas, SP: Papiros, 1997.

CARDOSO, F. H., e MÜLLER, G. “IX. A ação do Governo: a Transamazônica e a política rodoviária”. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro, pp. 132-141, 2008. Disponível: <<http://books.scielo.org>>. Acesso: 12 jul. 2016.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A Invenção do Cotidiano**. 3ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique (orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. **Revista Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, jan./abr., pp. 173-191, 1991. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010>. Acesso: 25 mar. 2014.

_____. “A história hoje: dúvidas, desafios e propostas”. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, pp. 97-1113, 1994. Disponível: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/>>. Acesso: 2 fev. 2015.

CHAVES, Ernani. **No limiar do moderno**. Estudos sobre Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin. Belém: Paka-Tatu, 2003.

CODATO, Adriano Nervo. “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”. **Revista Sociologia Política**, nº 25, pp. 83-106, nov./2005. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008>. Acesso: 26 set. 2015.

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Porto Alegre: L&PM, 2001. (Coleção L&PM Pocket).

COUTO, Ronaldo Costa. **Juscelino Kubitschek**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2011.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. (Série Perfis Parlamentares).

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. Trad.: Ruth Joffily Dias & Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DELGADO, Andrea Ferreira. "Goiás: a Invenção da Cidade "Patrimônio da Humanidade". **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 12, nº 23, pp. 113-143, jan.-jun/2005. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100007>. Acesso: 25 abr. 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, "O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia". **Revista Tempo**, v. 28, pp. 123-144, 2010. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>>. Acesso: 21 fev. 2013.

DONATO, Ernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987.

DOSSE, François. **A história**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____. "Entrevista". **Revista História Agora**. Segunda, 19 mar. 2007. Disponível em: <<http://juniorget-oarroto.blogspot.com.br/2012/03/francois-dosse.html>>. Acesso: 3 mar. 2013.

_____. **Renascimento do Acontecimento**. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

DOULA, Sheila Maria e KIKUCHI, Mário Yasuo. "A estratégia da ocupação territorial da Amazônia: A cidade planejada de Sinop". **V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em Urbanismo. Disponível: <unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/706>. Acesso: 11 mai. 2016.

DULLES, John W. Foster. **Castelo Branco: o caminho para a presidência**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

_____. **Castelo Branco**. O presidente reformador. Brasília: UNB, 1983.

DURAN, "Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau". **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 7, n. 22, pp. 115-128, set./dez. 2007. Disponível: <www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO>. Acesso: 12 nov. 2014.

ECO, Umberto. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FABRES, Paola Mayer. “Diagonal Cero e Hexágono 71, ativismo e experimentalismo impressos”. **Revista Ciclos**, Florianópolis, v. 2, n. 3, dez./2014, p. 248. Disponível: <https://ixciav.files.wordpress.com/2014/11/paolameyerfabres_diagonal-cero-e-hex3a1gono-71-ativismo-e-experimentalismo-impressos.pdf>. Acesso: 8 dez. 2014.

FARGE, Arlete. **Lugares para a História**. São Paulo: Autêntica, 2011. (Coleção História e Historiografia).

FEARNSIDE, Philip. “Mudança ambiental e desmatamento na Amazônia brasileira”. **INPA**. Departamento de Ecologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, AM, pp. 1-40, 1987, p. 7-25. Disponível: <[http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/LISTAS%](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/LISTAS%>)>. Acesso: 18 jul. 2016.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio & BITTAR, Marisa. “Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura Militar”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 23, set./2006. Disponível: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/23/art01_23.pdf>. Acesso: 13 nov. 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. “Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico”. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, vol. nº 5, nº 10, jul./dez. 2013. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>>. Acesso: 8 dez. 2012.

_____. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. **Revista Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan/jun. 2012. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>>. Acesso: 8 dez. 2012.

_____. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.º 47, 2004, p. 29-60. Disponível: <<http://www.scielo.br/>>, Acesso: 7 fev. 2013.

FIORUCCI, Rodolfo. “Considerações acerca da História do Tempo Presente”. **Revista Espaço Acadêmico**, n.125, out./2011. Disponível: <www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12565>. Acesso: 5 mai. 2014.

FONTES, Edilza Joana Oliveira (et all). **Na estrada da memória: a história do município de Abel Figueiredo/Pará (1960-2011)**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2012.

FORSYTH, Frederick, **Os cães de guerra**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. A mais grave crise dos governos militares narrada por um de seus protagonistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [200?].

GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. (Coleção Estudos).

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. As ilusões Armadas. 4ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMBRICH, E. H. **Los usos de las imágenes**. Estudios sobre la función del arte y la comunicación visual. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HARTOG, François (org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. **Evidência da história**. O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. “Entrevista”. **Revista eletrônica Scripta Clássica on-line**. Literatura, filosofia, história da Antiguidade. NEAM/UFMG, Belo Horizonte, n. 1, abr./2003. Disponível: <<http://www.scriptaclassicaonlinebr.gr.eu.org/hartog.pdf>>. Acesso: 23 abr. 2013.

_____. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAUSER, Arnold. **Historia Social de la literatura y el arte**. Barcelona: Guadarrama/Punto Ômega, 1978.

HELIODORO, Afonso. **JK: Exemplo e Desafio**. 2ª ed. Brasília: Thesaurus, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLLANDER, Arnon & SANDERS, Sidney. **The Landmark Dictionary**. English/Portuguese, Portuguese/English. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

IORIO, Gustavo Soares, “Cordeiro de Farias e a modernização do território brasileiro por via autoritária. A gênese do Ministério do Interior (1964-1966)”. **Revista Terra Brasilis** (Nova Série), jun./2015. Disponível: <<http://terrabrasilis.revues.org/1638>>. Acesso: 10 abr. 2016.

KERTZER, David. “Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano”. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, nº 15, jul. 2001, p. 23. Disponível: <<http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/>>. Acesso: 3 out. 2013.

KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens”. **Revista Arte e cultura visual**. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun/2006. <Disponível: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/>>. Acesso: 10 de fev. 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006.

LACERDA, Carlos. **Depoimentos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEBRUN, **O que é poder?** 14ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 p. 13. (Coleção Primeiros Passos).

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad.: Bernardo Leitão [et. al]. 4ª ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996,

_____; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A História Nova**. 4ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEMINSKI, Paulo. **La vie em close**. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIMA JÚNIOR, Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco: Uma análise da Cruzada de Ação Básica. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, [S. I.], 2008. Disponível: <http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/5/TDE-2010-05-10T194054Z-276/>. Acesso: 20 mai. 2015.

MACARINI, José Pedro. “A política econômica do governo Médici: 1970-1973”. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 15 n. 3, pp. 53-92, set.-dez/2005. Disponível: <www.scielo.br/pdf/neco/>. Acesso: 23 fev. 2015.

MALDONADO, A. Efendy. “A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade”. **Revista COMPÓS**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Cidadania do XX Encontro da Compôs na UFRGS, Porto Alegre, 14-17 de junho de 2011, p. 2. Disponível: <www.compos.org.br/data/biblioteca_1582.doc>. Acesso: 8 dez. 2014.

MARGARIT, Eduardo. “O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar”. **Revista Geografia em Questão**, v. 6, n. 1, pp. 12-31, 2013. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6634>>. Acesso: 29 jul 2016.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em Agricultura). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível: <www.ufrj.org.br/repositorio_teses>. Acesso: 13 jul. 2015.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. “Reconfigurações na sociodinâmica da cidade de Oiapoque no quadro da cooperação fronteiriça França Brasil”. **38º Encontro Anual da**

Anpocs. Grupo de Trabalho 09. De cidade à cidade no Brasil: tempos e espaços. Disponível: <<http://www.anpocs.org/portal/index>>. Acesso: 12 de jul. 2016.

MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia:** uma análise crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro:** ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil Grande”. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília: 2007.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. “A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico”. **Revista Tempo.** Rio de Janeiro. n. 14, pp. 131-151, 2002. Disponível: <www.historia.uff.br/tempo/site/?p=720>. Acesso: 17 jun. 2015.

MIGUEL, “Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil”. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 20, nº 39, 2000. Disponível: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso: 23 out. 2013.

MIYAMOTO, Shigenoli. “Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação”. **Revista Perspectiva,** n. 4, 1981. Disponível: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108202/ISSN1984-0241-1981-4-75-92.pdf?sequence=1>>. Acesso: 29 jan. 2016.

MOLINA, “Ensino de História e Imagens: Possibilidades de pesquisa”. **Domínios da Imagem.** Londrina, ano 1, n. 1, nov./2007, p. 18. Disponível: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/article/19265>>. Acesso: 14 ago. 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Ana Luiza Coiro, “Por que ler Raymond Willians?”. **Cartografias. Estudos Culturais e Comunicação.** Disponível: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografia>>. Acesso: 12 jan. 2015.

MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo & CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

MOREIRA ALVES. **Tortura e Torturados.** Rio de Janeiro: Independente, 1996.

MOREIRA NETO, Geneton. **Dossiê Brasil. As histórias por trás da História recente do País.** 4ª ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. “O Golpe de 1964 e o regime militar brasileiro”, pp. 209-217, 2011. Disponível: <<http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/>>. Acesso: 20 fev. 2015.

_____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

NIGEL, Thomas. **A última palavra.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

NUNES, Paulo Henrique Faria, “O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moinho combatido por um quixotesco Brasil”. **Revista Estudos Jurídicos**, ano 2, n. 1, pp. 159-185, 2009. Disponível: <www.revista.universo.edu.br/>. Acesso: 12 jul. 2016.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar histórias.** A Biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. 217 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009. Disponível: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp092105.pdf>>. Acesso: 24 jul. 2016.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra a vista.** Discurso e confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964.** Belém: Paka-Tatu, 2003.

_____. “O golpe militar-civil e o partido dos militares (ARENA) no Estado do Pará”. **Revista Historiæ.** Rio Grande, v. 5, n. 2, pp.179-226, 2014. Disponível: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/4870>>. Acesso: 2 ago. 2015.

PIACENTINI, Patricia. “Transamazônica”. **Revista Pré-Univesp.**, n. 59, jul./2016. Disponível: <<http://pre.univesp.br/transamazonica#.V1dDbCHd7IU>>. Acesso: 07 jun. 2016.

PROUST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção História e Historiografia).

REIS, Daniel Aarão, “A ditadura civil-militar”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012. Disponível: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03>>. Acesso: 23 ago. 2012.

REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front.** São Paulo: L & PM, 2003. (Coleção L&PM Pocket).

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. **La funcion narrativa y el tiempo.** Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1992.

_____. **Historia y narratividad.** Barcelona: Ediciones Paidós, [200 ?].

_____. **Tempo e Narrativa.** Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

RIDENTI, Marcelo. “O romantismo revolucionário da Ação Popular”. **Latin American Studies Association**. The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998. Disponível: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA9>>. Acesso: 21 nov. 2014.

ROCHA, Gilberto de Miranda. “Ocupação Planejada da terra na região de integração do Xingu: Da colonização oficial aos assentamentos rurais”. **Revista Movendo Ideias**. NUMA, UFPA. v. 15, n. 1, jan./jun., pp. 17-26, 2010. Disponível: <numa.ufpa.br/indx.php?option=com_content&view=article&id=>. Acesso: 21 fev. 2013.

ROVIGHI, Soa Vanni, História da filosofia contemporânea, 3ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História e documento e metodologia de pesquisa**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANTOS, “Acerca do conceito de representação”. **Revista de Teoria da História**, ano 3, dez./2011, p. 44. Disponível: <<https://revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo>>. Acesso: 12 out. 2013.

SANTOS, Kerlley Diane Silva dos. “Camponeses e capitalistas nos descaminhos da Amazônia: A legislação agrária promulgada para a Amazônia durante o regime militar e o quadro fundiário paraense”. Disponível em: <www.a/criticadodireito.com.br/>. Acesso: 7 jun. 2016.

SANTOS, Milton e BECKER, Bertha K. **Territórios, territórios**. Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Lamparina, 2007.

SARGES, Nazaré. **A Belle Époque: produzindo riquezas na Amazônia (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAVIANI, Demerval & PATTO, Maria Helena Souza (et. al.), “Política educacional e formação do psicólogo”. **Revista Psicologia em Debate**, [S. I.: s. n.], [198?], p. 27. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=>. Acesso: 21 fev. 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, mai.-ago./2002. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=>. Acesso: 12 jul. 2016.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica: Construção da Ocupação e do fazer política**. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2008. Disponível: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/teses/teseTurma2004-MariaSilva.pdf>>. Acesso: 8 jun 2016.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da, “Altamira e a invenção da Transamazônica”. **Revista Educamazônia**. Educação Sociedade e Meio Ambiente. v. 15, n. 2, pp. 87-106, jul.-dez./2015. Disponível: <www.escavador.com/sobre/384572/maria-ivonete-coutinho-da-silva>. Acesso: 7 jun 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Entrevista, 30 de Maio de 1988”. **Memória Roda Viva**. Fapesp, Fundação Padre Anchieta. Disponível: <<http://www.rodaviva.fapesp.br/>>. Acesso: 7 abr. 2013.

SOUZA, Lilian Teixeira de. **Análise do Discurso**. Guia de Estudo. Curso de Extensão e Aperfeiçoamento. Universidade Cândido Mendes-UCAM/Prominas, Belo Horizonte: Editora Prominas, [201?].

SOUZA, César Martins de. “Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica”. **Revista Contemporânea**. Dossiê 1962-2014: 50 anos depois a cultura autoritária em questão, v. 1, n. 5, pp. 1-19, 2014. Disponível: <<http://www.historia.uff.br/>>. Acesso: 2 jul. 2016.

STANDAGE, Tom. **Uma história comestível da Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, [200?].

STRAHERN, Paul. **Foucault em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

TEIXEIRA, Francisco M. P. & TOTITI, Maria Elizabeth. **História Econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, [200?]

TOLEDO, Caion N. de. “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. **Crítica Marxista**, n. 19, pp. 27-48, 2006. Disponível: <<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>>. Acesso: 20 fev. 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAGUE, Tom. **Televisonários**. A história da Fação Exército Vermelho, mais conhecida (por engano) como Grupo Baader-Meinhof. São Paulo: Conrad Editores do Brasil, 2001.

VALA, Jorge. “Representações sociais e percepções intergrupais”. **Revista Análise Social**, v. 32 n. 140, pp. 7-29, 1997. Disponível: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/>>. Acesso: 14 out. 2013.

VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; PEREIRA, M. H. F.; MATA, S. (orgs.). **Tempo Presente e os usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

VELHO, Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à Brasileira, 1964-1985**: A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

WELTER, Juliane Vargas. “Narrativas de redemocratização: o desencanto do romantismo revolucionário na literatura brasileira”. **Anais II Jornada UFRGS de Estudos Literários**,

Disponível: <<http://www.wwlivros.com.br/IIjornadaestlit/fichatecnica.htm>>. Acesso: 19 nov. 2014.

WILLIAMS, Raymond. **A política e as letras**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

_____. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZWEIG, Stepan. **Brasil, país do futuro**. [S. I.]: Rocket Edition, 2001. Disponível: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/paisdofuturo.pdf>>. Acesso: 12 mar. 2016.

FONTES PRIMÁRIAS

ALBUQUERQUE, Luiz R. Cavalcanti. **A Amazônia em 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. **Atas das Sessões Solenes**, de 31 de janeiro de 1961 a 15 de março de 1968.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias**., de 30 de novembro de 1970 a 3 de maio de 1976.

_____. **Atas das Reuniões Especiais**, de 31 mar. 1977 a 12 nov. 1980.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias**. Sessões de 10 fev. 1970 a 15 out. 1971.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias**. Sessões de 6 fev. 1971 a 11 out. de 1971.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias**. Sessões de 12 out. 1971 a 8 ago. 1972.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias**. Sessões de 9 ago. 1972 a 29 mar. 1973.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias**. Sessões de 2 abr. 1973 a 10 set. 1973.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias**. Sessões de 11 set. 1973 a 25 abr. 1974.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias**. Sessões de 29 abr. 1974 a 13 mar. 1975.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias.**
Sessões de 16 mar. 1975 a 1º out. 1975.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias.**
Sessões de 8 out. 1975 a 4 jun. 1976.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias.**
Sessões de 15 mar. 1977 a 5 out. 1977.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias.**
Sessões de 6 out. 1977 a 11 set. 1978.

_____. **Atas das Sessões Ordinárias.**
Sessões de 12 set. 1978 a 3 set. 1979.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. “Documento Leex (Lealdade ao Exército)”. **Grupo de Estudos sobre a Ditadura.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/documentos_lista.php>. Acesso: 11 jul. 2015.

IPES/GB, PUC/RJ. **A educação que nos convém.** Rio de Janeiro: APECed., 1969.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **A verdadeira Paz.** Brasília: Departamento de Imprensa, 1973.

_____. **Tarefa de todos nós.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1971.

MEIRA FILHO, **In Memoriam.** Crônicas. Belém: [s. n.], 1976.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estatuto dos Militares.** *Vade-Mécum* Naval. Marinha do Brasil. Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Estratégia.** Manual de Campanha C-124-1. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. 3ª ed. [S. I.: s. n.], 2001.

_____. **Glossário das Forças Armadas. MD35-6-01.** 4ª ed. Brasília: [s. n.], 2007.

_____. **Patrulhas.** Caderno de Instrução 21-75-1. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. 1ª ed. [S. I.: s. n.], 2004.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Operação Amazônia.** Legislação Básica N.º 2. Belém: SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.

_____. **Subsídios ao Plano Regional de Desenvolvimento (1972-1974).** Lucas, Guanabara: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1971.

MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS. **Operação Amazônia.** Relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. [S.I.: s.n.], 1967.

SUDAM. **Álbum Operação Amazônia. v. 1.** [S. I.: s. n.], out., 1967.

_____. **Legislação Básica/Volume I.** Rio de Janeiro: Editôra Spencer, 1967.

_____. **O Nôvo Sistema de Ação do Governo Federal na Amazônia.** Legislação Básica/Volume I. Rio de Janeiro: Editôra Spencer S/A, 1967.

_____. **Operação Amazônia (Discursos).** Belém: Gráfica Globo, 1968.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso: 22 jul. 2016.

_____. Decreto n.º 60.079, de 16 de janeiro de 1967. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60079-16-janeiro-1967-400999-norma-pe.html>>. Acesso: 4 out. 2015.

_____. Decreto n.º 60.296, de 3 de março de 1967, aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia para o quinquênio 1967, 1971, e dá outras providências, in: **Coleção de Leis do Brasil.** 1967. v. 2, p. 349. Disponível: <www2.camara.leg.br>. Acesso: 12 jan. 2016.

_____. **Plano Nacional de Desenvolvimento.** 1972-1974. Brasília: Oficinas de Serviços Gráficos da Fundação IBGE, 1971.

_____. **Resultado das Eleições Gerais no Pará (1945-2006).** Tribunal Regional Eleitoral. Belém, 2008. Disponível: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pa-resultado-das-eleicoes-gerais-no-para-1945>>. Acesso: 23 jan. 2013.

HEMEROTECA

A Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 11-12 mar. 1967, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

Correio da Manhã, 31 jan. 1960, 1º Caderno, p. 17. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca.digitl/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

_____, 10 fev. 1960, 1º Caderno, p. 9. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

_____, 18 mar. 1960, Caderno Ilustrado, 1ª página. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

_____, 26 fev. 1967, 1º Caderno, p. 17. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

_____, 3 jun. 1967, 1º Caderno, p. 7. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

_____, 25 ago. 1967, 1º Caderno, p. 8. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

_____, 27 set. 1967, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

_____, 10 out. 1967, 1º Caderno, p. 11. Disponível: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso: 18 abr. 2016.

Folha de São Paulo, 3 mar. 1966, Caderno Ilustrado, p. 12. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 27 mar. 1966, 1º Caderno, p. 56. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 1º mai. 1966, 1º Caderno, p. 17. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 2 mai. 1966, 1º Caderno, p. 4. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 3 mai. 1966, 1º Caderno, p. 4. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 1º jun. 1966, 1º caderno, p. 35. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 2 jan. 1967, caderno ilustrado, p. 12. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 6 jun. 1967, 1º caderno, p. 14. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 13 jan. 1968, 1ª página, p. 8. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 14 jan. 1968, 1º caderno, p. 10. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 16 abr. 1968, 1º Caderno, p. 9. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 2 mai. 1968, 1º caderno, p. 3. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 8 mai. 1968, 1º Caderno, p. 10. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 10 mai. 1968, 1º Caderno, p. 17. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 5 jun. 1968, 1ª página. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 6 jun. 1968, 1ª página. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 14 jun. 1968, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 6 jan. 1970, 1º Caderno, p. 8. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 6 jun. 1970, 1º Caderno, p. 8. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 2 ago. 1970, 1º Caderno, p. 7. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 2 ago. 1970. 1º Caderno, p. 8. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 20 out. 1970, 1º Caderno, p. 16. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 13 nov. 1970, Ilustrada, p. 3. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 19 nov. 1970, Ilustrada, p. 1. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 17 dez. 1970, 1ª Página. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 22 dez. 1970, 1º Caderno, p. 23. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 11 fev. 1971, 1º Caderno, p. 21. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 9 mar. de 1971, 1º Caderno, p. 17. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 30 abr. 1971, 1º caderno, p. 11. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 30 abr. 1971, 1º Caderno, p. 11. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

- _____, 20 mai. 1971, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 9 jul. 1971, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 27 set. 1971, 1º Caderno, p. 3. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 17 dez. 1971, 1º Caderno, p. 10. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 24 dez. 1971, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 2 jan. 1972, 1º Caderno, p. 14. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 4 jan. 1972, 1º Caderno, p. 4. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 5 fev. 1972, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 3 mar. 1972, 1º Caderno, p. 5. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 9 abr. 1972, 1º Caderno, p. 5. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 30 abr. 1972, 1º Caderno, p. 8. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 20 jul. 1972, 1ª Página. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 10 ago. 1972, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 23 out. 1972, 1º Caderno, p. 3. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 20 mar. 1973, 1º Caderno, p. 2. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 18 abr. 1973, 1º Caderno, p. 3. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 9 jun. 1973, 1º Caderno, p. 15. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

- _____, 31 jul. 1973, 1º Caderno, p. 30. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 4 ago. 1973, 1º Caderno, p. 13. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 13 out. 1973, 1º Caderno, p. 6. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 27 out. 1973, 1º Caderno, p. 8. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 30 out. 1973, 1º Caderno, p. 7. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 7 nov. 1973, 1º Caderno, p. 3. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 11 nov. 1973, 1º Caderno, p. 4. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 7 dez. 1973, 1º Caderno, p. 2. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 22 dez. 1973, 1º Caderno, p. 5. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 20 jan. de 1974, 1º Caderno, p. 3. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 20 jan. 1974, 1º Caderno, p. 4. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 5 fev. 1974, 1º Caderno, p. 2. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 21 mar. 1974, 1º Caderno, p. 8. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 9 mai. 1974, 1º Caderno, p. 21. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 18 mai. 1974, 1º Caderno, p. 17. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.
- _____, 21 jun. 1974, 1º Caderno, p. 11. Disponível:
<<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 14 ago. 1974, 1º Caderno, p. 7. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 19 nov. 1974, 1º Caderno, p. 24. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

_____, 3 dez. 1974, 1º Caderno, p. 8. Disponível: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acessos entre 10 e 20 abr. 2015.

Folha do Norte. jan.-dez./1970. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos 200-205. Arquivo 05/09 Gaveta 03/06.

_____. jan.-dez./1971. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos 206-211. Arquivo 05/09 Gaveta 03/06.

_____. jan.-dez./1972. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos 212-217. Arquivo 09 Gaveta 06.

_____. jan.-dez./1973. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos 218-221. Arquivo 09 Gaveta 06.

_____. jan.-dez./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos 222-223. Arquivo 09 Gaveta 06.

O Estado de São Paulo, 6 ago. 1976. Disponível: <>. Acesso: 23 abr. 2016.

O Globo, 8 mar. 1971. Disponível: <<https://pib.socioambiental.org>>. Acesso: 11 mar. 2016.

O Liberal. jan.-dez./1970. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 50/55. Arquivo 05 Gaveta 05.

_____. jan.-dez./1971. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 56/61. Arquivo 05 Gaveta 05.

_____. jan.-dez./1972. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 62/73. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. jan.-dez./1973. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 74/85. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. jan.-dez./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 86. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. mar./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 88. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. abr.-mai./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 89/90. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. jun.-jul./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 91/92. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. ago.-set./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 93/94. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. out./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 95. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. nov./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 96. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. dez./1974. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos 97. Arquivo 05 Gaveta 06.

_____. jan.-dez./1975. CENTUR, Seção de Microfilmagem, Rolos LI 98/109. Arquivo 05 Gaveta 06.

Revista Veja, 07 mai. 1968. Disponível: <<https://acervo.veja.abril.com.br/>>. Acesso: 15 jun. 2016.

_____, 18 set. 1968, p. 26. Disponível: <<https://acervo.veja.abril.com.br/>>. Acesso: 15 jun. 2016.

_____, 17 de junho de 1970, p. 37. Disponível: <<https://acervo.veja.abril.com.br/>>. Acesso: 15 jun. 2016.

REFERÊNCIAS AUDIO-VISUAIS

BRASIL. A Transamazônica. Direção, fotografia e montagem: John F. Borring. [S. I.: s. n.]. Agência Nacional. 1970. MP4. Tamanho: 63,2 MB. Duração: 8m 27s. Stéreo (2 canais), color. Disponível em <www.youtube.com.org/>. Acesso: 23 de fev. 2015.

CARVALHO, José Murilo de, **1964: 50 anos do Golpe**. Disciplina do Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, aula de 19 fev. 2014. Disponível: <www.youtube.com/watch?v=aVYblmXvgAA>. Acesso: 5 jan. 2015.

FICO, Carlos. **“1964: 50 anos do Golpe”**. Disciplina do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, aula de 19 mar. 2014, Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=p5oRTYRIxFw>>. Acesso: 4 jan. 2015.

_____. **“1964: 50 anos do Golpe”**. Disciplina do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, aula do dia 19 de Março de 2014, Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=p5oRTYRIxFw>>. Acesso: 4 jan. 2015.

Histórias do Poder. Parte IV. Documentário. Direção: Max Alvim e Nelma Salomão. São Paulo: Fundação Padre Anchieta; TV Cultura, [200?]. Disponível: <<https://www.youtube.com>>. Acesso: 30 dez. 2014.

MOISÉS, José Álvaro. “Aula sobre o primado da lei e as instituições democráticas” Disciplina Qualidade da Democracia. Curso Regular de Pós-Graduação. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo. 2º Semestre de 2011. Disponível: <<http://www2.veduca.com.br/play/5559>>. Acesso: 13 jul. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com João de Jesus Paes Loureiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 01min e 18seg). Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>>. Acesso: 14 jun. 2015.

SITES UTILIZADOS

<<http://acritica.uol.com.br/especiais/arrependo>>. Acesso: 10 jan. 2015.

<<http://eusoufamecos.uni5.net/vozesdoradio/flavio-alcaraz-gomes/>>. Acesso: 8 jun. 2016.

<<http://lfg.jusbrasil.com.br/>>. Acesso: 16 jun. 2013.

<<http://macedoelivaldo.blogspot.com.br/2013/06/usina-hidreletrica-de-curua-una.html>>. Acesso: 12 nov. 2014.

<<http://www.brasilnovo.pa.gov.br/>>. Acesso: 27 mar. 2016.

<<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Os-negocios-da-familia-Mutran>>. Acesso: 12 nov. 2014.

<<http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/pt/>>. Acesso 20 abr. 2016.

<<http://www.notibras.com/site/br>>. Acesso: 12 jul. 2015.

<<http://www.notibras.com/site/br>>. Acesso: 12 jul. 2015.

<<http://www.projettorondon.defesa.gov.br/>>. Acesso: 20 mai. 2014.

<<http://www.tce.pa.gov.br/index.php/arnaldo-correa-prado>>. Acesso: 12 nov. 2014.

<<http://www.tce.pa.gov.br/index.php/lauro-de-belem-sabba>>. Acesso: 12 nov. 2014.

<<http://www.webartigos.com/>>. Acesso: 20 mai. 2014.

<<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso: 26 abril 2013.

<<https://impressoesamazonicas.wordpress.com/>>. Acesso: 17 abr. 2016.

<www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario>. Acesso: 22 jul. 2016.

<www2.camara.leg.br>. Acesso: 12 jan. 2016.

AGRIPINO, JOÃO. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agripino-joao>>. Acesso 15 jul. 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 41ª Sessão Ordinária, 11 de Junho de 1997. Disponível: <www.al.rs.gov.br>. Acesso: 6 out. 2015.

ASSUNÇÃO, ALEXANDRE ZACARIAS DE. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso: 18 dez. 2012.

AVANCINI, Marta, “A volta do que não foi”, Disponível: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/>>. Acesso: 22 jul. 2016.

BELTRÃO, HÉLIO. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-marcos-pena-beltrao>>. Acesso a 19 jun. 2015.

BRANCO, CASTELO. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acesso: 25 fev. 2016.

CASTELO BRANCO, HUMBERTO DE ALENCAR. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/>>. Acesso: 21 ago. 2015.

DORNELLES, Jonatas. “A aplicação do modelo ritual na análise antropológica”. Disponível: <<http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/>>. Acesso: 3 out. 2013.

Escola Superior de Guerra. Disponível: <<http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/nossa-historia>>. Acesso: 3 ago. 2014.

FARIAS, CORDEIRO DE. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/farias-cordeiro-de>>. Acesso: 18 dez. 2012.

GERALDO, José, “A construção da BR 174”. **Geraldo José – História, Filosofia e Geopolítica** (blog). Manaus: Geraldo José. Disponível: <<http://geraldojose.blogspot.com.br/>>. Acesso: 12 jul. 2016.

LACERDA, FLAVIO SUPLICY. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lacerda-flavio-suplicy-de>>. Acesso: 19 jun. 2015.

LOBATO, Paulo Henrique. “Rio Doce é o retrato da maior tragédia ambiental do Brasil”. Disponível: <<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/22/>>. Acesso 24 jul. 2016.

LÖWY, Michael. “Sete teses sobre Walter Benjamin e a teoria crítica”. Disponível: <<http://blogdaboitempo.com.br/2011/10/28/sete-teses-sobre-walter-benjamin>>. Acesso: 20 fev. 2015.

NATEL, LAUDO. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/natel-laudo>>, Acesso: 17 jul. 2015.

NETO, Pasquale Cipro. “Valsa Buarquiana”. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/>>. Acesso: 27 mai. 2014.

NILO DE SOUZA COELHO. **Galeria de Governadores.** GOVERNO DE PERNAMBUCO. Disponível: <<http://www.pe.gov.br/governo/galeria-de-governadores/nilo-de-souza-coelho/>>, Acesso 17 jul. 2015.

NUNES, ALACID. **Arquivo CPDOC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario>>. Acesso: 18 dez. 2012.

OTÁVIO, RODRIGO (1). **Arquivo CPDC/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/>>. Acesso: 17 jul. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Administração e Finanças. Economia e legislação. Disponível: <<http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/>>. Acesso: em 23 mar. 2013.

VINAGRE, CARLOS. **Arquivo CPDO/FGV.** Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/>>. Acesso: 3 fev. 2013.

ANEXO 1

“Discurso do Rio Amazonas”, 10 de outubro de 1940.

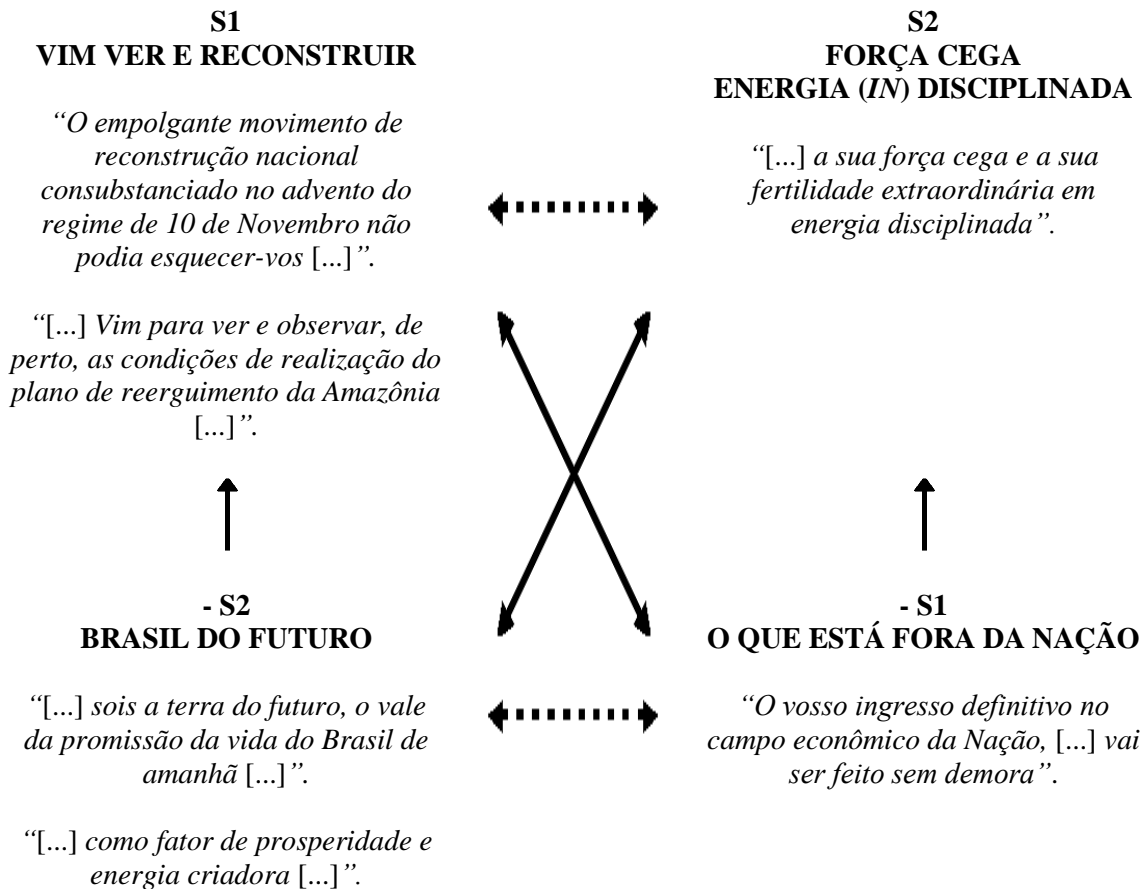
Análise a partir do Quadrado Semiótico de GREIMAS-COURTÈ do *Discurso do Amazonas* proferido em 10 de outubro de 1940 na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, pelo presidente Getúlio Dorneles Vargas.

(A) TEXTO

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de Novembro não podia esquecer-vos, pois sois a terra do futuro, o vale da promessa da vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no campo econômico da Nação, como fator de prosperidade e energia criadora vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. [...] transformar a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada.

(in: *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém: Gráfica Globo, 1971, p. 10).

(B) QUADRADO GREIMAS-COURTÈ



Com base na análise semiótica do discurso, podemos perceber que o pronunciamento conhecido como *Discurso do Amapá* trouxe em seu enunciado uma série de oposições que mudando ou permanecendo, configuram faces opostas em que cada enunciação se complementa com seu contrário na significação⁸⁶⁹. Dessa forma, “segurança/determinação” *versus* “insegurança/indeterminação”; “progresso/futuro” *versus* “retrocesso/passado”; e “Amazônia/nação *versus* floresta/local” permeiam discurso e interdiscurso de produção da fala do marechal-presidente.

Seguindo a elaboração do quadrado semiótico de Greimas como representação visual/gráfica da articulação da significação no *Discurso do Amapá*, a relação de contrariedade dos termos geradores S1 e S2/-S2 e -S1 implica que a afirmação de um será a negação do outro e vice versa, o que os torna complementares. O percurso obrigatório saindo de S1 passa por -S1 e chega a S2; saindo de S2 passa por -S2 e chega a S1, num ciclo vedado a qualquer outro percurso⁸⁷⁰.

Implícito: o título do discurso localiza e se insere no Rio Amazonas. Mas a *apoteose* está no Theatro Amazonas e não na beira do rio. O ato de vir à Amazônia e ver a floresta, o rio, as potencialidades conhecidas e desconhecidas, se inserem no discurso da “reconstrução nacional” que sugere a disciplinarização da floresta, entendida como uma “força cega”, que tendo estado “fora da nação” deve agora ser inserida no meio nacional para tornar-se junto à nação o “futuro”.

⁸⁶⁹ Ibid..

⁸⁷⁰ Ibid..

ANEXO 2

“Discurso do Amapá”, 1º de Setembro de 1966.

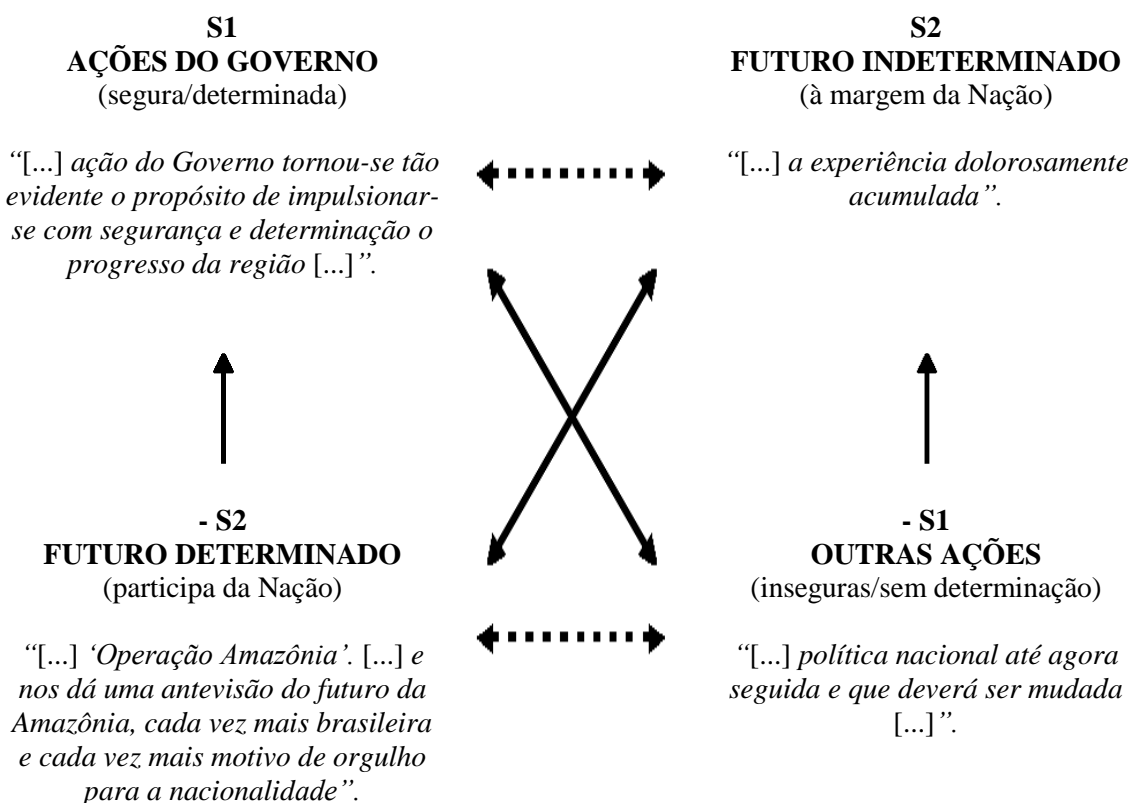
Análise a partir do Quadrado Semiótico de GREIMAS-COURTÈ do *Discurso do Amapá* proferido em 1º de Setembro de 1966 na cidade de Macapá, Território Federal do Amapá, pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco lançando a “Operação Amazônia”.

(A) TEXTO

[...] estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada. Aliás, aos que acompanham a ação do Governo tornou-se tão evidente o propósito de impulsionar-se com segurança e determinação o progresso da região que, para envolver as várias medidas a serem adotada, já criaram até a expressão “Operação Amazônia”. [...] É com real satisfação que, ao falar neste progressista Território do Amapá, posso anunciar o início da chamada “Operação Amazônia”. [...] e nos dá uma antevisão do futuro da Amazônia, cada vez mais brasileira e cada vez mais motivo de orgulho para a nacionalidade.

(in: **Operação Amazônia** (Discursos). Belém: Gráfica Globo, 1971, pp. 16-17).

(B) QUADRADO GREIMAS-COURTÈ



Com base na análise semiótica do discurso, podemos perceber que o pronunciamento conhecido como Discurso do Amapá trouxe em seu enunciado uma série de oposições que mudando ou permanecendo, configuram faces opostas em que cada enunciação se complementa com seu contrário na significação⁸⁷¹. Dessa forma, “segurança/determinação” *versus* “insegurança/indeterminação”; “progresso/futuro” *versus* “retrocesso/passado”; e “Amazônia/nação” *versus* “floresta/local” permeiam discurso e interdiscurso de produção da fala do marechal-presidente.

Seguindo a elaboração do quadrado semiótico de Greimas como representação visual/gráfica da articulação da significação no Discurso do Amapá, a relação de contrariedade dos termos geradores S1 e S2/-S2 e -S1 implica que a afirmação de um será a negação do outro e vice versa, o que os torna complementares. O percurso obrigatório saindo de S1 passa por -S1 e chega a S2; saindo de S2 passa por -S2 e chega a S1, num ciclo vedado a qualquer outro percurso⁸⁷².

A partir dessas observações, ao enunciar que na “ação do Governo tornou-se tão evidente o propósito de impulsionar-se com segurança e determinação o progresso da região” sugerindo que as únicas ações seguras possíveis que trariam desenvolvimento ou progresso para a região Amazônica seriam as ações anunciadas pelo próprio marechal-presidente Castelo Branco, são complementadas pelo seu contrário a “política nacional até agora seguida e que deverá ser mudada”. Isso implica que as ações até então implementadas pelo próprio governo não haviam alcançado êxito e se configuraram como “a experiência dolorosamente acumulada”.

As ações do governo Castelo Branco seriam as únicas seguras e determinantes. Excluem-se toda e qualquer outra ação porque seria insegura e sem determinação, o que levaria a um futuro incerto que manteria a Amazônia à margem da Nação.

⁸⁷¹ CARDOSO & VAINFAS, op. cit., p. 551.

⁸⁷² Id., 1997.

ANEXO 2

A Placa e o “Vazio”

Bandeira do progresso para a Amazônia segundo a visão do governo do general presidente Médici: o metal, o espaço, o tempo e o discurso irradiando esperanças e expectativas que demarcaram o ponto inicial de um progresso necessário para a transformação da Amazônia e sua inserção no território Brasileiro.



Disponível:

<<http://joaosilvio.blogspot.com.br/2013/03/a-transamazonica-no-arquivo-da-folha-de.html>>.

Acesso: 22 fev. 2016.

ANEXO 3

Análise Semiótica da Placa de Altamira

TEXTO: Nestas margens do Xingú, em plena selva Amazônica, o senhor Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para conquista e colonização deste gigantesco mundo verde. Altamira, 9 – outubro – 70.

NÍVEL FUNDAMENTAL – SINTAXE

A	-A	B
SELVA	não-SELVA	TRANSAMAZÔNICA
Valor disfórico negativo		Valor eufórico positivo

NÍVEL FUNDAMENTAL – SEMÂNTICA

Civilização versus Barbárie (da selva, natureza) – a civilização representada pelos interesses do Governo, Sul, Sudeste, das relações de produção capitalista impondo-se à barbárie do extrativismo de subsistência praticados *in natura* na selva. Não impor o modelo federal de civilização implicaria aceitar a *não-civilização* e negar o *progresso*. É a capacidade de organizar e *representar* a realidade, o que é proporcionado pelo *ritual* (MÜLLER & CHAVES apud DORNELLES, 2002).

Conquista versus Perda – seguir o modelo estabelecido pelo centralismo federal para submeter a Amazônia assume a significância de vencer as barreiras impostas pela floresta para evitar a *derrota* ou *perda*, o que coincidia com a teoria da *segurança nacional*. Aceitar a *não-conquista* implicaria em aceitar a *perda*, *derrota* e o *insucesso*.

Colonização versus Descolonização – a colonização modelo programava a ocupação do espaço para evitar as consequências de uma *não-colonização* ou negar um espaço já colonizado. Aceitar a *não-colonização* implicaria em aceitar o princípio do “espaço vazio”.

Metal versus árvore – o metal simboliza a indústria, o capital, submetendo a floresta (árvore). Porém, *representa* (CHARTIER, 1991) a *presença* e a *prática* do Estado que se *apropria* de *pensamento/imagem*, segundo seus interesses, transpondo qualquer característica metafísica (HEIDEGGER, *ser* e *tempo*) e *representando* um *ritual* (KERTZER apud DORNELES, 2002), é uma disputa simbólica para definir a história (Idem).

NÍVEL NARRATIVO – SINTAXE

		<i>Narrativa mínima de privação</i>			
	Selva	\cap Conjunção	Barbárie	\cup Disjunção	Civilização
			Início		Final
		<i>Narrativa mínima de liquidação</i>			
Selva = Enunciado de ESTADO	Selva	\cup Disjunção	Barbárie	\cap Conjunção	Civilização
			Início		Final

Transamazônica

=
**Enunciado de
 FAZER**

A Selva como *sujeito de estado* sofre uma transformação pela *Transamazônica* que é o *sujeito de fazer*.

ENUNCIADOS**1. Manipulação**

A *Selva* manipula a *Transamazônica* por *intimidação*, pois a *selva* precisa é a barreira, o espaço “vazio”. A *Transamazônica* manipula a *Selva* por *infusão*, pois é mensagem da necessidade de submissão da floresta e ocupação do “espaço vazio”.

2. Competência

A *Transamazônica* tem *saber* técnico para submeter a *Selva* e *poder* para usar a técnica e superar a barreira natural.

3. Performance

A *Transamazônica* executa *querer* e *poder* para usar a técnica e superar a barreira natural.

4. Sanção

A *recompensa* é a esperança futura, implicando na efetivação da rodovia.

NÍVEL NARRATIVO – SEMÂNTICA**OBJETOS MODAIS**

- QUERER civilizar
- SABER civilizar
- DEVER de civilizar
- PODER para civilizar

OBJETOS DE VALOR

CIVILIZAR

Transamazônica ∩ *Selva* ∪ *Civilização*

NÍVEL DISCURSIVO – SINTAXE

Enunciador	Enunciado	Enunciatário
Governo Médici	PIN – (<i>placa</i>)	Brasil (geral) Amazônia

NÍVEL DISCURSIVO – SEMÂNTICA**TEMATIZAÇÃO**

A mensagem trata do projeto civilizador da Amazônia e integrador ao restante do território nacional, tornado *discurso* através do PIN, PND e da *Transamazônica*.

FIGURATIZAÇÃO

A *Placa de Altamira* marcando um *tempo iniciador/fundador* e demarcando um *espaço* singular (Amazônia), torna-se *ritual* que funda uma *nova história* através da *Transamazônica*.

ANEXO 5

O general-presidente e a UFPA

A universidade, o ministro e o título: Resolução nº 26, de 17 de setembro de 1970., outorgou título de Doutor Honoris Causa ao general-presidente Emilio Garrastazu Médici, assinado pelo reitor Aloysio da Costa Chaves.



Publicada no Diário Oficial
Nº 21.878 de 29/9/70

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 26 - DE 17 DE SETEMBRO DE 1970

EMENTA:- Outorga o título de "DOUTOR HONORIS CAUSA" pela Universidade Federal do Pará ao Excelentíssimo Senhor General EMÍLIO GARRASTAZU MEDICI, Presidente da República Federativa do Brasil.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 17 de setembro de 1970, promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O :

Art. 1º - É outorgado o título de "DOUTOR HONORIS CAUSA" ao Excelentíssimo Senhor General EMÍLIO GARRASTAZU MEDICI, Presidente da República Federativa do Brasil, de conformidade com o que dispõe o art. 103, do Estatuto e o art. 348, do Regimento Geral da Universidade Federal do Pará.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 17 de setembro de 1970.

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

REITOR

Presidente do Conselho Universitário

Disponível:

<http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/titulos_honorificos/doutor_honoris_causa/emilio%20garrastazu%20medici.jpg>. Acesso: 23 mar 2016.

ANEXO 6

O coronel-ministro e a UFPA

A universidade, o ministro e o título: Resolução.º 64, de 20 de dezembro de 1971, outorgou título de Doutor Honoris Causa ao coronel-ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, assinado pelo reitor Aloysio da Costa Chaves.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 64 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971

EMENTA:- Outorga o título de "DOUTOR HONORIS CAUSA" pela Universidade Federal do Pará ao Excelentíssimo Senhor Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro da Educação e Cultura.


O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto e em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 20 de dezembro de 1971, promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O :

Art. 1º - É outorgado o título de "DOUTOR HONORIS CAUSA" ao Excelentíssimo Senhor Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro da Educação e Cultura, de conformidade com o que dispõe o artigo 56, letra "i", do Estatuto da Universidade Federal do Pará (Decreto nº 66.539, de 07.05.70).

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 20 de dezembro de 1971.


Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES
REITOR
Presidente do Conselho Universitário

Disponível:

<http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/titulos_honorificos/doutor_honoris_causa/jarbas%20passarinho.jpg>. Acesso: 23 mar 2016.